

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

RAIMUNDO EDSON PINTO BOTELHO

**O *FETICHISMO DA PROLETARIZAÇÃO NA AGRICULTURA*: uma análise da
produção de soja em Balsas/MA**

São Luís
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

RAIMUNDO EDSON PINTO BOTELHO

**O *FETICHISMO DA PROLETARIZAÇÃO NA AGRICULTURA*: uma análise da
produção de soja em Balsas/MA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva

São Luís
2017

Botelho, Raimundo Edson Pinto

O *fetichismo* da proletarização na agricultura: uma análise da produção de soja em Balsas/MA /Raimundo Edson Pinto Botelho. ____ São Luís, 2017.

346 f.

Impresso por computador (fotocópia)

Orientador: José de Ribamar Sá Silva

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2017.

1.Campesinato 2.Agricultura – proletariado 3.Fetichismo I. Título

CDU 631:32 (812.1)

RAIMUNDO EDSON PINTO BOTELHO

O FETICHISMO DA PROLETARIZAÇÃO NA AGRICULTURA: uma análise da
produção de soja em Balsas/MA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Aprovação em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva (Orientador)

Prof. Dr. Baltazar Macaíba de Sousa (UFPB)

Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Franci Gomes Cardoso (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Josefa Batista Lopes (UFMA)

São Luís
2017

Aos milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais que tombaram e aos muitos que estão na luta pela emancipação humana.

AGRADECIMENTOS

Um estudo de tese representa um fechamento de um ciclo de vários anos de estudos, trabalhos, participação política e dedicação em prol daquilo que se acredita para colaborar no sentido da emancipação humana. Sendo assim, esse estudo não é fruto de um esforço individual, tampouco da nossa ideia, mas de experiências partilhadas com família, professores, amigos e, principalmente, com aqueles que constroem cotidianamente a história deste país, dentre os quais é possível fazer um esforço de mencioná-los, ainda que seja impossível justamente por deixar muita gente importante de fora que contribuíram para este momento. Sendo assim, agradeço:

À minha família, meus pais, camponeses Antero (*in memoriam*) e Maria que, mesmo tendo experimentado as políticas perversas que assolaram um estado da periferia do capitalismo, fizeram todo esforço para que todos os filhos tivessem oportunidade de estudar, ainda que as condições objetivas e subjetivas não fossem propícias;

Aos meus irmãos, Antônio, Maria, José, Antero, João e Ilma (*in memoriam*), pelos ensinamentos e cuidados dispensados que, em muitas vezes, se confundiram com papel de pai e mãe;

Aos meus familiares, em especial, tia Maria Justina e Rosemary pela acolhida em São Luís, depois de ter chegado de uma cidade do interior; cunhados e primos que sempre partilharam dos momentos de minha vida;

À minha esposa Cláudia, uma das grandes responsáveis por minha carreira profissional e acadêmica. Agradeço pelo compartilhamento de sonhos e esperanças e, fundamentalmente, por ter lutado bravamente ao meu lado, desde a entrada na faculdade até o mercado de trabalho. Divido com ela esse momento de encerramento de mais uma etapa e início de outras que, além de ajudar a construir, teve muita paciência e cumplicidade para ajudar a concluí-las.

Às duas pessoas mais representativas daquilo que constitui a formação social brasileira, meus filhos João Emanuel e Ana Vitória, dois amores e grandes inspiradores para desenvolvimento do estudo;

Aos meus professores da graduação, Juarez, Roberta, Glória, Márita, Antônio Cordeiro, Antônio José, Biné, Alexandre, Trovão, Sampaio, Rosalva,

Rosângela, Batista, Mantovani, Caldeira, Claudiceia, Conceição, pela partilha dos seus ensinamentos responsáveis pela inspiração para poder trilhar os caminhos da ciência;

Aos meus colegas da graduação, Luciley, Edmilson, Félix, Edilson, Franklin, Elizeu, Rosângela, Milson, Luciana e Aparecida pelos bons momentos de debates em salas que propiciaram grandes estímulos para estudar. Divido esse momento com essa turma;

Aos meus professores do Mestrado em Geografia, Aldo, Anieres, Maria Adélia, Rita de Cássia, Elias, José Williton, pela colaboração e por instigarem a necessidade de aprofundamento dos estudos;

Aos colegas do mestrado Carlos Eugênio, Diego, Yaponin, Alexandre, Bruno Gomes, Gênisson e Mateus, pela acolhida;

Aos colegas da residência estudantil da UFRN (Luís, Branquinho, Filho e Canindé) e do pouso universitário (Elias, Valmira, Jânio, Maruyla e João) pela acolhida;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Josefa, Franci, Ilse, Joana, Benjamin, Ozanira, Horácio, Flávio Farias, Lourdes e Jorge Natal, pelos ensinamentos e enriquecedores momentos de debates;

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação, Liliane, Ramon, Tiago, Talita, Eric, Felipe, Amilton pelos momentos que passamos juntos dividindo angústias, mas multiplicando sonhos e utopias;

Ao Professor Zé de Riba pelas orientações e ensinamentos necessários na etapa de produção do conhecimento;

Aos funcionários do Programa, Izabel, Edson, Augusto e Nara pela acolhida e paciência ao longo desses anos de intensos estudos;

A Gentil Cutrim por partilhar de grandes momentos de aprendizagem;

Ao grande Júlio, Edson, Joubert, Célia, Sabina e demais trabalhadores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas por propiciar um ambiente agradável e pelos bons momentos de descontração nas horas de intensos estudos;

Aos funcionários da biblioteca setorial Estela, Rosambra e demais pela ajuda;

Aos meus colegas de trabalho da Educação do Campo, Diana, Aline, Anderson, André, Alexandra, Carolina, Cristiana, Emerson, Marcônio, Juliana, Kerlen,

Meubles, Lucas, Carlos, Carla e Fernando pelo estímulo pelo agradável ambiente de trabalho;

Ao grande Baltazar Macaíba, pelos ensinamentos e pelos bons momentos de debates políticos e de militância ao longo desses anos;

A Campos e Jurandir pelos debates e militância política construída ao longo desses anos;

Aos dirigentes sindicais da FETAEMA, Aldecy, do STTR de Balsas, Maria de Jesus e Abraão e da Secretaria de Assalariado da FETAEMA, Ana Maria, pelo auxílio, partilha de experiência e companhia às visitas às fazendas e contatos com os trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados.

À Universidade Federal do Maranhão, UFMA e à Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES pelo apoio e incentivo necessários para o desenvolvimento desse trabalho.

“Não há prática revolucionária sem teoria revolucionária”

Lenin

“Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras, mas cabe mesmo é transformá-lo”

Marx

“Os trabalhadores não têm nada a perder em uma revolução comunista, a não ser suas correntes”

Marx

RESUMO

O sociometabolismo do capital tem criado relações de produção no campo maranhense que tem se caracterizado pela reprodução dos modelos de desenvolvimento dependente, materializados na produção de *commodities* agrícolas. Essas relações se baseiam na modernização da agricultura, uso de capital e exploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo em que essas relações de produção promovem a desterritorialização da agricultura camponesa, transformam parte dos camponeses em trabalhadores assalariados temporários. Assim sendo, o trabalho tem como objetivo analisar o fetichismo da proletarização na agricultura em uma conjuntura de aprofundamento do capital no campo, de um lado, com as políticas voltadas para o agronegócio, tendo como base a produção de *commodities* agrícolas, prevalência do capital financeiro sobre o capital produtivo e, de outro, a luta dos trabalhadores em uma conjuntura de crise do marxismo, das instituições da classe trabalhadora e refluxo das lutas sociais. Como percurso, além dos referenciais do materialismo histórico e exploração de dados secundários, realizou-se visitas às unidades de produção de soja ao lado de representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais de Balsas. Assim sendo, à guisa de conclusão verificou-se que o avanço do capital com a produção de soja, não foi suficiente para criar um amplo processo de proletarização na agricultura aos moldes daquele existente com os trabalhadores fabris e do setor terciário, uma vez que a atividade agrícola de produção de soja é temporária e os trabalhadores rurais não chegaram a conquistar direitos trabalhistas e previdenciários como aqueles do núcleo central do proletariado. Desse modo, a sobrevalorização do agronegócio e assalariamento rural, em detrimento das relações de produção camponesa de base familiar, resultou no processo de fetichização da proletarização na agricultura, pois, além do trabalho temporário, baixa remuneração, superexploração, trabalho escravo, os trabalhadores rurais possuem organização política frágil. Esse fato, além de fragilizar a luta, permite o avanço ainda mais significativo da agricultura mercantilizada e o recuo da agricultura camponesa de base familiar.

Palavras-chave: Fetichismo. Proletarização na agricultura. Campesinato. Trabalho. Capital.

ABSTRACT

The sociometabolism of capital has created relations of production in the Maranhão countryside that has been characterized by the reproduction of models of dependent development, materialized in the production of agricultural commodities. These relationships are based on the modernization of agriculture, use of capital and exploitation of the workforce. These relationships are based on the modernization of agriculture, use of capital and exploitation of the workforce. At the same time as these relations of production promote the deterritorialization of peasant agriculture, they transform part of the peasants into temporary salaried workers. Thus, the objective of this study is to analyze the fetishism of proletarianization in agriculture in a context of deepening of capital in the countryside, on the one hand, with agribusiness policies, based on the production of agricultural commodities, the prevalence of financial capital On productive capital and, on the other hand, the workers' struggle in a conjuncture of the crisis of Marxism, of the institutions of the working class and of social struggles. As a course, in addition to the references of historical materialism and exploration of secondary data, visits were made to the soybean production units alongside representatives of the rural workers' unions of Balsas. Thus, as a conclusion, it was found that the advance of capital with soybean production was not sufficient to create a broad process of proletarianization in agriculture along the lines of that existing with factory workers and the tertiary sector, since the Agricultural activity of soy production is temporary, and rural workers have failed to conquer labor and social security rights like those of the core of the proletariat. In this way, the overvaluation of agribusiness and rural wage labor, to the detriment of family-based peasant production relations, has resulted in fetishization of proletarianization in agriculture, since, in addition to temporary work, low remuneration, overexploitation, slave labor, rural workers have fragile political organization. This fact, in addition to weakening the struggle, allows the even more significant advance of commodified agriculture and the retreat of family-based peasant agriculture.

Keywords: Fetishism. Proletarianization in agriculture. Peasantry. Work. Capital.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pag.
Gráfico 01 - Número de estabelecimentos agropecuários por condição dos produtores - série histórica (1920/2006)	63
Gráfico 02 - Número de tratores em estabelecimentos agropecuários no Brasil - (1920/2006).....	70
Gráfico 03 - Área média de lavoura por trator - série histórica (1920/2006	71
Gráfico 04 - Evolução do crédito rural contratado no Brasil – 1969 a 2012	78
Gráfico 05 - Evolução do crédito rural contratado no Brasil (2002-2012).	80
Gráfico 06 - Evolução da população no Brasil de 1940 a 2010.....	97
Gráfico 07 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Brasil - série histórica (1970/2006).....	99
Gráfico 08 - Evolução da ocupação em estabelecimentos agropecuários no Brasil - 1960-2050.	100
Gráfico 09 - Pessoal ocupado, número de estabelecimentos agropecuários e número de ocupados por estabelecimento - Brasil - 1960-2050.	101
Gráfico 10 - Evolução do mercado de trabalho agrícola segundo a posição na ocupação Brasil - 2004 a 2013 (em mil pessoas)	102
Gráfico 11 - Produção das principais lavouras temporárias em Balsas – 2004 a 2015.....	128
Gráfico 12 – Evolução do PIB do município de Balsas – 2002 a 2014.....	129
Gráfico 13 - Evolução do emprego formal em Balsas – 2015.....	162
Gráfico 14 - Evolução do emprego formal em Balsas, 2015.....	163
Gráfico 15 – Duração do vínculo dos trabalhos rurais em Balsas em 2015.....	167
Gráfico 16 – Evolução dos desligamentos por tipo – 6 meses.....	168
Gráfico 17 - Admissões e demissões em Balsas, 2014/2015.....	169
Gráfico 18 - Massa salarial nominal – 2010 a 2015.....	168
Gráfico 19 – Variação relativa e absoluta do salário nominal médio de admissão -13 meses.....	170
Gráfico 20 – Admissões e demissões nos municípios produtores de soja e cana no Sul Maranhense em 2015.....	171

Gráfico 21 –	Superexploração da força de trabalho no Brasil – 2003 a 2012.....	188
Gráfico 22 –	Atividades produtivas das fazendas flagradas utilizando mão-de-obra em condições análogas à escravidão no Brasil.....	203
Gráfico 23 -	Trabalhadores resgatados nas operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo SIT/SRTE - Brasil 1995 a 2014.....	204
Gráfico 24 –	Ocupações de terras no Brasil no período de 1988 a 2012...	284
Gráfico 25 –	Famílias ocupantes no Brasil no período de 19885 a 2011...	284
Gráfico 26 –	Conflitos e assassinatos no campo no Brasil – 1985 a 2012..	285
Gráfico 27 -	Famílias assentadas no Brasil no período de 1988 a 2012....	286
Gráfico 28 -	Assentamentos no Brasil de 1985 a 2012.....	286

LISTA DE TABELAS

	Pag.
Tabela 01 - Estrutura fundiária no Brasil 2003 a 2014.....	64
Tabela 02 - Crescimento populacional do Brasil e de Balsas (1970-2010)...	66
Tabela 03 - Pessoas do setor rural, por classes de rendimento mensal, 2001/2011 (mil pessoas).....	103
Tabela 04 - Condição de atividade e de ocupação, 2002/2011 (mil pessoas).....	104
Tabela 05 – Empregado com ou sem carteira de trabalho, 2002/11 (mil pessoas).....	105
Tabela 06 - Ocupados no setor agrícola por sexo - pessoas de 10 anos ou mais de idade - Brasil – 2013.....	107
Tabela 07 - População ocupada de 10 anos ou mais de idade por ramo de atividade econômica da ocupação principal – 1999.....	109
Tabela 08 - Produção de grãos (mil toneladas) no Brasil de 1995 a 2005...	127
Tabela 09 – Evolução da área plantada com soja no estado do Maranhão..	128
Tabela 10 - Pessoas ocupadas na agricultura brasileira - 1992-2004.....	141
Tabela 11 - Força de trabalho assalariada na agricultura no Maranhão, 2006.....	148
Tabela 12– Jornada de trabalho semanal em países selecionados 1980-2003.....	152
Tabela 13– Admissões e demissões em Balsas, 2007 a 2015.....	154
Tabela 14 – Admissões e demissões em Tasso Fragoso, 2007 a 2015.....	155
Tabela 15 – Admissões e demissões em São Raimundo das Mangabeiras, 2007 a 2015.....	155
Tabela 16 – Admissões e demissões na Microrregião Gerais de Balsas, 2007 a 2015.....	155
Tabela 17 – Admissões e demissões na Microrregião Chapada das Mangabeiras, 2007 a 2015.....	156
Tabela 18 - Admissões e demissões em Açailândia, 2007 a 2015.....	156
Tabela 19 - Trabalho permanente e temporário nas Muncipailidades do Sul do Maranhão, 2006.....	159

Tabela 20 -	Força de Trabalho empregada na agricultura nas Microrregiões produtoras de soja, 2006.....	159
Tabela 21 -	Remuneração média da força de trabalho em Balsas em R\$ em 2014.....	166
Tabela 22 -	Admissões e demissões na agricultura em Balsas de 2007 a 2013.....	170
Tabela 23 -	Rendimento médio nominal mensal dos ocupados segundo sexo e grupamentos da atividade econômica no Brasil 2004 e 2011.....	186
Tabela 24 -	Operações de fiscalização do trabalho escravo no Brasil, 1995 a 2013.....	197
Tabela 25 -	Produção agrícola no Brasil – 2006.....	259

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pag.
Figura 01 – Instituições financeiras que controlam o capitalismo mundial..	86
Figura 02 – Mapa de abrangência do PRODECER no Brasil.....	120
Figura 03 - Produção de soja no Brasil - 1989/90 a 2013/14.....	126
Figura 04 – Mapa do índice de probabilidade de escravidão no Brasil.....	199
Figura 05 – Mapa do índice de vulnerabilidade à escravidão.....	201
Figura 06 - Mapa do Fluxo dos trabalhadores escravos no Brasil, 1995 a 2006.....	206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul;
ABC	Associação Brasileira dos Produtores de Grãos
ACA	Associação Camponesa;
ACR	Animação dos Cristão do Meio Rural;
ADM	<i>Archer Daniels Midland Company</i> ;
AGROSSERRA	Agropecuária e Industrial Serra Grande;
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores;
ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão;
ANDES	Associação Nacional dos Docentes da Educação Superior;
AP	Ação Popular;
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão;
ATAM	Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão;
ATES	Assistência Técnica, Social e Ambiental;
BACEN	Banco Central;
BASF	<i>Badische Anilin und Soda-Fabrik</i> ;
BM	Banco Mundial;
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento;
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados;
CAT	Central Autônoma dos Trabalhadores;
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base;
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina;
CEVAL	Agro-industrial Cereais do Vale S/A;
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores;
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil;
CENTRU	Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais
CIME	Conselho Missionário Indigenista;
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara;
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas;
CNA	Confederação Nacional da Agricultura;

CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora;
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil;
CONTACAP	Programa de Apoio à Gestão das Organizações de Pequenos Agricultores;
CONTAR	Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais;
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
CPT	Comissão Pastoral da Terra;
CSP/CONLUTAS	Central Sindical e Popular;
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional;
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil;
CUT	Central Única dos Trabalhadores;
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce;
DEM	Partido Democratas;
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos;
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural;
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural;
EUA	Estados Unidos da América;
FAPCEN	Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte;
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura;
FED	<i>Federal Reserve System;</i>
FETARN	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte;
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura;
FHC	Fernando Henrique Cardoso;
FMC	<i>Food Machinery Corporation;</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional;
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia;
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste;
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste;

FS	Força Sindical;
GETAT	Grupo Executivo de Trabalho do Araguaia Tocantins;
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática;
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais;
ISAAA	Serviço Internacional para Aquisição de Biotecnologia Agrícola;
ITERMA	Instituto de Colonização e Terra do Maranhão;
JICA	<i>Japan International Cooperation Agency;</i>
JUC	Juventude Universitária Católica;
JAC	Juventude Agrária Católica;
MDB	Movimento Democrático Brasileiro;
MEB	Movimento de Educação de Base;
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu;
MIRA	Movimento Intermunicipal Rural Arquidiocesano;
MST	Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra;
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais;
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego;
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico;
OIT	Organização Internacional do Trabalho;
OMC	Organização Mundial do Comércio;
ONU	Organização das Nações Unidas;
OXFAM	<i>Oxford Committee for Famine Relief;</i>
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos;
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento;
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba;
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo;
PAPDPB	Plano de Ação para Potencializar o Desenvolvimento do Polo de Balsas;
PCB	Partido Comunista Brasileiro;
PCdoB	Partido Comunista do Brasil;
PCF	Partido Comunista Francês;

PC-GEBAL	Projeto de Colonização dos Gerais de Balsas;
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados;
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural;
PCT	Projeto Cédula da Terra;
PDCSN	Programa de Difusão da Cultura de Soja no Nordeste;
PEA	População Economicamente Ativa;
PFL	Partido da Frente Liberal;
PIN	Programa de Integração Nacional;
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio;
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário;
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento; Plano Nacional de Desestatização;
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária;
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel;
POLAMAZONIA	Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia;
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste;
POS DR	Partido Operário Social-Democrata Russo;
PPM	Projeto de Povoamento do Maranhão;
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool;
PROCERA	Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária;
PRODECER	Programa de Desenvolvimento do Cerrado;
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
PRO-RURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural;
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste;
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira;
PT	Partido dos Trabalhadores;
RAM	Reforma Agrária de Mercado;
SDS	Social Democracia Sindical;
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural;

SindiBalsas	Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas;
SLC Agrícola	Schneider Logemann & Cia Agrícola S/A;
SM	Salário Mínimo;
SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos;
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura;
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural;
SRB	Sociedade Rural Brasileira;
SUDEMA	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão;
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito;
TPM	<i>Total Productive Manintenance;</i>
TPP	Parceria Trans-Pacífico;
TQC	<i>Total Quality Control;</i>
UDR	União Democrática Ruralista;
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros;
URSS	União das Repúblicas Socialista Soviética;

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	23
2.	O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A MATERIALIZAÇÃO DA DINÂMICA DESTRUTIVA DO CAPITAL NO CAMPO MARANHENSE.....	36
2.1.	O Estado capitalista como mediação de segunda ordem para materialização das relações capitalistas de produção de soja.....	37
2.2.	O desenvolvimento dependente como mecanismo de aprofundamento da divisão internacional do trabalho.....	49
2.3.	A concentração fundiária como forma de consolidação do desenvolvimento dependente.....	60
2.4.	A modernização conservadora como base da lógica imperialista.....	68
2.5.	A “Revolução Verde” como base do agronegócio e elemento imprescindível para mundialização da agricultura.....	83
3.	O FETICHISMO DA PROLETARIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DE SOJA EM BALSAS/MA.....	92
3.1.	O processo de expropriação como condição necessária para materialização do processo de proletarização na agricultura.....	93
3.2.	A produção de soja como expressão do desenvolvimento dependente e divisão internacional do trabalho.....	114
3.3.	Breve considerações sobre o fetichismo da proletarização	130
3.4.	A sazonalidade do assalariamento rural como mecanismo de reprodução da exploração da força de trabalho na produção de soja em Balsas/MA.....	145
3.5.	A exploração do trabalho na agricultura como condição necessária para o avanço dos grandes projetos.....	175
3.6.	O trabalho escravo enquanto parte constitutiva da produção de soja...	195
4.	A RESISTÊNCIA CAMPONESA A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM BALSAS.....	208
4.1.	O deslocamento do trabalho do âmbito da metafísica para a economia política: o trabalho enquanto fundamento ontológico do ser social.....	210
4.2.	Da supremacia irracionalista pós-moderna à centralidade do trabalho.....	217
4.3.	A indestrutibilidade do campesinato como resposta ao processo de proletarização na agricultura.....	245
4.4.	Da contenção da luta à necessidade de organização dos trabalhadores rurais e camponeses enquanto parte da classe trabalhadora.....	261

4.5.	A organização defensiva dos sindicatos rurais no período neoliberal como forma de contenção das lutas.....	274
4.6.	As contradições da luta camponesa no Maranhão e o caso dos trabalhadores assalariados rurais de Balsas.....	290
5.	CONCLUSÃO	305
	REFERÊNCIAS.....	317

1. INTRODUÇÃO

O trabalho trata do fetichismo da proletarização na agricultura. A proletarização na agricultura ocorre quando as relações capitalistas de produção penetram no campo transformando o camponês em trabalhador assalariado. Essa transformação ocorre inicialmente com o processo de expropriação do camponês, ou seja, com a separação entre camponês e seu meio de produção, a terra. Neste sentido, apesar da grande intensidade do capitalismo na agricultura com a Revolução Verde e seu projeto atual denominado de agronegócio, percebe-se que as relações de assalariamento não se consolidaram plenamente, pois, além da dinâmica da produção agrícola ser temporária, o campesinato, apesar de ressignificado, ainda possui uma grande expressão tanto, no que diz respeito ao quantitativo da força de trabalho no campo, quanto na representação da produção de alimentos.

Sendo assim, entende-se que o processo de proletarização na agricultura é histórico e parte constitutiva da formação social brasileira. Desse modo, a dinâmica sociometabólica, formada pela relação entre Estado e Capital contribui também para o processo de proletarização. Neste sentido, com a criação de políticas para materialização da exploração capitalista no campo, como a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, a criação de leis responsáveis pela concentração e centralização da propriedade da terra.

O fato da proletarização não se tornar uma relação hegemônica, mas apenas uma parte da totalidade das relações capitalista no campo, que além de não gerar renda, desarticula uma parte significativa da produção camponesa de base familiar. Esse movimento de ênfase e sobrevalorização criada por uma ideologia do capital, estamos denominando de fetichismo da proletarização na agricultura, ou seja, essa relação que é apenas a aparência da produção capitalista na agricultura estamos denominando de fetichismo, justamente pelo seu caráter de superficialidade. Assim, com base no método da economia política de Marx (1982) realizou-se um movimento de desvelamento da proletarização. Sendo assim, entende-se que esta se apresenta como um todo fetichizado, por isso, caótico, mistificado e, “através de uma determinação mais precisa”, realizada através de uma investigação mais minuciosa chegou-se “a conceitos cada vez mais simples”, ou seja, “do concreto idealizado passamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais

simples”. Depois de chegar nesse ponto, retornou-se ao processo de proletarização, “não com uma representação caótica de um todo, entretanto, com uma rica totalidade de determinações e relações diversas”, ampliando o universo categorial que se relaciona com estas condições, sendo possível chegar-se ao real, não mais como aparência, mas como um concreto pensado, conforme entendeu Marx (1982, p. 14).

Ao mostrar a produção de mercadorias como uma relação social entre produtores, essa relação aparece para os produtores (proletários) como aparência, porém, sem necessariamente ser falsa. Ela existe, mas oculta a relação entre os produtores, pois, as relações que ligam o trabalho de um indivíduo com o trabalho dos outros, aparecem como relações materiais entre pessoas e relações entre coisas”. Assim é o fenômeno da proletarização na agricultura que se mostra como uma relação oculta pelas relações entre capital (detentores dos meios de produção) e trabalho (proprietários da força de trabalho). É durante esse percurso que o caráter explorador da relação de produção torna-se oculto para o trabalhador, pois, este não consegue visualizar a exploração que está por traz da relação de trabalho.

Dessa maneira, é importante afirmar que a teoria do fetichismo foi mais discutida no contexto da mercadoria, porém nunca foi retomada explicitamente em “O capital”, ou em qualquer outra obra de Marx. Por outro lado, esse elemento pode ser muito bem comprovado nos debates existentes entre Marx e os teóricos da economia política clássica, bem como, entre os clássicos do socialismo utópico e anarquista. Apesar de não ter se constituído uma teoria do fetichismo, pode-se afirmar que a tese de Marx é uma teoria do anti-fetichismo, ou seja, é uma tese que se propõe a desvelar as relações capitalistas estabelecidas e mistificadas pelo conjunto das relações e instituições sociais. Assim, o fetichismo da mercadoria é a forma mais simples e universal do modo pelo qual as formas econômicas do capitalismo ocultam as relações sociais. A simplicidade do fetichismo da mercadoria faz dele um ponto de partida e uma boa referência para a análise das relações não econômicas. Dessa maneira, constitui o ponto de partida para análise de todo o conjunto das relações sociais, estabelecidas por meio da relação aparência/essência. A aparência é necessariamente como os fatos se apresentam e a realidade ocultada é aquela que precisa de um grau mais intenso, tanto de consciência, como de comprometimento político classista para ser percebida.

Desse modo, se o fetichismo é a aparência dos fenômenos há uma necessidade de criar uma consciência e comprometimento político dos trabalhadores rurais para perceber as relações de exploração e alienação produzidas pela dinâmica capitalista de produção de commodities.

Assim sendo, o fetichismo é qualquer relação social oculta, quer entre produtores de mercadorias e capitalistas, quer entre capital/trabalho. Toda relação característica da sociedade capitalista vem marcada por um caráter fetichista. Dessa forma, o processo de proletarização na agricultura se mostra como um elemento fetichizado, pois, ao mesmo tempo em que este é imposto como forma de superação das relações de produção camponesas, contraditoriamente se reveste por relações de exploração da força de trabalho. Desse modo, para se compreender o fetichismo é necessário também compreender a relação entre essência e aparência e ideologia e alienação.

A alienação é o fenômeno pelo qual o ser social é transformado em mercadoria e, desse modo, não se reconhece como produtor, nem como parte de uma classe social, nem como parte de uma comunidade. No fenômeno da reificação “uma relação entre pessoas, toma o caráter de uma coisa e, por isso, de uma ‘objetividade ilusória’ que, pelo seu sistema de leis próprio, aparentemente rigoroso, inteiramente fechado e racional, dissimula todo e qualquer traço da sua essência fundamental: a relação entre homens” (LUKÁCS, 1989, p. 97). Dessa forma, a alienação é uma relação de estranhamento entre o produtor e o produto do trabalho; se manifesta explicitamente na divisão do trabalho, pois, quanto mais intensa, maior é o processo de afastamento entre produtor e produto. Portanto, esse afastamento se aprofundou na medida que se intensificaram as relações capitalista de produção, pois, além de agudizar a lacuna entre trabalho intelectual e manual, distanciou produtor e produto, bem como, os próprios trabalhadores.

Por isso, a necessidade de advogar a tese da centralidade do trabalho e conseqüentemente o sujeito protagonista da emancipação humana, que é a classe trabalhadora composta pelos trabalhadores do campo, camponeses e da cidade. São estes os sujeitos constituintes do proletariado.

Dessa maneira, a divisão do trabalho também contribui consideravelmente para o processo de reificação, particularmente porque é responsável por um processo de fragmentação do trabalho, na medida em que este entra na esfera da

mercantilização e, portanto, na esfera da troca, como simples mercadoria que passará a ser trocada por um salário. Nesse contexto, o assalariamento é uma condição fundante para que haja o processo de reificação, pois, este transforma o camponês autônomo em mercadoria, tornando-o uma coisa. Além de fragmentar o trabalhador, na sua singularidade, fragmenta o trabalho na sua generalidade e, desse modo, “[...] a fragmentação do objeto da produção é também necessariamente a fragmentação do seu sujeito” (LUCKÁCS, 1989, p. 103). Apesar das novas formas de organização do trabalho, fundamentada em um trabalhador polivalente, que deve possuir o máximo de habilidades e competências para desenvolver o maior número de atividades laborais, as novas formas de organização do trabalho propõe um processo de captura da subjetividade do trabalhador - e a classe -, tornando a luta política muito mais difícil de ser efetivada, especialmente em um contexto rural, em que a dispersão geográfica e a organização política dificultam ainda mais a organização dos trabalhadores nos mais diversos espaços produtivos.

Sendo assim, o trabalho em tela tem como objetivo analisar o processo de fetichismo da proletarização na produção de soja em Balsas, em uma conjuntura de aprofundamento do capitalismo no campo, com a produção de *commodities* agrícolas e redução das lutas sociais, pois, não houve um processo amplo de proletarização na agricultura brasileira, a exemplo daquele que ocorreu nos setores fabril e terciário da classe trabalhadora, pois, além da natureza sazonal do trabalho, os trabalhadores rurais não tiveram conquistas trabalhistas e conseqüente perdas. Dessa forma, as relações de trabalho no campo já nascem precarizadas, pois, ao mesmo tempo em que os trabalhadores rurais conquistaram direitos, simultaneamente perderam com o processo de reestruturação produtiva que atingiu o mundo do trabalho. Além das formas mais abruptas de precarização, o fetichismo da proletarização vai se caracterizar por um processo contraditório de sobrevalorização da agricultura capitalista, já que, além de poucos postos de emprego gerados pela agricultura mercantilizada, a natureza essencialmente temporária e a organização frágil dos trabalhadores impossibilitam um processo de resistência e enfrentamento ao projeto hegemônico.

Dessa maneira, o trabalho se justifica analisa o fetichismo da proletarização na agricultura, na produção de soja em Balsas/MA a partir do avanço das relações capitalistas de produção com o agronegócio em uma conjuntura de aprofundamento

da divisão internacional do trabalho. Apesar da intensificação do capital, a produção de soja combina formas de exploração predatória dos recursos naturais, com uso de tecnologia de ponta e formas de exploração da força de trabalho, características do século XIX. Essa processualidade tem contribuído para uma dinâmica desigual da agricultura, e tem como resultado a redução da agricultura camponesa, em virtude do processo de expropriação e violência.

Desse modo, a dinâmica desigual da agricultura é resultante de um movimento dialético em que o Estado capitalista teve uma participação importante na reprodução sociometabólica, por um lado, devido à criação de um modelo de desenvolvimento dependente que combina, concentração de terra, exploração da força de trabalho, produção de commodities agrícolas, criação do Estatuto da Terra e consequente implementação do Estatuto do Trabalhador Rural, ETR. Essa conjugação de forças possibilitou o avanço das empresas multinacionais, com a chamada “Revolução Verde”, que tem como base o denominado agronegócio. É importante ressaltar que o processo de assalariamento não representou a extinção das demais relações de trabalho pré-capitalistas, como a parceria, a meia, etc., nem uma universalidade do assalariamento, ou seja, não foi suficiente para dissolver a agricultura de base familiar, mas criou novos processos de territorialização/desterritorialização, que resultaram na destruição de parte da agricultura camponesa.

Nesse sentido, entende-se que o debate da temática tem como centralidade o trabalho como fundamento ontológico do ser social, conforme entende Lukács (2012; 2013) e como parte constituinte e necessária da teoria da luta de classes que se encontra fundamentada na relação capital/trabalho. Assim sendo, ao contrário daquilo que entendia a vertente revisionista, formada pelos intelectuais da segunda Internacional Comunista, especialmente o reformismo alemão kautskyano é importante entender que o avanço das relações capitalistas no campo com o agronegócio tem criado um processo de assalariamento, porém, foi insuficiente para forjar um amplo mercado de trabalho assalariado rural. Apesar disso, uma parte substancial de camponeses não consegue mais se reproduzir em sua propriedade e tem sido obrigada a se inserir no processo de assalariamento, especialmente na dinâmica de produção de *commodities*. Assim, os trabalhadores rurais deixam de produzir alimentos e se reproduzir como fração da classe trabalhadora autônoma para

serem incorporados ao mercado, tanto como produtores diretos, quanto como força de trabalho. Apesar da intensificação das lutas sociais no atual contexto de avanço do conservadorismo há um processo de recuo das lutas sociais que tem favorecido, tanto a exploração dos trabalhadores, quanto a entrada de camponeses na dinâmica do assalariamento.

Apesar do avanço das relações de produção capitalista no campo e as contradições presentes na questão agrária brasileira, a agricultura camponesa de base familiar possui importância ímpar na produção de alimentos e na reprodução social da humanidade, pois, além de empregar mais de dois terços da força de trabalho na agricultura, possui uma quantidade reduzida de terra, recursos técnicos e financeiros insignificantes e produz mais da metade do alimento consumido no Brasil. Essas relações de produção entram em confronto direto por meio da luta de classes com o modelo de produção baseado no agronegócio que, além de possuir uma quantidade de crédito 10 vezes maior, possui terra e assistência técnica à disposição, emprega uma quantidade menor de força de trabalho e produz essencialmente para o mercado externo.

Esse fenômeno de sobrevalorização da produção mercantil e subvalorização da atividade de produção de necessidades humanas estamos denominando de fetichismo. Neste sentido, uma parcela expressiva da população camponesa está sendo expropriada e transformada em trabalhadores assalariados. Assim, essa parcela da população, especialmente aquela explorada pelos capitalistas, inserida no campo do agronegócio na condição de assalariados rurais precisa ganhar visibilidade, ainda que uma parte desta esteja inserida na esfera do campesinato e, por si só, possui representações importantes no contexto da luta política. No entanto, uma fração da classe trabalhadora que é explorada pelos capitalistas precisa ter visibilidade, tendo em vista que as políticas públicas direcionadas para este setor da classe trabalhadora não tem sido suficiente para reduzir os graus de exploração, especialmente em um contexto de dissociação da representação sindical e refluxo das lutas sociais.

O trabalho perpassa pelo desenvolvimento de um movimento de proletarianização que, embora não tenha se hegemonizado como previam os revisionistas, tem comprometido a pequena produção camponesa. Por outro lado, o trabalho traz em seu bojo uma preocupação com os impactos que a dinâmica

capitalista via assalariamento pode causar na agricultura, tendo em vista que grande parte dos trabalhadores inseridos no processo de assalariamento, além de oriundos da zona rural, são submetidos a graus consideráveis de exploração. Essa exploração se dá, tanto em relação às jornadas de trabalho, quanto às próprias condições de trabalho. Embora seja uma realidade concreta, ainda é um mistério para a literatura científica. Contudo, não se pode fingir que uma parcela expressiva da classe trabalhadora submetida aos graus mais extremos de exploração seja invisível, tanto por parte da comunidade científica, como da ação das políticas públicas e do movimento operário/camponês. Ao mesmo tempo em que a conjuntura permeada pelas políticas neoliberais não tem sido favorável à manutenção das lutas sociais, essas políticas têm contribuído para o desmonte das instituições da classe trabalhadora.

Como o trabalho não tem a pretensão de tratar apenas dos locais onde o assalariamento é mais acentuado, optou-se por expor a formação econômico social e uma particularidade dessa formação que é a região de Balsas/MA. Por região de Balsas deve-se compreender o conjunto das municipalidades que produzem soja que integram as microrregiões geográficas dos Gerais de Balsas, da Chapada das Mangabeiras e Riachão. Nesta última foi incluída apenas a municipalidade de Riachão, pelo fato de possuir maiores taxas de assalariamento que algumas municipalidades da região de Balsas. Outras municipalidades em que a produção de grãos e a taxa de trabalho assalariado são baixas não foram inseridas nas tabelas comparativas, no entanto, estão representadas no conjunto geral da microrregião. O trabalho também não constitui uma análise comparativa entre as municipalidades produtoras de soja, ainda que em alguns momentos sejam analisados dados acerca da dinâmica produtiva dessas municipalidades.

Trata-se de uma temática já presente na sociedade brasileira, porém não tem sido enfatizada com o rigor exigido. O fato dos trabalhadores rurais assalariados serem menos expressivos que às demais frações da classe trabalhadora fez com que houvesse poucos estudos sobre a temática, pois, uma parte substancial das análises tratam do trabalho fabril, núcleo central da classe trabalhadora e, contudo, na contemporaneidade, a maioria de estudos encontra-se sobre as relações de trabalho do setor de serviços, devido à sua representatividade no conjunto da classe trabalhadora.

Na agricultura, os trabalhos têm se concentrado na produção camponesa. Essa prevalência dos estudos sobre a questão agrária (estrutura fundiária, luta pela terra, dentre outros) se justifica pela importância no contexto da sociedade. Desse modo, além da temática não constituir um estudo inédito, vem sendo debatida desde o final do século XIX. Nos anos de 1980, em virtude da intensificação das relações capitalistas de produção no campo, com o fenômeno da “Revolução Verde” e consequente redução da população camponesa, Graziano da Silva (1980), observou a constituição de um processo de assalariamento rural na produção de cana em São Paulo e Delgado (1984) produziu um estudo sobre a influência do capital financeiro na agricultura.

Dessa forma, entende-se que o estudo serve para dá visibilidade a este setor da classe trabalhadora, que precisa lutar contra a exploração imposta pelos monopólios capitalistas que controlam a agricultura, particularmente em uma conjuntura de crise do sindicalismo e das instituições da classe trabalhadora. Assim, a fragilidade das relações de trabalho sempre foi mais intensa entre os trabalhadores rurais, pois, apesar das lutas das instituições como sindicatos, movimentos sociais e associações, sempre estiveram mais expostos às condições de exploração.

As relações capitalistas de produção estabelecidas por meio dos monopólios hegemônicos pelas grandes corporações e instituições financeiras, além de aumentar os padrões de exploração dos trabalhadores, podem levar a um controle ainda mais acentuado da produção de alimentos e, desse modo, destruir ainda mais a agricultura de base familiar. Essa destruição, além do aumento acentuado do desemprego no campo, é responsável pela insegurança alimentar e nutricional, conforme entende Silva (2008) e pode gerar intensas formas de migração para as cidades, acarretando vários outros problemas sociais.

Nas relações de produção capitalista em geral, e na agricultura em particular, prevalecem a superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras, pois, além da dificuldade de fiscalização por parte do Estado, as instituições que representam os trabalhadores estão débeis e fragilizadas. Essas instituições têm se caracterizado por relações excessivamente burocráticas, especialmente os sindicatos rurais, cuja participação tem se restringido às negociações em acordos coletivos, em detrimento da organização da luta e combate ao assalariamento e formas de exploração dos trabalhadores assalariados. Sendo assim, ao mesmo tempo em que faz uma

desconstrução da fragmentação da classe trabalhadora, se baseia em um processo de reconstrução da classe, enquanto instrumento de luta.

Como forma de analisar o objeto e contribuir para emancipação humana, tomando como base os referenciais do materialismo histórico, o processo de assalariamento deve ser visto como parte da totalidade concreta, entendida como síntese das múltiplas determinações políticas, econômicas e sociais que se articulam entre a infra e a superestrutura, pois, a dinâmica do assalariamento apresenta-se como mediação, fruto das contradições da própria lógica interna do desenvolvimento desigual capitalista. Ao mesmo tempo em que são preconizadas pelo Estado em consonância com os monopólios capitalistas, as relações de trabalho assalariado não se tornam hegemônicas. Essa hegemônica não ocorreu em virtude das limitações da produção agrícola (sazonalidade da produção, etc.), assim como pela própria lógica da reprodução capitalista que, funcionalmente, mantém apenas uma parte inexpressiva da força de trabalho com direitos trabalhistas e uma outra grande parte destes sem direitos e em condições subumanas. No entanto, causam destruição de parte dessa forma de produção. Sobre esse aspecto, utilizou-se o trabalho como categoria central, pois, ao propor a crítica à exploração dos trabalhadores, almeja-se a superação da realidade materializada no assalariamento rural na produção de soja. Ressalta-se ainda que o uso do referencial não é apenas um recurso metodológico para compreender as relações de trabalho presentes na produção de soja, mas para transformar a realidade dos trabalhadores rurais.

Além do referencial composto por autores que reivindicam o materialismo histórico, necessário para entender-se a realidade em tela, utilizou-se as bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, quanto aos números do trabalho assalariado no Brasil. Também se usou dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, MTE, para visualizar os dados do emprego (Admissão, demissão, rendimentos dos trabalhadores na agricultura). Dessa maneira, usou-se os dados do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Social e Econômico, DIEESE e da Comissão Pastoral da Terra, CPT, para verificar a questão dos conflitos, ocupações e conquistas dos trabalhadores. Além destes, utilizou-se dados da Organização Internacional do Trabalho, OIT, necessários para compreender a análise do assalariamento rural, especialmente no que se refere às condições de trabalho. Além dos dados, realizou-

se observações *in locu* na companhia de sindicalistas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balsas, STTR que se constituíram em momentos de contatos com trabalhadores, indispensável para comprovação da realidade concreta.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, conversasou-se com trabalhadores e sindicalistas. Apesar das conversas, optou-se por não elencar a fala dos sujeitos envolvidos. Além disso, acompanhou-se sindicalistas do STTR de Balsas, filiado à FETAEMA/CONTAG/CUT em viagem para realização de reunião das comissões de negociação em unidades produtivas (fazendas). Além de serem compostas por trabalhadores, representantes das empresas e sindicalistas, as comissões de negociações representam um dos únicos espaços de encontro do sindicato com a base dos assalariados, pois, as dificuldades encontradas pelos trabalhadores, o isolamento dos locais de produção e a falta de mobilização dos sindicatos têm sido óbices à organização dos trabalhadores. Nesta, verificou-se que, apesar de insuficiente para analisar as contradições presentes nas relações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, percebeu-se o vácuo político criado pelas entidades sindicais, movimentos sociais e associações e trabalhadores rurais assalariados, especialmente no que diz respeito ao processo de organização. É importante ressaltar que esse processo não é uma especificidade de Balsas, tampouco do Brasil, mas sim de um movimento estrutural do capital, caracterizado por um amplo processo de reestruturação produtiva e organização do trabalho, tendo como base as novas formas de acumulação.

Por mais que na atual conjuntura as relações capitalistas de produção, especialmente aquela baseada no capitalismo financeiro, tenha se tornado hegemônica, a luta dos trabalhadores tem se dado nas mais distintas formas. A hegemonia do capital financeiro forjada a partir do final dos anos 1970 pela crise do sociometabolismo instaurou a acumulação flexível. O resultado foi a criação de um vácuo político no mundo do trabalho. Esse vácuo foi suficiente para forjar um conjunto substancial de críticas ao marxismo, como maior tributário do mundo do trabalho. A crítica pós-moderna ao marxismo se deu especialmente à centralidade da teoria do valor-trabalho e, particularmente à sua maior expressão: a luta de classes. Destaca-se especialmente as contribuições de Foucault (1979); Castoriadis (1985); Gorz (2007); Schaff (1995); Coriat (1988; 1994) Habermas (2011; 2012a; 2012b). Apesar das contribuições ao debate da diversidade, as críticas realizadas pelo “irracionalismo

pós-moderno” à centralidade do trabalho, também constitui um elemento que contribuiu para implementação das novas formas de exploração capitalista, à medida em que expõe novas teses que questionam a inexistência da luta de classes e, portanto, a necessidade de teses reformistas em oposição ao processo revolucionário.

Ao elaborar e propor novas formas de centralidade dentro da sociabilidade, secundariza-se o trabalho e as formas de opressão social, retirando assim, o foco da exploração do trabalho. O resultado não representou um avanço no sentido da emancipação humana, mas o aprofundamento de políticas reformistas, responsáveis pela criação de formas “flexíveis” de acumulação, como assim entende Harvey (2002). Neste sentido, para fundamentar a tese da centralidade do trabalho como crítica ao irracionalismo pós-moderno e reafirmação da centralidade da teoria do valor-trabalho, serão usadas as obras de Marx (2002); Lukács (2012; 2013); Antunes (2002) e outros autores que tem contribuído para construção e reafirmação do trabalho como fundamento do ser social. Neste contexto, serão utilizadas as obras de Coutinho (2010); Konder (1988; 2003; 2009; 2010); Evangelista (2002); Zaidan Filho (1989), Antunes (2002) e Lessa (2011), pois, essa categoria possibilita o surgimento de uma classe que será responsável pela emancipação social.

Tanto os dados e procedimentos de pesquisa empírica, quanto o percurso de referência são importantes para dá conta de uma realidade dinâmica, complexa e fugaz. Nessas condições, elegeu-se um universo categorial a ser desenvolvido como: trabalho; proletarização na agricultura; Estado; imperialismo; exploração do trabalho; modernização da agricultura; campesinato; lutas sociais; sindicalismo rural, etc. Assim sendo, como elemento imprescindível para analisar as mediações entre relações de trabalho e universo categorial optou-se por utilizar-se o fetichismo como fundamento da aparência/essência, uma vez que a proletarização na agricultura se apresenta como um processo aparente, conforme entendem Marx(2002) e Kosik (2002). Esse processo de proletarização na agricultura se mostra como um processo mistificado, como um elemento fenomênico da dinâmica capitalista, ou seja, na divisão do trabalho, a produção de soja é apenas uma continuidade do movimento histórico herdeiro da via colonial. Dessa forma, é funcional à dinâmica capitalista que vem reproduzindo e conservando as estruturas mais perversas do capitalismo dependente.

Desse modo, o fetichismo é apropriado para uso porque há um culto exagerado aos projetos de produção de *commodities* agrícolas (soja). Enquanto a

aparência mostra como sendo promotor de desenvolvimento e emprego, a essência revela uma atividade produtiva concentradora de renda e que socializa pobreza, por se basear no trabalho temporário e exploração do trabalho.

Neste contexto, o fetichismo além de aspecto superficial, aparece como naturalização das relações sociais e, assim, como forma de dominação por parte de uma classe (MARX, 1982; 2001; KOSIK, 2002; BERMAN, 1986; 2001). Dessa maneira, os elementos ocultos da proletarização são a superexploração e o trabalho escravo, relações contraditórias presentes na acumulação, que combina, tanto as formas mais “destrutivas” (acumulação primitiva), como a mais atual (acumulação “flexível”). Essa última, ao invés de destruir, espolia e incorpora o camponês à dinâmica capitalista, pois, no Maranhão prevalece aquela forma mais destrutiva, semelhante à acumulação primitiva, uma vez que os projetos agropecuários ainda não foram capazes de gerar cadeias produtivas.

Dessa maneira, no intuito de desenvolver melhor a tese dividiu-se em três capítulos, além da introdução e conclusão. No primeiro analisou-se o processo de desenvolvimento capitalista como sendo desigual e combinado. Assim sendo, necessário para criar uma dinâmica destrutiva no campo que tem como base a produção de *commodities* agrícolas. Dessa forma, diferentemente do caráter universal, propalado pelas mais distintas teses, o Estado possui um caráter classista. É uma mediação de segunda ordem, conforme Mészáros (2011) que atua diretamente na reprodução ampliada do sociometabolismo do capital. Além do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil ter se baseado na via colonial e ter reforçado a divisão do trabalho, sem conseguir realizar as reformas de base, o processo de modernização da agricultura conservou a estrutura fundiária, a produção voltada para o mercado externo e exploração da força de trabalho. Além disso, a monopolização da agricultura que se efetiva por meio do controle das grandes corporações que tem como base o capital financeiro se efetiva pelas grandes empresas do ramo de alimentos e instituições financeiras. Desse modo, a dinâmica instaurada pela “revolução verde”, forjada nas últimas décadas em áreas periféricas do capitalismo dependente, tem criado formas de produção na agricultura responsáveis por inserir graus demasiadamente de exploração da força de trabalho na produção de *commodities*.

No segundo capítulo, investigou-se a dinâmica do fetichismo da proletarização na produção de soja em Balsas/MA, enquanto parte da formação social da periferia do capitalismo que se caracteriza pela organização das formas mais destrutivas do capital, como a produção de *commodities*. Primeiramente identificou-se que o processo de expropriação criado pelo Estado, enquanto elemento de mediação de segunda ordem constitui o fundamento da proletarização na agricultura, pois, no momento que adentrou no campo maranhense com a produção de soja, o capital desarticulou parte considerável da agricultura camponesa.

Sendo assim, identificou-se que os grandes projetos agropecuários e minero-metalúrgicos foram criados como parte da lógica desenvolvimentista, baseada na divisão internacional do trabalho e acirraram ainda mais as desigualdades sociais. O resultado dessa dinâmica foi o surgimento de um processo de assalariamento rural forjado pelas múltiplas determinações históricas, políticas, sociais e econômicas que, além de um amplo processo de exploração da força de trabalho, não foi suficiente para gerar um amplo movimento de proletarização na agricultura, mas sim uma aparente dinâmica de assalariamento sazonal, pois, além da geração de um número insignificante de emprego de força de trabalho, os contratos de trabalho são temporários, bem como, os processos de exploração da força de trabalho, a exemplo da efetivação da prática de trabalho escravo são recorrentes. Além do número reduzido, a agricultura camponesa de base familiar ainda é consideravelmente mais expressiva do que a agricultura capitalista, tanto em termos de postos de trabalho gerado, como pelo quantitativo da produção.

No terceiro capítulo tratou-se da resistência camponesa frente às formas de proletarização, especialmente em uma conjuntura de refluxo das lutas sociais, devido à dinâmica da crise do marxismo, avanço do “irracionalismo pós-moderno” e, em especial, devido à fragmentação da luta sindical. Esta última tem se dado particularmente em uma categoria que, além do anacronismo da organização política, tem se burocratizado consideravelmente, principalmente nos governos do Partido dos Trabalhadores. Desse modo, além de situar as lutas sociais em um contexto histórico, entende-se que o processo de crise do marxismo criou um vácuo para ascensão do irracionalismo pós-moderno e avanço das teses contra a centralidade do trabalho. Neste caso, o irracionalismo pós-moderno se confunde com a própria lógica do capitalismo tardio, conforme entende Jameson (1996).

O desenvolvimento do capital no campo em Balsas com o agronegócio gerou um processo de assalariamento, porém sem muitas formas de enfrentamento por parte do sindicalismo rural e dos movimentos socioterritoriais. O processo de burocratização das instituições dos trabalhadores tem contribuído consideravelmente para a redução das lutas. É importante mencionar que, além da dificuldade de organização, quer pela falta de representação, quer pelo próprio vácuo criado pelo sindicalismo cutista/contagiano no período neoliberal, o sindicalismo rural tem tido muitas dificuldades em organizar a luta política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A dissociação criou um vácuo ainda mais considerável na representação dos trabalhadores, pois, se em uma conjuntura de associação dos trabalhadores aos STTRs, os processos de exploração e descumprimento de direitos se davam com frequência, em uma conjuntura de fragmentação das lutas há uma exposição mais acentuada dos trabalhadores às condições de degradação e superexploração do trabalho, uma vez que, além de não haver representação, os trabalhadores não têm se mobilizado nas bases para criar uma categoria de sindicato assalariado. Desse modo, verificou-se que onde o agronegócio se desenvolve em sua plenitude as organizações da luta camponesas não se efetivam.

Assim sendo, concluiu-se o trabalho expondo que a produção de *commodities* agrícolas, além de não gerar a precarização do trabalho, tampouco foi suficiente para criar a prevalência da proletarização na agricultura na região de Balsas, pois, o que ocorreu, em essência, a não foi suficiente para criar um mercado de trabalho assalariado na agricultura, uma vez que, além de altamente mecanizada, o trabalho possui caráter temporário.

2. O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A MATERIALIZAÇÃO DA DINÂMICA DESTRUTIVA DO CAPITAL NO CAMPO MARANHENSE

Além de indispensável, a análise do desenvolvimento constitui um elemento imprescindível para compreender o processo de fetichismo da proletarização na agricultura. Nessa dinâmica, o Estado exerce um papel considerável. Apesar de muitos intelectuais considerarem como uma instância universal e elemento autônomo em relação ao capital, sua essência revela vínculo organicamente construído com as

classes sociais, especialmente aquela que exerce as funções hegemônicas, ou seja, ao mesmo tempo em que a aparência do Estado é universal, a sua essência é classista.

Ainda que a proletarização não tenha se tornado hegemônica, as relações capitalistas de produção estabelecidas pelas empresas multinacionais e grandes corporações associadas ao Estado forjaram políticas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Sobre este aspecto é importante destacar que, tanto as políticas desenvolvimentistas, quanto a criação de um estatuto dos trabalhadores rurais constituíram uma tentativa explícita em incentivar a criação do processo de proletarização na agricultura. Essas políticas deslocaram força de trabalho da agricultura camponesa para produção de mercadorias. Por outro lado, há um esforço de manutenção de uma população no campo, sem-terra e sem trabalho, para servir como superpopulação relativa para manutenção dos baixos salários. No entanto, apesar do esforço, a dinâmica do assalariamento rural esbarrou nas próprias contradições da produção capitalista, quais sejam: trabalho temporário, sem carteira de trabalho assinada, sem representação sindical, exposta à exploração com baixos salários, pouca proteção social; o surgimento de novas formas de acumulação, especialmente aquela baseada na sobreposição do capital financeiro sobre o capital produtivo é insuficiente para produzir alimentos. Por isso, é necessário analisar como as políticas desenvolvimentistas criadas pela dinâmica sociometabólica, especialmente aquelas criadas a partir da segunda metade do século XX, (II Plano Nacional de Desenvolvimento, PND e Programa de Aceleração do Crescimento, PAC) que apesar de incentivar uma dinâmica de produção de uma estrutura interna, não foram suficientes para romper com os laços de dependência e aprofundamento de um capitalismo dependente.

2.1. O Estado capitalista como mediação de segunda ordem para materialização das relações capitalistas de produção de soja

Apesar de não ter elaborado uma teoria do Estado, Marx contribuiu imensamente para o desenvolvimento da temática, pois, este sempre ocupou espaço importante dentro da literatura marxista. Sendo assim, se o Estado não possui um

posicionamento neutro embora contemple, em medidas e intensidades, interesses de classes distintas é importante ressaltar sua trajetória como parte das contradições da luta de classes. Ou seja, não sendo o Estado um instrumento, pois, poderia ser utilizado, ou por uma, ou outra classe, tampouco sujeito, pois, teria autonomia, como diria Poulantzas (1977), se caracteriza como parte das relações sociais de dominação que se estabelecem pelas relações sociais de produção.

Dessa forma, ao analisar os processos produtivos que têm sido forjados para produção de *commodities* no cerrado brasileiro em geral e, especialmente em Balsas, no Maranhão, percebe-se uma ampla participação do Estado, nas suas mais abrangentes esferas, principalmente aquelas que vão desde a elaboração de políticas territoriais, até a materialização das formas destrutivas de produção.

Para fundamentar a tese do Estado e se contrapor ao pensamento hegeliano, Marx vai afirmar que a infraestrutura (conjunto das relações sociais de produção) é a base da sociedade, enquanto que a superestrutura (estrutura jurídica, política, ideológica etc.) encontra-se sobre a estrutura, por isso, entendeu que a dialética de Hegel estava invertida, pois, ao invés de enfatizar as questões materiais, destaca os problemas metafísicos. Marx afirmou categoricamente que são os problemas materiais, particularmente o trabalho que é a base da sociedade e não a condição espiritual. De acordo com Löwy (2010), a separação radical entre a dialética de Marx e Hegel é a sua dimensão revolucionária. Ainda de acordo com o autor, enquanto a dialética hegeliana se preocupa em estabelecer o Estado Burguês como redentor da sociedade, a dialética marxiana está preocupada no processo revolucionário e, portanto, a superação da sociedade burguesa existente. Assim sendo, entende que não é consciência dos homens que determina a sua existência, mas a existência que determina sua consciência, ou seja, a transformação deve partir da própria existência, das condições materiais em que os homens criam e desenvolvem.

Tanto Hegel (2003), quanto Kant são tributários do pensamento iluminista, cuja base para pensar o Estado residia no contratualismo, especialmente aquele oriundo dos clássicos Hobbes, Locke e Rousseau. Hobbes (1997), a exemplo de todos os contratualistas, entendia que os homens viviam um Estado de Natureza. O autor entendia que o homem é mal por natureza e, desse modo, havia a necessidade de um contrato social. Cabia aos homens, alienar ao monarca o direito natural, em troca de proteção. Dessa forma, Hobbes vai entender que o fato de todos os homens serem

maus e precisarem garantir a sua vida levaria necessariamente a uma “guerra de todos contra todos”. Dessa forma, o direito natural para o autor é essencialmente o direito à vida, ou seja, se não há um direito para resguardar a vida e nem a propriedade, a qualquer momento poder-se-ia perde-las para alguém mais forte.

No Estado de natureza, todos são livres e iguais para fazerem o que bem entenderem. Enquanto para Hobbes, a saída consiste na criação de um Estado absolutista¹, caracterizado pela concentração de poder na figura de um monarca, como aquele da dinastia Tudor, ou seja, a soberania do Estado deve prevalecer para resguardar o direito da nobreza. Hobbes está vivendo a era do capitalismo selvagem e, dessa forma, esboça uma “teoria do individualismo possessivo”, conforme menciona Macpherson (1979). Aqui para ter direito à propriedade é preciso a existência de um Estado para resguardá-la já que todos são maus por natureza.

Locke² (1994), parte da premissa de que o ser humano não é bom nem mal, mas tem a tendência de ser bom. Dessa forma, enxerga dois conjuntos de Leis (da Natureza e de Deus) que formam o Estado Natural. Sendo essa a natureza humana, não haveria a necessidade de um Estado interventor, que controlasse as ações dos homens. Por homens aqui deve-se entender a burguesia. No entanto, mesmo não sendo bom, nem mal, Locke não enxergava o Estado apenas como um agente para conservar a vida, contudo, entendia que deveria haver um contrato social materializado em um Estado, pois, neste faltava juízes imparciais e neutros para julgarem. O autor está vivenciando o surgimento da burguesia como classe social, especialmente a partir da Revolução Gloriosa, com a subida ao poder de Guilherme

¹ Além de concentrar o poder, o Estado deveria ser autoritário, já que precisaria garantir a segurança, a vida e a propriedade da nobreza e burguesa.

² Assim sendo, entendia que esta deveria ter mais liberdade para comercializar e expandir suas propriedades por meio do trabalho, pois, o poder do monarca e do clero ainda era consideravelmente elevado. Era necessária mais liberdade para comercializar e empreender seus negócios. Desse modo, Locke vai defender a tese do Estado liberal, ou seja, entendendo o trabalho como elemento produtor de riqueza, vai afirmar que era necessária liberdade para comercializar e enriquecer. Enquanto o Estado absoluto se caracterizou geralmente por uma relação autoritária entre a classe governante e o “povo”, o liberalismo, por outro lado, pregou a dissociação entre o Estado e a economia. Dessa forma, a liberdade deveria ser estimulada e regulada pelo próprio mercado, conforme mencionava Smith (1996). A instituição necessária para isso, seria o Estado, contudo, não aquele absolutista que acabava sufocando os indivíduos. Neste caso, era necessária a criação de um parlamento para controlar as ações do executivo, concentradas no monarca. O povo, para Locke é a nobreza e a burguesia que ascendeu, almejando liberdade para comercializar. Nesse sentido, a igualdade entre os homens deveria ser conquistada a partir da liberdade, ou seja, uma vez livre, poderia competir no mercado pela igualdade. É importante mencionar que ao mesmo tempo que a liberdade para Locke é a necessidade de estabelecer relações contratuais para expandir a propriedade, a igualdade é uma condição em que os indivíduos têm de defender-se perante a lei, diante de um juiz.

III que, além de jurar a Declaração de Direitos, assegurou ao Parlamento, o direito de aprovar ou rejeitar impostos, garantindo a divisão de poderes entre o monarca e parlamento. Dentre os direitos assegurados estavam a liberdade individual e a propriedade privada, tornando a burguesia a classe fundamental.

Rousseau (1991), enquanto contratualista também entendia que havia a necessidade de um contrato social para pôr fim a prevalência de um Estado Natural, porém, afirma que não apenas a esfera jurídica que sustenta o Estado, mas sim a social. Apesar da concordância com os contratualistas sobre a necessidade do Contrato Social, ao contrário de Hobbes e Locke, o homem é bom por natureza. Sendo assim, entende que deveria haver um contrato social não apenas para defender os interesses da nobreza e da burguesia, mas da “vontade geral”. Enquanto para Hobbes e Locke o Estado intensifica a desigualdade entre os homens, para Rousseau ele deveria promover a igualdade. Apesar das discordâncias, o autor será uma grande inspiração para os demais, especialmente para Marx.

Ao presenciar a queda do Antigo Regime por meio das revoluções burguesas, Hegel (1997) entendia que o Estado não podia ser considerado uma instituição desistoricizada. Na realidade, Hegel é um dos grandes entusiastas e teóricos do Estado burguês com a sua “Filosofia do direito”, ou seja, o Estado é a razão “em si e para si” (HEGEL, 1997, p. 217). Diferentemente de Kant³, Hegel vai entender que o Estado deve se impor aos indivíduos por meio do direito, especialmente aqueles estabelecidos nos princípios instituídos pela Revolução Francesa, com o Código Napoleônico.

³ Apesar de vivenciar o iluminismo, Kant viveu em um período de transição entre o Antigo Regime e as revoluções burguesas. Contudo, sua obra foi produzida em uma conjuntura política que antecedeu a Revolução Francesa. Kant viu que o Estado, do ponto de vista político, além de se impor excessivamente aos indivíduos, limitava intensamente a liberdade individual, daí o motivo pelo qual o autor entendia que a imposição do Estado era prejudicial ao desenvolvimento social. Dessa forma, se opôs tanto ao absolutismo, tendo em vista o processo de repressão era consideravelmente elevado aos opositores do regime, como daquele posto pelo direito positivado. Vendo essa condição de imposição, entendeu que o melhor direito e lei não são aqueles que vem do Estado, mas sim da razão individual. Essa razão individual seria um imperativo categórico, ou seja, isso quer dizer que se cada um fizer sua parte não haverá necessidade de imposição da norma ao indivíduo, pois, estes possuem a mesma concepção já que é um imperativo categórico. Assim sendo, o Estado Kantiano não prevê contradições, pois, estas se anulariam em uma espécie de entendimento comum. Ou seja, para funcionar todos precisam ter o mesmo entendimento sobre o que é a justiça, portanto, só funcionaria em uma sociedade harmoniosa e ideal, já que o direito de um não coincide com o do outro. Para o autor, existe uma razão no indivíduo que é melhor do que a razão do Estado.

Hegel (2003) se contrapôs primeiramente a Kant, como um dos maiores representantes da Filosofia e do direito do Estado Alemão. Além de deslocar a razão do indivíduo para o Estado, retira o centro gravitacional da concepção kantiana, o direito natural do indivíduo e transfere ao Estado, por meio do direito positivo, ou seja, o direito que se impõe por meio do Estado. Assim sendo, além do reino da liberdade é também uma totalidade⁴. Uma das explicações para o entendimento de Hegel sobre a concepção de Estado seria a premissa de que as revoluções burguesas, já teriam cumprido a tarefa histórica de emancipar a humanidade⁵. Além do limite histórico, Hegel transfere para o Estado a solução dos problemas vivenciados pela sociedade civil. Ao enfatizar o Estado burguês como o reino da razão e liberdade, Hegel cria uma armadilha, no momento em que insere todas as contradições para a esfera do Estado.

Para Marx (2012), o Estado capitalista burguês não pode ser o reino da razão, tampouco da liberdade, tendo em vista que este assume a forma social dominante e, nesse sentido, assume uma função de dominação, ou seja, não cabe lutar dentro do Estado para aperfeiçoá-lo, mas para destruí-lo. Por isso, o trabalho é a mediação importante, pois, vislumbrada sua centralidade ontológica, segundo Marx (2007 a)

⁴ Diferente de Marx que vê a totalidade como síntese das múltiplas determinações, a totalidade para Hegel (2003) é vista como realização do absoluto. Contraditoriamente, o autor foi intensamente criticado, pois, ao afirmar que os fatos, além de lógicos são históricos, ou seja, podem ser tanto explicados por meio da história como provados logicamente, por meio da razão, a Filosofia de hegeliana havia dado um grande salto na construção do conhecimento.

⁵ Hegel (2003) está pensando no Estado erguido pela burguesia com a Revolução Francesa. É bem verdade que do ponto de vista histórico este evento é, sem sobra de dúvidas, o mais progressista já empreendido pela humanidade até o momento, cuja, ação dissolve o Antigo Regime, acabando com um dos representantes diretos de “Deus na Terra”, que era o monarca. Hegel, portanto, foi um intelectual que acreditou nas ideias e realizações da burguesia particularmente porque esta se apresentou como principal agente histórico da revolução. O problema colocado, portanto, é que ao invés de emancipar a humanidade por meio do processo revolucionário, a burguesia empreendeu formas mais perversas de exploração do homem. Sobre este aspecto, Marx empreendeu uma crítica extremamente profunda a Hegel, inclusive afirmando que sua dialética estava invertida, pois, o Estado erguido pelos revolucionários não representou a sua emancipação, mas sim se tornou um estranhamento à sociedade. Ou seja, o Estado burguês não pode ser sinônimo de liberdade e de realização da humanidade, pois, “os homens fazem a história, mas não a fazem como querem e sim fazem sob circunstâncias historicamente dadas, em virtude das heranças históricas”. Assim afirma que a forma de Estado instaurada pela burguesia não seria suficiente para realizar a emancipação humana, porque ela trazia heranças históricas das sociedades antigas, particularmente do Senado romano, cuja forma e conteúdo representava os interesses da classe dominante. Desse modo, Marx ao analisar os Estados tipicamente capitalistas que já haviam se levantado, entendia que não cabia aprimorá-lo, mas sim destruí-lo. Desse modo, chegou a conclusão na “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel” que o Estado é classista. No 18 Brumário entende que as ações do Estado se dão conforme os interesses da classe burguesa. Tanto na Guerra Civil na França como nas Lutas de classes na França chega à conclusão que se o Estado é um instrumento de dominação de classes e, se ele age em conformidade com a classe burguesa, ele precisa ser destruído. Essa conclusão foi tirada depois de um extremo balanço das lutas de classes na França, quando há a insurreição da Comuna em 1871. E para destruí-lo é necessário a associação dos trabalhadores através das suas organizações, especialmente através da construção do partido internacionalista.

identifica o proletariado como agente histórico da mudança revolucionária e anuncia o casamento radical com o proletariado, onde, a Filosofia é a cabeça da emancipação revolucionária e os proletários são o coração. Desse modo, segundo o autor, o processo de emancipação humana não está na vontade do indivíduo, como afirmara Kant, tampouco encarnada no Estado burguês como queria Hegel, mas na classe. Apesar de reconhecer os méritos de Hegel, especialmente no que diz respeito ao caráter lógico/histórico da dialética, Marx (2010a) fez uma severa crítica a esta, pois, o fato de conferir ao Estado um status de absolutização, retira o seu caráter histórico, uma vez que se trata de uma forma social e histórica, cuja existência é particular e relativamente autônoma em relação à base. Marx, com essa tese, trilhou um caminho distinto àquele deixado pelo seu mestre, qual seja, sendo uma instituição histórica, o Estado capitalista burguês é fruto da produção humana e, como tal, pode ser modificada, transformada ou até mesmo extinta, portanto, não é absoluta.

Neste sentido, o Estado, a política e a democracia constituem um dos grandes contributos de Hegel a Marx. Enquanto iluminista, Hegel era um grande defensor das Revoluções burguesas e, dessa forma, da democracia burguesa que se impõe com o poder estatal. Nesse sentido, um dos autores fundamentais que inspiraram essa empreitada foi Rousseau⁶, especialmente no que se refere ao conceito de vontade geral, conforme menciona Coutinho (1999). Marx, ao contrário de Hegel, não entende o Estado como sendo o reino da liberdade e, portanto, da realização do absoluto. Na realidade, Hegel se encantou com o Estado burguês, criado depois da Revolução Francesa, como sendo produto das relações humanas com a prevalência da razão, ou seja, os fatos encarnaram a razão com o surgimento do Estado burguês.

Esse feito já seria a realização do progresso⁷ e da liberdade humana. Embora Hegel (2003) reconheça o papel da história no desenvolvimento e realização do absoluto, compreendeu que o Estado possuía, naquele momento, um papel específico no que diz respeito ao papel classista. Ressalta-se que Hegel vislumbrou isso com a negação do Antigo Regime, imposta pela sociedade burguesa, portanto, não é alheio à luta de classes, embora tivesse um posicionamento classista claro e vinculado ao

⁶ Apesar da importância do autor ao entender que o Estado se encontra na origem da desigualdade entre os homens, Marx também terá um ponto de ruptura, pois, enquanto para Rousseau as contradições se diluem no Estado, para Marx, as contradições devem se dar na sociedade civil.

⁷ A questão da instituição da sociedade burguesa para Hegel se dá com o fim do Antigo Regime, quando a Burguesia instaura uma nova forma de organização social baseada no Estado burguês que, para ele seria o reino da liberdade e democracia.

projeto da sociedade burguesa. Aqui na tese hegeliana, apesar de instauradas as contradições, não está prevista a luta de classes como movimento histórico; o desenvolvimento progressivo da humanidade caminhará para a realização do absoluto, daí a crítica de Marx. Segundo este, nem se atingiria o absoluto, tampouco a emancipação humana⁸ se realizaria na ordem do Estado burguês, pois, o movimento da história se estabelece pela luta de classes.

Marx (2010c) entendeu que o núcleo dinâmico da sociedade se encontrava na sociedade civil, ou sociedade burguesa. O Estado para Marx é um produto das relações sociais de produção, utilizado pela classe dominante no domínio político da sociedade, pois, enquanto construção social, constituir-se-ia num instrumento voltado para a garantia das próprias bases sobre as quais se apoiaria a sociedade civil. O Estado burguês, por exemplo, protegeria as relações capitalistas de produção, de forma a assegurar o domínio do capital sobre o trabalho, a reprodução ampliada do capital, a acumulação privada do produto social, a redistribuição do fundo público em benefício do capital, a exploração da renda fundiária.

O Estado emerge das relações sociais de produção e expressa os interesses da estrutura de classe inerente às relações sociais, ou seja, a classe que detém os meios de produção, necessariamente, possui o controle do Estado. Não é à toa que Marx (1997) chega à conclusão de que este é um “comitê gestor para gerir os interesses da burguesia”.

Conforme Mészáros (2011), o próprio sistema do capital é incontrolável, pois, nem as experiências socialistas, tampouco as próprias experiências capitalistas, como o período dos trinta gloriosos ou “*Wellfire State*”, conseguiram controlar o “moinho satânico” do capital. Na realidade, a própria burguesia criou um paradoxo, qual seja: enquanto classe que detém o poder não pode parar o movimento “progressivo” da sociedade, pois, isso representaria a sua destruição enquanto classe, conforme cita Berman (1986, p. 92).

⁸ É importante fazer um breve esclarecimento sobre a emancipação humana, pois, tem havido muito equívoco quanto ao uso do termo, especialmente com relação à emancipação social e política. Enquanto estas se dão com a conquista de direitos, a outra exige a inexistência de toda e qualquer forma de desigualdade, dominação e exploração. Enquanto esta pressupõe a inexistência das relações capitalistas de produção, que se materializam na propriedade privada dos meios de produção, e aquela, pode ser alcançada na própria dinâmica da sociedade capitalista. Porém é importante afirmar também que a emancipação política é condição essencial para emancipação humana, ou seja, se por um lado, há correlação, por outro, não há identidade entre ambas.

Dessa forma, a necessidade de realização do desvelamento do Estado, pois, este se apresenta como parte das relações sociais de produção e, conforme entendem Montañó e Duriguetto (2011) com um caráter fetichizado, ou seja, este se apresenta como representante do interesse universal, mas representa os interesses da classe dominante, ou seja, enquanto a aparência do Estado é universal, a essência é classista. Assim sendo, apesar das contradições, em termos gerais, o Estado é uma relação de dominação de classe. Assim, a maior contribuição de Marx é a desmistificação da premissa de que o Estado é produto das relações sociais de produção, ou seja, não é um elemento naturalizado ou criado por uma divindade estranha ao homem.

Além de elucidar o Estado como uma relação social e afirmar seu caráter classista, nega-se também seu fetiche universalizante, pois, segundo Marx (2007a), por representar a forma de dominação social estabelecida em um determinado período histórico, a classe dominante será aquela que dominará o Estado. Assim, o Estado enquanto modelo ideal é uma forma mistificada da sociedade classista, como afirma Konder (2009). Desse modo, além de deslocar o Estado do plano metafísico e ideal, Marx (2010a) aprofunda ainda mais sua análise para uma perspectiva revolucionária no momento em que discorda da concepção de Estado burguês. Assim sendo, ao elencar um outro sujeito histórico (o proletariado) põe em evidência a teoria da luta de classes. Desse modo, afirma que o Estado burguês é uma instituição classista e representa majoritariamente os interesses dessa classe. Foi isso que concluiu no livro “Crítica à Filosofia do direito de Hegel”, com a sua introdução escrita *a posteriori*. O novo sujeito social é a classe. Assim sendo, o Estado enquanto instituição histórica está suscetível a uma mudança radical. Na concepção de Engels, nasce “[...] da necessidade de conter o antagonismo das classes [...] é, por regra geral, o Estado da classe [...] economicamente dominante (ENGELS, 1986, pp. 229-30). No contexto da produção intelectual de Marx e Engels, tanto os direitos civis e políticos, como os partidos de massa ainda não haviam se expandido para a classe trabalhadora, sobretudo, os partidos operários e os grandes sindicatos que surgiram a partir das experiências do movimento operário mundial, especialmente a partir da primeira Guerra Mundial, com a implementação das políticas keynesianas⁹.

⁹ As políticas keynesianas representaram uma forma encontrada pelos capitalistas para manutenção da sociedade burguesa, especialmente a partir de intensos processos de crise do capital que teve como estopim a queda da Bolsa de Nova Iorque.

Ao analisar o papel do Estado no contexto da luta de classes, Gramsci (2001) e Losurdo (2015) entenderam que este é também um espaço de disputas entre as mais distintas frações da burguesia. Por vivenciar um período onde houve uma conquista de direitos civis e políticos por parte da classe trabalhadora, Gramsci (2001) foi capaz de perceber que o Estado não age única e exclusivamente para manter os interesses da burguesia, ou seja, é um espaço permeado por contradições e, portanto, entendeu que uma parte da sociedade civil composta por partidos, sindicatos, movimentos sociais, etc. e do proletariado em geral, também disputa setores do Estado, portanto, é um espaço permeado pelas disputas, tanto entre as frações da burguesia, como também da classe trabalhadora. Dessa forma, entendeu que há um estado ampliado, formado pela sociedade política mais a sociedade civil. Sendo assim, Poulantzas (1977), com base nas análises de Gramsci, entende que o Estado representa os aparatos de coerção, mas também consenso, ou seja, tanto organiza a produção, quanto cria políticas públicas, para exercer a mediação das contradições sociais, pois, ao mesmo tempo em que organiza o processo produtivo, regula as relações de produção e troca e, contraditoriamente, media os conflitos entre as classes sociais.

Mészáros (2011, pp. 179-81) ao analisar a dinâmica sociometabólica do capital, identificou que há uma relação de complementaridade com a dinâmica do metabolismo do Estado, ou seja, entendendo a determinação econômica como condição essencial, conforme entende Marx, denominou o Estado como mediação de segunda ordem. Conforme Ribeiro (2013), essa mediação se baseia em uma estrutura de comando político, que articula sua própria superestrutura legal e política com a função de assegurar e salvaguardar as condições gerais de expansão e acumulação do sistema do capital. Dessa forma, como está diretamente envolvido na produção e reprodução do capital, o Estado fortalece a dominação do capital contra os processos de luta que têm como centralidade o trabalho ou outras formas que se opõem a essa dominação. Assim sendo, a essência do Estado consiste em garantir e proteger as condições de separação entre propriedade e produtores, pois, ao mesmo tempo em que reforça a relação de alienação, assegura as condições para subordinação do trabalho ao capital. Desse modo, o metabolismo social do Estado reproduz o metabolismo da reprodução ampliada do capital. Ou seja, embora não seja a base, o

fundamento, a dinâmica metabólica da soja no Maranhão se amplia mediante a complementariedade do metabolismo do Estado.

Visto a forma complementar que o Estado assume na dinâmica do metabolismo do capital, Farias (2000), tendo como fundamento as obras de Marx e de um conjunto de estudiosos marxistas, realizou um estudo do Estado. Assim como em Mészáros (2011), o Estado aparece como ser social e histórico, que apresenta uma natureza social, concreta, complexa e contraditória. Assim sendo, busca estabelecer rigorosamente a dialética do Estado burguês partindo e retomando os pontos essenciais e fundamentais desenvolvidos na crítica da economia política. Dessa maneira, para analisar-se a questão do Estado deve-se estudar, compreender e tratar das questões da aparência, genealogia, fetichismo, silogismo, teleologia, em um processo de elaboração crítica contra as “visões regulacionistas” de Aglietta (1997). Conforme o autor, é importante demarcar a Forma-Estado (generalidade, abstração de aspectos gerais do fenômeno estatal no capitalismo); a Forma de Estado (particularidade: um Estado capitalista particular) e a Forma do Estado (singularidade: Estado capitalista particular de um país). No modo de produção e na formação socioeconômica capitalista, o Estado é uma forma social que sofre variações temporais e espaciais; o Estado como totalidade e universalidade é um silogismo. Na estrutura do Estado, o governo não deve ser confundido com o Estado, com o regime político.

A genealogia do Estado é produto de um processo histórico, tendo como gênese a instituição da sociedade burguesa moderna, forjada a partir das rupturas entre Igreja e Renascimento, tendo como base a processualidade entre sociedade civil e Estado absolutista. O resultado foi o surgimento do Estado burguês, como sendo o movimento de síntese, gerado especialmente pelas revoluções burguesas. Conforme Farias (2001), a mundialização do capital e a imposição de novas formas de acumulação de capital, bem como, o surgimento dos novos movimentos sociais em oposição ao sujeito universal tem criado novas formas de relacionamento entre capital e trabalho. Apesar da criação de novas esferas públicas pelos novos movimentos sociais, conforme entende Habermas (2003), ao invés da luta de classes, o autor entendeu que a política reformista transformou o capitalismo e levou a uma pacificação social, devido ao surgimento do novo Estado social, que transformou os movimentos sociais nos “motores da transformação e da história”. Para Habermas

(2003), a classe trabalhadora deixou de ser revolucionária e foi eliminada pelo Estado social, segundo o autor.

O fetichismo dos novos movimentos sociais oculta a luta de classes. Dessa maneira, ao trazer o discurso como nova forma de resolução das questões, os autores pós-marxistas extraem a luta de classes como motor da história. Dessa forma, é possível afirmar que, tanto Habermas (2003), quanto Foucault (1979), não entendem o aumento da intervenção do Estado na economia e sua atuação em favor do capital financeiro no processo de dominação do capital sobre o trabalho, para a permanência e continuidade do processo de valorização capitalista. Em uma conjuntura de evolução do desenvolvimento capitalista, as utopias pós-marxista de Estado globalizado e de ausência de luta de classes estão cada vez mais fragilizadas.

Ao mesmo tempo em que o pensamento pós-moderno faz apologia à configuração estatal que se fundamenta no retorno da ideologia do mercado autorregulável; sociedade sem história; defesa do Estado mínimo, cuja constituição formal garante a ordem, na medida em que nega toda substância material e social e engessa os movimentos sociais, Farias (2001), entende que o papel espacial do Estado na conjuntura da divisão internacional do trabalho situa-se para além do quadro nacional ou local, inserindo-se nas relações entre as nações e a globalização.

Dessa forma, o autor em destaque entende que o Estado capitalista está presente na generalização do desenvolvimento desigual, materializado pelas práticas governamentais que representam os interesses das empresas multinacionais e das instituições financeiras que regulam a economia internacional. Também está presente no fim do nacionalismo real e a recomposição da periferia, com o avanço do imperialismo mundial, abrindo novas oportunidades para exploração dos recursos naturais e força de trabalho, assim como a regulação tecnocrática do governo capitalista na nova ordem mundial, elevando a distância da soberania popular. Assim também deve ser a questão fisco-financeira do Estado, pois, ao mesmo tempo em que este depende da geração de recursos para que tenha condições de operar e representar o papel material, social, espacial e histórico, também deve ter condições de assumir o papel de mediador das contradições na sociedade capitalista. Assim, a dialética estrutural materializada nas categorias (aparência e essência), aspectos fisco-financeiro (acumulação e legitimação), a reificação (personificação e fetichismo)

e os aspectos teleológicos (sistêmicos e antissistêmicos) permitem uma completa elaboração do entendimento do Estado capitalista.

Dessa forma, o fetichismo do Estado é a apresentação da objetividade sob a forma de máquina burocrática e administrativa e sua subjetividade sob a forma de democracia formal e da ideologia burguesa correspondente. Assim sendo, o processo de reificação (coisificação), apesar de responsável por forjar a falsa aparência do Estado, baseada na representação do interesse geral, contraditoriamente, a correlação de forças é responsável pelo consenso em favor do capital. Apesar de contemplar interesses da classe trabalhadora, o Estado capitalista burguês é um Estado classista e, como tal, sua forma social vai reproduzir o metabolismo do capital.

Assim, o Estado capitalista assume diversas formas ao longo de sua processualidade. Desde a forma liberal, passando pela forma providência até a sua forma neoliberal, pois, ao mesmo tempo em que articula políticas necessárias à dinâmica do metabolismo da reprodução ampliada do capital, ampliam-se as dinâmicas do metabolismo estatal da dominação.

Ao realizar o movimento de implementação das políticas desenvolvimentistas, cujo modelo tem como base a reprodução do capital agrícola voltada para produção de gêneros primários, voltados para exportação, o Estado tem contribuído, de um lado, para o avanço das relações capitalistas de produção no campo, de outro, para o fetichismo da proletarianização na agricultura.

Devido ao papel complementar na reprodução metabólica do capital, especialmente com as formas destrutivas do capital no campo maranhense com os denominados grandes projetos, o Estado tem incentivado as relações de trabalho baseadas no assalariamento rural e, nesse sentido, tem patrocinado o grande capital, contribuindo assim, para a manutenção do poder da classe burguesa. Assim, ao mesmo tempo em que reproduz o assalariamento rural, reproduz relações de exploração no campo.

As políticas econômicas, ao incentivarem o agronegócio, aprofundam ainda mais a divisão do trabalho, por meio da reprimarização e acentuação da lógica da dependência. Nessa perspectiva, será investigada as políticas desenvolvimentista, como lógica que tem sido criada fundamentalmente para impulsionar as grandes empresas internacionais, acentuando ainda mais os padrões de desigualdade interna.

2.2. O desenvolvimento desigual e combinado enquanto mecanismo de aprofundamento da divisão internacional do trabalho

Uma vez detectado o fetichismo do Estado, especialmente a sua natureza contraditória e particularista, como instituição ou forma material que se estabelece pela reprodução da dominação de classe, é importante destacar que as lutas sociais travadas entre os mais diversos setores da burguesia e os mais deferentes setores da classe trabalhadora, constituíram um modelo de desenvolvimento dependente. Esse modelo se caracterizou pela criação de um desenvolvimento excludente caracterizado pela produção de *commodities* agrícolas e minerais, uso da grande propriedade de terra e exploração da força de trabalho, especialmente de camponeses, sem-terra. Assim sendo, é possível afirmar que a forma política do Estado capitalista articula a reprodução da mercadoria, o valor, a troca das mercadorias, circulação das mercadorias e acumulação originária, conforme entendeu Ribeiro (2014). Assim, além do fetichismo, a dinâmica do metabolismo estatal mantém uma relação complementar à dinâmica metabólica da reprodução ampliada do capital.

Dessa maneira, nesta subseção analisou-se como o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro tem sido fundamental às classes dominantes (aristocracia agrária e burguesias industriais, financeira e comercial) ao longo da história. Com todo esse imbricado processo de dependência e subserviência do capital nacional às frações internacionais, materializadas nos grandes monopólios, o caráter de subserviência ao capital internacional, responsável pela manutenção da divisão internacional do trabalho, não foi capaz de criar um mercado de trabalho assalariado no Brasil, tanto em virtude da dependência econômica, como pelo papel importante que o país desempenha(ou) como fornecedor de produtos primários aos países do centro do capitalismo. Aqui é importante destacar que as políticas econômicas brasileiras, principalmente aquelas de forte intervenção estatal e cariz nacionaldesenvolvimentista como aquelas dos governos Vargas, JK e Geisel, não foram suficientes para hegemonizar um processo de proletarização na agricultura, dado o seu caráter de dependência e a própria funcionalidade ao capital internacional, uma vez que a ausência das relações formais de assalariamento torna a força de trabalho mais suscetível à exploração.

Dessa forma, é importante situar primeiramente que no Brasil, a lutas de classes implantou um modelo de desenvolvimento capitalista dependente, conforme entendem Marini (2000) Fernandes (1987), Prado Jr (2004). Sendo assim, o debate presente no país, na fase do capital monopolista como forma de imposição do centro do capitalismo, sempre esteve relacionado ao modelo de desenvolvimento a ser seguido pelo Estado brasileiro. Por mais intensa que tenha sido a composição política entre os setores da esquerda,¹⁰ o debate consistia em qual caminho ou alternativa, o Estado-nação deveria seguir: aquele modelo que deveria se dá via revoluções burguesas, aquele do desenvolvimento com base no planejamento socialista (restrito à esquerda, especialmente ao PCB e setores progressistas), ou aquele baseado no capitalismo dependente. O primeiro, característico dos países do centro do capitalismo, representou o rompimento da burguesia, pela via “revolucionária”, com o Antigo Regime. Essa via foi aquela característica dos países do centro do capitalismo, como a Inglaterra e França. A segunda via, foi aquela caracterizada pelas revoluções socialistas, protagonizadas pela aliança política entre o operariado e o campesinato. Esta via foi aquela característica dos países socialistas, como União Soviética, Cuba, China, etc. A outra via foi aquela característica dos países coloniais, ou seja, nem houve rompimento radical da burguesia com os setores que representavam o Antigo Regime, como também não houve um avanço para as revoluções proletárias. Sendo assim, as contradições entre as relações capitalistas de produção, em oposição aos trabalhadores levaram à composição de uma aliança entre a burguesia e as oligarquias agrárias.

Desse modo, manteve-se a mesma estrutura de poder, com um diferencial: houve uma permuta do poder não por meio de um corte histórico abrupto, mas por meio de uma aliança de classes, ou seja, a burguesia industrial subiu ao poder no Brasil por meio de uma aliança com a aristocracia agrária, sem ter havido revoluções, quer burguesas ou proletárias. Essa aliança Fernandes (1987) denominará de caráter

¹⁰ A composição política da esquerda brasileira, especialmente aquela condensada no PCB e frações progressistas, nos anos 50 e 60, especialmente aquela de matriz socialista, entendia que o projeto que o Brasil deveria adotar era aquele baseado no comunismo pela via revolucionária, embora alguns setores entendessem que havia a necessidade de superação do Feudalismo. Dessa forma, era necessário primeiramente implantar uma espécie de capitalismo para em seguida adotar o socialismo com a revolução proletária. A própria burguesia urbana aliada às oligarquias agrárias, sempre estiveram nos processos decisórios, além de excluírem a participação popular realizada por meio da representação sindical e movimentos sociais, estabeleceram um pacto para conformação de um processo de hegemonia da burguesia urbano-industrial associado às oligarquias agrárias.

autocrático, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se desenrolou de forma lenta, sem rupturas e nem mudanças profundas, tendo como traços característicos a conciliação pelo alto, exclusão da classe trabalhadora nas suas mais variadas expressões e caráter contrarrevolucionário. Desse modo, o Brasil encontrou dependência no subdesenvolvimento, integrando-se para fora e desintegrando-se para dentro. Com base nessa observação, é possível afirmar que as formas de intervenção estatal via política desenvolvimentista foram articuladas a essa condição ao capital internacional, ou seja, as formas de Estado construídas no Brasil foram resultado de uma construção social que tem como base a adoção de políticas, cujas características se basearam no modelo dependente e, portanto, trazem os laços históricos, baseado na grande propriedade monocultora, exportação de produtos primários (agrícolas e minerais) e intensa exploração do trabalho. Essas políticas serviram como importantes mecanismos para aprofundar a divisão do trabalho e, assim, manter as relações de dependência, por mais que em alguns momentos históricos surjam políticas de substituição de importações.

De acordo com Furtado (1992) e Cano (1985), o Estado tem um papel necessário no desenvolvimento dependente, tendo em vista que foi a partir deste que houve o direcionamento das políticas de investimentos, especialmente em prol do capital internacional. Ou seja, mesmo em economias capitalistas periféricas ou que usam o mínimo de recursos para as políticas sociais, ou em economias liberais como o caso dos Estados Unidos, Lafer (1975) afirmou que não é possível entender a questão do planejamento econômico sem a participação do Estado. Ainda de acordo com a autora, nenhum país passou por experiência desenvolvimentista sem que o Estado estivesse presente para subsidiar tais políticas. Até mesmo os Estados Unidos, símbolo do liberalismo econômico, adotou plano de desenvolvimento estatal, como aquele baseado no *New Deal*¹¹.

¹¹Apesar de não ter sido amplo como nos países europeus, que adotaram o denominado *Wellfire State*, especialmente aqueles do Norte, como Suécia, Noruega, Finlândia, França, etc., o *New Deal*, cuja tradução literal em português seria "novo acordo" ou "novo trato", foi uma espécie de plano nacionaldesenvolvimentista implementado nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, pelo governo do Presidente Franklin Delano Roosevelt, tendo como fundamento a intervenção estatal. Embora em um país defensor do liberalismo, o *New Deal*, além de inspirado na teoria keynesiana, foi fruto de intensas lutas dos trabalhadores, cujas condições sociais e econômicas eram extremamente precárias. Diante das precárias condições sociais e econômicas da população, durante o pós-Guerra, os trabalhadores empreenderam vários movimentos fazendo com que o governo criasse programas desenvolvimentistas. Tais programas foram inspirados no *Square Deal*, nome dado pelo anterior Presidente Theodore Roosevelt à sua política econômica. Dentre os principais itens do planejamento

Assim, a intervenção estatal no Brasil se deu com maiores expressividades em 03 (três) momentos: o primeiro, se deu com a ditadura Vargas, onde houve uma negociação e criação de uma institucionalização – a negociação com os americanos sobre as bases e a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, criação de uma infraestrutura com empresas estatais. O segundo, foi o plano de metas com o Governo de Juscelino Kubitschek, que atraiu capital externo e depois infraestrutura como portos e aeroportos e bens de consumo duráveis e, a terceira se deu com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, II PND, que foi a última forma onde o Estado esteve presente, por uma decisão política.

Geisel implementou o plano necessário aos insumos importados para agricultura¹². Assim sendo, o II PND foi uma tentativa de desconcentração da produção em termos espaciais e direcionou a produção para outras áreas do Brasil (a petroquímica para o RS e Bahia; a Vale vai para o Amazonas, etc.), enfim, o Estado tentou reverter o quadro de desigualdades e consegue uma certa desconcentração, como entende Diniz (1991;1993), porém, mais como resposta às burguesias, do que aos setores do operariado e do campesinato.

Desse modo, é importante destacar que a política varguista, em virtude das fortes pressões exercidas pelos trabalhadores, tanto da cidade, quanto do campo, teve uma orientação nacionalista, sobretudo, com investimentos estatais expressivos, porém, privilegiou a burguesia urbana, com ênfase às políticas urbano-industrial e acentuou ainda mais os problemas do campo. Vargas criou uma infraestrutura necessária para atender a demanda capitalista, porém, sem resultar em um processo de assalariamento, pois, o pacto entre burguesia urbana e aristocracia rural criou um operariado urbano, contudo, com prevalência de uma população rural numerosa.

Juscelino Kubitschek também criou uma política desenvolvimentista com o plano de metas, com investimento público, porém, abriu espaço para o capital

pode-se referendar a criação de agências federais, cujo papel é semelhante àquela desempenhada pelas autarquias; investimento maciço em obras públicas, como construção de usinas hidrelétricas, barragens, pontes, hospitais, escolas, aeroportos, estradas, etc., que, além da geração de empregos, ampliou o mercado interno; financiamento agrícola a pequenos produtores, responsável pelo estímulo e destruição dos estoques de gêneros agrícolas, como algodão, trigo e milho, a fim de conter a queda de seus preços; controle sobre os preços e a produção, para evitar a superprodução na agricultura e na indústria; além da criação da previdência social, que estipulou um salário mínimo e amparo a idosos, desempregados e inválidos, reduziu a jornada de trabalho, com o objetivo de abrir novos postos de trabalho. Além de fixar o salário mínimo, criou o seguro-desemprego e o seguro-velhice (para os maiores de 65 anos). Também houve a criação de sindicatos.

¹² Até hoje grande parte dos produtos (fertilizantes e agrotóxicos) são importados, pois, a divisão internacional do trabalho e as circunstâncias do mercado, impossibilitam a produção aqui no Brasil.

internacional, especialmente com as grandes montadoras, fato que deixou o território nacional ainda mais vulnerável ao capital internacional. Contudo, uma das formas encontradas por JK para o problema das desigualdades foi a criação das superintendências, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE. O resultado dessa intensificação foi o aumento das desigualdades regionais, segundo mencionou Oliveira (1987).

Apesar da cafeicultura ter acentuado essas desigualdades com um modelo de concentração de capitais em São Paulo (CANO 1985), o processo de integração espacial é um forte fator de desigualdade no sentido de que a integração favorece a competição entre capitais. Aqueles que não estavam técnica e produtivamente preparados para a dinâmica da competição faliram. No Brasil, quando as relações de produção eram autônomas, locais ou mesmo regionais, a concorrência era mínima. A partir da integração, essa concorrência se acentuou e sobreviveu o mais apto a disputar os mercados. Aconteceu com o Maranhão nos diversos ciclos, de uma forma especial com o ciclo do algodão, com as indústrias têxteis, com o arroz, e outros elementos.

Se essa concorrência era prejudicial em um contexto de ampliação do capital produtivo, em uma conjuntura de prevalência de capital financeiro e redução de emprego, as consequências são ainda mais impactantes à classe trabalhadora. O resultado foi a destruição dos principais meios de produção no estado, especialmente aqueles voltados para produção familiar. Desse modo, a economia nordestina influenciou a economia brasileira mediante formas diferenciais de inserção em dois aspectos: primeiramente porque esteve/está vinculada de forma articulada ao capital mercantil, funcionou como fornecedora de matérias-primas e num segundo momento mais recente se vinculou à economia nacional, por meio da SUDENE, passando a ser complementar, como fornecedora de matérias-primas para o processo de industrialização da região Sudeste.

As raízes da concentração em São Paulo, para Cano (1985), se deram mediante as formas de apropriação exercidas. Enquanto as demais regiões tiveram uma forma particular borracha, cana-de-açúcar, etc., ou outras atividades que não produziram um complexo industrial, em São Paulo houve uma fusão entre os vários tipos de capital, agrário, mercantil, industrial e financeiro, em decorrência da cafeicultura. Essa fusão, além de ter acelerado o desenvolvimento capitalista, tornou

São Paulo o centro dinâmico do país e, possibilitou assim, o processo de concentração espacial e centralização de capital, pois, enquanto os demais locais ainda estavam atrelados a uma dinâmica marcada pelo trabalho escravo, São Paulo já havia desenvolvido o processo de assalariamento e, conseqüentemente a formação de um mercado interno. Não foi um caso específico de São Paulo, mas de uma conjuntura econômica nacional, que teve como base a atuação do Estado na economia, particularmente no que diz respeito à desvalorização do câmbio, que contraditoriamente valorizou a cafeicultura e dificultou o desenvolvimento capitalista de outras regiões, ou seja, no momento em que o Estado criou essas políticas de desvalorização cambial, incentivou a atividade cafeicultora e, automaticamente, dificultou outras atividades econômicas. Como resultado privilegiou a atividade mais rentável e a defesa dos interesses da oligarquia cafeeira, como assim entende Fernandes (1987). Assim sendo, inseriu as demais atividades como complementares à lógica da atividade cafeeira, pois, em um país agrícola como o Brasil, sem uma burguesia industrial desenvolvida, o essencial era contemplar as aristocracias locais e regionais, com suas respectivas formas de produção. O metabolismo do Estado reproduz o metabolismo do capital na sua forma mais perversa, no momento em que cria uma dinâmica desigual e aprofunda ainda mais a divisão do trabalho.

O II PND cria o Programa Nacional do Alcool, PROALCOOL, ou PNA, em 1975, durante o Governo Geisel. Além de reduzir a dependência brasileira ao petróleo, principal matriz energética responsável por financiar o capitalismo no regime de acumulação fordista/taylorista, particularmente em um contexto de crise do Petróleo com o denominado Choque do Petróleo, em 1973, teve como objetivo a reprodução fictícia do capital em um contexto de crise, como enfatizou Pitta (2011). O aumento da produção de álcool para produção de biodiesel criou também uma série de conflitos no campo, pois, o Estado colocou em evidência as classes sociais no processo produtivo, especialmente aquelas voltadas para produção de *commodities* agrícolas e minerais.

Como expressão da política econômica do II PND foi criado o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados, PRODECER. Além disso, é importante destacar que o PRODECER, importante elemento para subsidiar a soja no Maranhão, e o Programa de Desenvolvimento da Amazônia, POLAMAZONIA serviram para o fortalecimento do agronegócio e dos grandes

projetos, minero-metalúrgicos. Esses projetos tiveram como objetivo produzir receitas, em um contexto de ampliação do endividamento estatal pelos militares, pois, enquanto estes contraíram empréstimos junto aos organismos internacionais, objetivando o desenvolvimento de infraestrutura para privilegiar as elites agrárias e industriais do país, aqueles deveriam garantir reservas ao país por meio da exportação de *commodities*. Além do agronegócio, privilegiou especialmente o capital internacional, pois, dentro da divisão internacional do trabalho, a produção de grãos é parte constitutiva do circuito espacial do capital internacional. Mesmo com uma política de substituição de importações na década de 1980, especialmente daqueles itens indispensáveis à produção industrial (metal, fertilizantes, etc.), conforme mencionou Castro (1985), o II PND possibilitou uma desconcentração espacial da industrialização, por meio da espacialização do centro dinâmico, mas não foi capaz de ampliar para o conjunto das demais regiões do país, pois, ficou restrito, sobretudo, aos estados que integram o centro dinâmico da economia nacional, Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, e também com atividades complementares à São Paulo.

No período neoliberal instituído pelo Governo Collor e consolidado no Governo, Fernando Henrique Cardoso, FHC, o Brasil nos anos de 1990, foi caracterizado pela redução dos investimentos estatais, devido ao processo de ajuste fiscal e aplicação do receituário do CW¹³. Além da prevalência do capital financeiro, em virtude da redução dos investimentos estatais houve um movimento de reconcentração espacial, inclusive na agricultura como observou Delgado (1984).

Pacheco (1996), afirmou que houve um movimento de concentração desconcentração por conta de industrialização e do capital financeiro em São Paulo. Apesar da concentração industrial e da atividade agrícola naquele estado, a dinâmica

¹³ O Consenso de Washington, foi criado no final da década de 1980, fundamentado num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, usado pelo Banco Mundial, BM e Fundo Monetário Internacional, FMI para orientar as políticas macroeconômicas dos países da América Latina e grupos de países em desenvolvimento. Tinha como base as seguintes medidas: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e direito à propriedade intelectual. Os dez mandamentos como também ficou conhecido constitui num receituário pelo qual os referidos países deveriam seguir para alcançar ao desenvolvimento. Na prática, a abertura econômica e o ajuste realizado pelas políticas macroeconômicas desestabilizaram a política macroeconômica de muitos estados nacionais, deixando-os vulneráveis, sobretudo, ao capital financeiro/fictício. É importante ressaltar que um dos maiores avanços constitucionais do Brasil se deu no ano de 1988. Essa constituição, dentro do denominado Estado Democrático de Direito, era progressista por inserir políticas públicas importantes, foi alvo das políticas neoliberais e, praticamente constituíram políticas “natimortas”.

do assalariamento rural também não chegou a se tornar hegemônica, embora tenha se efetivado em pequenas proporções e de uma forma sazonal. A política econômica praticada nesse período foi feita pelo Estado e não pela iniciativa privada. Na década de 1980 no Brasil houve uma certa falência do Estado, devido à pressão inflacionária criada pelo regime de acumulação fordista/taylorista. Assim sendo, uma das formas encontradas para ressurgimento do Estado é a implantação do Consenso de Washington que, nada mais é do que uma cartilha imposta pelos países do centro do capitalismo, sobre como os países “subdesenvolvidos” e em “desenvolvimento” deveriam sair da crise da década de 1980. A política econômica dessa fase não favoreceu nem uma coisa nem outra, mas sim os interesses dos mercados. O estado não investiu em infraestrutura, tampouco em políticas sociais, mas canalizou recursos para a iniciativa privada, financiando grandes obras que, depois, foram privatizadas a baixo preço, particularmente ao capital externo, como ocorreu com os setores de telecomunicações, elétrico, rodoviário, aeroviário, etc.

Neste contexto, depois de uma descentralização espacial promovida por políticas de base nacionaldesenvolvimentista, a reforma do Estado orientada pelo CW e pelos processos de reestruturação produtiva implementados pelas políticas neoliberais foram responsáveis pelo incentivo ao desenvolvimento local, cujo foco é o empreendedorismo local. A política deveria ser voltada para áreas específicas e com abrangências locais. Desse modo, Brandão (2007), entendeu que apenas uma política de desenvolvimento nacional poderia reduzir as desigualdades. Para o autor, o desenvolvimento local não poderia ser uma resposta à crise da acumulação capitalista. Ou seja, não caberia ao empreendedorismo local resolver o problema da desigualdade posta pelas políticas econômicas ao longo da História.

Neste sentido, o autor entendia que a defesa dessa tese desconsiderava a conjuntura econômica e a premissa marxiana de que um fenômeno não pode explicar a si mesmo sem as mediações. Todas as políticas microeconômicas estão atreladas a um modelo macroeconômico comandado por uma lógica mais ampla das políticas que estão para além do Estado Nacional. Não dá para compreender a realidade local somente a partir do local. O local está atrelado ao global, especialmente em um contexto do capital, caracterizado por uma mais-valia mundializada¹⁴. Para os

¹⁴ As políticas locais dependem de uma conjuntura macroespacial. Essas políticas incentivam o empreendedorismo local estão articuladas a todo o conjunto de políticas econômicas. Caso as políticas

neoclássicos, as forças de mercado vão equilibrar as condições econômicas e sociais, por meio de uma locação racional dos recursos, mais cedo ou mais tarde. O problema da tese neoclássica é a sua imprevisibilidade. Na realidade, esses teóricos ignoram a concepção do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

A necessidade de criação de infraestrutura com o “Milagre Econômico”, fez com que o Estado brasileiro tomasse emprestado grande parte dos capitais estadunidense. Depois disso, os americanos elevaram as taxas de juros e “quebraram” todas as economias que tomaram seus empréstimos, inclusive o Brasil, pois, a elevação da taxa de juros pelos americanos de 5% para 20% concorreu para elevação da dívida dos países e, conseqüentemente, da dívida brasileira. Desse modo, Tavares (1998) entendeu que a política macroeconômica ortodoxa brasileira tentou corrigir a inflação e seguir o Consenso de Washington à risca e os desenvolvimentistas que defendem os investimentos. A redução dos investimentos estatal fez com que houvesse uma precarização dos serviços ofertados pelo Estado e abriu a retaguarda para os processos de privatização. O privilégio ao capital financeiro em detrimento do capital produtivo, ao mesmo tempo em que levou o país à reprimarização (DELGADO, 2010), não foi suficiente para hegemonizar um mercado de trabalho assalariado, pois, além do alto grau de mecanização, a produção agrícola possui natureza sazonal.

Além destes, o Programa de Ação Econômica do Governo, PAEG, os planos trienais, o Brasil em Ação e o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, não conseguiram articular a produção nacional a ponto de desconcentração especial. O PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, foi o plano mais incisivo dos últimos anos de investimento público que atuou em grande parte em setores específicos da economia. Não foi especificamente um plano de desenvolvimento nacional, como o

se deteriorarem, as políticas locais sofrem os efeitos que podem ser conjunturais ou estruturais, ou seja, tomando como exemplo o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do estado do Maranhão que, embora tenha um formato nacional, têm o seu rebatimento no local. São articuladas aos grandes e médios projetos maranhense, soja, ferro gusa, etc. que, por sua vez, estão atrelados a uma dinâmica internacional que não dá para ser explicada a partir daqui do Maranhão. São atividades altamente dependentes de uma dinâmica externa, particularmente dos mercados chinês, estadunidense e europeu. Assim, qualquer mudança na conjuntura tem-se uma mudança radical na produção, como pode ser visualizado a partir da crise mundial de 2009 que, apesar de num primeiro momento (2008 a 2013) não ter gerado conseqüências substanciais na formação socioeconômica brasileira, a partir de 2014 criou intensos problemas como, desemprego, inflação, redução do investimento produtivo, redução da produção e consumo, e particularmente a intensificação da precarização do trabalho.

Plano de Metas e II PND, apenas tentou viabilizar investimentos para servir aos interesses das grandes corporações e instituições financeiras.

A conjuntura atual caracteriza-se com um intenso processo de fragmentação. Essa fragmentação que se dá em todas as relações, vem atrelada à reestruturação produtiva e ao desenvolvimento local como forma de atuação das políticas (descentralização política), e concentração das forças de mercado. Enquanto essas forças estiverem reinando absolutamente sem um controle do Estado, sem uma política nacional de desenvolvimento, o território nacional permanecerá desigual e, agora, num contexto mais concentrador, uma vez que as empresas tendem a ocupar as áreas que melhor puderem para extrair lucro, sem que o Estado intervenha de nenhuma forma.

Se quando o Estado mantinha os investimentos no capital produtivo as empresas já possuíam monopólios sobre a produção, com taxas elevadas de exploração da força de trabalho, em um contexto em que a classe trabalhadora possuía poder de barganhar direitos, a exploração tende a se intensificar. Na conjuntura atual, caracterizada pela redução da participação do Estado para direcionar os investimentos nas políticas sociais, redução do capital produtivo e hegemonização do capital financeiro, especialmente aquele de cunho especulativo, associado à redução do poder de barganha da classe trabalhadora, tanto pela crise das direções, quanto pela redução do seu núcleo dinâmico, as possibilidades de exploração da classe trabalhadora são mais acentuadas. O PAC, que em tese poderia ser uma forma de intervencionismo para promover a desigualdade regional, contribui ainda mais para a concentração espacial e centralização do capital com investimentos pontuais e seletivos, transferindo recursos públicos para a iniciativa privada, especialmente a partir do contexto do novo programa de logística, caracterizado pela privatização da infraestrutura do país.

Além das políticas desenvolvimentistas do Governo Federal é importante destacar que o Governo Lula e Dilma, a exemplo do Governo FHC, manteve a mesma política econômica para o campo, especialmente no que diz respeito ao processo de reprimarização da economia, incentivou consideravelmente a produção agrícola para geração de biodiesel e exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Assim sendo, o Governo Lula lançou um Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, PNPB. O objetivo do Programa, além de fortalecer o poder do agronegócio era explorar ainda

mais os camponeses, por meio da subsunção do trabalho ao capital. Portanto, é no contexto da produção de *commodities* que se inseriu a monocultura da soja e, como tal, não conseguiu criar uma dinâmica de assalariamento, pois, a reprodução das relações de trabalho é funcional à dinâmica capitalista, garantindo maiores taxas de lucro aos capitalistas.

Fruto da política desenvolvimentista do II PND, a produção de *commodities* agrícolas deve ser compreendida como uma das ações destrutivas do capital em consonância com o Estado para forjar formas de produção/destrutivas no campo maranhense, conforme entende Azar (2013). Essas políticas, conforme Mesquita (2007), se caracterizaram por investimento seletivos e residuais, especialmente com os grandes projetos, visando a exportação de produtos primários. O resultado foi o aumento da desigualdade social.

Desse modo, as relações de produção que tem fomentado políticas desenvolvimentistas têm sido responsáveis pela exploração e humilhação da classe trabalhadora, especialmente aquela fração submetida ao assalariamento rural. Assim sendo, é possível afirmar que a implementação de tais políticas desenvolvimentistas, não somente mantiveram a estrutura de dominação burguesa, como aprofundaram a lógica do desenvolvimento dependente, ou seja, tais políticas além de não representarem formas de mudanças, têm colocado propostas de conservação da lógica dependente, particularmente por meio da produção de soja.

Ao incentivar as políticas desenvolvimentistas com os grandes projetos, o Estado, além de reproduzir o metabolismo do capital, organizou uma estrutura produtiva para os fins específicos do capital, responsável pela desarticulação da pequena produção e articulação funcional das relações de trabalho para atender à dinâmica capitalista. Ou seja, quando incentivou o agronegócio da soja em Balsas, ao estabelecer a política de cercamento das terras por meio do Instituto de Colonização e Terra do Maranhão, ITERMA, o Estado promoveu uma desintegração da pecuária bovina e destruiu parte da pequena produção familiar (mandioca, arroz, milho e feijão). Esse processo se deu por meio da colonização dirigida, através do Projeto de Colonização dos Gerais de Balsas, PC-GEBAL, em meados dos anos 1990. Criado para produção de *commodities* agrícolas, direcionou políticas públicas que objetivaram a manutenção das relações de intensificação da divisão internacional do trabalho.

2.3. A concentração fundiária como forma de consolidação do desenvolvimento dependente

O Estado tem contribuído consideravelmente para consolidação da concentração fundiária, especialmente nas áreas produtoras de *commodities* agrícolas. De acordo com a literatura analisada, a estrutura agrária brasileira é marcada por um intenso processo de concentração. Essa dinâmica é histórica e remonta os tempos das capitanias. Portanto, essa concentração no Brasil se desenvolveu historicamente, mas tem se intensificado particularmente a partir da década de 1950, pois, ao mesmo tempo em que as relações capitalistas de produção no campo se acentuaram, com a Revolução Verde, agudizou-se a dinâmica de expropriação, a partir da criação das legislações que instituíram o mercado de terras. Além disso, a abertura econômica ao capital internacional atraiu empresas internacionais e, dessa forma, houve uma apropriação privada e, conseqüentemente constituição de um mercado de terras públicas brasileiras, pois, anterior aos monopólios, os camponeses usavam as denominadas terras devolutas.

Como mercadoria, a terra sob o capitalismo possui maior valor de troca do que de uso, portanto, ela é usada como fonte de especulação e monopolização. Neste contexto, a manutenção da estrutura fundiária concentrada representa, um elemento de manutenção da sociedade burguesa, ainda que necessariamente, o monopólio da terra não corresponda ao maior percentual de lucro dos capitalistas, pois, em muitos casos, a terra permanece longos períodos de tempos improdutivas, apenas como reserva de valor para especulação.

Neste sentido, a concentração fundiária é uma forma de manutenção do poder do capitalista, pois, o monopólio da terra mantém a permanência de uma estrutura de classes ainda mais acirrada. De um lado, os capitalistas, detentores da terra e meios de produção e, de outro, os camponeses com pouca ou sem-terra e dificuldades para produzi-la. A renda da terra, além de elemento de manutenção da sociedade capitalista, representa a instauração de uma sociedade baseada na apropriação desigual dos meios de produção. Essa renda garante a manutenção de uma estrutura concentradora, com vistas à manutenção de uma estrutura produtiva voltada para o mercado externo, controlada pelos monopólios agrícolas. Foi assim quando havia o domínio dos sistemas agroexportadores, com os ciclos econômicos e se perpetuou a

partir do processo de industrialização, ou seja, o monopólio da terra sofreu poucas alterações, por isso, é tão importante para reproduzir a estrutura capitalista.

A teoria de Marx afirma que a renda da terra é forma econômica das relações de classe com a terra. Em consequência disso, a renda não é entendida como uma propriedade da terra, embora possa ser afetada pelas variações da qualidade e da disponibilidade das terras, mas como uma propriedade das relações sociais. Marx (2008) vai identificar que a agricultura também é um espaço importante para se compreender como as relações capitalistas se manifestam e reproduzem. Assim sendo, a renda da terra é necessária para entender-se como o capital se manifesta no campo, pois, enquanto uma relação social, o capital se apropria da terra inserindo-a na esfera da mercantilização.

A renda sempre aumenta relativamente, quando a produtividade acrescida decorre de um capital suplementar e não simplesmente de fecundidade maior com emprego do mesmo capital. Este aspecto tem validade absoluta, evidenciando que no presente caso como em todos os anteriores, a renda e a renda acrescida por acre (do mesmo modo que, na renda diferencial I referente à totalidade da superfície cultivada, o nível da renda global média) são consequência de acréscimo de capital empregado no solo, e tanto faz que esse capital adicional opere com taxa constante de produtividade e preços invariáveis ou decrescentes, ou com taxa decrescente de produtividade e preços constantes em baixa, ou com taxa ascendente de produtividade e preços em queda. É que nossa hipótese – preço constante com taxa constante, decrescente ou crescente de produtividade do capital adicional, e preço decrescente com taxa constante, decrescente ou crescente de produtividade – se reduzem: taxa constante de produtividade do capital suplementar com preço constante ou em baixa, e taxa ascendente de produtividade com preço constante ou decrescente. A renda, embora possa em todos esses casos permanecer estacionária ou cair, diminuiria ainda mais se o emprego suplementar de capital, invariáveis as demais condições, não fosse condição da fertilidade acrescida. Então, o capital suplementar é sempre a causa da magnitude relativa da renda, embora ela tenha baixado de modo absoluto (MARX, 2008, p. 941)

Marx, no capítulo seguinte, reitera que o diferencial do processo de renda da terra é o acréscimo de “capital empregado no solo” (MARX, 2008, p 964). Desse modo,

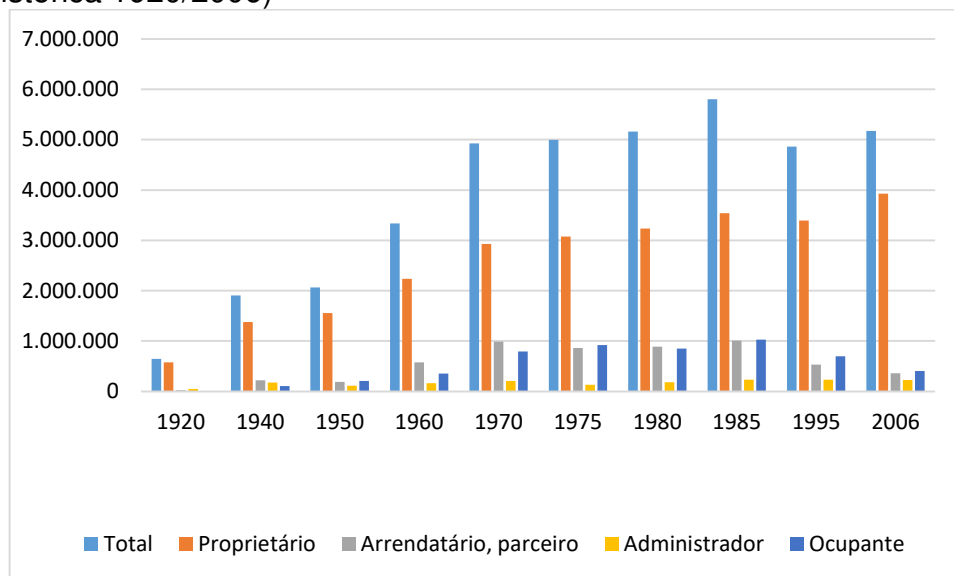
Quanto mais capital se aplica no solo, quanto mais se desenvolvem num país a agricultura e a civilização em geral, quanto mais sobem as rendas por acre e o total das rendas, tanto mais gigantesco é o tributo que com a feição de lucros suplementares a sociedade paga aos grandes proprietários de terras, desde que todos os tipos de terras que tenham sido objeto de cultivo continuem a concorrer” (MARX, 2008, p. 965)

A renda da terra explica o monopólio da terra no Brasil ao longo da história. Marx (2008), entendeu que não havia diferença essencial entre a renda escravista e

a renda feudal da terra, enquanto que entre estas e a renda capitalista da terra há. No escravismo e no feudalismo não existe separação entre a renda e o lucro. Essa separação é justamente a premissa básica do modo de produção capitalista. Dessa maneira, quando ocorrem relações de produção que se realizam economicamente por meio da renda-trabalho, da renda-produto ou da renda-dinheiro, e não da renda capitalista, se realizam à maneira escravista ou feudal. Para caracterizar o tipo real de que se trata, entram em cena outros fatores diferenciais, mas a similitude econômica permanece. Quando Lenin (1980) analisou a agricultura dos Estados Unidos no início do século XX constatou o seu caráter desigual: sendo o Sul de regime escravocrata e o Norte com o predomínio de uma agricultura capitalizada. Lênin (1980) repetiu que se trata de parceiros “semifeudais ou, o que do ponto de vista econômico é o mesmo, semiescravos” (grifo nosso). O que interessa, pois, não é saber se determinado país conheceu ou não o feudalismo para reconhecer a existência de restos ou sobrevivências feudais ou semifeudais (ou semiescravistas). O que interessa é saber se os trabalhadores rurais desse país são “explorados à maneira feudal ou semifeudal” (grifo nosso), isto é, se sua produção excedente (sobreproduto) se confunde de forma completa com a renda da terra. Em outras palavras, interessa saber se a apropriação do sobreproduto pelo proprietário territorial se dá pelo simples fato deste possuir a propriedade da terra.

Autores como Oliveira (2004) analisam o desenvolvimento desigual da agricultura brasileira e o caráter concentrador de terras. Percebeu que, essa estrutura além de estar vinculada ao projeto do desenvolvimento e articulado funcionalmente à lógica produtivista da agricultura capitalista, é controlada por classes sociais distintas. Desse modo, enquanto a grande propriedade fundiária é controlada pela burguesia agrária e demais setores da burguesia, a pequena propriedade, particularmente aquela inferior a 200 hectares (há) pertence aos camponeses. Sendo assim, desenvolviam uma produção baseada no trabalho de subsistência, de base familiar, enquanto que os imóveis médios e grandes correspondiam à agricultura capitalista. Dessa forma, apesar da redução do arrendamento, cresce o quantitativo de estabelecimentos próprios, conforme gráfico 01. A redução do arrendamento e aumento do número de proprietários é uma possibilidade para o capital extrair lucro a partir da cobrança de juros.

Gráfico 01 - Número de estabelecimentos agropecuários por condição dos produtores - série histórica 1920/2006)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Diante de um quadro de concentração e centralização da propriedade da terra, as lutas camponesas empreendidas em prol da reforma agrária, forçou o Governo Sarney em meados da década de 1980, a criar o I Plano Nacional de Reforma Agrária, I PNRA. Apesar dos elevados índices de conflito e violência no campo, conforme mencionou Martins (1984), bem como, da concentração fundiária, houve aumento considerável de estabelecimentos agropecuários. Diferentemente da política da década de 1980, na década de 1990, as políticas neoliberais foram responsáveis por uma redução tanto no número de estabelecimentos, quanto da própria titulação. Por mais que os dados confirmassem que durante o Governo FHC tivesse havido um índice alto de assentamento, foi construído apenas sobre os números, ou seja, além de assentar 60% das pessoas em áreas da Amazônia Legal, fato que não havia necessidade de desapropriar, apenas conceder o título uma vez que a terra já era ocupada, alterou a legislação para a categoria assentado. Sendo assim, aqueles que estavam apenas inscritos passaram a figurar nas estatísticas como assentados. Percebe-se que os anos de 1995, há uma redução do número de estabelecimentos quanto ao número de proprietários, que correspondeu ao aumento da concentração fundiária.

Essa organização da estrutura fundiária brasileira resultou na crônica concentração fundiária do país. Dados do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária, INCRA, conforme tabela abaixo, demonstram que em 2003, dos 4.238.421 imóveis, possuíam 420.345.382 hectares. Contraditoriamente 1,6% dos estabelecimentos com mil hectares e mais, concentravam 43,6% das terras, enquanto que contraditoriamente 31,6% das unidades com menos de dez hectares (pequenas unidades) dispunham de apenas 1,8% do total da área. Em 2014, a tendência de concentração se confirmou, mediante tabela abaixo.

Tabela 01 - Estrutura fundiária no Brasil 2003 a 2014

Tamanho dos imóveis (em hectares)	2003 Imóveis rurais				2014 Imóveis rurais			
	Número	%	Área total	%	Número	%	Área total	+ %
1 a 10	1.409.797	33	6.638.597	2	2.208.467	35	9.713.044	1
10 a 100	2.289.014	53	75.782.409	18	3.097.263	50	103.277.382	14
100 a 1.000	523.335	12	140.362.234	33	739.358	12	198.722.832	27
1.000 a 10.000	67.402	2	168.101.028	40	91.973	1	226.207.605	30
10.000 a 100.000	961	0,02	19.284.741	5	2.692	0,044	63.839.244	9
Acima de 100.000	22	0,001	8.314.316	2	365	0,006	138.641.532	18
Total Brasil	4.290.531	100	418.483.332	100	6.140.118	100	740.401.545	100

Fonte: INCRA, 2016.

Se a estrutura fundiária no Brasil em geral é concentrada, nos estados que integram a Amazônia Legal o processo de concentração fundiária se agravou ainda mais, especialmente nas áreas de produção de *commodities*, pois, estas estruturas têm se caracterizado pelo processo de expropriação, ou seja, pela expulsão dos trabalhadores rurais. Na região de Balsas, o processo de concentração fundiária é histórico e se inicia com intensos conflitos entre a frente de ocupação pastoril, cujo objetivo era buscar terras férteis e pastos para o gado. O resultado foi o genocídio do povo indígena, conforme menciona Coelho Netto (1979). Antes da instalação do PRODECER na década de 1990, a concentração fundiária promovida pelo Estado foi intensa, contudo, haviam arranjos produtivos locais (pecuária bovina e a agricultura camponesa).

O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e Nordeste, PROTERRA¹⁵, criado em 1971, foi um dos grandes impulsionadores da concentração fundiária na Região de Balsas, primeiramente com a cessão de terras aos produtores rurais e políticos da região, porém, até a década de 1970 não havia órgão emissor do título de propriedade. A dinâmica se materializava por meio de documentação feita em cartório, por isso, os processos de “grilagem” das terras foram muito intensos nessa região, especialmente a partir do início da produção de soja.

Desse modo, pode-se afirmar que a produção de soja no Sul do Maranhão teve dois períodos distintos: de 1977 até a década de 1995, a produção comandada por cooperativas e colonos cujos padrões de produção ainda não seguiam o protocolo das *tradings* e a partir da década de 1990, a produção ficou caracterizada pelo controle das grandes corporações. A partir dos anos de 1990, especialmente a partir de 1995, houve a maior participação das empresas e maior volume de financiamento privado, em virtude da abertura econômica que se deu por meio da isenção fiscal. O resultado foi a extinção das cooperativas e a incorporação da produção dos colonos pelas *tradings*.

Em virtude das terras baratas e aptas ao desenvolvimento de uma agricultura mecanizada (relevo tabular nas chapadas) e crédito subsidiado pelo Estado para a modernização das atividades agropecuárias tradicionais e para produção voltada para exportação, na década de 1970 iniciou o cultivo da soja em Balsas¹⁶. No final da década de 1980 e início dos anos 1990, outras empresas se instalaram no Sul do Maranhão para produção de soja e outros produtos agrícolas, como a Agropecuária e Industrial Serra Grande, AGROSERRA que adquiriu 28.000 ha; a Schneider Logemann & Cia Agrícola S/A, SLC Agrícola, que adquiriu 26.000 hectares no Sul do Maranhão; e a Agro-industrial Cereais do Vale S/A, CEVAL, que em 1989 iniciou a produção de soja no Maranhão. É importante mencionar que o projeto de produção de soja em Balsas impulsionou uma ampla dinâmica de grilagem de terras na região,

¹⁵ Criado pelo Decreto-Lei nº 11 de 6 de julho de 1971, tinha como objetivo “promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agro-indústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE” (DECRETO).

¹⁶ Conforme Kayser Silva (2009), os primeiros produtores de soja foram Leonardus Philipsen e Antídio Sandri. Em 1977, o senhor Philipsen plantou cerca de 27 ha de soja, com créditos subsidiado pelo Banco do Brasil, sem correção monetária e sem necessidade de avalista para agricultores interessados em modernizar a agricultura do Sul do Maranhão. Apesar de subsidiada pelo Estado, a produção inicial de soja foi realizada sem uso de tecnologias adequadas para os padrões atuais.

em virtude da inexistência de um órgão que emitisse o título de terra. Mesmo depois do movimento de demarcação das terras por meio do ITERMA, os processos de grilagem foram responsáveis pela expulsão de uma parte considerável de camponeses da zona rural.

O processo de implantação dos projetos de soja causou uma dinâmica espacial intensa em Balsas e só não foi responsável por uma redução ainda mais substancial da população rural devido os projetos de assentamentos, criados pelo Estado nos anos de 1990, demarcados pelo ITERMA. É importante ressaltar que em virtude da ocupação das chapadas (propícias à mecanização) e das terras férteis pela produção de soja, coube aos pequenos produtores se contentarem com as terras menos férteis e onde não havia possibilidade de mecanizar a produção. Os pequenos produtores, além do associativismo, com a Associação Camponesa, ACA contaram com a atuação do STTR que, direcionou os assentados aos projetos de financiamento do governo federal como o Projeto Cédula da Terra, PCT, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, e outros para comercializar a produção como o Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, etc. O crescimento da produção de soja e a concentração fundiária foram responsáveis pela criação de uma dinâmica espacial que, apesar de não ter reduzido o número da população rural total conforme tabela 02, aumentou a população urbana atraída principalmente de regiões e municípios vizinhos.

Tabela 02 – Crescimento populacional do Brasil e de Balsas (1970-2010).

Situação	1970	1975	1990	2000	2010
População total Brasil	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.799.170	190.755.799
Urbana	52.084.984	80.436.409	110.990.990	137.953.959	160.925.792
Rural	41.054.053	38.566.297	35.834.485	31.845.211	29.830.007
% de Pop. Urbana	55,92%	67,59%	75,59%	81,24%	84,36%
Pop total Balsas	19.385	23.700	41.648	60.163	
Pop. Urbana	7.054	13.548	30.633	50.144	72.786
% da Pop. Urbana	36,39%	57,16%	73,55%	83,35%	87,13%
Pop. Rural de Balsas	12.331	10.152	11.015	10.019	10.751
% da Pop. Rural	63,61	42,84%	26,45%	16,65%	12,87

Fonte: IBGE, 2010.

Apesar da população rural dos demais municípios que produzem soja não ter reduzido, o aumento da população urbana de Balsas se insere no contexto de

ocupação do Cerrado nordestino pela agropecuária, em especial pela soja (BATISTELLA, VALLADARES e BOLFE, 2008), pois, a instalação de empresas produtoras de soja, a partir de 1988, e do PC-GEBAL em 1995, refletiram no aumento da área agrícola para 97.707,35 ha, em 1997. Esses números corresponderam a um crescimento médio de 6.810,78 ha ao ano, em relação a 1984, e percentual de aproximadamente 1.065,83%, no período. Entretanto, as áreas de solo somam 5.695,92 ha, uma redução de 635,84%.

A Lei de Terras 2.979 em 1969, respaldou a privatização das terras públicas do Estado e incentivou a criação de um mercado de terras, expansão de projetos agropecuários e agroindustriais como a soja. Sendo assim, “a terra, que até então era usufruída livremente pelos lavradores, assume um valor no mercado” (LUNA, 1984, p. 42-3). Apesar dos efeitos dessa lei ter se dado mais na Região de abrangência do Pindaré, com os Programas de Colonização da COMARCO (SILVA, 2008) foi responsável pelo processo de expropriação de parte considerável dos camponeses e, conseqüentemente concentração fundiária, pois, a terra será exclusivamente subordinada ao capital, a partir das políticas de isenção fiscal promovidas pela SUDENE e SUDAM.

Conforme menciona Azar (2011), a concentração fundiária é um elemento central da questão agrária no Maranhão. No Sul do estado, essa concentração se deu especialmente através da grilagem. Enquanto em 1975, 77% dos estabelecimentos rurais com menos de 100 ha possuíam apenas 4% da área total do Polo Sul do Estado do MA, 0,1% dos estabelecimentos com mais de 10.000 hectares possuíam 9% da área total do polo. Em 1996, 75% dos estabelecimentos com menos de 100 ha possuíam 8% da área do polo de Balsas, em contrapartida 0,2% dos estabelecimentos com mais de 10.000 hectares possuíam 26% da área total do polo Sul. A implantação dos grandes projetos agropecuários e a instituição da propriedade privada da terra no Sul do Maranhão aumentou o processo de concentração fundiária, e evidenciou que, além da Lei de Terras, a implantação do PRODECER contribuiu decisivamente para o processo de concentração fundiária. Desse modo, as políticas fundiárias no Maranhão se caracterizaram pelo caráter concentrador, privilegiando a grande produção capitalista.

Assim, a dinâmica sociometabólica do capital criou um processo de concentração fundiária que foi suficiente para desenvolver intensamente as relações

de produção, sem necessariamente criar um fenômeno da proletarização na agricultura na sua plenitude. Constituiu, portanto, um elemento de intensificação da dependência no contexto da divisão internacional do trabalho, acentuando ainda mais as relações de trabalho no campo.

A concentração fundiária foi importante para criar uma estrutura produtiva baseada na produção mercantil, fundamentada na lógica da dependência. Assim, tanto as relações de propriedade, quanto de produção tem se caracterizado pela reprodução da lógica da dependência, pautada na exportação de matérias-primas. Essa lógica coexiste, contraditoriamente, com uma estrutura produtiva moderna, caracterizada por um acentuado grau de tecnificação e cientificação da produção. Esse padrão de produção alicerçado na mecanização, além de ser responsável pelo aumento da exploração dos trabalhadores acentuaram ainda mais a divisão do trabalho e aumentaram a desigualdade e concentração de riqueza.

2.4. A modernização conservadora como fundamento da reprodução sociometabólica

Neste item analisou-se como o processo de modernização da agricultura ao mesmo tempo em que conservou a estrutura produtiva do modelo desenvolvimento capitalista no Brasil, conforme entende Graziano da Silva (1981), esteve funcionalmente articulado à dinâmica da reprodução do sociometabolismo do capital, estando presente especialmente nas atividades agrícolas mais rentáveis, conforme entende Silva (2008). Além disso, essa dinâmica contraditória requer um trabalhador assalariado para desenvolver as atividades laborais, mesmo em sua forma temporária, porém, contraditoriamente usa trabalho escravo e libera um contingente de força de trabalho do campo em direção às cidades. Assim, a modernização não é uma prerrogativa exclusiva do Estado capitalista nas suas mais variadas formas, mas está diretamente associado ao metabolismo da reprodução capitalista por meio das grandes corporações, responsáveis pela criação de uma agricultura voltada para produção de mais-valia, ainda que as relações capitalistas de produção não tenham extirpado as relações de produção distintas daquelas que usam o trabalho assalariado e produção de valor de troca. Dessa maneira, além de responsável pela criação de

um mercado de terras, liberação e formação da força de trabalho para o capital, do financiamento, este metabolismo do capital foi responsável pela criação de um processo de modernização conservadora da agricultura.

Os mecanismos que seguiram na direção da modernização conservadora, como o Estatuto da Terra, os projetos de colonização, o Estatuto do Trabalhador Rural, ETR, a partir dos anos 50, além da reprodução do capital, objetivaram golpear o avanço das forças nacionaldesenvolvimentistas e movimentos revolucionários. É importante ressaltar ainda que essa dinâmica não foi suficiente para intensificar o processo de proletarização na agricultura, porém, apesar de terem sido responsáveis pelo fomento ao assalariamento rural, não foram suficientes para destruir o campesinato, muito pelo contrário, este se fortaleceu ainda mais a partir das lutas autônomas, como as Ligas, o sindicalismo rural, e uma série de lutas sociais durante o Regime Militar e, durante o movimento de democratização, tanto com o sindicalismo cutista/contagiano, quanto com o Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra, MST.

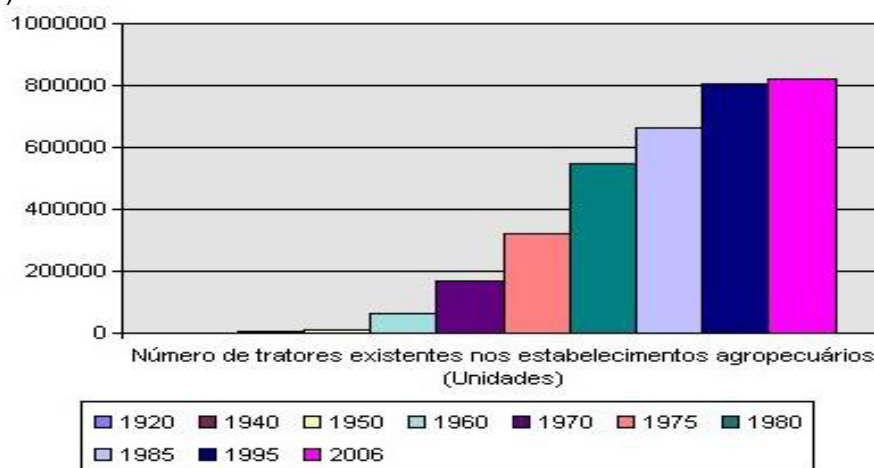
Neste contexto, o processo de modernização da agricultura que ocorreu no Brasil decorre das políticas do Estado, de um lado, para conter o avanço político da esquerda em nome dos interesses da burguesia externa, preocupada com o avanço tanto dos setores mais progressistas, especialmente aqueles que tinham como fundamento as reformas de base. Também é o resultado de um intenso esforço dos capitalistas por meio dos grandes monopólios para extrair maiores taxas de lucro como aquelas relacionadas ao projeto da “Revolução Verde”. Esse metabolismo social será funcional à lógica da reprodução ampliada da agricultura capitalista.

Graziano da Silva (1981) vai afirmar que a modernização da agricultura além de conservadora é dolorosa, pois, além de conservar o modelo dependente (concentração fundiária, produção voltada para exportação e exploração da força de trabalho), está concentrada no âmbito do agronegócio, voltado para os interesses externos, será dolorosa, pois, a grande maioria dos trabalhadores do campo não usufruiu das benesses da modernização, mas apenas seus efeitos mais perversos, que será a intensificação da exploração do trabalho, por meio da exploração da mais-valia relativa.

Além disso, o processo de modernização da agricultura no Brasil, que se concentrou no agronegócio, se efetivou a partir da década de 1970, quando o governo

criou programas que objetivavam a geração de receitas para saldar os desequilíbrios fiscais das contas externas produzidas pelo “Milagre Econômico”. Este processo, apesar de ter proporcionado taxas substanciais de crescimento do PIB, produziu intenso desequilíbrio orçamentário, devido à importação de capital. Sendo assim, a dinâmica da modernização conservadora no Brasil que ocorreu na base do agronegócio, foi funcional à lógica capitalista, pois, ao mesmo tempo em que ajudava a criação de receitas para saudar o desequilíbrio fiscal produzido pelo “Milagre”, ajudava as grandes multinacionais ligadas ao agronegócio, especialmente aquelas ligadas à produção agrícola (máquinas, indústria química, etc.) e dos produtos voltados para exportação. Dessa forma, apesar da estabilidade, o número de máquinas e implementos cresceu substancialmente, nas últimas décadas, como pode ser visualizado no gráfico 02, de acordo com dados do IBGE.

Gráfico 02 - Número de tratores em estabelecimentos agropecuários no Brasil - (1920/2006)



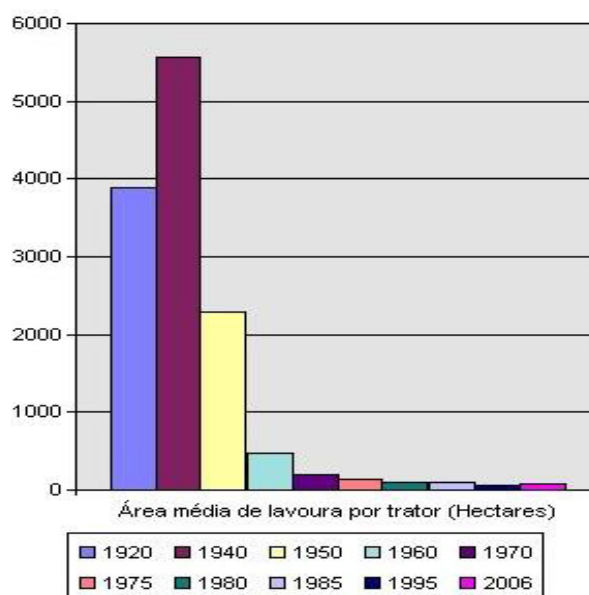
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

A lógica modernizante não pode ser entendida apenas pelo incremento de máquinas no campo, contudo, é uma das maiores expressões da dinâmica capitalista, especialmente no que diz respeito à extração de mais-valia relativa. Além disso, é importante ressaltar que faz parte do pacote tecnológico estimulado pela “Revolução Verde”, responsável pelo incremento da cadeia produtiva do agronegócio. A lógica dessa nova fase produtiva é fruto de um amplo movimento que tem como fundamento a extração de mais-valia.

Assim sendo, o processo de modernização no campo privilegiou o setor das grandes multinacionais produtoras de máquinas e implementos agrícolas, ou seja, a

lógica da modernização é orquestrada para gerar uma cadeia produtiva seletiva que se distancia da pequena produção de base familiar para se articular aos grandes monopólios (produção de máquinas e implementos agrícolas, agrotóxico, fertilizantes, vacinas, sementes, etc.), pois, além de manter intacta a estrutura fundiária, não possibilitou a inserção da pequena produção nessa cadeia produtiva. Apesar do crescimento da oferta de máquinas e implementos agrícolas no campo de 1960 até 2006, houve redução do crescimento do número de tratores nos últimos anos, especialmente a partir do Censo de 2006, conforme gráfico 02. Entretanto, a qualidade e o alto padrão tecnológico tem sido aumentado substancialmente na aplicação das máquinas que agregaram tecnologias em um nível considerável, principalmente com a denominada agricultura de precisão. Como pode-se observar, além do crescimento do número de tratores até o ano de 2006, houve uma redução da área média por cada trator e aumentou consideravelmente a capacidade de exploração, conforme gráfico 03.

Gráfico 03. Área média de lavoura por trator - série histórica (1920/2006)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Para a década de 80, quando houve um grande incremento de tratores no campo, a tese de Graziano Neto (1985) auxiliava a compreensão da modernização da agricultura brasileira. Atualmente, para a realidade brasileira esta tese encontra-se ultrapassada, pois, há uma redução do número de máquinas, mas a modernização da

agricultura tem se intensificado ainda mais porque estas estão cada vez mais dinâmicas e desempenham diversas tarefas ao mesmo tempo e, para serem manuseadas, o trabalhador precisa de especialização profissional.

Refutando a tese de Graziano Neto, Paulino (2008, p. 220) afirma que apesar da diminuição de 1,95% no número de equipamentos e aumento das áreas com lavouras de 83%, o processo não pode ser visto pelo efetivo quantitativo de máquinas, mas pela capacidade técnica depositada em cada uma delas, que são equipadas com tecnologia de última geração. Assim, pode-se inferir que na contemporaneidade a modernização ainda é mais intensa, uma vez que há uma substituição por máquinas com maior potencial de explorar o campo.

Para a realidade maranhense, tanto a tese de Graziano Neto quanto a tese de Paulino (2008) são válidas, pois, de acordo com dados do IBGE, a quantidade de máquinas e arados cresceu substancialmente com a implantação dos grandes projetos agropecuários em geral e da produção de soja na região de Balsas em particular. Em 1975 haviam somente 11 equipamentos, enquanto que em 1996 haviam 1.234, correspondendo a um aumento expressivo de mais de 100 vezes. Neste mesmo período essa quantidade representa 19% do total existente no Estado. Como demonstram os dados do Censo de 2006, somente 1,22% dos estabelecimentos agropecuários maranhenses possui tratores (3.518). É um índice quase 10 vezes inferior à média brasileira (10,2%), o que revela, de um lado, que a dinâmica da modernização, além de conservadora, está restrita ao agronegócio, ou seja, geograficamente concentrada, nas propriedades que estão diretamente articuladas ao mercado de *commodities* agrícolas. Assim, a média de tratores por estabelecimentos é de 1,7, revelando que estão concentrados nos estabelecimentos voltados para o agronegócio, na produção de soja, eucalipto e cana.

Esse processo tem conservado o desenvolvimento desigual da agricultura capitalista porque está restrito à produção de *commodities* agrícolas, conforme demonstrou Silva (2008). Esse crescimento é condicionado ainda às políticas de crédito rural para obtenção de máquinas, que incentiva a industrialização por meio da fabricação de máquinas agrícolas.

A redução da quantidade de tratores no Brasil, além de não representar uma diminuição do processo de modernização da agricultura, pois, os novos tratores possuem capacidades de produção/exploração superiores àqueles produzidos

anteriormente, está diretamente relacionada à redução do financiamento agrícola por parte do Estado capitalista, pois, na década de 1990, com a instauração do estado neoliberal no Brasil, com a política do Governo FHC, o crédito rural foi reduzido consideravelmente. Essa redução impactou o capital produtivo, especialmente no que diz respeito à aquisição de implementos agrícolas.

De acordo com Castillo (2005, p. 5), nos anos 1980, tem-se um novo paradigma na agricultura moderna, pautada pela intensa crise fiscal do Estado, entrada em cena das políticas neoliberais baseadas nas privatizações, concessões de serviços públicos à empresas privadas e desregulamentação, difusão espacial das tecnologias da informação e das redes telemáticas corporativas, intensificação da exportação, aumento da margem de manobra para as políticas territoriais das grandes empresas no agronegócio (crédito, circulação, distribuição, comercialização), novas estratégias e coordenação entre agentes (fornecedores, distribuidores, operadores logísticos, concorrentes), custos de produção e competitividade definidos pelo mercado mundial e reforço da tendência à especialização produtiva regional da produção agrícola.

No Maranhão, apesar das diferenças espaciais, não houve um processo de modernização da agricultura como foi verificado em outros estados, conforme enfatizou Silva (2008), porque sempre esteve mais concentrado no agronegócio e conservou a essência mais perversa: a concentração da propriedade privada e de riqueza no agronegócio. Desse modo, há uma concentração de tratores no Sul do Maranhão, especificamente na Região de Balsas¹⁷ que possui 2.096 unidades, respondendo por 34,67% do total do estado. Somente na municipalidade de Balsas esse índice é ainda mais considerável, concentrando 632 unidades o que corresponde a 10,45% do estado. Quando se trata do conjunto das municipalidades que produzem soja no Sul do Maranhão tem-se uma quantidade de tratores de 2.282 unidades, o

¹⁷ Por Região de Balsas deve-se compreender o conjunto das municipalidades que estão ao entorno de Balsas e vinculadas a esta. Desse modo, entende-se que Balsas por reunir condições técnicas, políticas e econômica diante das demais municipalidades, exerce uma posição de polo no circuito espacial de produção da soja no Maranhão. Desse modo, não será usada a mesma caracterização de polo usada por Ferreira (2008) que se baseiam no critério de divisão regional do IBGE, sobretudo à microrregião do Gerias de Balsas que não inclui uma grande quantidade de municipalidades, próximas e que mantém relações estritas com Balsas. Desse modo, estendeu-se para o conjunto das municipalidades que estão presentes no Sul do Estado e demais municipalidades de outros Estados. Por outro lado, limitar-se-á a espacialização apenas ao estado do Maranhão por entender-se que já é uma área de substancial abrangência e, portanto, complexa e de difícil demarcação.

que corresponde a 37,75% do total de tratores do estado do Maranhão, conforme ressalta Botelho (2010).

Além dos tratores, concentra 80% das colheitadeiras do estado. Trata-se de um equipamento característico do agronegócio, uma vez que o seu custo de aquisição e manutenção é elevado e, portanto, incompatível com outras formas de produção que não estejam na esfera do circuito espacial de produção da soja, conforme entende Botelho (2010). É um meio de produção cujo uso é localizado, característico da municipalidade de Balsas que, sozinha, possui mais de 1/3 (285 unidades) do total do estado, correspondendo a 35,22%. Trata-se de instrumentos técnicos com alta precisão e desempenho capazes de aumentar significativamente a produção e reduzir os custos com a força de trabalho.

Desse modo, pode-se afirmar que houve também um impacto substancial da mecanização sobre a força de trabalho, especialmente sobre a pequena produção de base familiar, pois, apesar da desarticulação de parte desse tipo de produção, a monocultura não foi suficiente para absorver o excedente de força de trabalho, resultante da expropriação produzida pela monocultura da soja. A exemplo daquilo que ocorreu na indústria, é importante destacar que nas áreas onde prevalece os maiores índices de mecanização do país, especialmente aquelas onde há o predomínio da agricultura intensiva e aquelas ligadas à grande produção, agronegócio, o processo de mecanização na agricultura tem contribuído para o aumento progressivo do desemprego no campo.

Se por um lado, o processo de mecanização tem aumentado substancialmente nas últimas décadas, e com isso, elevado a produção de soja, o processo de assalariamento rural não tem caminhado na mesma direção, pois, apesar do aumento do trabalho familiar, devido os intensos índices de luta e ocupações de terras improdutivas, bem como, da conquista de assentamentos por parte dos movimentos sociais do campo, o processo de mecanização tem contribuído para redução da força de trabalho no campo, especialmente nos locais de produção de *commodities*, em virtude da substituição do homem pela máquina, pois, a exemplo daquilo que ocorre na indústria, com a implantação da mecanização, os tratores e máquinas reduzem consideravelmente o trabalho desempenhado por um grande contingente de trabalhadores na agricultura. É importante destacar que o processo de redução da força de trabalho, a exemplo da população do campo, com exceção de

um pequeno grupo de países, é um fenômeno global, pois, o avanço das relações capitalistas no campo também é um fenômeno global, e tem contribuído para redução drástica a população do campo.

Além da redução da força de trabalho no campo, o processo de mecanização possibilita uma maior exploração da força de trabalho, tendo em vista que a exemplo daquilo que afirma Marx (2002), o aumento dos meios de produção, sobretudo, tecnologias de ponta como ocorre na agricultura, faz com que o trabalhador possua maiores condições de produzir em uma quantidade menor de tempo, aumentando assim, a exploração do trabalhador, pois, apesar de produzir sob as mesmas condições de tempo, a produtividade aumenta, sob a forma de mais-valia relativa.

Em um trabalho recente, Nascimento e Mendes (2009) concluíram que o avanço da modernização da agricultura em Canápolis/MG contribuiu para o processo de proletarização, à medida que o arrendamento das terras foi feito preferencialmente para os grandes latifundiários. Assim sendo, os trabalhadores rurais, especialmente aqueles que trabalhavam nas terras, estão cada vez mais precisando sair para arrendar terras mais distantes ou se colocarem à disposição como força de trabalho para a indústria canavieira, fato que tem causado a destruição da agricultura camponesa.

Desse modo, o processo de modernização da agricultura em geral e especificamente em Balsas tem contribuído para conservação da estrutura produtiva baseada na produção de soja, porém, além de aumentar a exploração da força de trabalho, criou aquilo que estamos denominando de fetichismo da proletarização na agricultura. Assim sendo, o crédito rural tem tido um importante papel para mecanização e conseqüentemente modernização da agricultura.

A política de crédito, além de abrir concessão para financiamento da produção, se direcionou ao agronegócio, principalmente para aquisição de equipamentos no sentido de fomentar o desenvolvimento da indústria de máquinas e implementos agrícolas. Esse processo tem aumentado a participação do agronegócio da soja no Maranhão, que se deu no início da década de 1980, mas é fruto de um processo que se inicia no Brasil a partir da segunda metade do século XX.

O desenvolvimento das políticas de crédito pelo Estado foi fundamental para criar um processo de integração da estrutura produtiva aos monopólios. Esse empreendimento possibilitou que os agentes hegemônicos se deslocassem para

áreas mais distantes e rarefeitas do território brasileiro. Neste contexto, o processo de modernização veio atrelado ao processo de “subordinação da agricultura à indústria” (IANNI, 1984, p.161). A modernização do setor agrícola do território brasileiro é parte da mesma lógica do desenvolvimento capitalista, sendo seletiva e conservadora, uma vez que estimula a grande produção e privilegia os monopólios.

A dinâmica forjada a partir do desenvolvimento das técnicas de produção no campo produziu uma industrialização da agricultura¹⁸, no momento em que esta passa a incorporar os processos de produção industrial, e quando “[...] os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica, da ciência”, conforme já observara Marx (2002, p. 570) na segunda metade do século XIX.

A adoção dos novos padrões de produção baseada nas práticas intensivas e num conjunto de tecnologias mecânicas e científicas na atividade agrícola iniciou-se no Brasil, “[...] via incentivos governamentais, principalmente através do Crédito Rural Oficial, instrumento de política agrícola da década de 1960, responsável pela mudança da base técnica na agricultura, sem, no entanto, modificar a estrutura social” (RAMALHO, 2007, p. 20). Para Santos e Silveira (2006, p. 118), o Sistema Nacional de Crédito Rural representou um passo fundamental no processo de modernização da agricultura, pois, ao mesmo tempo em que visava subsidiar todas as fases da produção agrícola, estimulou o investimento na produção rural, favoreceu o custeio, a

¹⁸ O desenvolvimento dos novos meios de produção resulta em mudanças nos padrões de produção e tentativa de implantação de outra forma de organização do trabalho e da vida no campo, como é a questão da produção fordista, caracterizada pelo processo de mecanização da produção e implantação de uma nova cultura fundada nos moldes urbanos. Neste sentido, a industrialização do campo onde houve desenvolvimento das forças produtivas, com o agronegócio, caracterizado por elevados índices de tecnologia e inclusive as formas de organização da produção e do trabalho não foi suficiente para criar um amplo mercado de trabalho no campo. No entanto, os padrões de organização da produção taylorista/fordista caracterizaram-se pela cientificização da produção e massificação do consumo. Taylor desenvolveu estudos com base no controle de tempo de trabalho; chefia numerosa e funcional (em oposição ao velho sistema de contramestre único); padronização dos instrumentos de produção e, conseqüentemente dos movimentos dos trabalhadores para cada tipo de serviço; necessidade de planejamento; fichas de instrução para os trabalhadores; implantação da tarefa na administração, associada ao alto prêmio. A ideia, portanto, é uma alta especialização do trabalhador para desempenhar apenas uma função específica. A fragmentação do trabalho e controle do tempo do trabalhador possui uma função importante na organização da produção e controle do trabalho, pois, além de fazer com que o trabalhador aumente mais a produção e o capitalista conseqüentemente, explore a mais-valia de forma mais intensa, não compreende a totalidade da dinâmica produtiva, passo importante na constituição de um trabalhador parcial, que perdeu a capacidade produtiva e, portanto, sem se articular como classe. Ford se preocupou com a organização da produção. Essa dinâmica de organização ainda que diretamente vinculados à produção fabril, influenciou a produção agrícola, especialmente em um contexto atual do capitalismo que combina a organização da produção.

comercialização da produção e incentivou a modernização. No entanto, o grande volume

[...] de crédito concedido pelo governo federal era proporcional ao tamanho da propriedade, sendo assim, os grandes proprietários acabaram sendo os maiores beneficiários. Além disso, uma condição para o acesso a esses recursos financeiros era a obrigatoriedade da compra de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos, que beneficiou, sobretudo, as multinacionais do setor químico instaladas no Brasil. (RAMOS, apud RAMALHO, 2007, p. 20).

Desse modo, a modernização conservadora e seletiva da agricultura está diretamente ligada à intensificação do capital no campo, mais especificamente ao grande volume de capital que tem sido canalizado, pelo Estado por meio de crédito rural para produção de *commodities* agrícolas.

A modernização da agricultura que está restrita agronegócio, além de impulsionar a atividade produtiva, tem contribuído para reprodução capitalista, particularmente aquela produtora de máquinas e equipamentos, financiados pelo crédito rural. Além disso, tem contribuído para articulação do camponês ao mercado capitalista, por meio daquilo que Marx, denomina de subsunção do trabalho ao capital, pois, ao mesmo tempo em que compra os produtos da indústria capitalista, fornece matérias-primas à mesma. Além de não produzir para sua subsistência, está cada vez mais articulado à lógica da produção capitalista. Este fato tem aumentado o grau de dependência do camponês ao mercado, fato preocupante na atual conjuntura onde o grande capital, monopoliza a produção de alimentos e dita os alimentos e produtos a serem produzidos/cultivados pelos produtores articulados à dinâmica sociometabólica. É importante ressaltar ainda que, se esse processo já é perverso por si só para a realidade de muitos estados brasileiros, para a realidade maranhense é ainda mais perverso, pois, o campesinato sequer consegue se articular à produção capitalista por falta de cadeia produtiva.

Por mais que detenha a posse da terra, a participação do camponês na esfera da produção capitalista pode representar um processo de ruptura como classe, tendo em vista que, para produzir para o capitalista, o camponês precisa de crédito, financiamento bancário e uma das condições para isso é hipotecar sua propriedade como garantia para os bancos. Numa conjuntura de prevalência do capital rentista e elevação substancial das taxas de juros, o endividamento do produtor tem ocorrido

consideravelmente. Na realidade, essa é a lógica que tem prevalecido no contexto de financeirização da agricultura, com o advento das políticas neoliberais. De acordo com dados produzidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG (2015)¹⁹, cerca de 1 milhão de famílias de pequenos produtores possuem dívidas, que somam 15,5 bilhões de reais. Apesar do crédito rural familiar ou empresarial representar o setor produtivo com o menor índice de inadimplência, bem como, do governo ter anunciado o valor do financiamento da agricultura camponesa para o ano de 2015, correspondente a 24,1 bilhões de reais, cerca de 40% dos produtores rurais não foram contemplados pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar, PRONAF, pois, o excesso de burocracia dos agentes financeiros dificultou o acesso ao crédito.

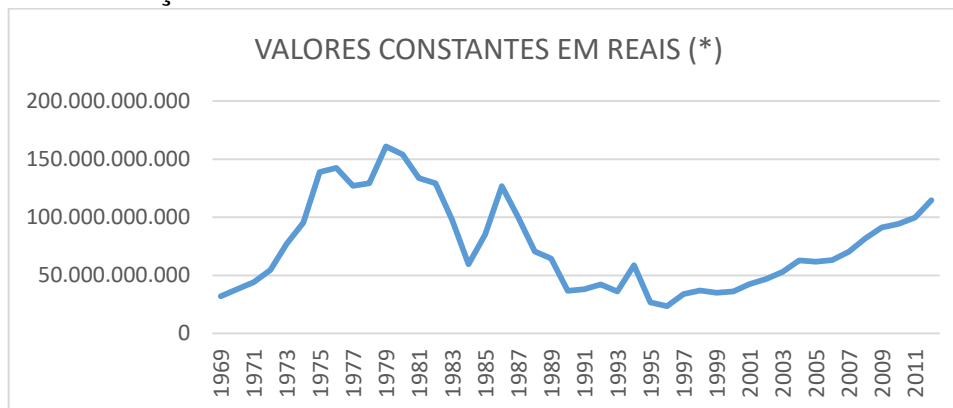
Se por um lado, o crédito rural para a agricultura camponesa é reduzido e possui um alto índice de obstáculos para concessão, o mesmo não pode ser aplicado para o agronegócio, pois, além da existência de um fundo garantidor por parte do Estado, os recursos são mais vultosos e a burocracia é consideravelmente menor. Além disso, o processo de inadimplência entre os grandes produtores capitalistas é consideravelmente maior do que entre os pequenos, apesar dos grandes produtores dispuserem dos valores para pagamentos. Apesar da redução da burocracia com as linhas de financiamento para a agricultura camponesa, tem havido um intenso processo de endividamento. Na realidade, o objetivo das políticas de cunho rentista dos neoclássicos é deixar que o mercado se encarregue de resolver os problemas. A grande questão é que não há previsibilidade do período do equilíbrio.

A análise do crédito pode ser identificada pelas escolas com as mais distintas posições políticas, desde a liberal que entende como necessária e imprescindível para o desenvolvimento econômico, como menciona Schumpeter (1988), até os marxistas que entendem que o sistema de crédito se “transformou em um enorme mecanismo social para a concentração e centralização de capitais” (Marx, 1996), pois, apenas terá acesso a este aqueles que comprovadamente têm como pagá-lo, ainda que uma parte substancial não o faça. Assim sendo, apesar do financiamento da agricultura promover a autonomia dos agricultores, contraditoriamente também ampliou a dependência e a exclusão social. Sobre este aspecto, o gráfico 04 ilustra que na

¹⁹ Para maiores informações ver site. <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/endividamento-impede-que-dos-agricultores-familiares-acessem-pronaf-9983>. Acesso em 12 de maio 2015.

década de 1990 houve redução do financiamento da agricultura brasileira, devido à implementação das políticas neoliberais implementadas pelo Governo FHC.

Gráfico 04 - Evolução do crédito rural contratado no Brasil – 1969 a 2012



Fonte: Banco Central do Brasil, Bacen, 2016.

A exemplo daquilo que já fora observado por Delgado (1984), quanto à evolução do panorama geral do crédito rural no Brasil, em um esforço de síntese para analisar a evolução do crédito rural em um contexto de financeirização, considera que o Sistema Nacional de Crédito Rural, SNCR, criado em 1965, apresenta uma trajetória marcada por 3 fases, a saber: a primeira denominada de Estruturação (1965-1986), marcada pela oferta de crédito abundante e barato para apoiar a modernização conservadora, dolorosa e seletiva da agricultura, ou seja, o financiamento dos chamados grandes projetos agropecuários objetivaram saldar os desequilíbrios fiscais produzidos pelo Estado ditatorial. Uma segunda fase conhecida como desestruturação que vai de 1987-1999, foi marcada por uma redução considerável do crédito rural, pois, além da escassez de recursos do período da década perdida, a implantação das políticas neoliberais (Governos Collor, Itamar e FHC), nos anos 1990, além de ter limitado significativamente à oferta de crédito, criou mecanismos de maior seletividade e elevação das taxas de juros. Desse modo, um dos fundamentos dessa fase foi o processo de escassez de crédito e, por fim, uma terceira e atual fase que foi caracterizada por um processo de reestruturação da política de crédito, que coincidiu com os governos Lula e Dilma. Aqui é importante mencionar que houve um ligeiro aumento da oferta de recursos, criação de novas linhas de investimento e redução da taxa de juros para financiar insumos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas. Mais uma vez, como pode ser percebido, apesar de ter avançado na disponibilidade

do crédito, este ainda se dá sob os padrões do produtivismo, da seletividade e da concentração.

Sobre esta última fase da política de crédito é importante destacar que o governo Lula vai retomar as políticas de reprimarização²⁰ da economia, ou seja, ao incentivar o agronegócio manteve na pauta da agenda, as atividades primário-exportadoras, conforme já havia enfatizado Prado Júnior (2011). Apesar disso, o investimento durante esses governos continuou crescendo, conforme gráfico 5. Além de nunca ter sido superada, a agroexportação é reforçada na atual conjuntura com os grandes projetos agropecuários, como aquele iniciado com o PC-GEBAL, localizado em Balsas e, mais recentemente com o projeto MATOPIBA. Esse projeto, a exemplo daqueles que tem como base a criação de novas unidades federadas, é responsável pela produção de *commodities* agrícolas, como a soja, conforme vem estudando Mesquita (2015).

Gráfico 05 - Evolução do crédito rural contratado no Brasil (2002-2012)



Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, BACEN, 2013.

Neste contexto, a observação criteriosa da distribuição do crédito rural no Brasil leva em consideração as seguintes questões: a distribuição desigual, tanto entre os tipos de produtos, como também entre as regiões e produtores. Cerca de 70% do

²⁰ Consiste num processo de produção de *commodities* agrícolas e minerais, ou seja, elementos que fazem parte do setor primário da economia. Esse processo, amplamente superado pelas economias mais dinâmicas do capitalismo avançado têm sido amplamente incentivados pelos governos brasileiros desde o Regime Militar para garantir o *superávit* primário, ou seja, valores para pagamento dos juros e amortizações da dívida.

crédito rural está concentrado em apenas 4 dos produtos agrícolas (soja, milho, café e cana-de-açúcar), ou seja, em última instância, quem detém a maior fatia do financiamento da agricultura no Brasil é o agronegócio, ainda que este não seja responsável pela produção de alimentos necessários à dieta alimentar, tampouco honre os compromissos de pagamento da dívida.

Apesar do aumento do crédito em relação ao período anterior, conforme ilustra o gráfico 05, é importante mencionar que a exemplo do Regime Ditatorial, o volume de créditos do último período “lulopetista” não rompeu com o modelo conservador, mas foi destinado exclusivamente para produção de *commodities* agrícolas que, ao mesmo tempo em que serve para financiar o próprio modelo responsável pela rapina do país, desarticula a agricultura camponesa.

De acordo com Delgado (1984), é inegável que a política financeira do Estado brasileiro compreende um grande poder de determinação, tanto na produção, como na demanda final. Essas orientações vêm orquestradas por um mecanismo que atende os interesses dos grandes monopólios, tanto aqueles atrelados ao capital produtivo, como aqueles atrelados ao capital financeiro. Ainda conforme o autor, as grandes corporações e empresas integradas na cadeia produtiva agroexportadora (empresas integradas verticalmente na agricultura e na indústria, as cooperativas centrais de comercialização e os ramos de alta integração) possuem condições privilegiadas de planejamento da produção agrícola.

Nesse sentido, além de patrocinar o agronegócio, o aumento do crédito rural tem intensificado consideravelmente o capital financeiro no país, como bem explicita Delgado (1984). Se por um lado, o processo de investimento em capital produtivo traz consequências como a concentração²¹ e centralização de capitais nas mãos dos grandes monopólios e reprimarização, sobretudo, no mercado de *commodities* agrícolas, de outro, o direcionamento para a esfera financeira é ainda mais perversa, pois, a autorregulação do mercado pode aumentar ainda mais o endividamento dos produtores, devido à elevação das taxas de juros, já que as instituições financeiras também são controladas por monopólios.

²¹ O fato da concentração de crédito se dá sobre a matriz do agronegócio e que essa modalidade de produtores constitui a fração com os maiores índices de endividamento e inadimplência não é atual. O Estado já vem privilegiando esse modelo de produção historicamente, desde a indenização histórica dos produtores durante a crise de 1929, com a superoferta de café no mercado externo, com a criação do fundo garantidor, caso os produtores tenham perdas nas produções, porém, a financeirização da agricultura transfere aos bancos, as maiores taxas de lucro, sobretudo, por meio do endividamento dos produtores.

Desse modo, a participação das instituições financeiras públicas, principalmente do Banco do Brasil e privadas, particularmente do Bradesco, que atuam no financiamento da agricultura no Maranhão tem se direcionado para o agronegócio. Por outro lado, o volume de financiamento do agronegócio maranhense tem sido considerável se comparado às demais regiões do país. De acordo com Ferreira (2008, p. 182), 70% da produção de soja no Maranhão é financiada pela Bunge e Cargill. Além destas, a Multigrain, Seagro e mais recentemente a ABC²², são responsáveis pelo financiamento da soja.

Apesar da quantidade de instituições financeiras no Maranhão ser discreta, o volume do crédito voltado para o agronegócio é elevado, ou seja, isto quer dizer que o investimento na agricultura está concentrado, uma vez que este é feito pelas grandes multinacionais, com capital público, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDS.

Com o financiamento, as grandes empresas garantem uma margem considerável de lucro, tendo em vista que não precisam gastar com mão-de-obra e nem com outras despesas. Isso tem feito com que os produtores organizem toda produção e ocasionado às empresas somente a parte da comercialização, contraditoriamente, há um crescente processo de endividamento, especialmente depois dos processos de sobreposição do capital financeiro sobre o produtivo. Desse modo, as multinacionais que financiam a produção de soja compram a produção antes mesmo de existir extraindo a maior fatia da mais-valia, uma vez que só atuam na reprodução do capital sem plantar uma semente sequer. O financiamento da soja é uma modalidade usada pelas empresas, tendo como pressuposto a garantia de maiores taxas de extração de mais-valia. Representa uma forma de terceirização da produção pelas empresas que não querem ter gastos com insumos, defensivos, máquinas, equipamentos, mão-de-obra, etc., e muito menos está à frente da luta entre capital e trabalho, já que é menos seguro investir em capital produtivo.

Dessa maneira, a maior parte dos financiamentos da agricultura no Maranhão é um privilégio exclusivo do circuito espacial de produção de soja, especificamente em Balsas, local de maior produção de soja e, por conseguinte, da entrada de capital na agricultura.

²² Esta última tem intensificado sua participação no circuito de produção da soja a partir do ano de 2008, quando instalou a unidade de processamento de grãos em Porto Franco/MA.

No atual contexto de prevalência das políticas neoliberais e de financeirização, em que o capital se desloca da esfera produtiva para a financeira, onde os capitalistas passam a auferir maiores taxas de lucro na base do rentismo, a estratégia é deixar que o mercado, especialmente os bancos, se encarreguem de estabelecer as regras. Assim, o processo de modernização forjado pelo Estado em consonância com o capital foi imprescindível para criação de uma dinâmica agrícola baseada na concentração de riqueza por meio dos grandes monopólios e, na atual conjuntura, pelas grandes instituições financeiras.

Dessa forma, tanto a modernização, quanto o crédito rural tem conservado o modelo destrutivo no campo, com a produção de *commodities* agrícolas. Essa modernização é uma condição necessária para materialização do processo da “Revolução Verde”, pautado nas grandes corporações e instituições financeiras, uso de grandes propriedades e produção voltada para o mercado externo.

2.5. A “Revolução Verde” como base do agronegócio e elemento imprescindível para mundialização da agricultura

Nessa seção analisou-se como o processo de “Revolução Verde” tem contribuído para o desenvolvimento da produção de soja no Maranhão e desarticulação da agricultura camponesa. Esse modelo é parte importante para materialização do imperialismo que se articula com o capital financeiro.

De um modo geral, o processo de “Revolução Verde”, gestado pelos grandes monopólios capitalistas tem exercido influências consideráveis sobre a agricultura brasileira, especialmente aquela voltada para produção de *commodities* agrícolas. Esse modelo que se caracteriza essencialmente pela intensificação das relações capitalistas no campo (assalariamento, grande propriedade de terra, uso de agrotóxico, sementes geneticamente modificadas, produção voltada para exportação, industrialização da agricultura, uso de crédito, mecanização, etc.) é o suprassumo da agricultura capitalista e tem representado uma grande pressão à agricultura camponesa, pois, além da concentração de terra, foi responsável pela expropriação das populações das terras livres e tem possibilitado a intensa exploração dos recursos naturais.

O modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura pautado na “Revolução Verde”, que tem como base a intensificação do capital no campo, modernização da agricultura é também denominado agronegócio. Este reproduz a lógica comandada pelas grandes multinacionais e instituições financeiras. Neste contexto, por ter como base o latifúndio, concentrar maior volume de investimentos é responsável pela desarticulação da pequena produção, conforme assinala Mesquita (2011a), impondo uma lógica desigual à agricultura maranhense.

No entender de Machado e Machado Filho (2014), a “Revolução Verde”²³, inspirada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação, FAO e Agricultura e Banco Mundial, se entende como o processo de interiorização do capitalismo no campo, a partir de 1960, com a introdução das monoculturas e destruição da biodiversidade, para facilitar o uso de máquinas de grande porte nos “tratos culturais” e pôr em prática a tríade capitalista: tempo, custo e lucro. A revolução verde foi fruto da ação da Fundação Rockefeller²⁴, associada à fundação Ford, nos anos 60 e 70, através da qual distribuíram sementes da Monsanto nos “países atrasados”. Na prática, representou uma ação política e econômica contra a Revolução Vermelha criada pelos Estados operários a partir da Revolução de Outubro de 1917.

Apesar de surgir num contexto de crise do modelo de acumulação fordista no final dos anos 60 e 70, foi inspirada na dinâmica que combina a lógica de acumulação fordista e toyotista por meio de uso de máquinas no processo produtivo e relações de trabalho baseadas em graus consideráveis de exploração. Além de intensa modernização da agricultura, se baseou na proliferação de sementes híbridas, pois, diferentemente das sementes crioulas²⁵, usadas pela agricultura camponesa, não

²³ O projeto da Revolução Verde representa uma forma de oposição à Revolução Vermelha, instituída pela Revolução de Outubro de 1917 que houve na Rússia, com a tomada do poder dos mencheviques pelos bolcheviques. Essa revolução, com todas as contradições, impôs uma lógica de produção agrícola e industrial controlada pelos soviets, conselhos populares.

²⁴ Nelson Rockefeller e Henry Wallace, ex-secretário da Agricultura do Novo Acordo e fundador da Hi-Bred Seed Company, foram os propulsores desse movimento sob a propaganda de “resolver o problema mundial da fome”. Com a distribuição de sementes da Monsanto, a família Rockefeller pretendia monopolizar a produção mundial de alimentos, da mesma maneira que tinha feito na indústria petrolífera meio século antes, através do controle dos monopólios Exxon Mobil, Royal holandesa Shell, a BP Amoco e Chevron Texaco. A tese central do secretário do Departamento de Estado, Henry Kissinger, nos anos 70, se baseava no controle da produção mundial pelos monopólios. Na prática, por traz da boa intencionada máxima da produção de alimentos para resolver o problema da fome está a tentativa de controle da produção de alimentos.

²⁵ Trata-se das sementes usadas pela agricultura camponesa de base familiar. Essas sementes possuem um padrão sofisticado de seleção genética, repassado milenarmente.

possuem capacidade reprodutiva. Desse modo, a cada ano os agricultores passaram a ficar mais dependentes das empresas de tecnologia agrícola, como a Monsanto, pois, suas sementes já não reproduzem mais, ou seja, todo ano necessitam comprar novas sementes, pagando *royalties*²⁶. O resultado é a mercantilização da agricultura, reservando ao mercado a solução dos problemas de endividamento²⁷.

Para atender a dinâmica da mercantilização das sementes foi criado o mercado de agrotóxicos. O uso de agrotóxicos aumentou, criando assim o monopólio dos venenos, pois, as sementes precisam de determinados tipos de pesticidas e herbicidas, produzidos pelas mesmas empresas que criam as sementes. Neste contexto, o controle da produção de sementes não se encontra apenas na produção desse gênero, mas se aloja em toda cadeia produtiva. Desse modo, como as burguesias atuam por meio de um sociometabolismo, os Estados foram pressionados a suportar a expansão do novo modelo de produção agrícola sob o controle das corporações e instituições financeiras. Dessa forma, os bancos estatais passaram exigir, para os financiamentos, um pacote básico de produção com notas fiscais das compras de produtos como sementes, fertilizantes e agrotóxicos. Além disso, o pacote tecnológico da Revolução Verde é parte de um monopólio, pois, as mesmas empresas que produzem os alimentos são as mesmas que produzem os medicamentos²⁸ e venenos.

Assim, dentro da divisão internacional do trabalho, constata-se que o mercado brasileiro, a exemplo do mercado mundial é controlado pelas grandes corporações do

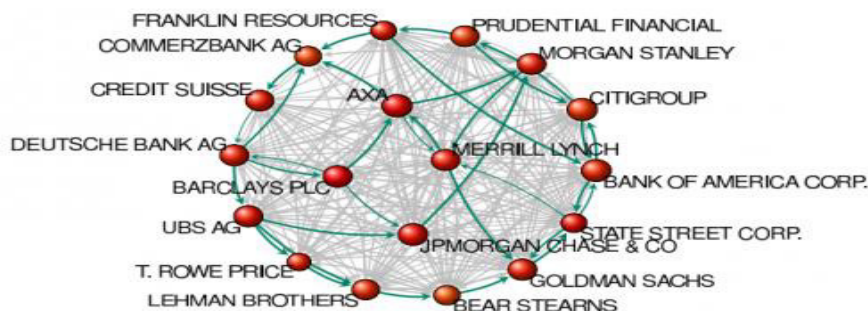
²⁶ O *royalty* é o termo utilizado para designar a importância paga ao detentor ou proprietário ou um território, recurso natural, produto, marca, patente de produto, processo de produção, ou obra original, pelos direitos de exploração, uso, distribuição ou comercialização do referido produto ou tecnologia. Os detentores ou proprietários recebem porcentagens geralmente prefixadas das vendas finais ou dos lucros obtidos por aquele que extrai o recurso natural ou fábrica e comercializa um produto ou tecnologia, assim como o concurso de suas marcas ou dos lucros obtidos com essas operações. Uma das formas de controle da produção estabelecida pelas empresas multinacionais que produzem sementes híbridas é a manutenção dos royalties, portanto, daí a intenção das empresas multinacionais pelas sementes crioulas.

²⁷ Sendo assim, um dos grandes impactos que incidiram sobre as populações camponesas tem sido a modificação de culturas geneticamente modificadas. O resultado desse processo é a dependência dos produtores ao mercado, especialmente o pequeno produtor. Como decorrência desse processo há a criação de uma enorme superpopulação relativa flutuante e latente que servirá, como força de trabalho barata sujeita à exploração e humilhação.

²⁸ É necessário criar um alimento deficiente para que as pessoas adquiram doenças e, em seguida, consomem medicamentos para as doenças causadas pela carência de nutrientes dos alimentos, ou seja, trata-se de um processo de acentuação da mercantilização da produção de alimentos. Desse modo, a tendência apresentada é a intensificação da mercantilização, tendo como base a desarticulação da produção familiar ou incorporação dessa mesma lógica produtiva ao nível do mercado.

ramo de alimento que tem explorado, tanto as terras, quanto a força de trabalho mais barata das colônias e semicolônias. As empresas integradoras são controladas pelo capital financeiro que controlam os principais monopólios mundiais, conforme imagem abaixo:

Figura 01– Instituições financeiras que controlam o capitalismo mundial.



Fonte: VITALI, *et. al.* 2011.

De acordo com estudos recentes divulgados pelo relatório publicado pelo Instituto Federal de Tecnologia da Suíça, Vitali *et al* (2011) identificaram que das 43 mil empresas, apenas 174 (na maioria bancos) têm um poder desproporcional em relação ao resto do mundo, conforme identificou Rothkopf (2008), (figura 01). Esses 174 empreendimentos são considerados “superentidades” que controlam 40% da economia mundial. Essas entidades financeiras são as maiores controladoras dos ativos financeiros do mundo. O imperialismo responsável pelo controle pelas corporações financeiras é uma grande rede, pois, se uma se desestabiliza, afeta todas as outras em cadeia, como aconteceu durante a última crise financeira de 2008, com a quebra do Banco estadunidense *Lehman Brothers*. Esse mecanismo confirma a tese do imperialismo como fase superior do capitalismo, com uma diferença fundamental, que a hegemonia do capital muda da produção para as finanças.

As grandes corporações controlam toda a produção das principais *commodities* e o comércio mundial. Portanto, hoje o preço de cada mercadoria internacionalizada é objeto de especulação. A manipulação maior dessas empresas sobre a produção nacional e comércio internacional é um instrumento para alcançar lucros. A influência desse setor sobre a política econômica do governo Lula se deu por meio do Banco Central, que monitora as taxas de juros e câmbio. Desse total,

nove empresas dominam a produção e detêm 90% do mercado no Planeta e praticamente todo o mercado brasileiro.

Neste sentido, o monopólio criado pelas grandes multinacionais revela de forma bastante perversa a tese imperialista: de um lado, a concentração de riqueza nas mãos dos capitalistas e, de outro, a socialização da pobreza aos trabalhadores, particularmente aqueles inseridos na atividade agrícola. O comércio de *commodities* agrícolas, como os produtos químicos e transgênicos usados na lavoura brasileiras e mundiais, vem de empresas como a Syngenta (Suíça), Bayer (Alemanha), *Badische Anilin und Soda-Fabrik*, Basf (Alemanha), *Food Machinery Corporation*, FMC (EUA), Du Pont (EUA), Dow Química (EUA), Monsanto (EUA), Makhteshim-Agan (Israel) e Nufarm (Austrália), todas multinacionais ligadas aos grandes monopólios e instituições financeiras. Assim sendo, as empresas deixam de concorrer entre si, como na fase da livre concorrência e passam a se associar para controlar todas as fatias do mercado. Se as formas de acumulação no período liberal eram perversas, devido à livre concorrência, na atual fase caracterizada pelos monopólios, as formas de exploração são ainda mais intensas. Diferentemente da livre concorrência, a fase imperialista caracterizada pelo rentismo, causa maiores impactos, pois, além do endividamento dos produtores, tanto com a compra de sementes e produtos, quanto do próprio financiamento, causa a redução da agricultura camponesa de base familiar ou sua transferência para a esfera da mercantilização.

O imperialismo caracterizado nos dias atuais, particularmente num contexto de crise do capital e aprofundamento das políticas neoliberais é ainda mais perverso, tendo em vista que as empresas, além de controlarem os mercados, não possuem concorrência. O mito do "livre mercado" produziu concentração e centralização de capitais e recursos, pois, além de fortalecer os monopólios, impôs os preços com o objetivo de obter as maiores taxas de mais-valia. Na verdade, o imperialismo que vem travestido de globalização ou mais precisamente mundialização, como afirmou Chesnais (1996), fase atual do capitalismo, ao contrário daquilo que aparenta, não intensificou a concorrência, mas facilitou a tomada de controle do mundo por algumas potências e instituições financeiras que controlam a política dos Estados. Esse controle se dá por meio de organismos supraestatais como o Fundo Monetário

internacional, FMI e Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, OMC, num processo em que Gowan (2003)²⁹ denomina de “roleta global”.

Assim, a globalização se apresenta como um fetiche. Primeiramente pela ilusão de uma “aldeia global”, cuja premissa básica se fundamenta na ideia de uma “sociedade global” integrada. O resultado desse processo é a representação da inexistência de uma outra perspectiva que seja contrária à hegemonia capitalista. Nesse sentido, o intuito desse argumento é afirmar que não vale mais apenas lutar pela emancipação humana ou por uma outra forma de sociabilidade, uma vez que o capital se tornou hegemônico. Essa hegemonia, representada pelos Estados capitalistas, especialmente pelo modelo estadunidense, traz embutida uma ideologia que, além de não haver estados operários, também não há teoria que sustente tal perspectiva contrária à essa forma hegemônica. Desse modo, conforme enfatiza Sarmiento e Soares (2015), o imperialismo americano destaca-se por meio de uma forte política militar, sobretudo, aquelas que tomam como base a *pax americana*, de cunho belicista. Essa política, nada mais é do que o suprassumo da política imperialista lanque, como afirma Boron (2006) que intensifica ainda mais a divisão do trabalho.

A intensificação do capitalismo no campo altera as formas de propriedade da terra e relações de trabalho, assim como a produção agrícola em si. Dessa forma, a agricultura passa a ter um papel subordinado ao capital industrial e financeiro, inserido no processo mais amplo da valorização do capital, pois, “[...] na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalho assalariado” (MARX, 1984, p. 101). Na atual conjuntura, o capital produtivo passa a ter um papel

²⁹ Conforme o autor destaca, no processo de mundialização, os Estados Unidos exercem papel de destaque na liderança das principais organizações (ONU, G7, FMI, BM, OMC, OCDE, OTAN, etc.), assim como, o regime dólar Wall-Street também, pois, a história deste regime tem sido a “pressão para enfraquecer as barreiras ao livre fluxo de recurso; dar direitos plenos aos operadores de Wall-Street para negociar nos sistemas financeiros e nas economias de países-alvo e reformular os sistemas financeiros dos países-alvo para que se adaptem às estratégias comerciais dos operadores de Wall Street e dos clientes americanos” (GOWAN, 2003, p. 56). Ainda de acordo com o autor em tela, as crises econômicas dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento fortalecem o regime, porque, “os recursos tendem a se deslocar das mãos dos detentores de riqueza do setor privado no país envolvido para Wall-Street; para pagar as dívidas, os países em questão devem exportar para área do dólar [...]” (GOWAN, 2003, p. 66). Desse modo, o autor explicita que o fetichismo do Estado não se limita as barreiras nacionais, mas perpassa os organismos paraestatais.

subordinado ao capital financeiro e um dos principais representantes dessa fase é o agronegócio que combina controle da produção com as formas rentista e industrial.

Assim, além do capital constatou-se que o Estado constitui uma relação fetichizada, especialmente com o processo de globalização da economia, pois, ao invés de uma instância universal e que atenda os interesses de todos, acaba reproduzindo as relações de produção capitalista, especialmente da classe burguesa, expressos nos monopólios representados pelas *tradings*, expressões do imperialismo, que se materializam por meio do projeto da “revolução verde”. Esse fenômeno, dentre outras coisas, se alimenta da exploração ou superexploração da força de trabalho no campo, bem como, de um processo também denominado de subsunção do trabalho ao capital, em que há uma articulação da pequena produção ao mercado capitalista e, fundamentalmente, pelo rentismo.

Quanto à realidade do campo brasileiro é possível afirmar que o novo imperialismo que se dá via acumulação por espoliação promove o processo de proletarização e subproletarização, assim como tem atrelado os camponeses cada vez mais à dinâmica do capital. O novo imperialismo, conforme entende Magdoff (1978), além das diferenças do “velho imperialismo”, tem pelo menos dois elementos característicos comuns, a saber a questão da divisão do poder entre as potências (industriais e financeiras) e a concentração do poder econômico e industrial em grandes corporações.

Se na época de Lenin (2005), o imperialismo se dava por meio de um processo de territorialização do capital em porções bem delimitadas pelos monopólios, no atual contexto, o controle exercido pelas empresas transnacionais e instituições financeiras se dá de forma simultânea pelos mesmos grupos econômicos. Além disso, Fontes (2008a; 2010) afirma que, diferentemente da época de Marx (meados do século XIX) e Lenin (início do século XX), o imperialismo na contemporaneidade é marcado especialmente pela prevalência do capital rentista, cuja base é o trabalho morto, sobre o capital produtivo, cujo fundamento é o trabalho vivo. A exemplo daquilo que observou Marx (2008), quando analisou o capital produtor de juros, Fontes (2008b) e Filho³⁰ (2014) entendem que o capital rentista caracteriza essa nova fase do capitalismo.

³⁰ A tese de Filho (2014) se baseia na premissa de que a Lei de responsabilidade Fiscal, contribui consideravelmente para o rentismo à medida que congela o orçamento para as políticas públicas e mantém o pagamento dos juros da dívida.

Desse modo, um autor que deu uma contribuição para a compreensão do imperialismo nesse atual contexto foi Poulantzas (1977). Segundo ele, é importante entender os conceitos de formação social, Estado, luta de classes e bloco no poder. A formação social deve ser compreendida como os lugares de existência dos modos e formas de produção, portanto, uma formação social possui diferentes formas de desenvolvimento. Farias (2000) ao realizar uma crítica aos regulacionistas, entende que o capital materializado sob a forma hegemônica imperialista, em sua expressão mais atual como a financeira, deve ser superado pelo conceito de totalidade dialética. Assim sendo, enfatiza que não é possível falar do capitalismo globalizado sem falar do Estado globalizado. Dessa maneira, o autor afirma que o avanço do capital monopolista, com o imperialismo reduziu ainda mais o poder dos Estados Nacionais, especialmente aqueles que, na divisão do trabalho, exercem condição dependente. Isso ocorre quando os organismos internacionais criam associações ou órgãos que passam a controlar e ditar o conteúdo e forma das políticas implementadas aos países de capitalismo dependente, como ocorreu com a manutenção da “Cartilha” imposta pelo Consenso de Washington. De outro modo, se há uma ofensiva globalizada por parte do capital, isto quer dizer também que o processo de luta dos trabalhadores precisa ser internacionalizado.

Atualmente quem exerce a hegemonia global é o capital financeiro, por meio das dez maiores instituições financeiras do mundo. O Estado nacional, segundo o autor, dentro do Estado globalizado torna-se incapaz de realizar as políticas públicas como ocorre no Brasil e nos países de economia dependente, ou seja, as ações dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, FMI, Banco Mundial, BM, Organização para o Tratado do Atlântico Norte, OTAN, Organização Mundial do Comércio, OMC, etc., orientam as políticas dos países periféricos. Essas orientações dizem respeito como os países devem usar o fundo público, os tipos de políticas, a quantidade de recursos e o receituário de como devem ser adotadas (FARIAS, 2000), tornando-o refém de um capital globalizado, cada vez mais financeirizado, mais voraz ainda do que quando havia a prevalência do capital produtivo, com o modelo fordista taylorista.

Ainda que a expressão atual do imperialismo seja aquela caracterizada pelo controle do capital financeiro sobre o capital produtivo, a tese do imperialismo não sucumbiu. O que há de novo é a natureza do capital preponderante no atual contexto.

Aliás, essa é uma expressão da própria dinâmica perversa do capital, que encontrou uma nova forma mais rentável de auferir lucro, saindo da esfera produtiva para a rentista. De acordo com dados³¹, as quatro maiores instituições financeiras do mundo (Citigroup, JPMorgan, Chase e Bank of America) controlam uma parte considerável das finanças globais. Dessa parte, as dez maiores instituições financeiras do mundo controlam 54% dos ativos financeiros mundiais.

No ramo de tecnologia agrícola, o capital produtivo é controlado pela Monsanto e instituições financeiras. Dados atestam que esta empresa é uma das maiores do setor de transgênicos no mundo, seguida pela DuPont-Pioneer e a Syngenta, pois, 53%, das sementes compradas e vendidas no mundo são produzidas pelas mesmas. As dez maiores controlam 75% do mercado. Dados produzidos afirmam que o Brasil possui a segunda maior área plantada com transgênicos do mundo (23%), perdendo apenas para os Estados Unidos da América, EUA, segundo dados do relatório do Serviço Internacional para Aquisição de Biotecnologia Agrícola, ISAAA. Além disso, o mesmo relatório aponta que no Brasil cresceu a área para produção de transgênicos (10%) em 2013, bem acima da média mundial (3%)³². Desse modo, um dos objetivos da Monsanto é reduzir ao máximo o uso das variedades de sementes crioulas e controlar a produção mundial de sementes. Dos monopólios criados pelas grandes corporações, a Monsanto possui 98% da comercialização de soja transgênica e 79% do milho, o que lhe garante um poder quase absoluto para determinar o preço das sementes. Ainda de acordo com dados, o controle não se limita às sementes, mas às outras fatias do mercado, como também de agrotóxico, sendo a quinta empresa agroquímica mundial, bem como, controla 7% do mercado de inseticidas, herbicidas, fungicidas, etc. Além desta, a Syngenta domina 23% do negócio dos pesticidas, a Bayer 17%, a BASF 12% e a Dow Agrosiences quase 10%. Cinco empresas controlam 69% dos agrotóxicos químicos sintéticos que se aplicam nas culturas no mundo.

Apesar da presença de algumas empresas nacionais, a produção de *commodities* agrícolas em geral é controlada pelos conglomerados estrangeiros, como a estadunidense Cargill, a holandesa Bunge, a americana e canadense ADM, conforme enfatizou Mesquita (2013). No Maranhão, as duas primeiras controlam as

³¹Conteúdo disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/149>. Acesso em 28 de ago. 2015.

³² Citação extraída do site: <http://www.pco.org.br/nacional/monopolios-dominam-a-agricultura-brasileira/asis.j.html>. Disponível em 19 de mai. 2014.

maiores fatias do mercado. Na área de venenos e remédios, também são poucas empresas, como a alemã Bayer e Basf e a suíça Syngenta e Novartis. Com a produção cada vez mais concentrada sob o domínio das multinacionais³³, os camponeses precisarão comprar as sementes e todo pacote que vem embutido (agrotóxico, remédios, etc.), inserindo o produtor na teia do mercado, comprometendo ainda mais a soberania alimentar, conforme vem demonstrando Silva (2008).

Neste capítulo verificou-se que, em virtude da natureza desigual e combinada do capitalismo, o sociometabolismo do capital formado pelo Estado e Capital apresenta uma dinâmica de reprodução baseada na produção de *commodities* agrícolas. Essa dinâmica, além de baseada na modernização conservadora da agricultura, se fundamenta na concentração fundiária e uma política de crédito específica para o grande capital. Esse movimento, além de aprofundar a divisão do trabalho, inserindo o estado do Maranhão como produtor de matérias-primas, voltadas para o mercado externo, destrói uma parte considerável da agricultura camponesa de base familiar. Além disso, essa dinâmica que se dá em um contexto de mundialização da agricultura, tem como premissa básica o controle da produção pelos monopólios, formados pelas grandes corporações e instituições financeiras. Essa dinâmica produtiva, ao mesmo tempo em que alimenta o processo de territorialização do capital por meio do agronegócio, nutre também o fetichismo do assalariamento rural, nas áreas periféricas do capitalismo, como em Balsas/MA.

3. O FETICHISMO DA PROLETARIZAÇÃO NA AGRICULTURA EM BALSAS/MA

Neste capítulo analisou-se o fenômeno do fetichismo da proletarização na agricultura. Para tanto, inicialmente será retomada a teoria marxista da acumulação primitiva³⁴, que tem como base a expropriação como condição essencial para o

³³ Neste sentido, essas empresas têm promovido ações judiciais contra pequenos agricultores, no sentido de manutenção do monopólio de patentes. Dessa maneira, têm intensificado as aquisições e alianças com empresas do setor, principalmente na África e Índia, em culturas destinadas aos mercados do hemisfério sul.

³⁴ Apesar da atual conjuntura do novo imperialismo se caracterizar por novas formas de acumulação, como, aquela denominada por Harvey (2005) de acumulação flexível, cujas determinações se dão pela articulação da produção via espoliação, nos territórios de prevalência da produção de *commodities* agrícolas e minerais do cerrado brasileiro, ainda prevalece a acumulação, primitiva, caracterizada pela expropriação e *lumpenrização* das populações, conforme menciona Mesquita (2008). Esse processo caracteriza a natureza do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em geral.

processo de proletarização na agricultura. Esta se deu via Estado, com as mais variadas políticas territoriais, tanto aquelas de ordenamento territorial que garantiram um processo de territorialização/desterritorialização de uma parte significativa dos camponeses, como aquelas de ordem econômica. Nesse caso, a expropriação é o elemento fundante e condição necessária para o desenvolvimento da proletarização na agricultura. Sendo assim, além da produção de mercadoria, a dinâmica da proletarização só se efetivará quando há um processo de produção de mais-valia, momento em que o produtor passa a compor o universo do trabalho produtivo.

Desse modo, a dinâmica da expropriação será de fundamental importância para implantação dos grandes projetos e suas estruturas destrutivas, como aquela baseada na produção de *commodities* agrícolas. Esse processo tem sido importante para constituição do assalariamento que, dentre outras questões, traz em seu bojo, o trabalho temporário e a superexploração da força de trabalho e, dessa forma, constitui-se como fetichismo já que os trabalhadores rurais, além das restrições impostas às condições de trabalho, encontram resistências quanto ao cumprimento dos direitos sociais.

3.1. O processo de expropriação como condição necessária para materialização do processo de proletarização na agricultura

Nesta seção analisou-se a expropriação que se caracteriza pela separação entre proprietário (camponês/trabalhador rural) e seu meio de produção como condição indispensável para o processo de assalariamento rural. Desse modo, identificou-se que o metabolismo social criou uma estrutura produtiva baseada na concentração fundiária que, de um lado, reduz a população camponesa e libera força de trabalho para a indústria, ocasionando com isso, intensos problemas sociais urbanos e rurais.

Ao analisar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, Engels (2010) não deixou de observar a situação do proletariado agrícola que se formou com o desenvolvimento do capital no campo. Segundo ele, a ruína dos pequenos camponeses, provocada especialmente pela concentração da propriedade da terra transformou uma quantidade substancial de camponeses em proletários que

passaram a trabalhar nas grandes propriedades, pois, “deixaram de ser, como haviam sido até então, proprietários fundiários e arrendatários, constrangidos a abandonar suas explorações e a se tornar trabalhadores agrícolas a serviço dos grandes proprietários fundiários ou grandes arrendatários” (ENGELS, 2010, p. 293).

Desse modo, a terra enquanto meio de produção, constitui uma condição indispensável para manutenção das relações de produção camponesas ou das demais relações de produção no campo, como a agricultura de subsistência, itinerária, agricultura familiar, pois, sem essa o camponês ou trabalhadores rurais necessitarão recorrer ao mercado como força de trabalho, para obter seu sustento e de sua família. Dessa forma, a acumulação primitiva representa na economia política, uma condição indispensável para o processo de proletarização (MARX, 2002; 1981), tendo em vista que se caracteriza pela separação entre o produtor e seu meio de produção. Nas palavras do próprio Marx (2001):

A acumulação primitiva desempenha na economia política um papel análogo ao do pecado original na teologia [...] A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor do seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da sua própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a sua própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo. (MARX, 2001, p. 827).

E mais:

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como os escravos e servos e, porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles [...] o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada acumulação

primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX, 2001, p. 828).

A exemplo do capitalista burguês, o proletário é fruto do processo das contradições geradas dentro do próprio modo de produção, qual seja: de um lado, o proprietário dos meios de produção, de outro, o dono de sua força de trabalho. O processo de acumulação do capital resulta dessa separação radical. Esta, além de contradição essencial do modo produção capitalista, é também para Marx (2010c), o motor da luta de classes. A transformação do camponês em proletário, longe de ser um movimento mecânico e baseado na relação causa/efeito, é um processo dialético, pois, suas contradições são inerentes às próprias forças do sociometabolismo do capital. Isto quer dizer que a transformação do camponês em proletário, por meio do processo de expropriação concorre para constituição da proletarização na agricultura. Além de gênese do capitalismo, por dissociar o camponês de seu meio de produção, a terra, é a base do desenvolvimento do capital no campo, pois, ao mesmo tempo em que o capital destrói uma parte dos camponeses, proletarizando-os, contraditoriamente, o campesinato tem um papel funcional na lógica da produção capitalista, tendo em vista que, além de mão-de-obra barata para a indústria, fornece alimentos para a classe operária das cidades.

Se por um lado, a acumulação primitiva é o passo inicial, o assalariamento rural é um processo inevitável ainda que este não venha tornar-se hegemônico no conjunto do mercado de trabalho, pois, o emprego, além de não ser condição para que o trabalhador faça parte da classe trabalhadora, não é uma expressão da produção de *commodities*. A separação, o divórcio é apenas uma forma para despojá-lo de sua condição de produtor autônomo. A separação representa a “libertação” do trabalhador para todas às sortes de exploração.

Nesse contexto, é importante observar que o camponês se diferencia dos proletários porque, pelo fato de possuir sua propriedade de base familiar, consegue produzir para si e para sua família, comercializando apenas o excedente, mantendo, portanto, a sua autonomia³⁵ frente ao mercado, quando ainda possui as condições de manutenção no campo.

³⁵ Na concepção de Martins (1991), a autonomia do trabalho dos camponeses esconde condições de vida, não raro brutais, de trabalhadores que, em grande parte, apenas nominalmente trabalham em terra que é sua ou que está à sua disposição. De acordo com o autor, na década de 1990,

Com base em dados e leis implementadas na Inglaterra, Marx (2001) analisou, no capítulo da acumulação primitiva, como o capital criou um conjunto de leis que causaram a destruição da indústria doméstica camponesa. O resultado foi a expulsão destes para as cidades, para compor um exército industrial de reserva, necessário à dinâmica de industrialização. Desse modo, ao mesmo tempo em que separa o produtor (camponês) do seu meio de produção (a terra), o Estado, além de criar um mercado de trabalho para a indústria capitalista, disponibilizou terras e criou uma legislação trabalhista responsável pela exploração da força de trabalho e garantiu a acumulação de capital (MARX, 1981, p. 75). Dessa maneira, o processo de acumulação primitiva, além do proletariado urbano, foi responsável pela formação de um assalariamento rural.

Marx (1981; 2002), analisou que, além de elemento de mediação responsável pelo processo de reprodução do capital, o Estado é responsável pelo surgimento do arrendatário capitalista, pois, a terra, enquanto meio de produção, passou à esfera da mercantilização e, a partir daí, passou a ser fonte geradora de renda. Neste caso, além de expropriar parte da agricultura de base familiar, o metabolismo formado pelo Estado e capital (grandes projetos agropecuários) foi responsável pela gênese do arrendatário capitalista, uma vez que transformou a terra em mercadoria e fonte de geração de valor.

Além da materialização do processo de proletarização na agricultura, a expropriação tem concentrado a terra³⁶ nas mãos da classe burguesa e tem liberado um grande contingente populacional do campo em direção às cidades. Apesar do contingente de força de trabalho agrícola no Brasil ainda ser consideravelmente elevado se comparado aos países do centro dinâmico do capitalismo que concentram a maior parte da população economicamente ativa nos setores de serviços e fabril, a população rural vem decrescendo consideravelmente.

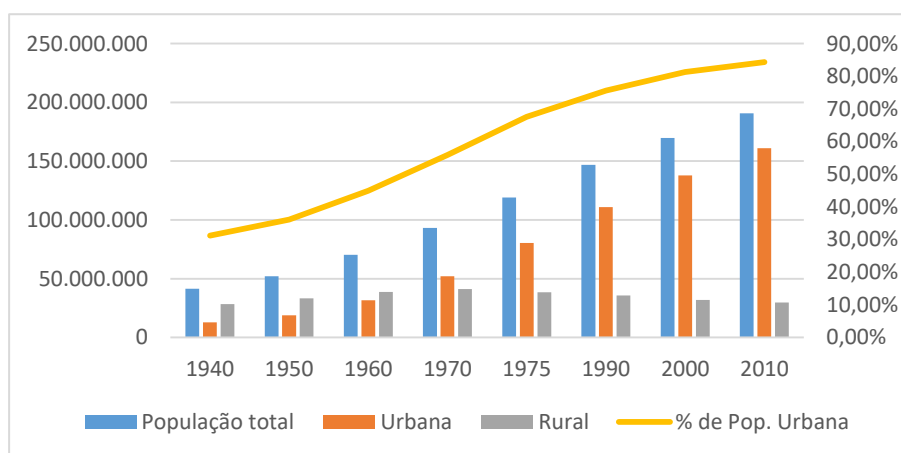
aproximadamente um terço dos trabalhadores do campo, dedicados ao trabalho familiar, não recebia qualquer pagamento por seu trabalho; outro terço recebia menos de um salário mínimo e, na década de 1975, mais de 20% da força de trabalho do campo era composta por criança de até 13 anos de idade.

³⁶ Foi assim com o sistema de sesmarias, capitâneas hereditárias e tem sido assim, desde que as relações capitalistas se intensificaram no campo, a partir dos anos 30, com a chamada subordinação da agricultura à indústria, conforme entende Oliveira (2007). Nesse sentido, um dos elementos-chaves da política econômica dos países de economia dependente tem sido a combinação da manutenção de uma estrutura fundiária concentrada nas mãos de uma elite débil e reacionária.

A redução da força de trabalho pode ser explicada pela concentração da propriedade, dificuldade de manutenção das famílias no campo, falta de uma política de saúde, dificuldades financeiras, jornadas exaustivas de trabalho, dificuldades de acesso à educação, mudanças no perfil da população rural, bem como, a expulsão e intensificação do processo de mecanização no campo. A concentração de terra e ausência das reformas de base, dentre elas a política de reforma agrária, também tem contribuído para redução da população rural, especialmente do pessoal ocupado na agricultura, pois, as políticas do Estado brasileiro ao longo da história têm sido direcionadas para garantir a dinâmica de reprodução sociometabólica do capital em sua forma mais predatória, como aquela baseada dos grandes projetos, em detrimento de estruturas produtivas que promovem a desconcentração espacial e de renda, como a agricultura de base camponesa.

Nesse sentido, o estabelecimento de uma sociedade urbano industrial³⁷ constituiu um elemento importante na dinâmica da reprodução sociometabólica. Conforme gráfico abaixo, com base nos dados do IBGE (2010), as projeções do crescimento da população rural brasileira, como tendência mundial são declinantes (gráfico 06), ainda que muitos países da África e Ásia possuam populações eminentemente rurais.

Gráfico 06 - Evolução da população no Brasil de 1940 a 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1940 a 2010).

³⁷ Os padrões culturais de consumo são estabelecidos particularmente pelos mecanismos de manutenção de uma cultura de massa conforme entende Benjamin (1987), pelos aparelhos ideológicos do Estado Althusser (1987), bem como, por um modelo baseado em sistemas sofisticados de criação de uma cultura de adestramento da classe trabalhadora, semelhante àquele estabelecido pelo americanismo e fordismo, conforme mencionou Gramsci (2002).

Dessa maneira, o processo de expropriação no campo tem contribuído consideravelmente para redução da população rural. Tudo leva a crer que a consolidação da sociedade urbana, como apontou Lefebvre (1999), é uma tendência hegemônica. Neste contexto, se o perfil populacional brasileiro tem sofrido alterações significativas, a partir das décadas de 1970 e 1980, também é verdade que esse processo vai se dá pelo avanço do capital no campo com o processo de expropriação das populações camponesas.

O gráfico 6 é bastante elucidativo e revela que, além da concentração industrial nas cidades e diminuição de taxas de fecundidade que são elementos mais universais, os demais fatores estão relacionados à questão agrária, especialmente aquilo que vem demonstrando pesquisas realizadas pelo DIEESE (2014). Segundo essas pesquisas, as

b) mudanças no processo produtivo na agricultura (abertura de fronteiras agrícolas, disponibilidade de crédito, especialização produtiva do processo agrícola etc.) c) fragilidade da oferta de bens e serviços pelo Estado no meio rural (saúde, educação, lazer, transporte etc.); d) escassez, penosidade e precariedade do trabalho no meio rural (que ainda persiste, apesar das grandes transformações tecnológicas e de normas e instrumentos legais); e) incremento do nível tecnológico das atividades rurais [...] g) elevação da concentração da propriedade da terra, pela ausência de política nacional de reforma agrária. (DIEESE, 2014, pp. 3-4)

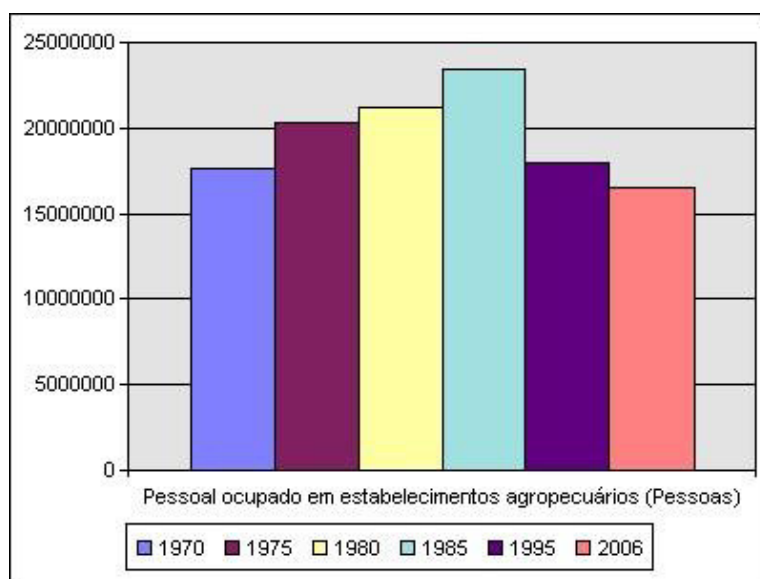
O fato da indústria ser a principal atividade produtiva do século XX, particularmente nos países do centro do capitalismo, mas também em alguns países da periferia que passaram por um processo de industrialização hipertardia como o Brasil é funcional à dinâmica da reprodução ampliada do capital. Essa concentração geográfica, além de um conjunto de força de trabalho reúne um mercado de consumo para os produtos criados pela indústria e automaticamente uma maior garantia de reprodução do capital. Somente esgotadas as possibilidades da produção industrial o capital passa a incorporar a agricultura na lógica da dinâmica da reprodução. Dessa maneira, o metabolismo social força um grande contingente populacional a migrar do campo para a cidade para servir como força de trabalho para a indústria.

Associado às mudanças na urbanização, as transformações ocorridas na agricultura também foram importantes para essa nova configuração do espaço rural. Assim sendo, a ausência de uma reforma agrária, ao mesmo tempo em que favoreceu a concentração e centralização da propriedade da terra, instituiu uma dinâmica

produtiva baseada no agronegócio. Além disso, a expansão da fronteira agrícola no Brasil em direção à Região Amazônica, com o agronegócio também tem contribuído para o processo de redução relativa da população rural. Um outro fator que também tem contribuído para esse processo tem sido a inserção de tecnologia como base da modernização da agricultura, pois, tem introduzido máquinas, responsáveis pelo desemprego substancial da força de trabalho, particularmente na produção das monoculturas (soja e cana) e silvicultura para produção de celulose.

Concorre ainda para um cenário de mudanças substanciais na dinâmica da população rural brasileira, as precárias políticas ofertadas ou aquelas não ofertadas às populações do campo, como saúde, educação³⁸ e trabalho. A redução da população no campo tem impacto particularmente na reposição de força de trabalho para agricultura de base familiar.

Gráfico 07 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Brasil - série histórica (1970/2006)



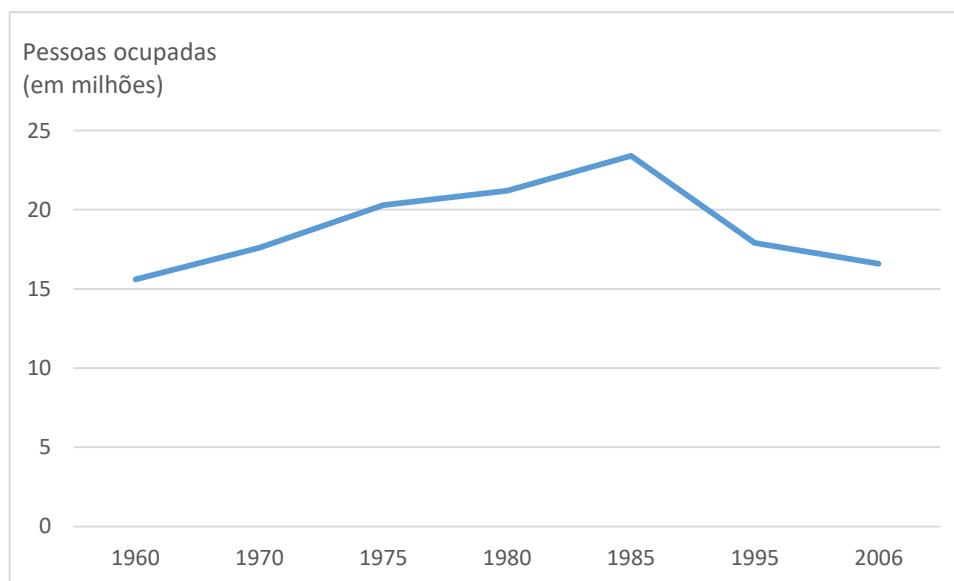
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

³⁸ Quanto à educação é possível afirmar que tais condições são as mais precárias, tendo em vista que como o município é responsável pela oferta da educação básica, no nível fundamental, o Estado se exime da responsabilidade, alegando a impossibilidade de viabilizar escolas de ensino médio na zona rural. Quanto à saúde, o campo brasileiro é conhecido pela ausência quase completa de postos de saúde nestes espaços que, conforme dados estabelecidos pelos órgãos oficiais, são as áreas mais necessitadas.

Como comprovam dados do gráfico 07, a redução da força de trabalho no campo a partir de 1985 se deve, primeiramente, ao fato de intensificação do capital no campo, que expropriou o camponês e, em seguida intensificou o uso de máquinas. Esse fato promoveu a expulsão de um grande contingente de trabalhadores rurais em direção às periferias das pequenas, médias e grandes cidades³⁹.

Neste contexto, a força de trabalho empregada na agricultura brasileira até praticamente 1985 era substancialmente elevada, tendo em vista que, além da população rural ser numericamente relevante, o avanço do capital no campo se acentuou a partir desse período com a mecanização. Apesar da expropriação, instituição da mercantilização no campo, a força de trabalho empregada na agricultura camponesa é substancialmente relevante, apesar da redução, conforme gráfico 08.

Gráfico 08 - Evolução da ocupação em estabelecimentos agropecuários no Brasil - 1960-2006



Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

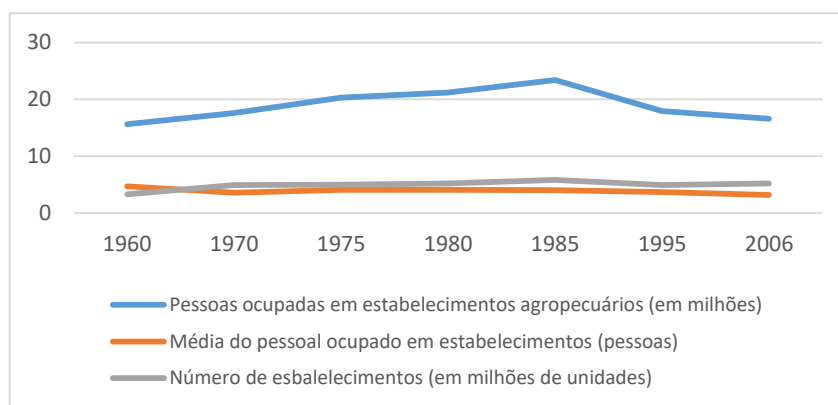
Se confirmado os índices demonstrados no gráfico acima, ao mesmo tempo em que se agravarão os problemas sociais urbanos, também será mais acentuado o controle da produção no campo pelo capital, especialmente pela associação das formas mais predatórias de capital que se materializam nos monopólios e no rentismo.

³⁹ Na realidade, o aumento considerável do processo de periferização das cidades brasileiras está diretamente relacionado a esse movimento causado pela expropriação no campo.

O rentismo joga todas as fichas para o mercado, especialmente para o endividamento dos produtores, conforme já fora mencionado. Os monopólios são responsáveis pelo controle de uma dinâmica destrutiva no campo e podem deixar os trabalhadores rurais e camponeses mais suscetíveis à dinâmica do mercado.

A redução da população ocupada como atestam dados, tanto aquela formada pela agricultura camponesa, quanto aquela voltada para agricultura capitalizada é um fato visível e variados são as causas e consequências. Esse fato ainda que entendido como decorrente das mudanças estruturais ocorridas na sociedade capitalista, como os padrões de monopolização da agricultura⁴⁰, trarão consequências irreversíveis.

Gráfico 09 - Pessoal ocupado, número de estabelecimentos agropecuários e média de ocupados por estabelecimento - Brasil - 1960-2006

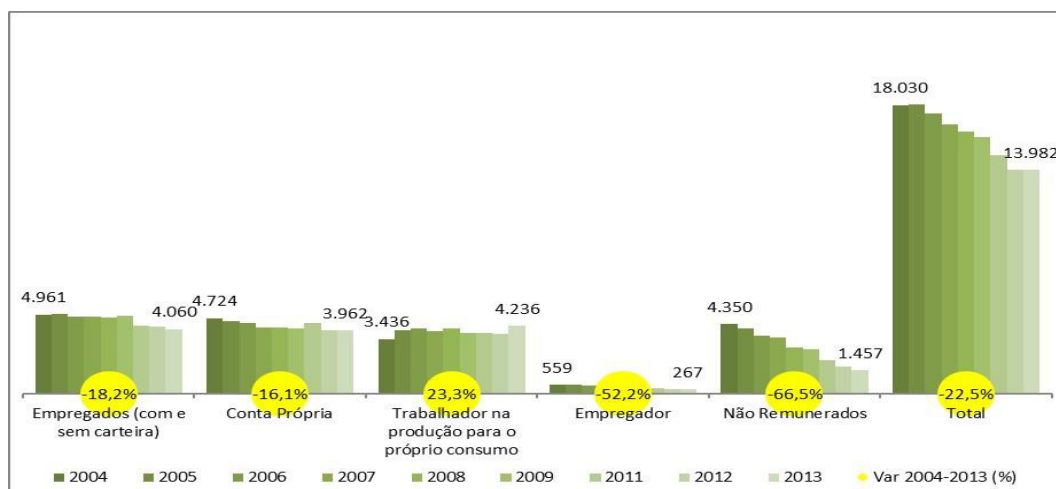


Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006.

Enquanto a população ocupada na agricultura diminui, observa-se pequeno aumento do número de estabelecimentos e redução na média de pessoas ocupadas por estabelecimentos. Essa tendência de redução da força de trabalho reflete primeiramente o crescimento da agricultura mercantilizada, baseada no tripé mecanização, latifúndio e monocultivo. O resultado terá implicações, tanto na produção de alimentos, quanto na redução da população camponesa que precisará migrar para as cidades em busca de emprego e condições de vida para reprodução social de sua existência.

⁴⁰ O processo de monopolização da agricultura é uma forma de hegemonização do capital com as grandes corporações e instituições financeiras. Essa monopolização é fruto do movimento de implantação de um modelo de agricultura baseada na Revolução Verde que tem como fundamento o denominado *agrobusiness* ou agronegócio, cuja base se dá com o processo de industrialização e, conseqüentemente, modernização da agricultura, concentração e centralização da propriedade da terra e assalariamento.

Gráfico 10 - Evolução do mercado de trabalho agrícola segundo a posição na ocupação Brasil - 2004 a 2013 (em mil pessoas)



Fonte: DIEESE. Subseção Contag, 2014.

Ao analisar a questão das formas e categorias de produtores e trabalhadores na agricultura é importante destacar que aqueles relacionados à agricultura camponesa representam mais de 65% da população ocupada na agricultura. Sendo assim, segundo estudos promovidos pelo DIEESE (2014, p. 9),

O aumento do contingente de agricultores familiares em ocupações para o próprio consumo, em detrimento dos ocupados como “conta própria”, merece atenção, uma vez que pode está havendo migração dos pequenos produtores com baixas condições econômicas para uma situação de subsistência, ao mesmo tempo em que as grandes propriedades avançam sobre as pequenas, reduzindo a ocupação de “conta própria”. A questão social, nesse aspecto, pode ficar comprometida, com a piora nos índices de concentração de riqueza e renda e o conseqüente crescimento da pobreza rural, em um contexto de dificuldades crescentes de implementação de uma reforma agrária nos moldes requisitados pelos movimentos sociais.

O processo de concentração da propriedade da terra é um fator imprescindível para entender a dinâmica de redução da população ocupada na agricultura, uma vez que, sem a terra, os camponeses precisariam migrar ou permanecerem como assalariados.

Como pode ser entendido, a estrutura fundiária no Brasil tem sido pautada no latifúndio. Com base nessa premissa, a terra - ainda que não seja exclusivamente a única - é condição indispensável para a manutenção da indústria camponesa⁴¹. Um dos grandes problemas da questão agrária no Brasil é o monopólio da terra, pois, as

⁴¹ Por indústria camponesa deve-se entender o conjunto das atividades desenvolvidas pelos membros das unidades famílias camponesas realizadas desde a produção até o consumo.

políticas fundiárias, enquanto relações mediadas pelo sociometabolismo foram de fundamental importância para a concentração e centralização da propriedade da terra.

Desse modo, é possível afirmar que o avanço das relações capitalistas no campo tem reduzido a população camponesa, aumentando o assalariamento rural, sem necessariamente representar uma homogeneização. A tabela 03 mostra que na primeira década do século XXI houve um aumento no contingente de pessoas que ganham até dois salários mínimos (SM), enquanto houve diminuição no número de pessoas com rendimentos maiores de 5 SM. Também identifica que esse grupo populacional de pouco rendimento aumentou, tanto em número (37,1% de taxa de crescimento), quanto proporcionalmente, passando de 45,7% para 55,5%. Aponta ainda que o número de pessoas sem rendimento, apesar da tendência decrescente, ainda é proporcionalmente significativo.

Tabela 03 - Pessoas do setor rural, por classes de rendimento mensal, 2001/2011 (mil pessoas)

Salário	2001		2011	
	Nº	%	Nº	%
Mínimo				
Total	21.577	100	24.386	100
Até 2	9869	45,7	13532	55,5
2 a 5	1506	7,0	1541	6,3
5 a 10	297	1,4	256	1,0
Mais 10	131	0,6	90	0,4
S/rendimento	9.585	44,4	8.687	35,6

Fonte: PNAD 2011, SIDRA-IBGE. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>

A tabela mostra que apesar da redução do efetivo de pessoas sem rendimento na zona rural, a concentração de renda no campo também aumentou no período de 2001 a 2011. Enquanto em 2001 o percentual daqueles que percebiam mais de 10 salários mínimos no campo somavam 0,6%, em 2011 apenas 0,4% das pessoas do campo recebiam essa mesma faixa salarial. As políticas implementadas pela dinâmica sociometabólica não conseguiram amenizar o monopólio da terra e nem da renda, por mais que tenha havido, nos últimos anos, uma ampliação dos programas de transferência de renda, conforme mencionou Silva (s/d)⁴² e concessão de direitos previdenciários, a partir da instituição do programa de aposentadoria rural. Assim

⁴² Ao analisar os programas de transferência de renda no Brasil, a autora identifica que a principal política de enfrentamento à pobreza no campo é a política de aposentadoria rural que atende aproximadamente 7 milhões de pessoas sem que 10% tenha contribuído oficialmente, ou seja, mesmo havendo aumento de receitas por meio da aquisição salarial, essa receita vem prioritariamente das aposentadorias e de programas de transferência de renda e não do setor produtivo.

sendo, o caráter desigual da agricultura é fruto de uma lógica de produção que perpassa as formas de reprodução do sociometabolismo em sua essência.

Como tendência da redução mundial da população rural, a população economicamente ativa agrícola, PEA-agrícola também diminuiu nos últimos anos, no Brasil, especialmente no período de 2002/11, pois, passou de 20,6% para 15,7%. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, PNAD (2011), 96,7% da população economicamente ativa do meio rural brasileiro estava ocupada em atividades agrícolas, conforme tabela 04.

Tabela 04 - Condição de atividade e de ocupação, 2002/2011 (mil pessoas)

	Economicamente ativas – ocupadas					
	2002			2011		
	Total	Agrícola	Não agrícola	Total	Agrícola	Não agrícola
Brasil	78.895	16.315	62.579	93.493	14.682	78.811

Fonte: PNAD 2011, SIDRA-IBGE. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>

Como tendência decrescente da população da zona rural, a população economicamente ativa agrícola diminuiu na última década em termos absolutos. Na tabela 05 verificou-se que no período de 2002 a 2011, o número de trabalhadores agrícolas com carteira assinada diminuiu. Também demonstra que o grau de formalização dos assalariados rurais é baixo, pois, a maioria dos trabalhadores realizou suas atividades laborais à margem do registro em carteira, pois, apesar de ter tido um aumento no número de trabalhadores com carteira assinada, mais de 60% não foram registrados em 2011. Essa realidade se agravou nas regiões Norte e Nordeste, uma vez que mais de 70% dos trabalhadores rurais exerceram suas atividades sem carteira de trabalho assinada. Nas regiões restantes, a proporção caiu, já que em 2011 cerca de 50% dos trabalhadores rurais foram empregados com registro na carteira.

Tabela 05 – Empregado com ou sem carteira de trabalho, 2002/11 (mil pessoas)

Brasil e Regiões	Categoria do emprego	2002	2011	(%)	
				2002	2011
Brasil	Total	4.473	4.177		
	Com carteira de trabalho assinada	1.320	1.662	29,5	39,8
	Outros sem carteira de trabalho assinada	3.152	2.516	70,5	60,2
Norte	Total	152	374		
	Com carteira de trabalho assinada	9	84	5,9	22,5
	Outros sem carteira de trabalho assinada	143	291	94,1	77,8
Nordeste	Total	1.820	1.462		
	Com carteira de trabalho assinada	305	311	16,8	21,3
	Outros sem carteira de trabalho assinada	1.515	1.151	83,2	78,7
Sudeste	Total	1.575	1.415		
	Com carteira de trabalho assinada	670	782	42,5	55,3
	Outros sem carteira de trabalho assinada	903	633	57,3	44,7
Sul	Total	495	484		
	Com carteira de trabalho assinada	184	230	37,2	47,5
	Outros sem carteira de trabalho assinada	312	254	63,0	52,5
Centro-Oeste	Total	431	442		
	Com carteira de trabalho assinada	152	255	35,3	57,7
	Outros sem carteira de trabalho assinada	279	187	64,7	42,3

Fonte: PNAD 2011, SIDRA-IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>

Dados do IBGE demonstram que a maior parte da força de trabalho assalariada na agricultura encontrava-se nas Regiões Sudeste e Sul, respectivamente, pois, apesar do processo de exploração, causado pela acumulação por espoliação, o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar por meio dos novos processos de reforma agrária de mercado, além de resultar em um processo de redução de formação de uma superpopulação relativa, criou uma agricultura dependente do mercado.

Apesar do alto índice de expropriação no campo, dados da PNAD (2000) confirmam que a composição da força de trabalho na agricultura ainda é considerável: cerca de 16.568.205. Desse total, 12.801.406 (77,26%) dos trabalhadores estão diretamente incluídos na agricultura camponesa. Esse fato leva a concluir que grande parte da força de trabalho é familiar. Por outro lado, 3.766.799 (22,73%) do total dos trabalhadores do campo são assalariados. Esse fato demonstra que há um processo de proletarização/subproletarização, ainda que o percentual não seja tão elevado. Desse total, 220.311 (5,8%) são empregados permanentes na agricultura sem laço de parentesco e 2.771.842 (73,5%) são empregados temporários, sem laço de parentesco. Como diria Lenin (1980), o fato de ser permanente ou temporário não contribui para compreensão do processo. No entanto, a agricultura capitalista usa uma

quantidade maior de trabalho temporário, tendo em vista a própria natureza do trabalho ser temporária, ou seja, emprega em dois períodos específicos (plantio e colheita). Nas demais partes do ano, os empreendimentos capitalistas acabam permanecendo com uma quantidade reduzida de trabalhadores permanentes⁴³. Portanto, a preocupação do proprietário dos meios de produção em extrair as maiores taxas de lucro é mais breve possível. Delgado (1984), ao analisar o impacto do capital financeiro na agricultura brasileira em um período que ele denominou de “desenvolvimento recente”, entendeu que a formação de um mercado de trabalho agrícola se dá de forma diferenciada daquele da indústria, por considerar justamente o período de produção como sendo distinto daqueles da agricultura.

Como se pode constatar por meio dos dados oficiais, o índice de trabalhadores na agricultura é considerável⁴⁴. Por outro lado, isso pode representar dentro da divisão do trabalho, uma condição funcional à dinâmica capitalista, já que neste contexto, o Brasil é um país produtor e fornecedor de gêneros primários, ou seja, enquanto for funcional à dinâmica sociometabólica pode prevalecer ainda uma superpopulação relativa latente e flutuante.

Um detalhe que chama mais atenção é o fato do percentual da força de trabalho sem carteira assinada ser extremamente elevado entre os trabalhadores da agricultura (tabela 06), como aqueles do denominado agronegócio, onde as relações capitalistas de produção são efetivamente mais acentuadas devido à aplicação de capital e mecanização.

⁴³ A produção agrícola é distinta da produção fabril, pois, por mais que o desenvolvimento tecnológico tenha criado mecanismos sofisticados de produção, o tempo de produção agrícola é diferenciado da fabril, pois, enquanto na atividade fabril a produção é contínua, na produção agrícola é sazonal, ou seja, há um intervalo consideravelmente elevado entre plantação e colheita.

⁴⁴ Essa tendência é contrária àquela dos países do centro dinâmico do capitalismo, cuja população economicamente ativa encontra-se localizada preponderantemente sobre as atividades de serviços e indústria.

Tabela 06 - Ocupados no setor agrícola por sexo - pessoas de 10 anos ou mais de idade - Brasil – 2013

Posição na ocupação	Masculino	Feminino	Total
Empregado com carteira de trabalho assinada	1.430.973	216.050	1.647.023
Empregado sem carteira de trabalho assinada	2.178.941	233.543	2.412.484
Conta própria	3.398.364	563.340	3.961.704
Empregador	247.136	20.315	267.451
Trabalhador na produção para o próprio consumo	1.932.265	2.303.952	4.236.217
Não remunerado	628.275	828.753	1.457.028
Total de Ocupados	9.815.954	4.165.953	13.981.907
Total de Ocupados (em %)	70,2	29,8	100,0
Total de Empregados (Assalariados)	3.609.914	449.593	4.059.507
Taxa de Assalariamento	36,8%	10,8%	29,0%
Taxa de Ilegalidade/Informalidade (Assalariados)	60,4%	51,9%	59,4%

Fonte: DIEESE. Subseção Contag, 2014.

As relações capitalistas de produção no campo se efetivam quando são transformadas as relações de propriedade da terra (meio de produção) que, na composição orgânica do capital, é entendida como capital constante, e a força de trabalho, para dela auferir mais-valia. O capitalista, além dos demais meios de produção (máquinas, ferramentas, insumos etc.), deve contratar trabalhador livre no mercado e, em troca, deve lhe pagar um salário em dinheiro com o qual deverá comprar o que necessita para continuar a ser trabalhador e vender a sua força de trabalho ao capitalista.

Desse modo, Oliveira (2007, p.39) ao entender que a agricultura sob a hegemonia do capital vem passando por transformações, especialmente no que diz respeito à questão da propriedade da terra, relações de trabalho e produção afirma que:

São muitos os setores e lugares onde essa relação de produção aparece no campo. Em geral, ela domina aqueles setores onde o processo produtivo necessita de pouco tempo de trabalho, como é o caso, por exemplo, da pecuária de corte e do reflorestamento. Ou aparece também, naqueles em que o avanço tecnológico permite uma redução do tempo de produção em relação ao tempo de trabalho, como é o exemplo da avicultura, da pecuária estabulada ou confinada etc. E aparece mesmo naqueles setores onde existe a possibilidade de obter renda da terra particularmente, como é o caso da citricultura, da cultura da soja, do café etc. No entanto, como já foi demonstrado, ela não se expandiu em todos os setores da atividade agropecuária, ou seja, o próprio capitalismo desenvolveu mecanismos de subordinação da renda da terra, de modo a permiti a criação e recriação das relações não capitalistas de produção no campo.

Ressalta-se que mesmo considerando um processo de assalariamento rural que se dá especificamente nas esferas da média produção e do agronegócio, portanto, de uma agricultura altamente capitalizada, as relações de trabalho familiar ainda são predominantes no Brasil. Mesmo considerando o assalariamento como sendo parte do processo de proletarização, ainda que esta atividade seja sazonal, percebe-se que ainda é consideravelmente insipiente para o quantitativo da PEA agrícola. Apesar dessa consideração, ressalta-se que, embora quantitativamente, esse efetivo de força de trabalho seja inexpressivo, precisa de observação por parte das instâncias estatais, tanto dos formuladores, quanto dos gestores e fiscalizadores das políticas públicas, especificamente aquelas voltadas para a questão das relações de trabalho, pois, presume-se que, do efetivo da força de trabalho existente, os trabalhadores agrícolas representam um quantitativo considerável dos processos de superexploração dos trabalhadores.

Diante dessa conjuntura, entende-se que a redução da força de trabalho na agricultura é diretamente proporcional ao aumento do processo de expropriação no campo, pois, a industrialização e organização do modo de produção capitalista, sobretudo, em sua fase liberal, precisou de uma maior quantidade de força de trabalho para a indústria. Na realidade, o fato da intensificação do capital em implantar tecnologia para aumentar a produção se dá numa relação direta para aumentar as taxas de lucro, tendo em vista que o trabalhador com uso de máquina, com uma quantidade menor de tempo, produz muito mais do que se estivesse trabalhando manualmente com vários trabalhadores. A reprodução ampliada do capital precisa aumentar as taxas de exploração da força de trabalho para obtenção de lucros.

Na atual fase do capitalismo prevalece uma força de trabalho mais concentrada no setor da economia, ligado à atividade de serviços. Apesar do crescimento do processo de assalariamento rural, com o avanço das relações capitalistas de produção, há uma redução da força de trabalho localizada na agricultura, pois, como atestam dados da PNAD (2009), o percentual da força de trabalho na agricultura vem sendo reduzida substancialmente, em função da dinâmica provocada pela expropriação que tem sido constatada no campo depois da década de 30, particularmente com os processos que se deram com a aplicação das políticas desenvolvimentistas e depois dos anos de 1960 com a adoção do modelo de produção baseado na “Revolução Verde”.

Tabela 07 - População ocupada de 10 anos ou mais de idade por ramo de atividade econômica da ocupação principal - 1999

Brasil e Grandes Regiões	Percentual (%)			
	Agrícola	Industria*	Comercio	Serviços**
Brasil (1)	24,2	19,3	13,4	41,2
Norte (2)	12,3	17,0	20,1	49,0
Nordeste	40,7	13,6	12,4	32,1
Sudeste	13,4	23,0	14,0	47,2
Sul	26,4	22,4	12,0	37,5
Centro-Oeste	22,8	15,2	14,1	46,2

Fonte: PNAD, 1999⁴⁵.

Os números da tabela 07 revelam que apesar da redução da força de trabalho no campo nas últimas quatro décadas, ainda há um substancial efetivo de força de trabalho empregada nesse espaço, mesmo com elevação das taxas de urbanização, que já atingem índices acima de 84%.

Apesar de Veiga (2002) afirmar que o Brasil é menos urbano do que se imagina, as séries históricas dos censos demográficos atestam que a população brasileira passa a se concentrar mais em cidades, especialmente a partir da década de 1970, em virtude da intensificação das relações capitalistas no campo. Esse fenômeno gerou a expropriação e crescimento do processo de urbanização, estabelecimento de novas formas e relações de produção no campo a partir das décadas de 60, com a “Revolução Verde”.

Essa caracterizou-se pela intensificação do capital no campo, pautado pela política de mecanização da agricultura, uso intensivo de tecnologia agrícola, particularmente da engenharia genética na produção de sementes e aumento da concentração fundiária, especialmente depois da apropriação das terras públicas por empresas estrangeiras, que fez com que uma parte substancial da população do campo migrasse para a cidade. Neste sentido, o processo de proletarianização na agricultura tem se dado via expropriação do campesinato, especialmente nas áreas de ampliação de fronteira agrícola, particularmente aquelas produtoras de *commodities*.

Além da formação de um mercado de trabalho assalariado, um outro elemento importante que o processo de expropriação tem causado é a concentração da terra.

⁴⁵ Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Sendo assim, um dos esforços por parte do Estado para manutenção da estrutura fundiária perversa no Brasil foi a criação da Lei de 1850, denominada também de Estatuto da Terra. Em seu 1º parágrafo estabelece a criação de um mercado de terras no Brasil. Por mais que esse processo tenha sido gestado em meados do século XIX, essa mesma estrutura perversa não se modificou, pelo contrário, agravou-se ainda mais, pois, além de ter liberado um contingente significativo de camponeses para as cidades, desarticulou a produção camponesa. As terras devolutas foram convertidas em títulos para o capital, apesar de ainda persistirem relações coloniais, cujo modelo se baseava no trabalho escravo, grande propriedade e uma estrutura criada para produção de gêneros agrícolas voltados para atender a demanda do mercado externo. Na realidade, um dos propósitos da criação dessa lei foi a extinção dessa modalidade de trabalho para forçar a criação de um mercado interno para os produtos industrializados ingleses, que detinha o monopólio mundial do comércio. Sendo assim, a criação do mercado de terras era algo sofisticado, pois, além de instituir a propriedade privada da terra, representou também os passos iniciais para instituição de um mercado interno (de trabalho e de consumo) para as manufaturas inglesas.

Com base nesses argumentos, entende-se que o Estado ao enfatizar a política de criação de um mercado de terras auxiliou a criar um monopólio da terra nas mãos de uma elite agrária, assim como, quando instituiu um mercado de trabalho, também contribuiu decisivamente para criar um mecanismo que beneficiou o processo de proletarização, pois, ao criar mecanismo de valorização da terra também forjou um processo de expropriação. A valorização da propriedade da terra que se dá via arrendamento é um mecanismo muito usado pelos sistemas financeiros, especialmente via títulos de terra.

Apesar das relações mercantis ainda se darem de forma extremamente débeis no Brasil, no contexto da colonização, cujo fundamento era uma economia agroexportadora, a Lei de Terras representou o embrião da mercantilização e instituição da propriedade privada da terra no Brasil, conforme vem mencionando Stedile (2016). Esse processo foi responsável pela inserção da mesma no contexto da valorização do capital ao mercado de terras (supervalorização da renda da terra), pois, ao realizar isso cria um mecanismo de instabilidade responsável pela manutenção dos pequenos produtores e daqueles que possuem pouca terra para

produzir, já que a renda é uma condição *sine qua non* para a manutenção da propriedade.

Além da expropriação criada pelas políticas estatais, via política fundiária, o Estado também incentivou consideravelmente a concentração da terra, tanto por meio da criação das superintendências, via projetos de colonização⁴⁶, como também por meio do fomento aos grandes projetos, cuja finalidade serviu, tanto aos interesses da elite agroindustrial, como também às burguesias internacionais, particularmente depois da abertura econômica ocorrida na década de 1950, com a política de atração e captação de recursos estrangeiros.

Nesse contexto, ao incentivar as políticas fundiárias, pautadas na concentração, o sociometabolismo incentivou a criação de um mercado de terras para as bases da “Revolução Verde”. Durante o processo caracterizado pelo regime Bonapartista militarizado, conforme entende Rocha (2004), é possível identificar que houve uma política de colonização para implantação dos mais variados projetos para atender o capital, tanto no que diz respeito à terra, quanto por institucionalizar formas e relações de trabalho necessárias para atender a lógica dos grandes projetos, a exemplo daquilo que argumenta Picoli (2006). Neste contexto, o Estado protagonizou a entrada do capital externo, por meio das políticas fundiárias de colonização⁴⁷, etc.

No Maranhão é possível identificar que as políticas direcionadas pelo Estado foram fundamentais para o processo de expropriação dos camponeses. Assim sendo, pode-se citar que, além dos projetos de colonização, a política desenvolvimentista do governo federal, materializadas nos projetos como (Vale e Consórcio de Alumínio do Maranhão, ALUMAR) e programa de Desenvolvimento dos Cerrados, Prodec III foram fundamentais para implementar políticas responsáveis por dinâmicas de territorialização/desterritorialização das populações camponesas. Essas políticas foram responsáveis por abrir espaço para a dinâmica predatória do capital no campo,

⁴⁶ Os projetos de colonização, tanto estatal, como privados fazem parte de uma lógica de desarticulação da pequena propriedade camponesa, assim como também tiveram um viés político consideravelmente significativo, tendo em vista que serviram para liberar populações camponesas das áreas de maior conflito, como aquelas localizadas no Nordeste, durante as décadas de 1950 e 1960, como também de valorização da terra.

⁴⁷ Além das políticas fundiárias, um outro elemento que contribuiu intensamente para tentativa de instauração do processo de proletarização da agricultura foi a instituição do estatuto do trabalhador rural, ETR. Esse estatuto, apesar dos avanços no que diz respeito à criação de um mecanismo legal que sustente direitos aos trabalhadores rurais, contraditoriamente golpeou as ligas camponesas de base autônomas e incentivou o processo de proletarização.

conjugando exploração dos recursos naturais e força de trabalho, de um lado, e de outro, expropriou e espoliou uma parte substancial de trabalhadores do campo.

Quanto às políticas territoriais Ferreira (2007) identificou os projetos de colonização oficial na década de 1940, como uma reedição da marcha para oeste que ocorreu nos Estados Unidos. Nesse sentido, o governo federal incentivou a ocupação de partes do território brasileiro por pessoas “verdadeiramente pobres” com aptidão para trabalhar na “colônia agrícola de Barra do Corda” (FERREIRA, 2007)⁴⁸. Além disso, é importante frisar o Projeto de Povoamento do Maranhão, PPM⁴⁹, criado em 1953, no auge do debate da integração regional. É importante observar que esses projetos serviram como forma de amortização das lutas sociais que se davam no campo.

Quanto ao Projeto de Colonização do Alto Turi, PCAT é possível mencionar que este se deu em 1968, a partir do contexto de expansão da política imperialista com o avanço da denominada “revolução verde” e conseqüentemente implantação do modelo de agricultura para os países da América Latina. Além da colonização e da abertura de frentes para os grandes projetos minerometalúrgicos, o objetivo era reduzir o poder das ligas (OLIVEIRA, 1987). O resultado foi a intensificação dos conflitos no campo, conforme Arcangeli (1987). A implantação de projetos agropecuários no Maranhão, além de modelos de agricultura capitalista, desmobilizou parte dos camponeses e desorganizou a agricultura camponesa (ARCANGELI, 1987).

Além destes, o Projeto Pioneiro de Colonização, PPC foi criado no contexto ditatorial, durante o governo Sarney, com o lema “Maranhão Novo”⁵⁰. Esta política do desenvolvimentismo teve como base a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, SUDEMA⁵¹ “que se constituiu no espaço de

⁴⁸ Conforme menciona Ferreira (2007) a área de 340.000 hectares era dividida em lotes de 50 hectares. Apesar da tentativa, o projeto não floresceu. O resultado foi a expropriação de indígenas. Na década de 70 foi implantado na mesma área um projeto integrado de colonização de Barra do Corda e a criação de uma cooperativa em 1977. Apesar da tentativa, o projeto fracassou, pois, ao invés do uso da terra para produção agrícola e pecuária, a ocupação desordenada e uso predatório dos recursos naturais e especulação imobiliária fez com que o projeto se desvinculasse da proposta original.

⁴⁹ Trata-se de uma expressão da política de integração nacional criada por Juscelino Kubitschek. A partir daí foi criada a SUDENE, que teve papel importante no processo desenvolvimentista.

⁵⁰ Conforme Barbosa (s/d), o “moderno” aparece como sinônimo de um aparelho burocrático racional e de uma nova ordem político-administrativa voltada para a construção de um projeto para o Estado.

⁵¹ Como extensão da política federal, durante o governo Sarney na década de 1960, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, SUDEMA, que priorizou a criação de um mercado de terras e o desenvolvimento dos grandes projetos agropecuários, conforme mencionou Costa (1997). Desse modo, contribuiu para reprodução ampliada do metabolismo capitalista.

convergência das várias ações do governo” (BARBOSA, 2013; ARAÚJO, 2011), que teve como plataforma uma infra-estrutura moderna de transportes, construção do porto e uma estrutura fundiária⁵². Além da instituição do mercado de terras, o fundamento da política agrária do governo Sarney foi a liberação de um grande contingente populacional para as cidades, uma vez que as terras ocupadas haviam sido vendidas ou entregue às grandes empresas como forma de implementação dos grandes projetos financiados pela SUDAM e SUDENE. Esses projetos, foram responsáveis por desarticular grande parte da pequena produção de base familiar, conforme demonstraram Arcangeli (1987), Mesquita (2011a) e Feitosa (1998).

A ausência de uma política de reforma agrária, associada ao grande índice de pobreza no campo promovido pelas políticas que privilegiaram a grande produção, atrelada aos intensos conflitos sociais e políticos pressionaram o Estado ditatorial a intervir, criando projetos de ordenamento territorial. Nesse sentido, da década de 70 a 90 foram criados projetos de ordenamento territorial que tinham como meta a distribuição de terras para produção agrícola e pecuária. Desse modo, foram criados projetos especialmente nas áreas de maior pressão demográfica e conflitos de terra, destacando o Projeto Fundiário de Bacabal⁵³; o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, POLONORDESTE⁵⁴; o Grupo Executivo de Trabalho do Araguaia Tocantins, GETAT; Centro de Lançamento de Alcântara, CLA e os grandes projetos.

No que se refere ao GETAT foi criado em 1980, objetivando a regularização da terra, via Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional na chamada região do Bico do Papagaio, formada pelo sudeste paraense, Norte de Goiás, hoje Tocantins e sudoeste maranhense. Além da intervenção militar tinha como objetivo acabar com

⁵² Para tanto, foi criado o Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento do Governo, GTAP. Esse projeto abriu espaço para um processo violento de venda e apropriação por meio da grilagem cartorial das terras devolutas, tanto ao capital nacional, quanto internacional.

⁵³ Conforme Ferreira (2007), o projeto fundiário de Bacabal foi criado por uma série de decretos presidenciais de 1972 a 1976, como parte das ações do INCRA no Maranhão. Trata-se de uma área de quase 7,5 milhões de hectares em mais de 30 municípios em uma das áreas de maiores índices de conflitos por terra do estado desde a década de 1950. Apesar das várias etapas, o projeto não foi consolidado, pois, a concentração fundiária, com a pecuária de corte e os altos índices de conflitos por terra sempre foram muito intensos.

⁵⁴ O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, POLONORDESTE é parte da política do II PND, criado em 1974. No Maranhão se materializou em 1976 por meio do Programa de Desenvolvimento Rural do Baixo Parnaíba e do Vale do Mearim. Este programa previa a melhoria socioeconômica de pequenos e médios produtores, especialmente no que diz respeito à produção agrícola e pecuária nas mesmas regiões mencionadas, pois, além da questão fundiária, previa a criação de infraestrutura, como melhoria de estradas, eletrificação rural, educação, saúde, saneamento, pesquisa agropecuária, crédito, armazenagem, fomento, mecanização, comercialização e pesca.

os focos de resistência instaurados pela guerrilha do Araguaia. O GETAT também tinha como objetivo garanti a manutenção dos grandes projetos, como o PGC, ou seja, além da redução das lutas, garantiu a produção e exportação de *commodities* minerais para saldar os desequilíbrios fiscais promovidos pela política de captação de recursos externos para financiar infraestrutura no país. O resultado da implantação do PGC foi um elevado índice conflitos e mortes no campo (ASSELIN, 1982). O Projeto Grande Carajás, PGC, da Companhia Vale do Rio Doce, CVRD, seria uma espécie de “salvador da pátria” (BARBOSA, 2013), contudo, foi responsável pela criação de uma dinâmica territorial que, segundo Feitosa (1998) e Mesquita (2011a), além de não gerar riquezas, desarticulou a produção camponesa e aprofundou a dinâmica da modernização conservadora, conforme cita Moraes (2007).

A crise dos anos 1980 e a implantação dos grandes projetos marcou um período caracterizado pela crise agrícola que, dentre outras coisas, foi responsável pela redução da produção familiar. Além dos fatores externos como a bancarrota do sociometabolismo, expressa pela crise do regime de acumulação e do petróleo e, conseqüentemente da economia brasileira, internamente, a estrutura fundiária e modelo de agricultura adotado pressionaram a população rural do Brasil, tanto a sair do campo em direção às cidades, quanto para compor a superpopulação relativa e conseqüentemente pressionar os salários dos setores onde houve maiores conquistas trabalhistas.

Assim sendo, em um estudo sobre impacto das políticas públicas agrícolas Mesquita (2011a) identificou que o caráter do desenvolvimento desigual da agricultura maranhense se deu pela adoção das políticas de fortalecimento da agricultura empresarial, forjada pelo agronegócio. Os resultados foram os impactos significativos na agricultura camponesa e, conseqüentemente, na produção dos principais gêneros da dieta alimentar dos maranhenses. Conforme identificado, a partir da implantação dos grandes projetos, a pecuária de corte, produção de soja, eucalipto e cana cresceram consideravelmente, enquanto a produção de arroz, feijão, milho, mandioca, e atividades extrativistas reduziram, conforme menciona Silva (2008).

O processo de expropriação é o fundamento para entender-se a questão agrária, pois, além de desterritorializar um grande contingente populacional do campo, desarticulou a agricultura de base familiar e criou uma estrutura baseada na concentração fundiária. Desse modo, é condição necessária para implantação de uma

estrutura produtiva baseada nos grandes projetos minerometalúrgicos e agropecuários. Estes, ao mesmo tempo em que são frutos da territorialização do capital na Amazônia, promovem a expropriação dos camponeses e trabalhadores rurais, aprofundando os laços da divisão internacional do trabalho.

3.2. A produção de soja como expressão do desenvolvimento dependente e divisão internacional do trabalho

Os projetos agropecuários foram responsáveis pela criação de uma agricultura mercantilizada, baseada na produção de *commodities*. Esta substituiu a agricultura de base familiar e outras relações não capitalistas de produção, como a parceria, a meia, etc., pelo assalariamento combinadas com relações análogas à escravidão. Desse modo, os grandes projetos caracterizados pela produção de soja são expressões do desenvolvimento dependente, pois, além de manterem uma estrutura produtiva voltada para exportação, expropriaram uma parte considerável da população camponesa de Balsas e municipalidades que produzem soja.

Dados do IBGE (2010) mostram que em 1970, 53,58% da população de Balsas estavam empregadas na agricultura, prevalecendo o trabalho familiar e outras relações de trabalho não capitalista. Atualmente o índice do trabalho na agricultura camponesa chega a aproximadamente 5% da população da municipalidade. De acordo com dados oficiais, em 1970, a população rural de Balsas correspondia a 63,4%, em 1980 era 42,8%, 2000, apenas 16,7%, 2010 chegou a 12,8% (IBGE, 2010). Estimativas do mesmo instituto afirmam que no período de 2010 a 2015 houve um aumento de 10% da população do mesmo município. Embora seja uma tendência geral, há uma redução acentuada da população rural, pois, o agronegócio não se desenvolve em sua plenitude sem romper com os laços da população camponesa, concentrar a propriedade da terra e expropriar a população camponesa.

A exemplo do que ocorre em algumas regiões do Brasil, em Balsas tem havido um processo de assalariamento rural. Esse foi promovido por um conjunto articulado de políticas territoriais, fundiárias, materializadas pelo metabolismo de reprodução do capital em consonância com o Estado que, além da mercantilização da terra, expropria os camponeses criando uma superpopulação relativa disponível aos grandes projetos,

tanto minero-metalúrgico, como agropecuários na década de 1980. O processo de criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, PRODECER, como expressão da política econômica, do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, II PND, durante a década de 1970 foi responsável pela produção de *commodities* agrícolas e minerais no cerrado brasileiro, intensificando ainda mais os laços de dependência ao capital internacional.

Além dos grandes projetos minero-metalúrgicos promovidos pelas políticas desenvolvimentistas do II PND, foi criado o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, PRODECER, especialmente em sua etapa III. Este representou uma iniciativa do governo brasileiro em cooperação com o governo japonês, por meio da agência Japan International Corporation Agency, JICA⁵⁵, em uma conjuntura de crise da produção capitalista durante o final dos anos 70, com o choque do petróleo e queda do regime de acumulação fordista/taylorista⁵⁶. Na década de 1990, o projeto foi estendido para o norte do Piauí e Maranhão.

Apesar da chegada inicial dos produtores de soja ter se dado no início dos anos 1980, a implantação da soja em Balsas se deu antes da extensão do PRODECER. Segundo Andrade (1984), a gênese foi marcada por um intenso processo de expropriação dos camponeses. Desse modo, como parte da implantação do PRODECER, foi criado o Projeto de Colonização do Gerais de Balsas, PC-GEBAL que, institucionalizado pelo Estado, por meio do ITERMA, foi o marco do processo de expropriação e violência no Sul do Maranhão.

Mesmo sabendo que o uso das terras do cerrado se iniciaram antes da modernização da agricultura, na década de 1940, com o Projeto de Colonização dos Cerrados (PCC⁵⁷), a incorporação das terras ao processo de divisão internacional do trabalho ocorreu devido à posição geográfica e características físico-ambientais propícias à adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”. Esse projeto foi o embrião das políticas territoriais e, portanto, responsável pela implementação do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba, PADAP, o Programa de

⁵⁵ A JICA é uma agência de cooperação internacional que fomentou a pesquisa em tecnologia agrícola, especialmente em países “em desenvolvimento”, com o objetivo de estabelecer relações comerciais em um contexto de crise do capital. Na realidade, foi a forma encontrada pelo Japão para produzir alimento, uma vez que seu território é limitado geograficamente.

⁵⁶ Enquanto parceiro da economia americana e dependente das produções de alimentos, o Japão passou a incentivar a produção agrícola no cerrado brasileiro.

⁵⁷ O Projeto de Colonização do Cerrado iniciou-se durante o Governo Vargas, que estabeleceu colônias agrícolas em Dourados (MS) e Ceres (GO), e com a criação da Fundação Brasil Central, em 1943.

Desenvolvimento dos Cerrados, POLOCENTRO e o PRODECER, responsáveis pela capitalização da agricultura, conforme demonstram Mesquita (2009); Silva (2000); Pedroso e Silva (2005) e incorporação da Amazônia Brasileira à dinâmica produtiva como espaço periférico, cuja prioridade tem se pautado nos grandes projetos, conforme menciona Mesquita (2009).

Além de uma intensa dinâmica migratória na região do Cerrado brasileiro, conforme analisou Santos (2010), o PADAP⁵⁸ foi importante para o estreitamento das relações agrícolas entre Brasil e Japão que serviu de modelo para a criação e implementação do PRODECER. Esse programa foi parte da política econômica do Governo militar para atender às demandas do imperialismo, nas suas frações (indústria automobilísticas, tratores e máquinas, indústria química de produção de veneno e fertilizantes, as multinacionais que produzem sementes e grãos, instituições financeiras, etc.). Essas políticas representaram um acordo entre os militares por meio do golpe de 1964, cujo objetivo era conter o avanço do socialismo no mundo, pois, foi uma reação conservadora à tentativa de criação das reformas de base pelo governo João Goulart, devido à forte pressão dos trabalhadores da cidade e do campo (Ligas). Assim sendo, tanto os projetos minero-metalúrgicos (VALE e ALUMAR) foram criados para saldar os desequilíbrios fiscais a partir da captação de recursos. Esse tipo de economia tem intensificado ainda mais as relações de dependência quanto à divisão territorial do trabalho, pois, conforme enuncia Mesquita (2011b), o crescimento vigoroso da economia ao longo de anos tem se sustentado apenas na soja, minério de ferro e alumínio.

Dessa dinâmica resultou a criação dos grandes projetos (minerometalúrgicos e agropecuários) que inseriram o Maranhão em uma dinâmica produtiva rentável às burguesias internas, porém, articuladas ao capital internacional pela via da dependência, tendo como base o agronegócio. Se por um lado, o agronegócio⁵⁹ se materializou no Maranhão por um conjunto articulado de políticas criadas pelo sociometabolismo, com o advento do Prodecer III, de outro, representa o domínio da

⁵⁸ O PADAP foi um projeto de colonização dirigido, responsável pela desapropriação de 60 mil hectares para o cultivo de soja, café e trigo e foi coordenado pela Cooperativa Agrícola Cotia, ligada aos japoneses. Foi uma experiência importante para materialização do PRODECER.

⁵⁹ Para Davis e Goldberg (1957), o agronegócio deve ser entendido como sendo “a soma das operações de produção e distribuição dos produtos agrícolas”, característicos da “fusão entre agricultura e indústria” (Muler, 1989), cujo resultado se dá pela relação “minimização dos custos com produção, distribuição e transação”, conforme Farina & Zylbersztajn (1994).

agricultura pelo capital industrial e financeiro. Este último é a modalidade superior do capitalismo agrícola que se desenvolve a partir das formas mais predatórias de exploração da natureza e da força de trabalho e por meio da agroindústria⁶⁰.

Se na conjuntura nacional, o II PND teve importância na adequação dos sistemas produtivos ao sociometabolismo do capital internacional, na agenda política foi posto em prática entre 1975-79, durante o Governo Geisel, com o objetivo de solucionar o problema da dependência externa, decorrente do desequilíbrio inter-setorial, herdado pelo “Milagre Econômico”, por isso, comportava uma série de investimentos no setor de bens de capital e intermediários. Todavia, para materializar-se seriam necessários recursos financeiros que vieram dos investimentos externos e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDS. Assim como os programas e políticas públicas, o II PND⁶¹ vem privilegiar o processo de industrialização e a reprodução sociometabólica. É nesta conjuntura que surge no Maranhão os projetos minero-metalúrgicos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD⁶²), Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) e projetos agropecuários, cuja tendência reconduziu o país à reprimarização, pois, dentro da divisão internacional do trabalho, esta dinâmica representa o suprassumo da dependência econômica.

Se por um lado, a implantação dos grandes projetos constitui formas encontradas pelo Estado e mercado para garantir a hegemonia do capital em sua fase de crise internacional, que culminou com o choque do petróleo, por outro, criou condições objetivas para manutenção de uma agricultura voltada para o agronegócio. Dessa forma, objetivavam ordenar o território brasileiro ao projeto geopolítico do imperialismo americano, criando um conjunto de infra-estrutura propício ao processo de produção capitalista, cuja dinâmica se baseava no projeto Brasil potência,

⁶⁰ Esta representa a subordinação da agricultura à indústria, ou seja, o agronegócio é a manifestação fenomênica da agricultura moderna, cuja materialidade se dá por meio de um significativo grau de modernização promovido pela ciência, técnica, bem como, por uma lógica voraz de exploração da natureza e da força de trabalho, ou seja, o agronegócio é o suprassumo da “Revolução Verde”.

⁶¹ Tanto o Plano de Metas, como o II PND são planos keynesianos que impõe uma forte dinâmica produtiva à economia nacional, ambas vincularam a economia nacional à dinâmica da economia internacional pela lógica da dependência.

⁶² Conforme Costa (2003, p. 65), na década de 1980 foi implantado o Programa Grande Carajás e ALUMAR que representa uma forma encontrada pelos governos militares como meta para pagamento da dívida externa, herdada principalmente do Plano de Metas (1956-1961) do Governo Kubitschek e do Milagre Econômico que se caracterizou por uma intensa captação de recursos externos junto às instituições financeiras internacionais. Conforme a autora, apesar da importante contribuição no ajuste externo da economia brasileira, o Estado do Maranhão se notabilizou pela elevada concentração de renda e altíssimos passivos sociais.

conforme mencionam Becker e Egler (2003). Assim, foram responsáveis por instalar a produção de soja no cerrado brasileiro e, conseqüentemente no Maranhão. O II PND incentivou principalmente a construção de indústria de fertilizantes e agrotóxicos no momento da implantação dos grandes polos agropecuários e agrominerais na Amazônia.

Ainda como parte do II PND foram criados polos de desenvolvimento regional, como o POLAMAZÔNIA, Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia em 1974, responsável pela criação de grandes projetos (agropecuários, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia). Esses projetos serviram, não somente como base, como também promoveram infraestrutura necessária ao transporte da soja no Maranhão, tendo como base a criação de rodovias, o sistema rodoferroviário⁶³, Estrada de Ferro Carajás, EFC. Esses planos criaram grandes projetos cuja estrutura, não somente incorporaram o Maranhão na nova divisão do trabalho, mas impuseram uma “tendência concentradora”, conforme observou Feitosa (1998, p. 136) e reprimarizadora.

Como parte da extensão do PND, o PRODECER surge a partir de um contexto internacional de crise do capital, com o chamado Choque do Petróleo, após o momento em que os Estados Unidos haviam decretado embargo aos países consumidores dos seus produtos agrícolas. O Japão era um dos seus principais compradores, uma vez que não possuía disponibilidade de recursos naturais e nem terras suficientes para produzir alimentos. Assim sendo, financiou os programas voltados para a produção de *commodities*, por meio da JICA. Esse projeto representou um marco da cooperação internacional entre Brasil e Japão.

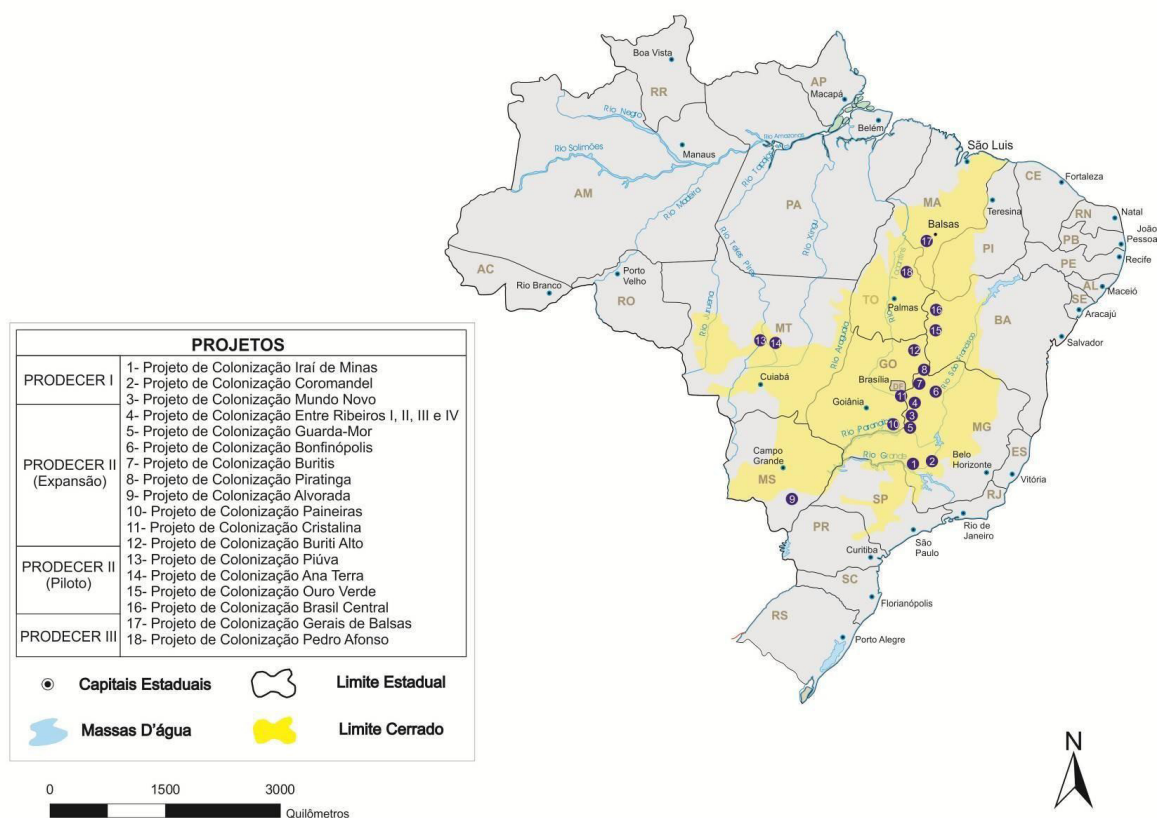
Foi idealizado em 1974, negociado entre os Governos dos dois países durante cinco anos e implementado a partir do ano de 1978. A primeira fase do Prodecer beneficiou a região sul dos Cerrados, mais especificamente o Estado de Minas Gerais. A segunda, a área central dos Cerrados, nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia. A terceira etapa do Programa teve início em 1996, quando foi implantado nos municípios de Pedro Afonso (TO) e Balsas (MA). O principal instrumento do programa é o crédito supervisionado, com linhas de financiamento abrangentes, e foram previstos empréstimos fundiários para investimentos, despesas operacionais e assistência ao colono (RODRIGUES et al, 2009, p. 301).

⁶³ Construída pela Companhia Vale do Rio Doce, integra um sistema multimodal para escoar a produção de minério e grãos que liga a Jazida no Sudoeste Paraense ao Porto de Itaquí e Ponta da Madeira.

Além de uma conjuntura de crise de acumulação capitalista, a implantação do PRODECER em Balsas se deu em estados com os maiores índices de pobreza do país, marcado por desigualdades regionais herdadas de um modelo de desenvolvimento capitalista, aos moldes daquilo que Trotsky (2007a; 2007b) entendeu como desigual e combinado. Na pauta da política estava, de um lado, a redução da desigualdade, de outro, a intensificação da reprodução ampliada do capital e solução do déficit de alimentos, mediante processo de crise. Neste sentido, além de indispensável ao desenvolvimento da Revolução Verde, o PRODECER III foi responsável pelo patrocínio do agronegócio no cerrado brasileiro e, em especial, no Maranhão, por meio do Projeto de Colonização do Gerais de Balsas, PC-GEBAL, com as chamadas frentes de expansão agrícola, conforme analisou Velho (1972).

A figura 02, trata da expansão do PRODECER no Cerrado brasileiro. Sendo assim, foi importante para o desenvolvimento do agronegócio e implementação do projeto da Revolução Verde no Brasil tendo em vista que as terras são planas e propícias ao desenvolvimento de máquinas.

Figura 02 – Mapa de abrangência do PRODECER no Brasil.



Fonte: Miranda, 2011.

O processo de expansão da soja no cerrado Maranhense se deu primeiramente no final dos anos de 1970, sem muita experiência. No ano de 1990 iniciou-se o processo de expansão, por meio do PRODECER III, conforme pode ser indentificado na figura 02. Essa expansão é parte de uma dinâmica produzida pelo capital, por meio das grandes corporações, base da sociedade capitalista burguesa e Estado.

De acordo com Miranda (2011), depois do problema das cooperativas e colonos, a Agropecuária e Industrial Serra Grande, AGROSSERRA e a SLC Agrícola foram as primeiras empresas produtoras de soja e a CEVAL foi a primeira a financiar as lavouras na região, iniciando o processo de empresarização da soja. A AGROSSERRA, além de soja, passou a cultivar cana, a partir dos anos de 1990 para produção de biodiesel, por meio da construção de uma usina no município de Fortaleza dos Nogueiras.

Conforme França e Santana (1997), nos anos de 1990, o BASA e o BNB passaram a estimular fortemente a expansão da soja no Sul do Maranhão, com a estruturação do Plano de Ação para Potencializar o Desenvolvimento do Polo de Balsas, PAPDPB, com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia, FINAM, criado em 1974, para viabilizar projetos de desenvolvimento da Amazônia Legal; do Fundo de Investimentos do Nordeste, FINOR, principal incentivo fiscal do Nordeste, criado em 1974; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, FNE, criado em 1988. Além dessas instituições, as ações estatais de viabilização da sojicultura no sul do Estado se deram a partir da criação do Corredor de Exportação Norte⁶⁴, em 1990.

O processo de financiamento na década de 1980 se deu com o apoio do BNB, que criou o Programa de Difusão da Cultura da Soja no Nordeste e, juntamente com a EMBRAPA, contribuiu para o estabelecimento da sojicultura nos Cerrados nordestinos, conforme identificou-se em documentos da Embrapa (1981). Além de financiar, a CEVAL começou a comprar as lavouras de soja em 1988, tornando a produção de *commodities* agrícola, a principal atividade econômica de Balsas. A

⁶⁴ O Corredor de Exportação Norte, CEN foi criado para escoar a produção de grãos do Sul do Maranhão pelas ferrovias Norte-Sul e Carajás até o Porto de Ponta da Madeira, no complexo Portuário de Itaqui, em São Luís. O programa contou com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), Banco do Brasil, BNB; BASA; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); CVRD; CONAB; EMBRAPA; Governo do Estado do Maranhão; Governo do Estado de Tocantins; Governo do Estado do Piauí e Prefeitura Municipal de Balsas.

inauguração do Corredor de Exportação Norte, CEN em 1992 aumentou a produção e possibilitou a exportação de soja por meio do porto de Ponta da Madeira da Vale, conforme enfatizou Kayser Silva (2009).

O crescente aumento da produção de soja e a produção de infraestrutura de transporte alicerçada no modal ferroviário do Sul do Maranhão, pelo Estado, a extinção das cooperativas e abertura econômica ao capital internacional com a política econômica neoliberal de FHC de captação de recursos do exterior, especialmente por meio de programas de isenção fiscal da SUDENE e SUDAM foram de fundamental importância para atrair empresas nacionais e transnacionais, receptoras de grãos. Assim, em 1996 a norte-americana Cargill inaugurou a primeira unidade de recebimento de grãos em Balsas. O resultado foi a substituição das cooperativas de colonos pelo processo de empresarização da produção.

O processo de mercantilização da soja a partir dos anos de 1990, com a implementação do Projeto de Colonização dos Gerais de Balsas (PC-GEBAL) em 1995, por meio do Projeto Batavo e com recursos do PRODECER, estabeleceu um modelo agrícola cooperativo que aumentou consideravelmente a produtividade agrícola regional. Atualmente, o projeto quase na sua totalidade foi incorporado por grandes produtores que vendem sua produção diretamente para as *tradings*. A partir da quebra do modelo de cooperativa dos colonos, devido ao grande endividamento, o controle da produção se deu por meio dos grandes monopólios⁶⁵ (Cargill, Bunge e Multigrain) que, além de financiar, compram a produção antes mesmo de sua existência. O processo de produção de soja, além da concentração de terras, foi responsável pela concentração financeira.

No plano institucional, as estratégias destrutivas do capital, além da mobilização da atuação da Confederação Nacional da Agricultura, CNA que possui a maior bancada política no parlamento brasileiro, a denominada “bancada do boi”, conta com o apoio da EMBRAPA, para desenvolvimento de plantas adaptadas ao Cerrado e Amazônia, com a implementação dos programas modernizantes: Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados, PCI, Programa de Assentamento

⁶⁵ A Agrinvest criada em 2004, compõe um fundo americano responsável pela comercialização de grãos, comprou 50 mil hectares no Sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí, conforme (ANTUNES, 2010). O Grupo Los Grobo, sediado na Argentina, atua em todo o MERCOSUL e, em 2008, comprou a Seagro, que já atuava no Cerrado financiando lavouras e exportando grãos.

Dirigido do Alto Paranaíba, PADAP⁶⁶, POLOCENTRO, PROTERRA e PRODECER, e da atuação de três superintendências (SUDAM, SUDENE e SUDECO).

Conforme Miranda (2011), além do modelo diferenciado de apropriação da terra, o PRODECER exigiu a criação de cooperativas agrícolas. O resultado foi a criação da Cooperativa Batavo no Gerais de Balsas, instituindo o Projeto de Colonização dos Gerais de Balsas, PC-GEBAL. Além de um lote de 483 ha, cada colono recebeu 1,2 milhões de dólares para comprar um pivô central de irrigação para 50 ha, dois tratores, uma colheitadeira, uma grade, uma plantadeira, uma pipa para óleo diesel, galpões, uma casa na agrovila. Também deveria desmatar e corrigir o solo. O projeto financiou uma estrutura coletiva formada por duas agrovilas, um escritório para a cooperativa e uma unidade de secagem de grãos.

Além dos projetos oficiais criados pelo Estado, o processo de legitimação da produção de soja é realizado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte, FAPCEN (MIRANDA, 2011). Essa fundação, além de representação institucional, foi constituída em 1993 para aprofundar as pesquisas de melhoramento genético de cultivares e programas de extensão. Ainda conforme o autor em destaque, sem produção suficiente para comercializar, a Cooperativa Agropecuária Batavo Nordeste Ltda. abriu processo de liquidação em 2004.

Ainda conforme o autor em destaque, além da Agrobalsas, realizada pela FAPCEN, o Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas, SINDIBALSAS, filiado à CNA constitui um dos órgãos que representa o empresariado local e articula a agricultura patronal em nível nacional. O sindicato patronal representa a mediação entre os sojicultores e os poderes públicos locais e regionais.

A intensificação do capital no campo com o advento do agronegócio e, conseqüente, domínio do modo de produção capitalista na agricultura se efetiva com a materialização de um capitalismo agrícola, caracterizado por unidades de produção autônomas, onde há uma intensa atuação do capital através das grandes empresas multinacionais do ramo de alimentos e das instituições financeiras. Neste sentido, o determinante na agricultura capitalista – agronegócio - é a intensidade de capital depositado, grau de trabalho assalariado e mecanização do processo produtivo, cuja valorização do capital se estabelece na relação direta entre o capital variável e o

⁶⁶ Sobre o PADAP é importante analisar o artigo de Santos (2012).

capital constante, que são as leis objetivas de reprodução ou forças objetivas que se configuram como composição orgânica do capital, como ocorre na indústria.

Neste contexto, constatou-se que as políticas promovidas pelo Estado têm uma participação substancial no processo de inserção do capital no campo. Contudo, o que ocorreu foi um violento processo de expropriação de parte substancial de camponeses depois da implantação PC-GEBAL, criando uma superpopulação relativa disponível ao capital. Os programas desenvolvimentistas e suas expressões regionais como o Projeto de Desenvolvimento dos Cerrados, PRODOCER III, foram responsáveis pela implantação do projeto da soja no cerrado maranhense na década de 1990. Essa dinâmica produtiva é parte de um movimento de territorialização do capital e desterritorialização das populações camponesas.

A territorialização do agronegócio desenvolvida no Maranhão mediante dinâmica sociometabólica envolveu as políticas desenvolvimentistas, como II PND, com o PRODECER e política de incentivos fiscais das superintendências SUDAM e SUDENE. Essas políticas tiveram como ponto de partida o processo de modernização da agricultura, financiamento e isenção fiscal promovidos pelo Estado, conforme já fora citado anteriormente.

Dessa maneira, conforme demonstra Ferreira (2008), do total do financiamento feito por apenas 34 estabelecimentos da municipalidade de Balsas, (81,47%) é realizado⁶⁷ por empresas integradoras, especialmente Bunge e Cargill. Porém, é importante observar que esse recurso é concedido pelo poder público. Neste sentido, como afirma Paulino (2008):

[...] a agricultura brasileira historicamente tem sido beneficiada por políticas de crédito com juros altamente subsidiados. A título de exemplo, lembramos que o crédito rural para a agricultura empresarial na safra de 2007/2008 conta com um caixa de R \$ 58 bilhões e uma diminuição da taxa de juros em dois pontos percentuais, agora fixada em 6,75% ao ano [...] em janeiro de 2008 a taxa selic, taxa básica de juros que balizava as operações financeiras, foi reduzida para 11,5% ao ano (PAULINO, 2008, p. 230).

Se por um lado, o agronegócio possui quantidades substanciais de investimentos, por outro, o volume de crédito colocado à disposição da pequena

⁶⁷ O investimento feito pelas empresas multinacionais usa principalmente o capital público emprestado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDS.

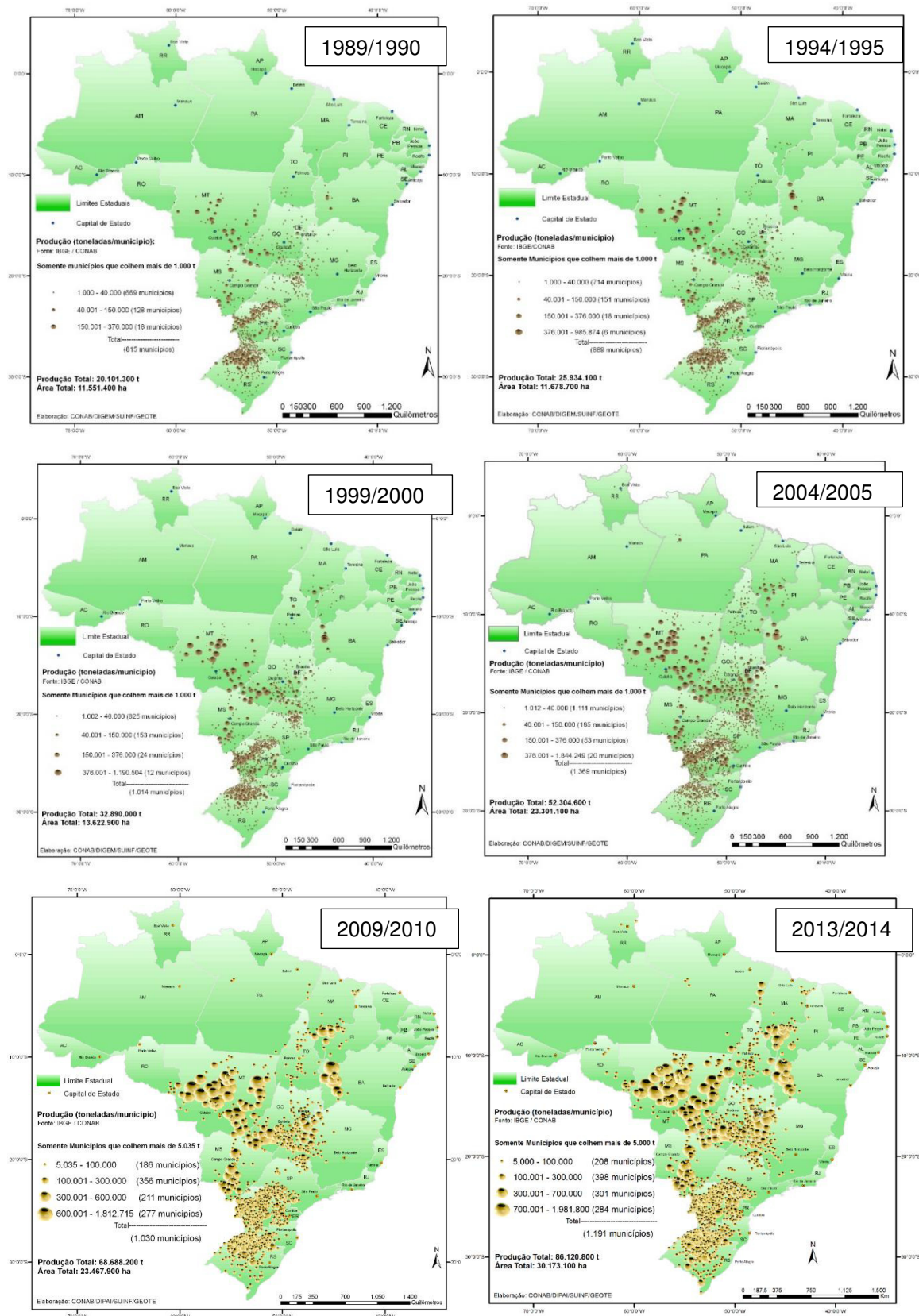
produção de base familiar é aproximadamente 10% do investimento destinado à produção capitalizada.

O agronegócio é regulado pelas leis da produção capitalista. Assim, o capital se apropria da agricultura por meio do rentismo, da subsunção do trabalho ao capital e pela intensificação do trabalho assalariado que, progressivamente, substitui o trabalho familiar. Este fenômeno se materializa na razão direta da inversão do capital à terra e aumento da produtividade (redução da superfície explorada, aumento dos métodos intensivos, mecanização do processo produtivo, etc.) e “[...] subordinação da agricultura à indústria” (IANNI, 1984, p. 161), cuja base é o agronegócio.

O agronegócio é a modalidade superior do capitalismo agrícola e se desenvolve a partir de estruturas destrutivas, como os monocultivos. Essas estruturas representam a subordinação da agricultura à indústria e, fundamentalmente, ao capital financeiro. A agroindústria, além de suprasumo da produção capitalista no campo, é caracterizada pelos grandes monopólios capitalistas, bem como, por um sofisticado mecanismo de controle da produção por meio do capital rentista e uma intensa exploração da força de trabalho, usa a modernização conservadora, a grande propriedade e ampliação das jornadas de trabalho que, em muitos casos, chegam a ser superiores a 10 horas/dia.

Sendo assim, com base no processo de modernização, crédito rural, intensificação da política dos grandes projetos, a produção de soja aumentou consideravelmente depois dos anos de 1990, a partir da implantação do PRODECER III e de uma agricultura empresarial, conforme pode ser visualizado na figura 03.

Figura 03 – Produção de soja no Brasil - 1989/90 a 2013/14.



Fonte: CONAB, 2014. Elaborado a partir de imagens: Disponível em: <http://www.conab.gov.br>.

Em virtude do aumento da mecanização e criação de um “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2002, 2008), na região de Balsas, a produção de soja cresceu substancialmente nos últimos anos, conforme figura acima. Dessa forma, é possível afirmar que houve dois períodos distintos de implantação da monocultura da soja: um se refere ao período das migrações de produtores sulistas para a cidade de Balsas em busca de terra barata⁶⁸ (1972/1990), e outro caracterizado pela entrada de empresas de capitais nacionais (SLC, ABC) e multinacionais (Bunge, Cargill, Lobuis Dreyfus e Multigrain) no circuito espacial de produção da soja, a partir de 1990, conforme enfatiza Botelho (2010). Esse segundo momento, além da incorporação de inovações tecnológicas, mecanização e utilização de insumos (agrotóxicos, fertilizantes, adubos e corretivos de solo), se caracterizou por estratégias de competitividade empresarial e políticas industriais, responsáveis pelo avanço na produção e produtividade. Esse período corresponde ao processo de implantação do PRODECER III.

Tabela 08 - Produção de grãos (mil toneladas) no Brasil de 1995 a 2005.

Produto	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06
Algodão	762	568	763	924	1.187	1.522	1.245	1.365	2.099	2.129	1.605
Arroz	10.038	9.525	8.463	11.582	11.423	10.386	10.626	10.367	12.829	13.227	11.981
Feijão	3.039	2.915	2.232	2.896	3.098	2.592	2.983	3.205	2.978	3.044	3.065
Milho	32.405	35.716	30.188	32.393	31.641	42.290	35.281	47.411	42.129	34.977	41.349
Soja	3.190	26.160	31.370	30.765	32.345	38.432	41.917	52.018	49.793	51.090	58.570
Trigo	3.198	2.407	2.188	2.403	1.658	3.194	2.914	5.851	5.851	5.846	4.885
Brasil	73.565	78.427	76.559	82.438	83.030	100.267	96.761	123.168	119.114	113.499	124.855

Fonte: Conab, 2015.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, demonstraram que em três anos (2003 a 2006) houve um aumento de aproximadamente 140% da área plantada e 141% na produção. No ano de 2008 houve aumento da área plantada e colhida (421.470 ha), da produção (1.262.560 toneladas) e produtividade (2.995 kg/ha). De 1990 a 2015, a produção aumentou para 2,069 milhões de toneladas, e a produtividade cresceu mais de 50% (CONAB, 2015), conforme dados da tabela 09.

⁶⁸ É importante mencionar que esse período correspondeu a intensos conflitos por terra e violência em virtude da grilagem e expropriação dos posseiros nessa região, conforme mencionou Asselin (1982).

Tabela 09 – Evolução da área plantada com soja no estado do Maranhão, 1978 a 2015.

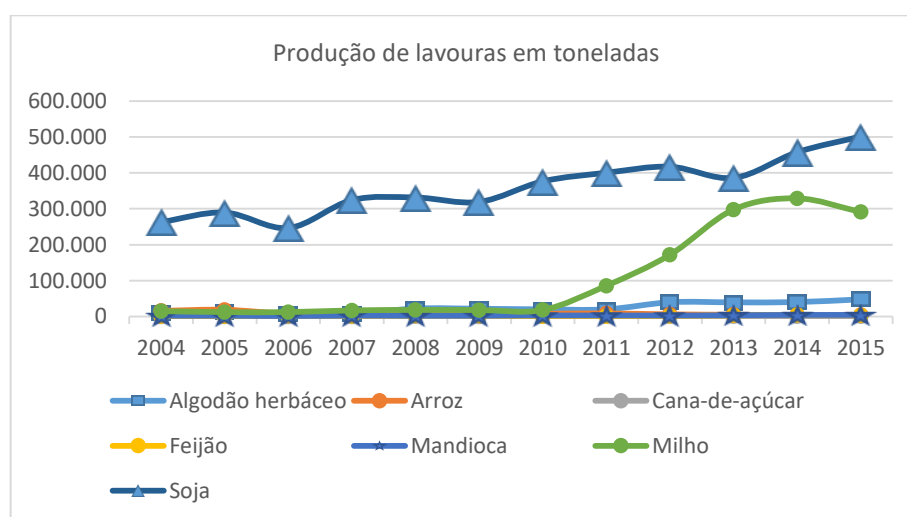
Safra	Área (ha)	Quantidade produzida (t)	Produtividade (kg/ha)
1977/1978	32	55	1.718
1990/1991	4.600	8.280	1.800
2000/2001	201.000	508.620	2.530
2014/2015	749.600	2.069.600	2.761

Fonte: CONAB, 2015.

Dados da Conab (2015) demonstram que tanto a área, como a quantidade e a produtividade da soja vem crescendo no Maranhão. De 55 toneladas produzidas em 1977/8, passou-se a produzir 2 milhões de toneladas em 2015. Quanto à área vem se expandido para outras municipalidades distantes dos dois polos tradicionais (Balsas e Chapadinha). A projeção para 2025/26 é de crescimento de 35,1%, o que representa um total de 192,2 milhões de toneladas em todo Brasil.

As maiores taxas de crescimento, tanto da área, quanto da produção se deram com os produtos voltados para exportação, como soja, milho, cana, etc., conforme gráfico 11.

Gráfico 11 – Produção das principais lavouras temporárias em Balsas – 2004 a 2015



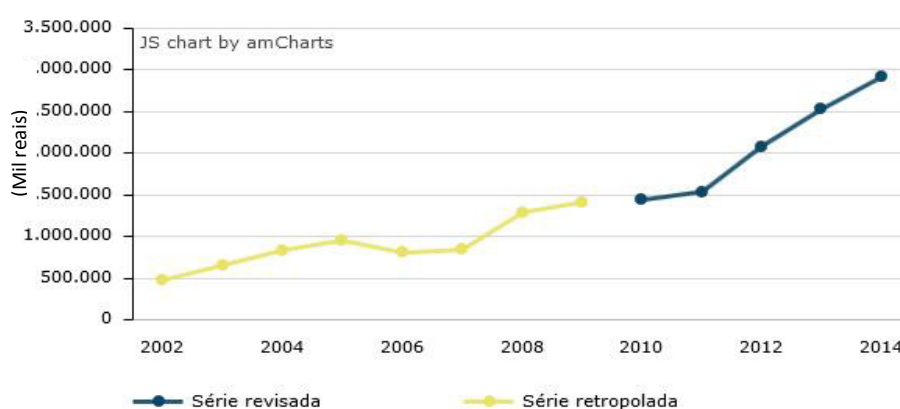
Fonte: IBGE, 2017.

Como se pode observar no gráfico 11, na municipalidade de Balsas observa-se que a produção de soja e milho (lavouras dominadas pelo agronegócio) são predominantes. A tendência crescente do agronegócio em Balsas se confirma com o

modelo de desenvolvimento agrícola dependente, conforme observou Mequita (2011). As demais lavouras produzidas pela agricultura camponesa (mandioca, feijão e arroz), diga-se de passagem, necessárias ao mercado local e regional, diminuíram consideravelmente nas regiões de produção de *commodities* agrícolas.

Apesar do crescimento da lavoura da soja e produção de riqueza, a cidade de Balsas registra o 3º Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão (R\$ 2,9 Bilhões) em 2014, tem crescido consideravelmente, conforme gráfico 12:

Gráfico 12 – Evolução do PIB do município de Balsas – 2002 a 2014.



Fonte: IBGE, 2017.

Apesar do elevado PIB, especialmente o *per capita* - tanto maior do que o brasileiro como o estado - o município de Balsas concentra uma grande quantidade de pobreza, 64,08% e desigualdade social, embora esses dados não estejam visibilizados pelo índice de gini de 0,44. Embora na municipalidade de Balsas, os índices de desigualdades não sejam tão elevados, o mesmo não se pode afirmar da realidade da cidade que contrasta com um grande processo de periferização. Apesar disso, o município possui índice de desenvolvimento humano municipal de 0,687, apesar de baixo para os padrões brasileiros, é elevado para os padrões maranhense, conforme Atlas (2013). Apesar do aumento de trabalhadores com carteira assinada na agricultura, os números não foram suficientes para gerar expansão de mercado interno e nem criar uma cadeia produtiva, por mais que tenha havido a instalação de outras atividades agropecuárias (suínos e aves) ligada à produção de soja.

Cunha (2015) entende que de cada emprego nas lavouras, seis são gerados na cadeia produtiva em Balsas. Ao contrário daquilo que enfatiza o autor, não há o

desenvolvimento de uma cadeia produtiva, pois, a soja produzida na região é voltada especialmente para exportação, conforme já observara Prado Jr. (2011), fato que insere o Maranhão dentro da divisão do trabalho como fornecedor de matérias-primas, com tendência crescente de reprimarização da economia. O resultado desse processo é o impacto sobre a força de trabalho empregada na agricultura camponesa de base familiar, uma vez que uma parcela de trabalhadores desvinculada de seu meio de produção tende a constituir parte de um processo de *lunpenrização* conforme enfatiza Mesquita (2008). O fato do camponês não retornar à sua produção, por ter sido expropriado ou devido à falta de incentivos para produzir, reduz consideravelmente a possibilidade de produção de alimentos que abastecem o mercado local. Este contribuiu para o aumento da insegurança alimentar, conforme vem observando Silva (2008).

O desenvolvimento do agronegócio que se deu com o sociometabolismo do capital não foi suficiente para criar um amplo processo de assalariamento rural em Balsas. Apesar da “falsa euforia” produzida pelos grandes projetos em geral, os projetos agropecuários, em especial, além de terem criado uma estrutura produtiva concentradora de riqueza, aprofundaram os laços de dependência, como produtor primário. Este modelo, conforme entende Mesquita (2016), tem produzido um rastro de pilhagem e um grande passivo social e ambiental. Assim, o aumento da agricultura capitalizada em Balsas, tem criado um fetichismo da proletarização da agricultura. Esse processo se concretiza fundamentalmente pela sobreposição de relações de trabalho frágeis, caracterizadas pelo assalariamento temporário.

3.3. Breve considerações sobre o fetichismo da proletarização

Analisada as bases para formação do processo de produção de *commodities* em Balsas, investigou-se a categoria central, o fetichismo, e como essa relação se estabelece na produção de *commodities*. Para efeito de compreensão teórica usou-se essa categoria por entender-se que a partir dela pode-se entender como tais mistificações se dão no conjunto das mais diversas relações sociais. Sendo assim, para efeito de comprovação do movimento real que se dá na articulação entre teoria e prática, cuja base é a Filosofia da *práxis*, conforme entende Vázquez (2007), será

trabalhada a categoria fetichismo, como forma de ilusão, aparência, etc., criada para mistificar as relações que cercam a dinâmica do assalariamento na produção de soja, pois, tais relações, apesar de constituírem uma totalidade em movimento e, por isso, formam um todo complexo, concreto e real, sempre se apresenta como uma aparência e precisa ser desvelada.

Assim sendo, utilizou-se o entendimento de Marx (2002) e do conjunto dos marxistas que discutem a temática, no sentido de compreender o movimento teórico que possui um vínculo indissociável com a realidade. Esse movimento de construção do conhecimento tem como fundamento o materialismo histórico e dialético. Sendo assim, é importante observar que ao realizar a anatomia da sociedade capitalista burguesa, Marx (2001; 2002; 2008) demonstrou que esta se caracteriza pela produção de mercadorias e, nestas condições, “os objetos materiais possuem certas características que lhes são conferidas pelas relações sociais dominantes, mas que aparecem como se lhes pertencessem naturalmente”. Essas relações que se estabelecem no plano da produção capitalista, especialmente quando o homem atribui uma condição fantástica e sobrenatural a determinadas coisas, objetos ou relações sociais, são denominadas de fetichismo e, sua forma mais elementar é o fetichismo da mercadoria. Na realidade, o fetiche não é uma exclusividade da mercadoria, mas de toda relação social que é atribuída uma condição natural ou sobrenatural, conforme entendem Marx (2002), Carcanholo (2011), Novaes (2007; 2011), ou seja, é uma relação mistificada.

Neste sentido, para explicar melhor o termo, Marx faz uma analogia com a religião, conforme demonstrou Duarte (2004), pois, no plano metafísico, esta se apresenta como algo sobrenatural e não como uma construção social. Assim como a religião, todas as relações sociais específicas como o capital, o dinheiro, a mercadoria, etc., exercem um poder de controle sobrenatural sobre o ser humano, ou seja, aquilo que é uma criação do homem acaba tendo um processo de valorização maior do que o próprio homem. O caráter fetichista se estabelece com a unidade mais elementar do capitalismo que é a mercadoria. Apesar de unidade básica e célula *mater* da sociedade capitalista, a mercadoria acaba tendo um processo de valorização muito mais acentuado do que o próprio homem, responsável pela sua criação. Além do caráter social da produção, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso. No processo de produção da mercadoria é escondido o caráter de exploração que permeia a

produção capitalista. Só nestes elementos, o fetichismo se apresenta, como aprofundamento da desigualdade, da naturalização das relações sociais e pela naturalização da exploração e pela manifestação da alienação.

Para Marx (2002), ao contrário das relações fetichizadas que são conferidas à alguma entidade ou coisa, as relações sociais criadas pelos seres humanos são reais, históricas e não produto da imaginação, ou seja, as mercadorias não são propriedades naturais, mas sim sociais. Nesse sentido, são forças reais que, além de não serem controladas pelos seres humanos, contraditoriamente exercem controle sobre eles, por meio daquilo que Lukács (1989) denominou de “capitalismo manipulatório”, ou seja, são as “formas de aparência” objetivas das relações econômicas que definem o capitalismo. O fato dessas formas serem tomadas como naturais se deve à ocultação de seu conteúdo ou essência social, pois, o conteúdo social não é visível imediatamente e só pode ser revelado pela análise teórico/prática, momento este em que há a necessidade de ir além da aparência, portanto, chegando à essência, e retornando ao concreto pensado, com um movimento de síntese. Desse modo, a ocultação da relação de produção é uma forma de manutenção das relações de exploração por parte dos capitalistas sobre os trabalhadores.

O que está sendo oculto são as relações sociais de produção e, conseqüentemente de exploração, ou seja, se o fetiche é a relação velada, a exploração é a essencialização do fenômeno. Por mais que esta relação não se torne explícita, o fetichismo e a teoria do valor estão indissolúvelmente relacionados. Em todos os casos, por ser a relação produtora de valor, o trabalho está no centro da questão, ou seja, além de naturalizar, o fetichismo oculta as relações de exploração, especialmente a fonte de extração de valor pelos capitalistas, que é a mais-valia, ou seja, o trabalho não pago ao trabalhador que se incorpora ao entesouramento do proprietário dos meios de produção, essa relação de produção só se torna visível, dentro da composição orgânica do capital, caso os trabalhadores passem por um processo de conscientização.

Desse modo, a mais-valia torna-se um elemento oculto e muitos trabalhadores não conseguem perceber essa relação. Em outros termos, os trabalhadores não conseguem enxergar de onde vem o entesouramento do capitalista e a sua condição de explorado, ou seja, enquanto produtores de valor não são os mesmos que se apropriam da riqueza produzida. Essa relação é oculta ao trabalhador que, apesar de

receber um salário pelo seu trabalho, além de não saber em que momento é explorado, entende que essa relação é natural. Por outro lado, Marx demonstrou que, além de provada teórica, a exploração do trabalho pode ser comprovada historicamente. Mas é somente com a produção e a troca de mercadorias, generalizadas sob a égide do capitalismo que ganha expressão como uma propriedade objetiva de seus próprios produtos, especialmente como seu valor.

Nas relações capitalistas de produção, os produtores individuais (trabalho privado) de mercadorias trabalham independentemente uns dos outros, e a coordenação porventura existente se faz impessoalmente via mercado, através da divisão do trabalho. Todavia, essa relação social entre produtores só se efetua na forma de uma relação entre seus produtos, as mercadorias que eles compram e vendem. Assim, o caráter social do trabalho aparece apenas de modo indireto, nos valores dessas mercadorias, pelos quais, sendo todas igualmente materializações do trabalho, são as mercadorias comensuráveis. Dessa forma, os trabalhadores precisam ser transformados em mercadorias para serem trocadas, em um processo denominado de “reificação” (LUKÁCS, 1989). Essa metamorfose do ser social em coisa ou mais especificamente em mercadoria é a forma essencial do trabalhador⁶⁹.

Uma outra característica do fetichismo é inversão dos valores. Marx identificou que na sociedade capitalista, como um passe de “mágica”, o valor de troca adquirido pela mercadoria se sobrepõe ao valor de uso. Assim mesmo ocorre na agricultura, ou seja, há uma sobrevalorização do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa de base familiar. Enquanto a agricultura camponesa produz mais e emprega uma quantidade consideravelmente de força de trabalho, o agronegócio, além de produzir para o mercado externo, desemprega uma quantidade de força de trabalho.

Portanto, o fetichismo é uma relação criada para mistificar as relações sociais de produção, tendo como fundamento a objetivação da produção de riqueza e sua apropriação desigual. O resultado do fetichismo é a consolidação das relações desiguais de produção e apropriação do produto do trabalho, cujo objetivo é manter obscura as relações de exploração do trabalho e, assim, manter as taxas de lucro dos

⁶⁹ A forma aparente é um trabalhador que recebe aquilo que merece pelo seu dispêndio de trabalho. Contudo, o trabalhador não tem como desvendar, por si só, essa relação desigual que se estabelece se não for por meio do caráter classista.

capitalistas. Em última instância, o fetichismo se caracteriza pela “manutenção da ordem vigente” (BERMAN, 2001).

O fetichismo é o resultado da fusão da característica social com as suas configurações materiais. Desse modo, o valor parece inerente às mercadorias, ou seja, possui uma aparência natural a elas como coisas. Por intermédio do fetichismo elementar, qualquer coisa, ao desempenhar o papel de dinheiro – o ouro, por exemplo –, transmuta-se na verdadeira encarnação do valor; na concentração pura e aparente de um poder que é, de fato, social. Da mesma forma, no fetichismo do capital, as relações econômicas específicas que dotam os meios de produção da condição de capital são obscurecidas.

As forças que o capital comanda aparecem como se lhes pertencessem naturalmente. Este fato é uma aparência mistificadora, cuja expressão suprema é a capacidade que o capital tem de, mesmo sem empregar trabalho produtivo, gerar juros. Dessa maneira, as propriedades conferidas aos objetos do processo econômico mais as relações que produzem os objetos, como as relações de produção, verdadeiras forças que sujeitam as pessoas ao domínio deste processo, são como que uma espécie de máscara para as relações sociais, peculiares ao capitalismo, ou seja, são mistificadas, como se fossem relações naturais. Isso dá lugar às ilusões quanto à origem natural dessas forças. Entretanto, é importante mencionar que a máscara não é uma mentira, ou seja, não se trata de um elemento fantasmagórico, ainda que se expresse como tal. Dessa forma, é uma relação real, porém, mistifica a essência do fenômeno. Não é por acaso que o próprio Marx afirma que “se não houvesse necessidade de separar essência e aparência, até a ciência seria supérflua”. Apesar de recurso metodológico, está demonstrando que a aparência das relações sociais, dentro da sociedade capitalista burguesa, aparece como se fosse uma relação natural, sendo necessário seu desvelamento. Nesse sentido, as aparências que mistificam e deturpam a percepção espontânea da ordem capitalista são reais, pois, se estabelecem por meio das formas sociais objetivas que, simultaneamente, além de obscurecidas são determinadas pelas relações subjacentes. Desse modo, as relações capitalistas de produção se apresentam de forma disfarçada, por uma pseudoconcreticidade (Kosik, 2002), por um real falseado, uma verdadeira aparência, contudo, constituindo elementos reais mistificados. Diferentemente daquilo que preconizava a economia política clássica burguesa -

inclusive pelo vínculo classista dos intelectuais orgânicos -, Marx (2002) explicou que dentro da relação capital/trabalho, a realidade do trabalho social fica oculta por trás dos valores das mercadorias, ou seja, apesar de ser apenas o equivalente do valor da força de trabalho, as relações salariais que ocultam a exploração parecem ser um equivalente do maior valor que a força de trabalho em ação cria. Dessa forma, o que na verdade é social aparece como natural, ou seja, uma relação que é de exploração parece ser uma relação justa, pois, o trabalhador recebe um salário pela força de trabalho dispendida.

O fato da produção de soja não constituir um amplo processo de assalariamento rural tem feito muitos estudiosos afirmarem que não há proletarização ou subproletarização na agricultura. Assim sendo, tem-se denominado essa relação de assalariamento como sendo uma relação fetichizada, pois, não chega a efetivar um amplo processo de proletarização, uma vez que além de poucos postos de emprego e direitos sociais, o trabalho rural se caracteriza por relações de trabalho de cunho temporário. Na realidade, a produção agrícola brasileira, com raríssimas exceções, conseguiu criar um amplo processo de proletarização na agricultura, pois, além da própria natureza temporária das relações de trabalho, a resistência, a dinâmica da produção camponesa tem sido funcional à reprodução do sociometabolismo. Portanto, não se compreende este fenômeno como Ianni (2005). Segundo ele, o processo de

“transformação do escravo em operário, portanto, não foi um processo rápido, harmônico e generalizado. Precisou de quase um século para se desenvolver. [...] O proletariado, como categoria política fundamental da sociedade agrária brasileira, ocorreu na época em que se verificou a hegemonia da cidade sobre o campo, quando o setor industrial suplantou o setor agrícola (econômica e politicamente) no controle das estruturas de poder do país. Portanto, para compreender como aparece o proletariado rural brasileiro, como categoria política, devemos concentrar a nossa atenção nas décadas posteriores à revolução de 1930” [...] do ponto de vista da economia, a origem do proletariado rural depende da efetiva transformação do camponês em trabalhador livre assalariado, em vendedor e sua força de trabalho. Em outras palavras [...] a origem do proletariado rural depende da efetiva separação entre o produtor (o camponês) e a propriedade dos meios de produção. Talvez se possa dizer que a ocasião em que o proletário aparece de fato (como categoria econômica, social e política) é aquela em que já não possui, nem real nem imaginariamente, os meios de produção” (IANNI, 2005, pp.128-32)

Desse modo, entende-se que a condição indispensável para se proletarizar é a separação entre produtor e meio de produção, ou seja, não basta apenas ser

trabalhador é preciso fazer parte do trabalho produtivo, enquanto produtor coletivo. Ao analisar o processo de proletarização e subproletarização docente, Silva (2012) identificou que, ao invés da proletarização, tem havido um processo subproletarização como ocorreu no núcleo central do proletariado fabril e terciário, pois, este não pode ser compreendido apenas como um fenômeno de conversão dos trabalhadores em assalariados, mas como uma conversão do trabalho geral em uma atividade alienada/estranhada. Portanto, a proletarização é uma categoria em movimento, mas não pode ser caracterizada só pelo processo de assalariamento. Pressupõe a conquista de direitos sociais como parte dos processos de luta e organização, mas também inclui processo de alienação, em que a vida do trabalhador “não pertence mais a ele, mas sim ao objeto” (MARX, 2010, p. 81). Portanto, o processo de proletarização está diretamente relacionado à condição de produção de mais-valia. Sendo assim, o campesinato possui uma singularidade em relação às demais classes sociais ou frações de classe justamente pelo seu caráter autônomo em relação ao mercado, ou seja, tanto pode produzir valor de uso como de troca, para manutenção de sua subsistência⁷⁰.

No entendimento de Marx, um camponês ou qualquer pessoa que produz para seu sustento e de sua família, individualmente, não pode ser considerado trabalhador produtivo, pois, não está produzindo mais-valia. Para o capitalista, é necessário, em algumas circunstâncias, que o trabalhador esteja desvinculado do seu meio de produção – a terra -, para dessa forma, proletarizar-se e, conseqüentemente, produzir mais-valor para o capitalista. Além de recurso metodológico, por ser a unidade básica, a célula *mater* da sociedade capitalista, trata-se de compreender que aquilo que caracteriza as sociedades mercantis é a produção da mercadoria, a troca, portanto, de valor. O valor provém da exploração do trabalho alheio, da produção de mais-valia, como menciona Carcanholo (2005). Por outro lado, o sociometabolismo tem incorporado o camponês por meio de um processo de subsunção do trabalho ao capital. Por outro lado, o que difere a condição de camponês, além de sua autonomia frente ao mercado, é a sua consciência, como afirma Shanin⁷¹.

⁷⁰ Sendo assim, a propriedade camponesa representa uma condição essencial para o processo de manutenção da autonomia frente ao mercado e, conseqüentemente, ao processo de proletarização.

⁷¹ Não se trata aqui de estabelecer se há ou não um campesinato. No entendimento, o campesinato não somente existe, como tem se metamorfoseado ao longo do processo histórico.

No entanto, o fato do camponês participar da esfera da produção como fornecedor de força de trabalho para o capitalista, embora não o torne proletário, faz com que seja cada vez mais explorado, pois, embora lhe possibilite menores graus, a condição de autonomia não exime da exploração, tendo em vista que no processo de repartição da riqueza, não se apropriará do resultado da produção. Sua propriedade é apenas um refúgio. A autonomia camponesa é uma condição *sine qua non* da natureza camponesa. Por outro lado, o fato de possuir autonomia o torna menos explorado se comparado a um proletário, detentor apenas de sua força de trabalho.

Na Região Sul e Sudeste, onde há uma cadeia produtiva articulada à produção camponesa, o processo de exploração da força de trabalho camponesa pelas empresas nacionais ou multinacionais tem sido evidente. Neste contexto, a produção camponesa se articula à dinâmica capitalista, tendo em vista que a primeira produz para fornecer mercadoria à segunda. Por outro lado, nos estados onde o agronegócio não consegue gerar cadeia produtiva, como o Maranhão, o camponês sequer se articula à produção capitalista, pois, enquanto economia de enclave é baseada nos grandes projetos, que se caracterizam pela exportação de matérias-primas. O que tem havido é uma entrega brutal dos trabalhadores e trabalhadoras rurais às mais diversas formas de exploração do trabalho, particularmente fora do estado, nas mais distintas monoculturas.

Desse modo, a produção de soja tem constituído um processo de pseudoconcreticidade, ou aparente proletarização na agricultura, especialmente com a formação de um mercado de trabalho que, além da geração de poucos postos de emprego, forma também um contingente de força de trabalho temporário, sem vínculo e, muitas das vezes, sem direito e pouca organização política. Assim, a pseudoconcreticidade, no entender de Kosik (2002, pp. 13-5) se mostra como aspecto superficial das coisas, como manipulação que aparece como *práxis* fetichizada, ou seja, como mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, ou ainda, como o mundo dos objetos fixados, ou seja, como se as coisas fossem dadas naturalmente e não fossem produtos de uma construção social e histórica.

Diferentemente dos processos de proletarização que houve na indústria e setor terciário, na agricultura esse processo não seguiu da mesma forma, apesar das determinações econômicas, sociais, políticas e culturais. Ou seja, na agricultura, além

do trabalho ser de natureza temporária, os trabalhadores não tiveram conquistas trabalhistas para perdê-las, como ocorreu com os trabalhadores e trabalhadoras do setor fabril e do comércio.

Assim, enquanto a proletarização se caracteriza pelo assalariamento e conquista de direitos sociais e previdenciários, a precarização se caracteriza pela perda gradual ou abrupta de direitos já conquistados. Apesar de se contrapor às concepções da sociologia do trabalho europeia, cujo entendimento do processo de precarização perpassa pela queda do sistema fordista/taylorista, período em que houve uma conquista considerável de direitos por parte dos trabalhadores frente ao capital, Braga (2011) entendeu que o processo de precarização já ocorria simultaneamente à essa dinâmica, pois, mesmo em economias onde houve “pleno emprego”, conquistas trabalhistas e previdenciárias, havia uma grande massa de trabalhadores formada por imigrantes negros excluída e sem direitos. Desse modo, a categoria específica formada por operadores de telemarketing é a materialização do processo de precarização, sobretudo, no contexto de prevalência da dinâmica de reestruturação produtiva. Essas perdas são relativas àquelas que a classe trabalhadora, especialmente o operariado fabril, no final da década de 1970, teve, pois, além da perda dos direitos, o sindicalismo de base combativa deu lugar a um sindicalismo dócil e que luta apenas para a manutenção dos direitos e não por conquistas.

Conforme Alves (1999), uma das formas atuais que tem caracterizado o mundo do trabalho sob a mundialização do capital é o processo de subproletarização tardia caracterizada pela perda de direitos trabalhistas e previdenciários. No entanto, sua gênese não se dá apenas em setores tradicionais da indústria e das mais variadas áreas do setor de serviços mas, em setores modernos da produção capitalista e periféricos da classe trabalhadora, que tiveram conquistas. Deste modo, a subproletarização tardia é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria ou nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital. Nesse caso, tende a predominar o que se tem denominado de “informalização” nas relações de trabalho (um eufemismo para a nova precariedade do trabalho assalariado), conforme menciona Antunes (2006).

A exemplo daquilo que entende Antunes (2002; 2011), Singer (1981, p. 22) afirma que o subproletariado é formado por aqueles que “oferecem a sua força de

trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”. Dessa forma, o autor esclarece que critérios de ocupação e renda são importantes para entendimento da categoria subproletários. Assim sendo, menciona que aqueles que têm renda de um salário mínimo per capita e metade dos que tinham renda de até dois salários mínimos per capita compõem essa camada de trabalhadores. Desse modo, conclui que são “trabalhadores [que estão] destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes” (SINGER, 1981, p. 83). Ao analisar os trabalhadores fabris e do setor de serviços, Antunes (2006); Bihr (1998) e Goulart (2012; 2011) identificaram que o processo de subproletarização está diretamente ligado à perda dos direitos, baixos rendimentos e desorganização da luta sindical e trabalhista.

Machado (2009) entende como “subproletários” e “semiproletários”, os trabalhadores que estariam fora do núcleo da relação capital/trabalho, e define como subproletários os trabalhadores urbanos assalariados de baixa renda, autônomos de baixa renda e não-remunerados. O que diferencia o proletariado do “subproletariado” é sua inserção mais ou menos regular no mercado de trabalho, nível salarial e falta de organização política e sindical. Conforme Antunes (2002) o subproletariado é o “proletariado em tempo parcial”, ou seja, é aquele que exerce trabalho temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à ‘economia informal’ (ANTUNES, 2011).

Ao analisar o processo de conquista de direitos trabalhistas pelos sindicatos durante o regime de acumulação fordista/taylorista, Bihr (1998) entendeu que, além da perda de direitos, a subproletarização se caracteriza essencialmente pela ausência de proteção sindical e a tendência à individualização da relação salarial. Este entendimento é adequado, por tratar das condições do trabalhador no novo regime de acumulação capitalista, pois, demonstra como esta situação tem contribuído para o isolamento do trabalhador, tanto no que se refere à relação salarial - pela desassistência jurídica e sindical -, quanto pela perda da solidariedade, possível na intersubjetividade com os outros trabalhadores, que antes eram parceiros da mesma situação objetiva.

Uma definição mais apropriada da subproletarização deve levar em conta, em primeiro lugar, que este processo é uma tendência crescente vinculada às transformações no âmbito das formas de organização da produção capitalista como a reestruturação produtiva e o desemprego estrutural, especialmente no contexto de

globalização, conforme entende Pochmann (2001), pois, a atual divisão do trabalho, baseada no domínio do capital financeiro e políticas econômicas fundamentadas no processo de reprimarização, além de criar formas instáveis, aprofundam os graus de dependência. Ademais, precariza a materialidade da reprodução da força de trabalho, transformando em subproletário, todo trabalhador que depende da venda de sua força de trabalho de forma explícita, com o trabalho produtivo e a valorização do valor, ou de forma camuflada, com o trabalho improdutivo pela regulação do sistema de assalariamento, inseridos em condições precárias de trabalho e remuneração, instabilidade da atividade laborativa, jornadas ampliadas e direitos do trabalho negados. Dessa maneira, a competitividade entre os trabalhadores isolados, sem representação sindical e sem proteção trabalhista legal, leva a uma extrema individualização das ações que buscam minimizar a brutalização do trabalho diário, retirando da política e das entidades classistas, o seu papel. Por outro lado, a necessidade do aumento da renda pode levar à inserção em atividades ilícitas, não como atividade principal, mas secundária e periférica na vida destes trabalhadores. O crescimento do subproletariado criou uma “zona” intermediária entre o proletariado produtivo e/ou improdutivo, inserido nas relações contratuais de trabalho, conhecido como proletariado tradicional e o *lunpemproletariado*, que garante sua sobrevivência fora dos limites do sistema de assalariamento e das normas legais de “conduta”, vinculado prioritariamente à criminalidade e, conseqüentemente à violência social explícita. Enquanto o processo de proletarização se dá pela materialização do assalariamento e pela ampliação dos direitos sociais e previdenciários, a subproletarização se caracteriza pela perda gradual ou abrupta desses direitos.

Desse modo, a formação de um mercado de trabalho agrícola no Brasil é recente, apesar dos primeiros registros de assalariamento rural se darem com o ciclo do café, em meados do século XIX e início do século XX. Esse mercado só veio se efetivar a partir dos anos 1960, quando o capital se consolidou no campo, momento em que o Estado cria as condições necessárias para essa implantação. Quanto ao papel do Estado é importante destacar que este instituiu os mecanismos legais para formação de um mercado de trabalho agrícola, com a criação da Lei de terras, instituição de políticas fundiárias e financiamento. Desse modo, contribui consideravelmente para “ascensão do modelo agroexportador do agronegócio e suas conseqüências sociais e ambientais”, conforme entende Mesquita (2016). Outra ação

importante para materialização foi, em meados do século XX, a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural, além de uma série de políticas que inseriram na pauta política a agricultura, particularmente aquela de cunho mercantilista. Quanto à consolidação das relações capitalistas no campo é importante ressaltar que o adentramento do capital no campo não é recente. Remonta também aos ciclos econômicos, especialmente do café, mas só se efetiva com a criação dessas políticas que se gestaram a partir da subordinação da agricultura à indústria e abertura ao capital estrangeiro, a partir de meados do século XX.

Neste sentido, em um importante estudo sobre o mercado de trabalho assalariado no Brasil no período de 1992 a 2004, além da heterogeneidade tempo/espacial e as contradições que permeiam esse mercado, Baldasi (2007, p. 87), identificou que houve importantes avanços na qualidade do emprego na agricultura brasileira, principalmente no que se refere à carteira assinada, contribuição previdenciária e conquistas referentes ao aumento do rendimento médio mensal e a alguns benefícios recebidos como auxílio, sobretudo, aos trabalhadores permanentes. Assim sendo, prevalecem condições muito mais favoráveis para os empregados permanentes. Em relação aos temporários, acentuou aquilo que ele denominou de polarização entre essas duas categorias de trabalhadores (Baldasi, 2008). Conforme o autor, essa polarização se manifesta por um núcleo mais ou menos estável que possui alta qualificação profissional e um outro núcleo, consideravelmente mais numeroso e instável, formado por trabalhadores com baixa qualificação e condições de trabalho precárias.

Desse modo, os subperíodos de 1992-95 e 2001-2004 foram os mais favoráveis da agricultura brasileira, especialmente para os empregados agrícolas, conforme tabela 10. A desvalorização cambial e as exportações de *commodities* foram fatores que contribuíram para esse processo.

Tabela 10 - Pessoas ocupadas na agricultura brasileira - 1992-2004

		1992	1995	1998	2001	2004
Empregado Permanente	Urbano	874.269	882.638	729.913	733.984	805.296
	Rural	1.763.216	1.642.061	1.471.634	1.369.660	1.298.065
Empregado Temporário	Urbano	1.023.100	871.565	712.017	872.639	1.154.039
	Rural	1.161.131	1.104.491	1.041.428	1.028.619	1.193.551

Fonte: Elaborada por Baldasi (2007).

A tabela acima revela que o mercado de trabalho assalariado no Brasil permaneceu estável até o período de 2004. Enquanto de um lado, houve uma redução dos trabalhadores permanentes, do outro, houve um ligeiro aumento da contratação temporária. Na realidade, o aumento da mecanização, principalmente na cana-de-açúcar, reduziu muitos postos de trabalho na agricultura. Esse fato abriu espaço para as contratações temporárias e, conseqüentemente para os processos de reestruturação produtiva implementada a partir das políticas neoliberais. Por mais que tenha havido redução, Baldasi (2007) afirmou que os trabalhadores rurais assalariados tiveram conquistas no período de 1992 a 2004, especialmente no que se refere à carteira assinada.

“Enquanto os temporários rurais e urbanos tiveram apenas 4,8% e 14,2%, respectivamente, de carteira assinada em 2004, os permanentes rurais e urbanos tiveram 49,6% e 50,0%, respectivamente. Em 1992, os valores observados foram de 2,7% para os temporários rurais, 10,6% para os temporários urbanos, 36,8% para os permanentes rurais e 35,0% para os permanentes com residência urbana [...] Embora os temporários rurais tenham registrado importante ganho real no rendimento médio mensal no período analisado (30,2%), seus ganhos continuam muito distantes das demais categorias. Em 2004, eles recebiam, em média, R\$ 197,25 (preços reais de dezembro de 2005), contra R\$ 283,08 dos temporários urbanos, R\$ 364,53 dos permanentes rurais e R\$ 432,09 dos permanentes urbanos. Quanto aos auxílios recebidos pelos empregados (moradia, alimentação, transporte, educação e saúde), seus indicadores foram os que tiveram menor impacto nas melhorias registradas no emprego agrícola, pois o quadro observado no ano de 2004 não foi substancialmente distinto daquele registrado em 1992. Vale dizer, inclusive, que em algumas situações, houve até uma piora no recebimento dos auxílios” (BALDASI, 2007, p. 89).

Por mais que houvesse uma postura defensiva por parte das entidades sindicais, característica do período neoliberal, os processos de luta resultaram no aumento do trabalho com carteira assinada e, entre 1992 e 1995, o componente mais importante para a melhoria da qualidade do emprego foi o ganho real dos rendimentos. O autor ressalta que no subperíodo 2001/04, os trabalhadores permanentes tiveram maior ganho real. Ainda conforme Baldasi (2007), os empregados que receberam mais de um salário mínimo apresentaram desempenho significativo, embora tais participações ainda sejam muito discrepantes entre as categorias. Se por um lado, 27,7% dos trabalhadores temporários rurais recebiam mais de um salário mínimo mensal em 2004, em 1992 eram apenas 15,9%. No mesmo período, 38,2% dos trabalhadores temporários urbanos recebiam um salário mínimo (eram 26,3%, em 1992). Já 56,1% dos trabalhadores rurais assalariados permanentes recebiam esse

mesmo rendimento (eram 40,2%, em 1992) e 62,4% dos permanentes urbanos (46,8%, em 1992).

Ainda conforme Baldasi (2007), no período de análise houve aumento real dos rendimentos médios mensais de todas as categorias no período 1992-2004: 24,9% para os permanentes urbanos; 27,6% para os permanentes rurais; 23,1% para os temporários urbanos e 30,2% para os temporários rurais que, apesar do ganho, ainda continuam recebendo menos da metade do que recebem os permanentes urbanos. Além dos menores rendimentos, os temporários registraram perdas reais nos subperíodos 1995-98 e 1998-2001. É importante observar que entre 1995 e 2004 houve uma estagnação no rendimento médio mensal recebido pelos empregados temporários da agricultura brasileira. Um fator que concorreu para esse processo foi a intensificação das políticas neoliberais no país que, além da redução de investimentos estatais, flexibilizaram as leis trabalhistas, abrindo espaço para atuação mais incisiva do capital no campo.

No que diz respeito aos indicadores educação e auxílios, Baldasi (2007) mencionou que, apesar do aumento do número de alfabetizados entre os trabalhadores na agricultura, em 2004, a menor participação dos empregados alfabetizados foi observada entre os temporários rurais, com 73,0%, contra 58,8%, em 1992. Em geral, os empregados temporários são formados por analfabetos, ou seja, aqueles mais vulneráveis e que se submetem aos graus mais elevados de exploração. Por outro lado, houve aumento da participação dos empregados com oito anos ou mais de estudo em todas as categorias, com destaque para os permanentes urbanos, pois, enquanto em 1992, apenas 4,1% apresentavam esse índice, em 2004, 13,3% apresentavam. Desse modo, os trabalhadores que residem em áreas urbanas de um modo geral, possuem escolaridade mais elevada. Esse fato demonstra outra demanda antiga das lutas sociais que são as carências das políticas educacionais no campo.

O autor em destaque afirmou ainda que houve melhoria na participação dos empregados com jornada regular de até quarenta e quatro horas semanais, especialmente para os temporários rurais e urbanos, e na redução do trabalho infantil, cuja maior participação, em 2004, foi de 4,1% entre os temporários rurais (em 1995, esta participação atingiu 12,3%).

Com relação às conquistas dos trabalhadores rurais, Baldasi (2007) afirmou que no período 1992 a 2004, o auxílio moradia constituiu uma das mais relevantes

conquistas dos trabalhadores rurais assalariados, especialmente àqueles que compõem os empregados permanentes com residência rural, ou seja, 68,6% recebiam em 2004, seguido pelo auxílio alimentação (31,8%). Os auxílios alimentação, transporte e moradia constituem relevantes participações aproximadas para os permanentes urbanos, com maior destaque para o primeiro (40,4%, em 2004); ressalta-se que o auxílio alimentação é o mais expressivo para os temporários rurais (23,3% dos empregados recebiam, em 2004); o auxílio educação é inexpressivo em todas as categorias e o auxílio saúde têm maior relevância para os empregados permanentes urbanos e rurais (6,9% e 6,1%, respectivamente, o recebiam, em 2004).

Desse modo, o mercado de trabalho que já se revela caprichoso aos trabalhadores em geral, apesar das contradições, se mostra com um conjunto maior de contradições, especialmente aos trabalhadores de origem rural que vendem sua força de trabalho sazonalmente. Por outro lado, se levado em consideração o processo de exploração, os empregados rurais permanentes, aqueles residentes em cidades possuem apenas melhores condições de emprego, se comparado aos trabalhadores rurais temporários, ou seja, os trabalhadores urbanos foram aqueles que apresentaram as maiores conquistas, enquanto os temporários rurais foram os que tiveram as menores conquistas em todos os indicadores.

Dessa forma, enquanto o processo de proletarização se dá pela conquista de direitos trabalhistas, previdenciários e organização social em entidades classistas, o processo de subproletarização caminha no sentido inverso, ou seja, é a perda abrupta ou sensível de direitos. Por isso, tem-se afirmado que na agricultura por não ter havido, nem ampla conquista desses direitos, nem formas de organização dos trabalhadores, o processo de proletarização apresenta-se como sendo uma relação fetichizada. Desse modo, o que tem havido é um processo de exploração do trabalho, pois, os grandes projetos tem caracterizado a dinâmica produtiva do campo maranhense, particularmente por um assalariamento temporário, têm sido importantes para reprodução da exploração da força de trabalho na produção de soja.

3.4. A sazonalidade do assalariamento rural como mecanismo de reprodução da exploração da força de trabalho na produção de soja em Balsas/MA

Nesta seção analisou-se a sazonalidade do trabalho rural como condição necessária para exploração da força de trabalho na produção de *commodities*. Desse modo, verificou-se a partir dos dados produzidos pelo CAGED, que o trabalho agrícola em lavouras temporárias, como a produção de soja, é essencialmente temporário. Esse fato caracteriza o trabalho desenvolvido na produção de soja como um trabalho precário em sua essência, ou seja, sua natureza já é precária.

A sazonalidade do trabalho agrícola que se estabelece por meio de uma relação de trabalho totalmente instável, dada essencialmente em um determinado período do ano, especialmente no período de safra, constitui fundamentalmente o elo do processo de fetichismo da proletarização na produção de soja.

Conforme Baldasi (2007), os indicadores formalidade, rendimento, jornada de trabalho e conquista de direitos, que ocorreu no processo de assalariamento na produção de soja, houve melhoria nas condições de emprego de todas as categorias, com exceção dos temporários rurais. Em termos gerais, no Brasil, os empregados permanentes que residem na zona urbana tiveram aumento no rendimento de 65,3% e de formalidade do emprego. Em 2004, 91,3% recebiam mais de um salário mínimo por mês (eram 70,7%, em 1992). Quanto ao grau de formalidade houve aumento. De 45,0% em 1992, passou para 62,9% em 2004, na participação dos empregados com registro em carteira e com contribuição para a Previdência Social. No nível educacional, os destaques positivos foram o aumento da participação dos empregados alfabetizados (de 87,7% em 1992, para 92,6%, em 2004) e o crescimento dos empregados com oito ou mais anos de estudo (de 1,3%, em 1992, para 15,1%, em 2004).

Ainda conforme Baldasi (2007), os empregados permanentes rurais tiveram um progresso mais modesto no período, principalmente no rendimento médio mensal (2,5%). Aumentou também a participação daqueles que recebiam mais de um salário mínimo por mês, de 69,2% em 1992, para 86,9% em 2004. A dinâmica de fiscalização, a jornada regular de trabalho e eliminação do trabalho infantil concorreram para esse processo. Em 2004, apenas 20% dos empregados trabalhavam até 44 horas semanais, enquanto que o restante (80%) trabalhava acima

da jornada máxima de trabalho, o que indica um fortíssimo grau de exploração da força de trabalho na produção de soja (e isso vale para todas as categorias de empregados), que caracteriza para a OIT, como trabalho escravo.

Baldasi (2007) também afirmou que os trabalhadores temporários urbanos registraram avanços nos indicadores, rendimento e auxílios recebidos. Houve ganho real de 54,2% no rendimento médio mensal e aumento importante dos empregados que recebiam mais de um salário mínimo (65,2% em 2004, contra 34,8% em 1992). Nos auxílios, houve aumento na moradia, alimentação, transporte e saúde. Os temporários rurais tiveram perdas em todos os indicadores, exceção para o rendimento que se manteve estável. O único subperíodo que houve algum avanço na qualidade do emprego foi o de 2001-2004.

Conforme dados da CONTAG⁷²(2015), no Brasil, dos mais de 25 milhões de pessoas que trabalhavam no campo, cerca de 4,8 milhões são trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados (CENSO, 2010). Destes, cerca de 3,2 milhões trabalham em situação de informalidade, representando um índice de 64,9%, conforme dados da PNAD (2009). São esses elementos que constituem o “fio invisível” da produção, conforme entende Tavares (2002). A maioria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariadas se concentra localizada na Região Norte: 84,3%; Nordeste, com 79,1%, Região Sul: 58,4% Região Sudeste: 51,4% Região Centro-Oeste: 46,9%.

Ainda conforme estudos apontados pela CONTAG (2015), a grande maioria dos trabalhadores rurais assalariados possui apenas 4 anos de estudo, ensino fundamental (Ensino Fundamental Menor). Em geral, o trabalho da produção de *commodities* é aquele desempenhado por meio de máquina e que não exige especialização; é a atividade desempenhada por trabalhadores com níveis baixos de escolaridade, e reduzidos salários, pois, como constatado por meio de dados da PNAD (2009), um trabalhador rural possui salários até 1/3 mais baixo do que trabalhadores da cidade. Enquanto o trabalhador urbano recebe em média R\$ 1.086,80, o trabalhador rural recebe R\$ 377,00 (PNAD, 2009). No campo, é possível afirmar que há uma desvalorização ainda mais acentuada do trabalho manual em relação ao trabalho intelectual. Aliás, é importante afirmar que essa não é uma

⁷² Dados emitidos pela CONTAG. Os números dos assalariados rurais. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=385&ap=1&nw=1>. Acesso em: 06 de nov. 2015.

exclusividade do campo, mas de toda sociedade capitalista, cuja lógica de reprodução da divisão do trabalho perpassa pela intensificação da dualidade estrutural entre trabalho manual e intelectual. Os dados revelam também que há ainda uma subvalorização do trabalho rural em relação ao trabalho urbano, ou seja, não é à toa que o debate entre cidade e campo está no centro da divisão social do trabalho.

É possível afirmar que a maioria dos trabalhadores rurais empregados é composta por homens, representando 70% do total dos assalariados(as). Dados também comprovam que a exemplo dos assalariados urbanos, as mulheres também são mais exploradas do que os homens, pois, além dos rendimentos inferiores, os salários das trabalhadoras rurais são inferiores àquelas trabalhadoras urbanas nas mesmas condições de escolaridade.

Além da baixa remuneração é importante destacar que apesar do governo brasileiro ter se comprometido com a erradicação do trabalho escravo, percebe-se que esta relação de trabalho ainda está presente dentro das fazendas, lavouras, pecuária e demais atividades que integram a agricultura, especialmente aquela voltada para o processo de mercantilização.

Portanto, em linhas gerais, pode-se afirmar que o trabalhador rural assalariado é aquele oriundo da zona rural expropriado; residente em áreas rurais, mas que não retorna para o campo para produção familiar; possui baixa escolaridade (estudou no máximo 8 anos) e, além da desgraça da informalidade, é caracterizado pela baixa remuneração e expectativa de vida. Também é pouco assistido pelas entidades sociais classistas, de um modo particular os sindicatos; trabalha sob o processo de vigilância (coagido), sem falar da privação da família e grupos sociais. Em geral, aqueles que possuem folga, visitam suas famílias a cada 15 dias. Aqueles provenientes de outros estados permanecem a maior parte do tempo confinado apenas às atividades laborais, especialmente se estas atividades se derem em locais distantes das principais cidades, como Balsas. É um trabalhador cerceado do direito de fala, tanto em seu local de trabalho, como fora dele. Quanto ao processo de vigilância por parte dos empregadores em relação aos trabalhadores é possível afirmar que a organização das relações de trabalho na produção seja distinta da extração de madeira, segue os mesmos princípios, especialmente no que diz respeito ao processo de vigilância.

Ao analisar a devastação da Amazônia pelo capital, por meio da extração da madeira, Picoli (2006) identificou que há um intenso processo de exploração da força de trabalho nessa atividade. Esse processo se efetiva por meio de formas consideráveis de coerção, por parte dos proprietários dos meios de produção, pois, esta atividade já constitui, por si só, uma prática ilegal e, nessas condições, trata-se de “territórios ilegais”. O resultado é a transferência dessas relações de produção ilegais para o trabalhador que é a maior vítima desse processo. Apesar das distinções, o caso é muito parecido à produção de soja, especialmente naqueles territórios mais distantes aos “olhos⁷³” do Estado e entidades sociais classistas.

É importante ainda mencionar que o processo de mecanização e tecnificação da produção também é um debate antigo e vem desde o ludismo⁷⁴, conforme menciona Huberman (1981) e não é exclusivo da agricultura, embora nessa atividade produtiva encontre menos resistência. No Maranhão, a quantidade de trabalho assalariado é baixa conforme demonstra a tabela 11.

Tabela 11 - Força de trabalho assalariada na agricultura no Maranhão, 2006.

Total	Empregados permanentes	Empregados temporários	Empregados parceiros	Empregados em outra condição
192.155	22.272	163.903	4.574	1.406

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Por mais que os dados oficiais constatem que houve aumento do assalariamento, sobretudo, em sua forma menos precarizada, que é o trabalhador permanente, residente em cidades e zona rural, o mesmo não se pode afirmar dos trabalhadores temporários, especialmente aquele originário da zona rural. Este, por sua vez, é submetido às mais precárias condições de trabalho. Assim sendo, é possível afirmar que a origem, a situação social e as condições subjetivas (formação, escolaridade, organização política, etc.) são essenciais para que os trabalhadores

⁷³ Por olhos do Estado, entenda-se os órgãos fiscalizadores, reguladores e repressores.

⁷⁴ O ludismo ou *luddismo* foi um movimento organizado pela classe operária durante a Revolução Industrial na Inglaterra, no início do século XIX. Uma das principais bandeiras do movimento era o posicionamento contra o processo de mecanização do trabalho. O advento da mecanização fez com que uma parte substancial da classe trabalhadora fosse liberada para compor o exército de reserva, resultando em altos índices de desemprego. A reação por parte da classe trabalhadora consistiu na quebra das máquinas, já que a mesma representou a superação do trabalho manual numa proporção bastante expressiva.

rurais assalariados se submetam à exploração via assalariamento rural. Quanto mais pauperizados, menores as taxas de escolaridade e expectativas de emprego, mais precárias são as condições de trabalho do assalariado rural. Nesse caso, a origem do trabalhador está diretamente relacionada ao fenômeno da superexploração da força de trabalho. Embora as origens dos trabalhadores rurais sejam diversas, o fato dos empregadores optarem pelo emprego de força de trabalho de outras localidades (municípios) e outros estados é uma forma usada para garantir maiores taxas de exploração, tendo em vista que o trabalhador tende a permanecer mais tempo no local de trabalho. Neste caso, o espaço geográfico constitui um elemento determinante para o processo de assalariamento rural/superexploração da força de trabalho rural, na medida que os trabalhadores precisam se deslocar para outras municipalidades para submeter-se às mais precárias condições de trabalho.

Assim sendo, é importante destacar que os trabalhadores rurais assalariados são geralmente originários da zona rural, sem-terra, que possuem baixa escolaridade e poucas perspectivas, tanto na produção camponesa, como aquele que encontra dificuldades de venda de sua força de trabalho no próprio campo onde reside ou mesmo trabalhadores urbanos que se encontram nas mesmas condições de vulnerabilidade social, como aponta Schwarz (2008) e Umbelino (2014). É importante ressaltar que no período de entressafra, os trabalhadores assalariados, além de produzirem roças para garantir o sustento familiar nesse período, grande parte desses trabalhadores temporários acaba se submetendo às mais precárias condições de trabalho em lavouras nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, São Paulo, etc.

Por mais que a dinâmica envolvendo a superexploração da força de trabalho ocorra em grande parte das categorias de trabalhadores que estão localizadas próximo às instituições estatais que fiscalizam o trabalho (MTE, Polícia Federal, etc.), os trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais são, por excelência, os mais vulneráveis à exploração, pois, além da distância da residência, o confinamento nos alojamentos, a distância do Estado por meio dos órgãos de fiscalização (MTE e Polícia Federal), a exemplo do isolamento espacial das áreas produtoras, assim como a perda da terra faz com que os trabalhadores se submetam às condições ainda mais degradantes de trabalho.

Quanto ao isolamento espacial é importante destacar que este processo é um elemento potencializador no que diz respeito à exploração do trabalhador rural, uma

vez que, além de dificultar a saída dos trabalhadores que exercem suas atividades laborais de forma forçada, garante maior exploração do trabalhador. Desse modo, é por isso que o espaço de produção de *commodities* precisa ser entendido no contexto da produção capitalista como aquele “da produção e reprodução do capital”, como entende Lefebvre (2006) e, contraditoriamente o espaço de produção de desigualdades e de exploração da força de trabalho.

Apesar de ainda existirem trabalhadores mais explorados, inclusive onde há uma concentração dos órgãos fiscalizadores, nas regiões produtoras de *commodities*, o processo de exploração é significativamente intenso. Neste contexto, o espaço impõe condições de vulnerabilidade ao trabalhador, tanto aquela de ordem social, econômica, etc., como aquelas de ordem territorial. Assim sendo, as espacialidades de maior vulnerabilidade social, como as municipalidades do Maranhão, além de concentrarem as menores taxas de desenvolvimento humano, são áreas potencialmente vulneráveis à exploração do trabalho e com elevados graus de expulsão.

As origens dos assalariados rurais são diversas, em geral, de outros municípios e estados. Apesar da iniciativa dos STTRs da regional de Balsas por meio dos acordos e comissões de negociação para contratação da força de trabalho local, as empresas produtoras de *commodities* têm contratado força de trabalho de outros locais, por meio da terceirização, objetivando manter os trabalhadores nos alojamentos e, com isso, garantir maiores taxas de mais-valia. A preferência dos empregadores pela contratação de força de trabalho de outras municipalidades e de outros estados se deve ao fato de manutenção de maiores taxas de exploração. A permanência nos alojamentos dos locais onde realizam suas atividades laborais, além de expor os trabalhadores às precárias condições de moradia, alimentação, descanso, etc.⁷⁵ possibilita maior exploração da força de trabalho. O fato de permanecer no alojamento nos períodos de realização das atividades laborais permite, ao empregador aumentar as taxas de reprodução do capital, especialmente pela ampliação da jornada de trabalho que, em muitos casos, se estende para mais de 10 horas por dia, inclusive sem que sejam pagas horas extras. É importante registrar que

⁷⁵ É importante ressaltar que, apesar de algumas unidades produtivas manterem uma estrutura produtiva, como, academia, refeitório, clube e creche, muitas não possuem condições mínimas para manutenção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Assim, mantém relações trabalhistas em condições precárias, particularmente aqueles trabalhadores que ainda vivem na zona rural e que se submetem às condições mais degradantes de trabalho.

esse aumento da jornada de trabalho se dá de forma forçada pelos empregadores, entretanto, como o salário é baixo e os custos de vida são elevados, os trabalhadores acabam extrapolando a jornada normal diária de trabalho para aumentar o salário por meio das horas extras, quando realmente são pagas. Em muitos casos, os trabalhadores assalariados não possuem controle da jornada de trabalho, pois, em geral, as unidades de produção que possuem mais de dez funcionários precisam adotar o ponto eletrônico, porém, muitas não cumprem aquilo que reza a legislação.

As condições de trabalho constituem um elemento importante na análise, pois, entende-se que apesar dos avanços quanto à redução da exploração da força de trabalho, especialmente a partir da intensificação da fiscalização por parte das instituições, essa dinâmica ainda é uma regra na realidade dos monocultivos, especialmente daqueles trabalhadores de origem rural. Assim sendo, muitos trabalham além da sua capacidade, pois, o controle da jornada de trabalho é deficitário.

Analisando o processo de exploração da força de trabalho no Brasil, particularmente no contexto neoliberal, Araújo (2011) entende que, apesar da manutenção da exploração se dá no mesmo patamar entre 2005 a 2007, no período anterior, particularmente com o aprofundamento do contexto neoliberal, a exploração do trabalho se deu de forma mais significativa, especialmente no contexto de transferência de recursos para os países do centro do capitalismo. Essa dinâmica não menciona as transferências de recursos originários da divisão internacional do trabalho, como royalties, etc.

As jornadas de trabalho são elevadas. Além de suas atribuições, chegam a realizar todas as atividades laborais do espaço da produção, desde aquelas que exigem qualificação, àquelas que exigem maior emprego de trabalho manual. Neste contexto, as revoluções técnico-científicas sempre têm sido importantes para transformação da organização do trabalho, conforme menciona Braverman (1987). De um lado, é importante mencionar que a distância existente entre trabalho manual e intelectual imposta pela divisão social do trabalho, base da sociedade capitalista, aprofunda as relações de trabalho na sociedade, de outro, acentua a exploração que se expressa na ampliação das jornadas e inserção de máquinas com capacidade extraordinária de produção.

Embora não seja suficiente, a jornada de trabalho é um elemento importante para analisar a superexploração do trabalho na agricultura. Nesse sentido, é composta, segundo Marx (2002) pelo trabalho necessário, aquele suficiente para o trabalhador produzir e se reproduzir socialmente e pelo trabalho excedente, aquele apropriado pelo capitalista. É sobre esta parte do trabalho e, portanto, da jornada de trabalho que é extraída a mais-valia. O autor afirma ainda que, em virtude do processo de alienação, o trabalhador não percebe essa divisão, tampouco que é explorado. Sendo assim, é importante observar que a inserção da tecnologia tem intensificado o tempo e ritmo de trabalho e, além de possibilitar maior produção, gera maior extração de lucro. Dessa forma, os ritmos de exploração do trabalho são consideravelmente mais elevados nos países de economia periférica, pois, além dos salários mais baixos, os direitos sociais (trabalhistas e previdenciário) não se ampliaram, a jornada de trabalho é consideravelmente mais elevada.

Tabela 12 – Jornada de trabalho semanal em países selecionados – 1980-2003

Países	1992	1994	1998	2000	2001	2002	2003
Austrália (1)	35,5	36	35,7	35,6	35,2	34,9	34,8
Alemanha (1)	39,0	38,3	39,8	39,8	40,8	41,5	40,8
Canadá (1)	30,8	31,2	31,4	31,6	31,6	31,9	-
Coréia (2)	47,5	47,4	45,9	47,5	47,0	46,2	-
Espanha (2)	36,8	36,8	36,7	35,9	35,9	35,7	35,4
EUA (2)	40,5	41,0	40,6	41,0	40,6	40,5	42,6
França (2)	39,1	39,9	39,8	39,0	38,4	38,3	38,6
Israel (2)	36,7	37,4	37,1	37,8	36,9	37,3	37,0
Japão (2)	44,1	43,2	42,3	42,7	42,2	42,2	42,0
Noruega (2)	34,9	35,0	35,3	35,1	34,9	34,8	34,6
R. Unido (2)(3)	40,0	40,1	40,2	39,8	39,8	39,6	39,6
Suíça (2)	36,1	36,1	36,2	36,4	36,2	35,6	35,6
Itália (2)	-	39,5	39,4	39,3	39,3	38,2	38,3

FONTE: OIT, Anuário de Estadística del Trabajo. In: laborsta.ilo.org (1) horas remuneradas. (2) Horas trabalhadas. (3) Exceto Irlanda do Norte.

Com exceção de alguns países, enquanto a jornada média semanal na maioria dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE em 2003, já era inferior às 39 horas, no Brasil, conforme dados do IPEA (2010), a jornada média de trabalho ainda era de 39,4 horas semanais. Dados do mesmo relatório demonstram que 41,7% dos trabalhadores da agricultura

trabalham acima de 44 horas semanais⁷⁶. Embora a jornada de trabalho no Brasil não seja mais elevada que aquela dos países do centro dinâmico do capitalismo, é importante destacar que as maiores jornadas médias foram registradas no setor de serviços.

Ao realizar um estudo sobre a expansão do monocultivo na Amazônia Mesquita (2015) identificou que houve intensas transformações na ocupação da força de trabalho assalariada e não assalariada. Essas transformações estão relacionadas ao tipo de exploração, à atividade e o tamanho da área explorada. Com base em dados do Censo agropecuário de 2006, o autor identificou que 12,8 milhões de pessoas estão ocupados na agricultura camponesa e 3,7 milhões estão ocupados na agricultura empresarial como assalariados (permanente ou temporário).

Ao analisar a relação existente entre ocupação e área dos estabelecimentos, o autor identificou que os estabelecimentos com as menores áreas são os que mais empregam. Aqueles com menos de 5 ha empregam 4,9 milhões, enquanto aqueles com área entre 5 a 100 ha empregam 8,15 milhões. Já aqueles com mais de 100 hectares empregam apenas 3,5 milhões. Apesar da expansão do capital no campo, o trabalho familiar prevalece (78%). Essa prevalência também está associada à baixa qualificação e redução da formalização com previdência social.

Mesquita (2015) ao analisar os aspectos gerais da ocupação da força de trabalho na Amazônia identificou que 91,3% dos estabelecimentos compõe a agricultura de base familiar, concentrando 86,5% da força de trabalho. Enquanto 48,65% da população ocupada é formada pelos proprietários, os não-proprietários (arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem-terra) representam 51,35%. Os arrendatários possuem 10,6%, os ocupantes e os produtores sem área ficam cada um com 16% (IBGE, 2006).

No que diz respeito à distribuição da força de trabalho por atividade econômica, o autor em tela ressalta que 54,5% da força de trabalho estão ocupados na lavoura temporária, enquanto que 30,5% estão na pecuária e criação de outros animais. O proprietário encontrado na lavoura temporária (20,4%) e na pecuária (22,7%) é quem mais demanda mão de obra, já que, nesse período, cerca de 43%

⁷⁶ O teto máximo permitido pela Organização Internacional do Trabalho, OIT é de 44 horas, a jornada semanal de trabalho semanal. A partir das 44 horas semanais se caracteriza superexploração. Mesmo com o amparo do direito, trabalhadores assalariados da agricultura capitalizada, trabalham além da jornada de oito horas diárias e 44 horas semanais.

dessa mão de obra se originam deles, enquanto os ocupantes nas mesmas atividades respondem por 14% e os produtores sem área respondem por 10,5%. Com relação à distribuição da força de trabalho pelos estabelecimentos, conforme a área, percebe-se que 62,5% se concentra nos pequenos estabelecimentos (0 a menos de 50 hectares). Enquanto nos estabelecimentos de 50 a 200 hectares há 14%, naqueles com mais de 200 hectares há 7,3%. Aqueles que possuem mais de 1.000 hectares, empregam o equivalente a 1,7% dos trabalhadores e trabalhadoras.

O autor em destaque ressalta ainda que, apesar de gerar uma grande quantidade de riqueza, apenas 6% do total do Estado estão ocupados nos monocultivos de soja (Sul do Maranhão) e eucalipto (Oeste do Maranhão). A microrregião de Imperatriz é mais representativa que a microrregião de Gerais de Balsas. O trabalho familiar predomina em Imperatriz (79%). O trabalho assalariado também é maior nesta microrregião (21%). Contudo, nos municípios-polo, Balsas concentra 6.900, contra 4.900 em Açailândia. Em termos relativos, o trabalho assalariado em Balsas corresponde a 28,5%, e em Açailândia a 21,5%. Apesar do aumento do assalariamento, 2/3 da população está ocupada na agricultura camponesa de base familiar.

Segundo Mesquita (2015), dados do Ministério do Trabalho (RAIS), constatam o crescimento do assalariamento com (carteira assinada). Na agropecuária cresceu nos últimos 15 anos: de 6 mil em 1995, saltou para 18 mil em 2010. Entre 2006 e 2010, o emprego no setor agropecuário saltou de 14.300 para 17.900 postos de trabalho, aumento de 25% em cinco anos (média de 4,5% ao ano). Duas atividades (agricultura, pecuária e serviços relacionados; e produção florestal) se sobressaem nessa ocupação recente do trabalho formal, sendo que em 2006 a primeira ocupou mais de 2/3 dos empregos e, em 2010 sobe para 71,3%. Em seguida, com 29% em 2006, vem a produção florestal que, em 2010, recua para 27% do total gerado no ano.

Além de identificar que a produção de soja emprega uma quantidade reduzida de trabalho, por ser uma atividade altamente mecanizada, os trabalhadores assalariados da produção agrícola não estão distantes das atividades laborais que exigem intensos graus de dispensa de atividade física, tampouco, exposição a produtos químicos (agrotóxicos, etc.). Além do baixo índice de ocupação e apesar da grande produção de *commodities* agrícolas, o município de Balsas e aqueles que produzem soja se caracterizam por empregos temporários, conforme dados

fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, MTE (tabelas 13, 14, 15, 16, 17, 18).

Tabela 13 – Admissões e demissões em Balsas, 2007 a 2015.

Movimentação agregada	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Admissões	1.047	1.870	1.415	1.560	1.980	2.099	2.284	2.055	1.849
Desligamentos	834	1.697	1.629	1.680	1.853	1.941	2.271	2.141	1.698
Varição Absoluta	213	173	-214	-120	127	158	13	-86	151

Fonte: MTE, CAGED, 2015.

Tabela 14 – Admissões e demissões em Tasso Fragoso, 2007 a 2015.

Movimentação agregada	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Admissões	661	1.185	1.155	1.210	1.204	1.216	1.069	876	836
Desligamentos	626	1.011	1.257	1.277	1.098	1.140	1.138	828	730
Varição Absoluta	35	174	-102	-67	106	76	-69	48	106

Fonte: MTE, CAGED, 2015.

Tabela 15 – Admissões e demissões em São Raimundo das Mangabeiras, 2007 a 2015.

Movimentação agregada	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Admissões	200								
Desligamentos	7								
Admissões	2.369	127	25	53	70	1.587	61	70	78
Desligamentos	2.231	105	87	33	64	1.711	45	61	55
Varição Absoluta	138	22	-62	20	6	-124	16	9	23

Fonte: MTE, CAGED, 2015.

Tabela 16 – Admissões e demissões na Microrregião Gerais de Balsas, 2007 a 2015.

Movimentação agregada	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Admissões	200								
Desligamentos	7								
Admissões	2.160	3.490	2.887	3.163	3.600	3.843	3.725	3.311	2.970
Desligamentos	1.790	3.155	3.262	3.340	3.325	3.581	3.899	3.281	2.652
Varição Absoluta	370	335	-375	-177	275	262	-174	30	318

Fonte: MTE, CAGED, 2015.

Tabela 17 – Admissões e demissões na Microrregião Chapada das Mangabeiras, 2007 a 2015.

Movimentação agregada	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Admissões	2.607	347	284	442	417	1.962	501	567	546
Desligamentos	2.562	320	376	370	346	1.960	410	437	465
Variação Absoluta	45	27	-92	72	71	2	91	130	81

Fonte: MTE, CAGED, 2015.

Tabela 18 – Admissões e demissões em Açailândia, 2007 a 2015.

Movimentação agregada	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Admissões	2188	5452	5666	4485	5805	6105	4510	2137	2289
Desligamentos	2488	6324	5751	4857	3777	5538	6318	2920	2676
Variação Absoluta	-300	-872	-85	-372	2028	567	1808	-783	-387

Fonte: MTE, CAGED, 2015.

Conforme dados do MTE (2015), no período de janeiro de 2011 ao mesmo período de 2015, Balsas contratou um total de 9,81% dos trabalhadores assalariados na agricultura do Estado do Maranhão e demitiu 9,33% do total do Estado. Chama atenção que o processo de contratação temporária por tempo determinado representa 31,48% do estado, assim como o processo de demissão por contrato de trabalho determinado representa 38,75% do estado. Sendo o número de empregos formais no mesmo período relativo a 9,8% do estado. Os dados refletem a aparente proletarização da agricultura em Balsas, pois, a atividade ao invés de formação de um mercado de trabalho, constitui uma atividade produtiva temporária.

É possível verificar que as tabelas acima confirmam que, diferentemente daquilo que o senso comum afirma, em Balsas e nas municipalidades produtoras de soja, a geração de emprego formal (temporário e permanente) é insignificante, pois, além de altamente mecanizada, a produção de soja é uma atividade sazonal, porém, ressalta-se que apenas uma unidade produtiva do grupo Parnaíba, possui mais de 200 trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariadas no período de safra (contrato de safra), devendo esse número ser reduzido mais da metade no final do período de entressafra, que vai de maio a outubro.

Conforme cálculos do SindiBalsas, a porcentagem da composição da força de trabalho no cultivo de soja no sul do Maranhão é de 70% de trabalhadores

permanentes; 20% de trabalhadores contratados em regime horista nos períodos de plantio e colheita; e apenas 10% de terceirizados pelas empresas agrícolas. Contudo, dados do MTE/CAGED (2015), confirmam que mais de 50% dos empregos no sul do estado são temporários. Nesse sentido, é importante ressaltar que, ou a contagem dos órgãos oficiais está equivocada, ou as empresas estão omitindo informações sobre o quantitativo de funcionários, registrando uma quantidade inferior de trabalho ou mantendo trabalhadores em condições de trabalho escravo.

Enquanto a força de trabalho mais qualificada vem de fora do estado, geralmente do Paraná, Santa Catarina e outros estados onde a formação no agronegócio é considerável, o trabalho manual vem tanto da municipalidade de Balsas, quanto de outras municipalidades e outros estados, especialmente de municipalidades com graus mais elevados de pauperização e vulnerabilidade social.

Desse modo, mesmo onde há sinais de modernização, a quantidade de emprego com carteira assinada na agricultura não é elevada, sendo insuficientes para criar arranjos produtivos, ao contrário daquilo que mencionou Cunha (2015). Tais atividades dependem do grau de integração de cadeias produtivas, pois, o Maranhão como se trata de uma economia de enclave não há desenvolvimento dessas cadeias. Por outro lado, é importante observar ainda que conforme dados do MTE, o município maranhense com maiores índices de assalariamento rural é Açailândia, na microrregião de Imperatriz, devido especialmente à pecuária bovina de corte e a silvicultura (produção de eucalipto para celulose e carvão para a produção de ferro-gusa), conforme menciona Azar (2013). Por outro lado, é importante mencionar que o agronegócio, apesar do baixo quantitativo de força de trabalho, em virtude do processo de mecanização agrega um quantitativo baixo e sazonal de assalariamento. Essa é a concepção da agricultura capitalista mecanizada caracterizada pelo aumento considerável da composição orgânica do capital, que se dá na relação direta da redução da força de trabalho e aumento máximo do capital constante e, conseqüentemente aumento da mais-valia⁷⁷. É importante ressaltar que se por um lado, em números relativos, a força de trabalho com carteira assinada empregada na soja é reduzida, se comparada à realidade maranhense, onde existem poucos postos de trabalho com carteira assinada na agricultura, por outro, em termos absoluto, a

⁷⁷ Esta, de acordo com Marx, é a lei objetiva da reprodução capitalista. A reprodução ampliada do capital é condição indispensável para existência do capital.

quantidade de emprego com carteira assinada na agricultura é baixa, se considerado o excedente de força de trabalho existente desempregada ou que trabalha na agricultura camponesa de base familiar no estado que representa aproximadamente mais de 800 mil trabalhadores, conforme menciona Carneiro (2008).

Por outro lado, se a quantidade de força de trabalho com carteira assinada na agricultura é mais elevada nas regiões de pecuária e silvicultura, o mesmo não se pode afirmar da quantidade da força de trabalho empregada na agricultura da soja. É importante observar também que o fato do assalariamento da atividade pouco contribuir para que haja formação de um mercado mais amplo de assalariamento, ou seja, o agronegócio da região de Balsas, diferentemente da região produtora de cana de São Paulo (Ribeirão Preto), e demais estados onde há um desenvolvimento de uma cadeia produtiva, não tem condições de criar um mercado de trabalho para a agricultura. Na realidade, esse processo independe do local e sim das circunstâncias da produção capitalista.

Em virtude dessas condições, tem-se chamado esse fenômeno de aparente proletarianização, pois, além da quantidade reduzida de força de trabalho, esta se dá especialmente em um determinado período do ano: apenas nos períodos de plantio e colheita, ou seja, limitando-se a um contrato temporário, conforme Medida Provisória 2164/41 de 24 de agosto de 2001 que, além de alterar a Consolidação das Leis Trabalhistas, CLT, inserindo o trabalho em tempo parcial, suspensão do contrato e qualificação profissional é responsável pela flexibilização das relações de trabalho no campo. É importante enfatizar também que esta medida institui o processo de intensificação de fiscalização do trabalho, fato que evidenciou enormes índices de trabalho escravo, conforme ainda será observado.

Este argumento ajuda a reforçar que a produção de soja, não se baseia na criação de emprego, muito pelo contrário, como toda grande produção capitalista cuja máxima é a racionalização da produção, há uma redução constante da força de trabalho em detrimento do capital constante. Trata-se de uma forma usada pelo capital para promover a maior extração de mais-valia e, conseqüentemente, maior forma de acumulação. Esta é uma tendência mundial da produção capitalista e, na agricultura capitalizada, ou seja, ao mesmo tempo em que se mecaniza intensivamente, reduz a força de trabalho, objetivando simultaneamente alta produtividade e maiores margens de lucro. Assim sendo, esse fenômeno não é privilégio do Maranhão, tampouco, da

produção de soja. Essas estratégias de desenvolvimento capitalista levaram Azar (2013) a denominar o agronegócio como as novas estratégias de destruição produtiva em um espaço com fragilidades estruturais, como o Maranhão. O resultado desse processo é a destruição, embora não completa, da pequena produção, originando uma superpopulação relativa flutuante e latente, tanto no campo como nas áreas de maior contingente populacional das municipalidades.

Por outro lado, no que diz respeito ao emprego permanente na agricultura há uma maior concentração deste na Região Sul do estado, especialmente na Região de Balsas, conforme tabelas 19 e 20.

Tabela 19 – Trabalho permanente e temporário nas Municipalidades do Sul do Maranhão, 2006.

	Total	Empregados permanentes	Empregados Temporários	Parceiros	Outra condição
Maranhão	192.155	22.272	163.903	4.574	1.406
Carolina	750	229	512	8	1
Alto Parnaíba	515	220	289	-	6
Balsas	1.945	987	946	7	5
Feira Nova do Maranhão	152	21	120	3	8
Riachão	354	111	243	-	-
Tasso Fragoso	295	181	113	-	1
Fortaleza dos Nogueiras	520	91	422	7	-
Loreto	306	148	148	10	-
Sambaíba	170	71	97	-	2
São Domingos do Azeitão	291	63	218	6	4
S. Raimundo das Mangabeiras	2.543	8	2.535	-	-
Açailândia	1.064	632	423	9	0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Tabela 20 – Força de Trabalho empregada na agricultura nas Microrregiões produtoras de soja, 2006.

	Total	Empregados permanentes	Empregados temporários	Parceiros	Outra condição
Maranhão	192.155	22.272	16.903	4.574	1.406
Total das micro regiões	10.602	2.976	3.447	58	261
Microrregião Porto Franco	2.830	980	1.736	20	94
Micro região Gerais de Balsas	3.261	1.520	1.711	10	20
Microrregião Chapadas das Mangabeiras	4.511	476	3.860	28	147

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

As tabelas acima demonstram que o quantitativo de emprego de força de trabalho nas regiões produtoras de soja e outras atividades que exigem assalariamento é baixo. Um dos fatores que desmistificam esse processo é a

mecanização e a sazonalidade, conforme já fora mencionado. Enquanto há um aumento do processo de mecanização, há uma redução da quantidade de emprego. O problema tende a se acirrar ainda mais com a intensificação da ocupação das áreas com soja. Ao mesmo tempo em que o trabalho com carteira assinada encontra-se na agricultura capitalista, a agricultura camponesa emprega uma maior quantidade de força de trabalho, pois, o processo de assalariamento é uma característica específica da agricultura capitalista. Neste caso, a razão geral de empregabilidade da força de trabalho entre ambas consiste em 4 para 1, ou seja, de aproximadamente cada 4 empregos gerados na agricultura, 3 são gerados pela agricultura camponesa de base familiar. No Maranhão, esse índice chega a 5 para 1, conforme dados do MTE.

Neste contexto, o processo de assalariamento rural no Maranhão, embora com pouca intensidade, se dá em um contexto de aprofundamento das grandes corporações do agronegócio e domínio do capital financeiro, regulado pelas leis da produção capitalista e se utiliza principalmente dos meios de produção com uma intensa base tecnológica, mas também do trabalho assalariado que supera o trabalho baseado na mão-de-obra familiar.

Apesar das tendências de redução da força de trabalho no agronegócio devido o processo de mecanização, de acordo com dados do IBGE (1995-2005), a quantidade de trabalhadores com carteira assinada na região de Balsas aumentou, contudo, esse aumento ainda é extremamente tímido, pois, a riqueza está concentrada nas empresas produtoras. Apesar de assalariar uma parte da população camponesa, a produção de *commodities* não necessita de um quantitativo elevado de força de trabalho. Concomitantemente ao processo de assalariamento na região produtora de Balsas há consideravelmente uma elevação das taxas de superexploração da força de trabalho, cujo resultado é a elevação da jornada de trabalho. Assim, a apropriação do excedente via mais-valia relativa se dá na relação direta da redução da força de trabalho e aumento máximo do capital constante.

A produção da agricultura capitalista, especialmente aquela controlada pelos monopólios, não pressupõe necessariamente o processo de assalariamento. Ao mesmo tempo em que usa as relações de trabalho baseadas no assalariamento, o agronegócio também se desenvolve, reproduzindo as relações de trabalho escravo. Nestes termos, a produção de mais-valia é uma condição necessária para proletarização, ou seja, todo proletário, quando lançado no mercado estando à mercê

do capitalista, necessariamente produz mais-valia. No entanto, há casos em que mesmo sem estar diretamente vinculado ao julgo do capitalista, o trabalhador produz mais-valia indiretamente.⁷⁸

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é necessariamente produção de mais-valia. [...] Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. [...] O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar. (MARX, 2002, p. 578).

A transformação do produtor simples em produtor de mercadoria que se dá por meio do assalariamento, gerando a produção de mais-valia, constitui o fundamento do modo capitalista de produção. Esse entendimento já amplia o conceito de classe trabalhadora, ou seja, não precisa estar no núcleo central do proletariado, o fabril, tampouco empregado para pertencer à classe trabalhadora. Todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estão sujeitos à produção da mais-valia pertencem à classe trabalhadora. Não adianta apenas produzir, mas efetivamente produzir mais-valia (MARX, 2012). É por isso, que o processo de proletarização, além de histórico constitui a gênese da sociedade burguesa e condição indispensável para sua reprodução. Neste sentido, Marx (2012, p. 49), chega à seguinte conclusão:

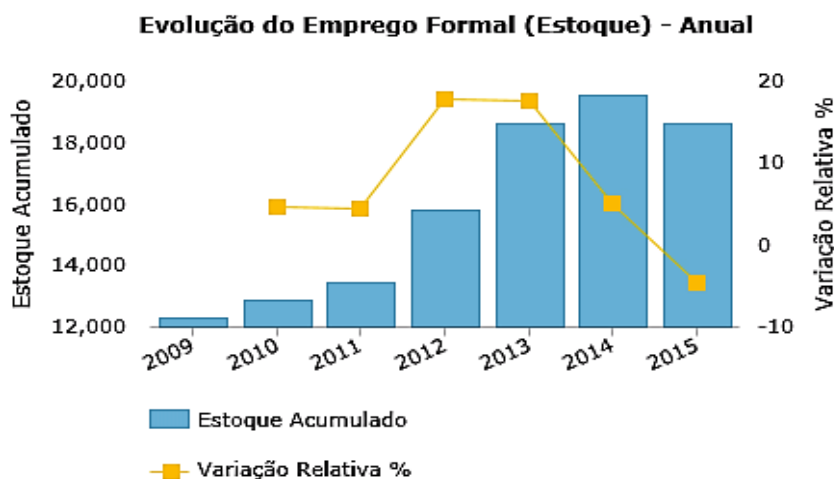
“o capital pressupõe, portanto, o trabalho assalariado; o trabalho assalariado, pressupõe o capital. Eles determinam-se reciprocamente; eles engendram-se reciprocamente. Essa é a lei geral da acumulação capitalista [...] O capital só pode se multiplicar sendo trocado por força de trabalho, criando o trabalho assalariado” (MARX, 2012, p. 49).

Contraditoriamente, mesmo com o aprofundamento das relações capitalistas de produção, mantém relações de trabalho distintas do assalariamento e que tem como base um alto grau de exploração, inclusive o trabalho escravo.

⁷⁸ Nestas condições, ainda que seja necessária para proletarização, a produção de mais-valor não é uma condição exclusiva do proletário, pois, o camponês pode muito bem produzir mais-valia em um determinado período do ano para suprir suas necessidades. Pode ainda fornecer força de trabalho ou mesmo produzir matérias-primas para indústria, como atividade complementar, sem necessariamente se desfazer de sua propriedade, seu meio de produção.

Conforme demonstram dados do MTE⁷⁹ (2015), em estudo elaborado pelo DIEESE (2011), comparando todas as atividades produtivas que empregam força de trabalho com carteira assinada, concluiu-se que apenas 3,2% do trabalho formal no Brasil está relacionado às atividades agropecuárias. A exemplo da realidade brasileira, conforme dados do MTE, o percentual de trabalhadores rurais com carteira assinada em Balsas, além de consideravelmente inexpressivo, apresentou decréscimo acentuado desde 2013, conforme gráfico abaixo. Embora tenha apresentado o maior acumulado em 2014.

Gráfico 13 - Evolução do emprego formal em Balsas - 2015



Fonte: MTE⁸⁰, 2015.

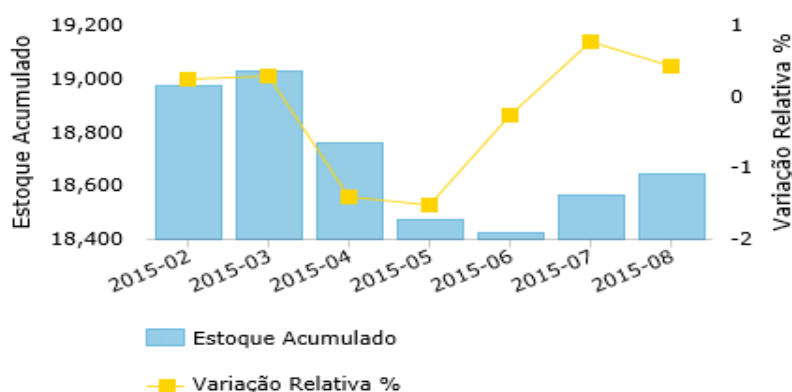
O gráfico ajuda a elucidar que o emprego com carteira assinada creceu em Balsas até 2014, devido o processo de crescimento da economia. Na agricultura, esses números são mais tímidos. Além dos diaristas, trabalhadores volantes e outras modalidades de emprego sem vínculo empregatício, percebe-se que além de poucos postos de emprego, o maior percentual é de trabalho temporário, conforme identifica

⁷⁹ Verificar: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: mercado de trabalho. 3. ed. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A333FE61F013341780DBB382F/mercado.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2015.

⁸⁰ Para maiores informações consultar o site do MTE. Gráfico obtido através do site do ministério. Disponível em: http://mercadodetrabalho.mte.gov.br/pentaho/api/repos/:public:OS004:eixo1:OS004_1.xaction/generat edContent?ts=1426337196521. Acesso em: 30 out. 2015.

o gráfico 14. O fato demonstra que ao contrário do que afirma a “ideologia do agronegócio”, a geração de emprego é insipiente aquilo que prega.

Gráfico 14 – Evolução do emprego formal em Balsas, 2015.



Fonte: MTE, 2015.

O gráfico acima confirma as premissas desenvolvidas sobre a sazonalidade do emprego nas municipalidades que produzem *commodities* agrícolas. Ao analisar os dados do Censo de 2006, Mesquita (2011c) identificou que ao invés do aumento do número de emprego, o desenvolvimento do capitalismo no campo acentuou a redução da força de trabalho de 15% e, por outro lado, a predominância do trabalho familiar (84%) frente aos sem laços de parentesco (16%). Esse declínio de mais de 500 mil trabalhadores decorre da tendência histórica da modernização, cuja relação substitui o capital variável (força de trabalho) por capital fixo (máquinas e insumos modernos). O resultado da produção de *commodities*, forjada em um contexto de implementação das políticas neoliberais é a exclusão social e a concentração de riqueza (SILVA, 2009). Primeiramente, porque o agronegócio se apropria da terra cultivável e depois, porque não consegue criar postos de trabalhos suficientes para atender uma parte substancial da demanda do campo, transformada em superpopulação relativa disponível à exploração capitalista, pois, além de mecanizada, as atividades laborais são temporárias. A produção agrícola também emprega uma modalidade de força de trabalho mais qualificada, visto que passou a necessitar de pessoas capacitadas para operar máquinas e equipamentos mais sofisticados, por isso, a categorização do agronegócio como atividade destrutiva.

Apesar da produção de soja necessitar de profissionais cada vez mais qualificados, emprega uma baixa quantidade de força de trabalho especializada. Essa é uma tendência crescente da produção, não somente do circuito espacial de produção da soja, mas de toda produção capitalista, sobretudo, da agricultura, especialmente devido ao intenso processo de mecanização da atividade, ou seja, essa atividade produtiva não exige um efetivo quantitativo de trabalhadores, pois, ao mesmo tempo que precisa de especialistas voltados principalmente para área de tecnologia agrícola, necessita de trabalhadores polivalente que operem máquinas conectadas a satélites. Contraditoriamente, essa forma de produção se combina com relações de produção do século XIX, como o escravismo.

Desse modo, a produção de soja intensifica ainda mais a dinâmica da divisão do trabalho, valorizando o especialista (*homo sapiens*) em detrimento do trabalho manual (*homo faber*). Essa é uma tendência da especialização produtiva.

Trata-se de uma especialização cada vez mais capitalista. Durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente com tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais que aí se instalam rapidamente. É uma tendência que claramente se nota nas áreas economicamente mais avançadas, mas que também se faz presente nos subespaços menos avançados. (SANTOS, 2008, pp. 135-6).

Mesmo no estado mais pauperizado do país, se comparado àqueles do centro dinâmico do capitalismo, a tecnificação da agricultura voltada para produção de *commodities* agrícolas tem criado uma especialização produtiva. Essa configuração tem forjado um território caracterizado por um alto grau de precisão e cientificismo, contraditoriamente convive com uma população pauperizada, sem acesso à essa produção, tampouco, às políticas públicas necessárias. Esses elementos configuram o desenvolvimento desigual da agricultura maranhense, como entende Mesquita (2011a). Na realidade, se há dentro da produção agrícola, formas de produção com elevados graus de desenvolvimento técnico, a produção de *commodities* agrícolas é uma. Essas formas de produção se caracterizam pela pura e exclusiva aplicação da ciência e de todo um arsenal técnico, capaz de assegurar rentabilidade, produtividade, lucratividade, enfim, condições que garantam uma racionalização da produção. Em um contexto totalmente desfavorável ao capital produtivo, devido à sobreposição do

capital financeiro, para o capitalista apostar no capital produtivo precisa possuir uma margem de lucro muito acima daquele ofertado pelo rentismo.

Se por um lado, a produção de soja se caracteriza por gerar um baixo quantitativo de emprego permanente de força de trabalho, devido ao processo de mecanização, por outro, o emprego gerado é de natureza temporária, tanto em virtude da sazonalidade da atividade agrícola, comum nos monocultivos das lavouras temporárias, quanto pela garantia de maiores taxas de lucro por parte dos capitalistas, especialmente as grandes multinacionais que se apropriam das maiores taxas. Dessa forma, pode-se afirmar que a rotatividade da força de trabalho no agronegócio é muito intensa e, portanto, garante lucros substanciais aos produtores e capitalistas, contudo, não estabelece a mesma dinâmica ao assalariado rural.

D'Incão (1975) em um estudo acerca dos trabalhadores assalariados rurais, denominados de boia-fria⁸¹ demonstrou que, apesar de assalariados, estes trabalhadores estão submetidos a uma condição ainda mais degradante de expropriação e miserabilidade, pois, a substituição das relações de trabalho baseadas na parceria, meeiro, etc., pelo assalariamento não garante melhores condições de trabalho e de vida para o trabalhador. Ao contrário, como afirma Marx (2002), o fato do trabalhador ser produtivo não é nenhuma vantagem, mas sinal de desgraça, ainda mais nas condições instáveis em que se encontra o trabalhador rural: sazonalidade, sem garantias de direitos e o que é pior, em um contexto em que, mesmo depois do término do contrato não há retorno para agricultura de subsistência, mas sim submetem à subproletarização nas cidades. A condição de trabalho temporário, característica da atividade agrícola e o ritmo irregular de exploração da força de trabalho do assalariado rural não é suficiente para continuação da produção de novos meios de subsistência. Além do assalariamento, o trabalhador precisa produzir meios de produção que garantam a reprodução de subsistência. Portanto, a sazonalidade é uma condição de miséria para o trabalhador, na medida em que a instabilidade econômica é incapaz de garantir condições mínimas de sobrevivência. Além da sazonalidade, os rendimentos médios dos trabalhadores rurais da produção de soja tiveram uma redução acentuada em 2015, como pode ser visualizado na tabela 21.

⁸¹ Conforme assinala D'Incão (1975), a origem do termo boia-fria se refere ao fato do trabalhador rural assalariado geralmente desempenhar suas atividades laborais distante do local de residência. Neste caso, precisa levar uma marmita com o alimento que lhe servirá de almoço. A falta de instalações adequadas no local de trabalho para o aquecimento da comida, faz com que ela seja ingerida fria, daí a origem do termo boia-fria, que se refere ao fato da comida ser ingerida fria.

Tabela 21 - Remuneração média da força de trabalho em Balsas em R\$ em 2014.

Atividade econômica	2014	2015
Extração mineral	1.452,81	960,02
Indústria de transformação	1.329,92	1.099,98
Serv. Indústria de Utilidade Pública	2.813,89	1.785,00
Construção civil	1.402,27	1.300,54
Comércio	1.476,82	987,87
Serviços	1.600,54	1.133,10
Administração pública	1.934,24	-
Agropecuária	1.741,90	1.129,32

Fonte: MTE, CAGED, 2014; CAGED, 2015.

Apesar do salário médio da atividade agropecuária da municipalidade de Balsas não ser inferior ao dos demais setores da economia, percebe-se que uma parte considerável dos trabalhadores da agricultura ainda recebe um salário mínimo, sendo o piso salarial da região em Janeiro de 2016, em torno de R\$ 788,00, conforme dados do STTR de Balsas. Considerando o ano de 2015, houve uma redução do salário médio, conforme dados do MTE, especialmente a partir das políticas de ajustes fiscal impostas a partir do ano de 2015, devido ao aprofundamento da crise estrutural do capital, pois, além da diminuição da liquidez do mercado, houve redução da demanda de produtos primários pelos mercados emergentes e economias centrais.

Além de elevada, parte substancial da jornada de trabalho não é remunerada, ou seja, é apropriada pelos produtores. Devido às condições de trabalho, o assalariado rural é também designado de boia-fria ou volante, contratado apenas para desempenhar tarefas em pequenos intervalos de tempo, geralmente no período de safra. O volante não pode se fixar no local onde trabalha, pois, além das áreas de lavoura serem distantes, precisa se deslocar diariamente para o local de trabalho, geralmente em condições subumanas.

Dessa maneira, a atividade produtiva da soja em Balsas, como toda atividade temporária mantém seus maiores picos de contratação de força de trabalho na época de plantio e colheita, especialmente nos períodos de outubro a maio (período de plantio e colheita). Neste sentido, com relação aos empregos temporários existentes na agricultura, percebe-se que estes não são uma exclusividade da produção de soja, tampouco do agronegócio, uma vez que a agricultura se distingue do processo fabril (produção permanente), entretanto, é uma regra nas lavouras temporárias.

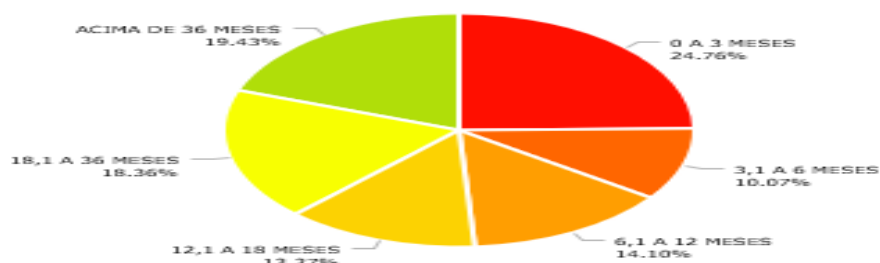
Quanto ao ano de 2015, apesar de sinais de crescimento de algumas economias do centro do capitalismo, a crise do sociometabolismo associada às

políticas econômicas de manutenção da austeridade fiscal, orientadas pelo CW, o processo de contratação temporária na agricultura capitalista, apesar da redução, tem se mantido constante em Balsas e nas regiões produtoras de *commodities*. Pode-se afirmar que o trabalho temporário e, portanto, precário é uma das modalidades mais usadas pelo agronegócio para manter os mesmos padrões de produção e de manutenção das taxas de lucro dos capitalistas, uma vez que a maioria da massa de trabalhadores, sobretudo, os volantes, além dos baixos salários, não recebe seus direitos trabalhistas. Assim, o trabalho assalariado rural constitui uma dinâmica fetichizada, já que, além de não se ampliar em termos quantitativos, também não tem garantido ampliação de direitos trabalhistas. Além da frágil organização política, essas relações de produção não conseguem criar formas de sociabilidade que não seja aquela restrita ao local de trabalho.

Portanto, os trabalhadores assalariados rurais em Balsas estão nos limites entre o processo de proletarização e subproletarização, pois, ao mesmo tempo em que desempenham trabalho temporário, também possuem carências de direitos (trabalhista e previdenciário) e renda.

Quanto ao período de duração do vínculo empregatício na agricultura, o gráfico abaixo ajuda a desmistificar que na municipalidade de Balsas, em regra geral, a força de trabalho empregada na agricultura possui vínculo temporário, pois, a maior parte dos vínculos trabalhistas tem duração de até 3 meses (gráfico 15), característico da atividade agropecuária, fato que exime o empregador da responsabilidade do pagamento dos direitos trabalhistas e previdenciários

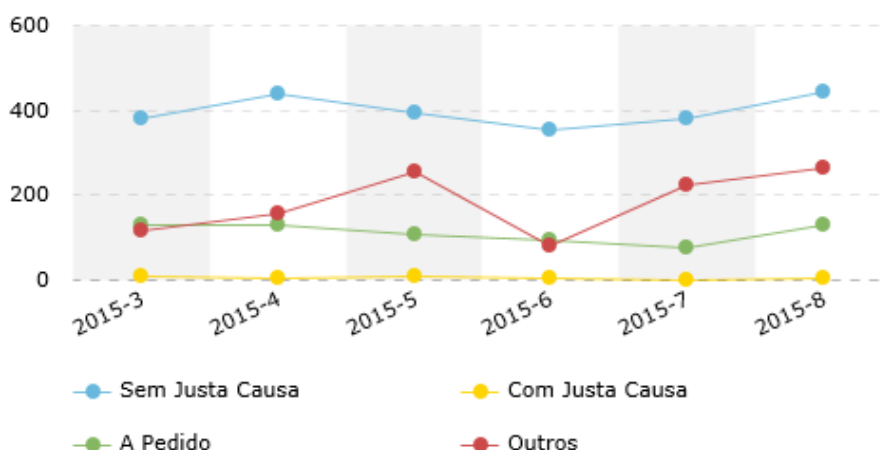
Gráfico 15 – Duração do vínculo dos trabalhos rurais em Balsas em 2015.



Fonte: MTE, 2015.

As tabelas já referenciadas e o gráfico acima demonstram que a maior oferta de emprego em Balsas se dá no período de plantio e colheita da soja, período que aumenta a massa de salário dos trabalhadores. Fica evidente que o emprego temporário que se dá no período de outubro a maio é a principal característica da Região. O contingente populacional que compõe a força de trabalho assalariada rural encontra-se na superpopulação relativa flutuante ou latente, ou seja, apesar de parte desta trabalhar com carteira de trabalho assinada, não possui estabilidade no emprego, embora essa instabilidade não seja decorrente da pressão do exército de reserva, mas porque a própria monocultura é sazonal, ou seja, parte do ano o assalariado desempenha suas atividades laborais apenas no período de safra, enquanto que durante o período de entressafra fica desempregado. Neste caso, ou retorna para a produção de subsistência ou se submete à condição de assalariamento em outras áreas de lavoura temporária, cana-de-açúcar e outras monoculturas em Goiás, Mato Grosso ou São Paulo.

Gráfico 16 – Evolução dos desligamentos por tipo em Balsas/MA – 6 meses

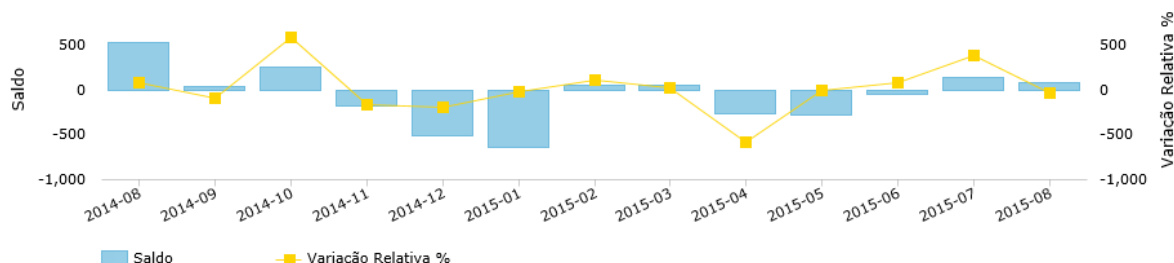


Fonte: MTE, 201

Com base nos dados acima, observa-se que as taxas de demissões sem justa causa são as mais elevadas, fato que evidencia que apenas após a prestação do serviço, o empregador desfaz o vínculo, corroborando a tese da sazonalidade do trabalho agrícola nas monoculturas. Sendo assim, como demonstra o gráfico acima, a questão do emprego “formal” na produção de soja em Balsas se resume

especialmente ao período de plantio e colheita da soja, conforme pode ser verificado no gráfico 17.

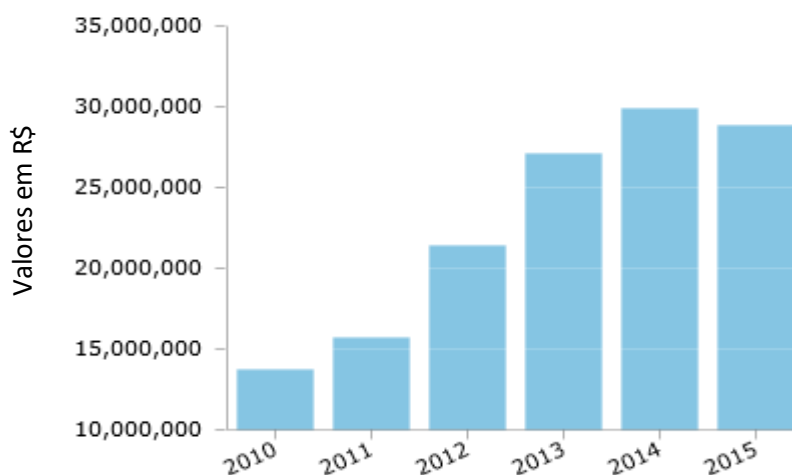
Gráfico 17 – Admissões e demissões em Balsas, 2014/2015.



Fonte: MTE, 2015.

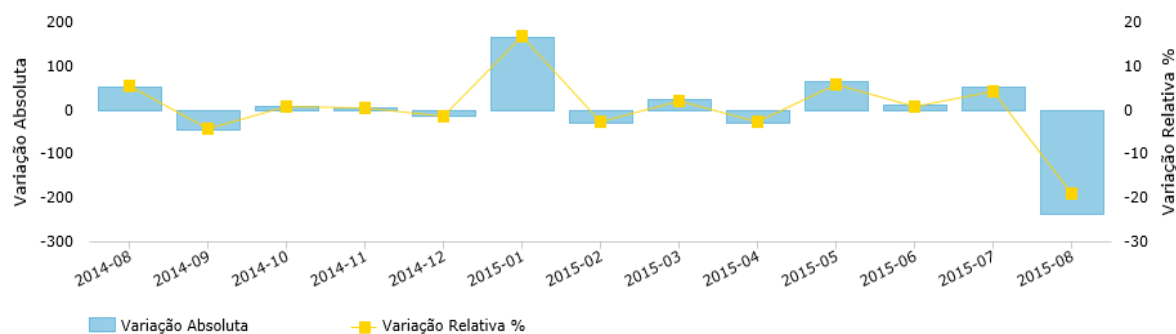
Como a produção de soja tem crescido nos últimos anos, a massa salarial também tem acompanhado essa tendência de crescimento, apesar de que, no ano de 2015 tenha havido uma redução em virtude do ajuste fiscal do governo Dilma e, portanto, uma redução do investimento estatal em alguns setores da economia. É importante ressaltar ainda que a massa salarial de 2015 foi medida apenas até o mês de agosto, portanto, os demais meses do ano não foram computados.

Gráfico 18 – Massa salarial nominal – 2010 a 2015.



Fonte: MTE, 2015.

Gráfico 19 – Variação relativa e absoluta do salário nominal médio de admissão em Balsas, 2014-2015.



Fonte: MTE, 2015.

Como o processo de emprego da força de trabalho é temporário, os gráficos (variação relativa e absoluta do salário nominal médio) mostram que o aumento da massa salarial corresponde ao mesmo período de contratação da força de trabalho, entretanto, é importante observar que a renda do trabalhador rural em Balsas, a exemplo do conjunto dos trabalhadores rurais é baixa. Por outro lado, houve uma redução ainda mais considerável no período que coincide com as demissões, ou seja, o aumento salarial é diretamente proporcional à demanda da força de trabalho. Dados elaborados pelo DIEESE (2013) identificaram que a renda do trabalhador rural no Brasil é significativamente mais baixa do que um trabalhador urbano, correspondendo a quase 1/3 da renda do trabalhador da área urbana. Essa diferença expressiva evidencia que a desigualdade no país pende mais para o lado rural, consolidando assim, o processo de desenvolvimento desigual. Conforme pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA realizada em 2004, cerca de 33% dos ocupados em atividades agrícolas sofriam de insegurança alimentar moderada ou grave, entre outras proporções que revelam graves problemas.

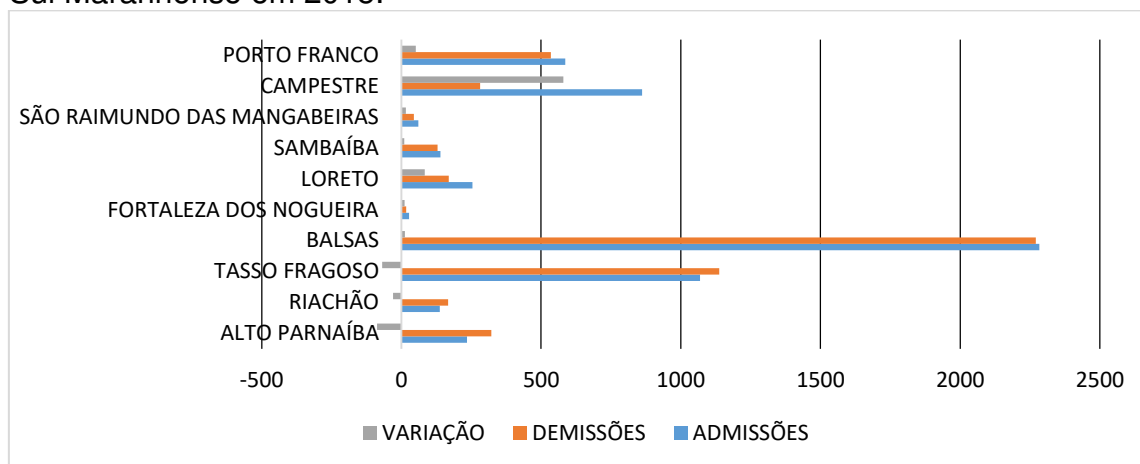
Tabela 22 - Admissões e demissões na agricultura em Balsas de 2007 a 2013.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Admissões	1.047	1.870	1.415	1.560	1.980	2.099	2.284
Desligamentos	834	1.697	1.629	1.680	1.853	1.941	2.271
Variação Absoluta	213	173	-214	-120	127	158	13

Fonte: MTE, 2015.

Conforme demonstram dados do gráfico acima é possível identificar que a essência do trabalho assalariado na agricultura é a contratação temporária. O saldo das contratações no período de 2007 a 2013 é muito baixo.

Gráfico 20 – Admissões e demissões nos municípios produtores de soja e cana no Sul Maranhense em 2015.



Fonte: MTE, 2015.

Embora os dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, MTE, não sejam suficientes para identificar a quantidade de força de trabalho empregada no agronegócio, pois, há um percentual elevado, tanto sem carteira de trabalho assinada, quanto em condições de trabalho análogo à escravidão, percebe-se que a produção de soja é uma atividade sazonal. Assim sendo, nos municípios onde o agronegócio se deu com maior ênfase, sobretudo, aqueles mais próximos à cidade de Balsas e que integram a principal região produtora de soja, o quantitativo de força de trabalho com carteira assinada, embora seja maior do que naqueles onde a agricultura camponesa é preponderantemente, não cria um amplo mercado de trabalho. Dados comprovam que o processo de assalariamento na agricultura é uma realidade circunscrita geograficamente, porém, a produção de soja não é uma determinante das relações de assalariamento.

Mesmo sendo uma atividade altamente capitalizada, dados do gráfico 20 sinalizam que a produção de soja gera uma forma de empregabilidade sazonal, pois, além de empregar um quantitativo irrisório de força de trabalho, a pequena parte se restringe ao período de outubro a maio, época de incidência do período chuvoso. O contrato temporário é um processo que, embora gera vínculo empregatício, exclui dos

trabalhadores direitos essenciais, como aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte, férias, descanso semanal remunerado, 13º salário, hora extra, licenças maternidade e paternidade, aviso prévio, Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, FGTS e seguro-desemprego, o que por lei deve ser garantido a todo trabalhador brasileiro. Além de base da atividade agrícola, a sazonalidade das monoculturas é uma forma que o capital encontra para explorar a força de trabalho, auferindo as maiores taxas de lucro. A diferença entre a produção fabril e a produção agrícola, além da organização da dinâmica produtiva, também se refere à questão do tempo de trabalho. Enquanto a produção fabril é constante, a produção agropecuária é temporária, especialmente aquelas baseadas nas lavouras temporárias, ou seja, por mais que haja um grande desenvolvimento tecnológico e criação de métodos científicos avançados, ainda está limitada aos domínios climáticos e, por sua vez, ao mecanismo das chuvas e aos graus de insolação de cada região.

Trata-se de uma dinâmica que não pode ser vista de forma dissociada do processo técnico. Mesmo com toda grande produção capitalista da agricultura, o índice de emprego gerado, tanto permanente, quanto temporário é inexpressivo e não atende à demanda da população economicamente ativa das municipalidades, não somente devido à mecanização, mas ao caráter sazonal da agricultura⁸². Desse modo, por mais que uma das premissas fundamentais do agronegócio seja a industrialização da agricultura, contraditoriamente em Balsas não há uma consolidação desta atividade, tendo em vista que o circuito de produção da soja está restrito apenas às fases de plantio e colheita, não sendo responsável pela criação de uma cadeia produtiva.

Devido à própria natureza do trabalho na agricultura e condições do modelo de desenvolvimento forjado no Brasil, não houve a hegemonização de um proletariado rural, pois, além do modelo capitalista baseado no latifúndio e exploração da força de trabalho, predomina um campesinato que desempenha em épocas de entressafra um trabalho temporário na agroindústria, ou seja, se assalaria nas épocas das lavouras e depois retorna para trabalhar em sua propriedade. Embora uma parte considerável dos trabalhadores seja de origem rural, os trabalhadores assalariados, além de não

⁸² Como o circuito espacial de produção da soja no Maranhão se baseia especificamente pela atividade primária, sem haver um conjunto de atividades industriais e comerciais, os índices de emprego que esta produção cria é insignificante, diante do quantitativo de excedente de força de trabalho gerado pela população economicamente ativa.

retornarem para o campo, não se consideram camponeses. Daqueles trabalhadores com contrato temporário, um percentual expressivo, ou se subproletarizam em cidades (especialmente em trabalhos precários), ou irão trabalhar como assalariados temporários em outras regiões do Brasil, como o corte da cana ou mesmo em outras lavouras temporárias ou permanentes. O que é mais grave ainda é que um índice muito baixo retorna para a agricultura camponesa de base familiar⁸³.

Neste sentido, devido à natureza do desenvolvimento capitalista no Brasil ter se dado voltado para exploração de produtos agrícolas, sem um processo intensivo de distribuição da propriedade fundiária, e sem aumento do assalariamento, o desenvolvimento de um proletariado rural ficou restrito aos espaços de produção de *commodities*, tendo em vista que a maioria da população rural brasileira não possui vínculo empregatício e, quando há, é temporário.

Desse modo, por mais que haja forte presença do processo de mercantilização da agricultura na produção de soja, além da substituição do trabalho manual pelo mecânico como tendência crescente na agricultura moderna, o processo de proletarização na agricultura ainda é incipiente. Esta é a tendência da agricultura de uma forma geral e, da produção capitalista, que tenta aumentar o capital reduzindo o capital variável (força de trabalho), aumentando, qualitativa e quantitativamente, o capital constante (meios de produção).

Desse modo, percebe-se que, ao contrário do que tem sido afirmado pelo senso comum, a grande produção capitalista voltada para o agronegócio, seguindo a lógica de reprodução capitalista, não tem sido suficiente para construir um mercado interno. Contudo, tem havido uma redução da força de trabalho, tanto no agronegócio, como na própria agricultura camponesa de base familiar, mesmo esta sendo responsável pelo maior quantitativo de força de trabalho empregada na agricultura no Brasil. Sendo assim, nas municipalidades onde há uma preponderância dos monocultivos, a presença da agricultura camponesa é fragilizada, pois, a resistência entre as mais diversas entidades de classe é fragilizada. Desse modo, é importante observar que, embora o assalariamento seja uma condição necessária para existência

⁸³ Neste sentido, é importante afirmar que tais premissas abrem espaço para confirmação do processo de proletarização na agricultura, tendo em vista que, embora não sejam suficientes, a atividade sazonal e o retorno à agricultura camponesa de base familiar, seriam condições básicas para descaracterização da proletarização.

do capital, contraditoriamente a permanência de relações de trabalho não assalariada é funcional à dinâmica capitalista, em virtude da possibilidade de exploração.

Apesar do assalariamento, há um grande contingente de trabalhadores rurais sem terra desempregados, migrando para a cidade de Balsas. Como tem demonstrado Ferreira (2008), a dinâmica espacial criada pelo agronegócio tem gerado um crescimento considerável da cidade de Balsas, sem infraestrutura urbana adequada para atender esse crescimento. Assim, além da dinâmica econômica gerada pelas empresas e instituições financeiras, Balsas tem atraído população, tanto da zona rural, como de outras municipalidades e estados. Com isso, tem se desenvolvido um crescente processo de periferização a partir da produção da soja e aumento considerável da população urbana. Dados demonstram que Balsas, ao longo das últimas três décadas, teve uma das maiores taxas de incremento da população, fato que pode aumentar ainda mais a periferização.

Apesar do processo de periferização não ser uma exclusividade das municipalidades produtoras de soja, tampouco das grandes cidades, é um fenômeno intensamente visualizado nos países da periferia do capitalismo, este evento é observado com uma magnitude mais intensa em Balsas. Nesse sentido, a partir da chegada da soja, o fenômeno da periferização se acentuou, especialmente depois que um grande contingente populacional da zona rural foi expropriada pela monocultura e migrou para a cidade de Balsas, conforme têm enfatizado Ferreira (2010) e Rodrigues (2014), pois, esse fenômeno tem atraído um grande contingente populacional para os demais setores da atividade econômica, como serviço e pequenas indústrias.

Desse modo, apesar do processo de assalariamento e do cumprimento de direitos por um setor dos produtores rurais e empresas, um setor considerável dos trabalhadores, além de não exercer suas atividades laborais sob condição adequadas, é explorada. Esse processo tem sido funcional ao desenvolvimento de produção das commodities agrícolas e condição indispensável para o avanço dos grandes projetos.

3.5. A exploração do trabalho na agricultura como condição necessária para o avanço dos grandes projetos

A exploração do trabalho é uma condição necessária para o desenvolvimento da reprodução do capital. Sendo assim, é importante afirmar que no período de expansão do movimento operário houve intensas conquistas trabalhistas. Constatou-se que o Estado enquanto elemento complementar à reprodução do capital tem contribuído consideravelmente para manutenção do capital e, dessa maneira, de uma estrutura classista que tem como substrato a exploração da força de trabalho. Assim sendo, o tema da superexploração da força de trabalho é pertinente quando se trata especificamente das relações e condições de trabalho nos países localizados em economias periféricas dependentes como o Brasil, particularmente no que concerne às relações de trabalho no campo, pois, a história da economia agrícola no Brasil, particularmente da grande produção se confunde com a história da exploração da força de trabalho. Isso começa com os ciclos econômicos, que tinha como fundamento a grande propriedade monocultora, a produção voltada para exportação e uso da força de trabalho escravo, se estendendo para a economia cafeeira e industrial. Apesar da persistência das relações escravistas nas lavouras de café, os registros históricos apontam que nesta estrutura produtiva houve as primeiras formas de assalariamento, (FERNANDES, 1987), ou seja, a inserção de relações tipicamente capitalistas de produção. Dessa forma, a superexploração do trabalho se deu com o café e permanece instalada nas mais diversas monoculturas, presente até os dias atuais, como eucalipto, dendê, soja, algodão, cana, etc. e nos mais distintos estados da formação econômica e social contemporânea.

É importante ressaltar que o processo de exploração do trabalho se refere aquilo que Marx denominou de mais-valia ou trabalho excedente não pago. Desse modo, a jornada de trabalho por sua vez é composta pelo trabalho socialmente necessário e trabalho excedente, ou trabalho não pago. Aliás, é sobre este que é extraída a mais-valia⁸⁴.

⁸⁴ É importante enfatizar ainda que a experiência cotidiana, associada ao processo de alienação do trabalhador não permitem que ele enxergue o processo de divisão da jornada de trabalho, ou seja, a diferença entre trabalho necessário e excedente, ou seja, nessas condições, não consegue enxergar que é explorado.

Neste sentido, as políticas econômicas adotadas no período da nova república se caracterizaram por um viés ortodoxo, pois, no final do século XIX, o Brasil foi um dos primeiros países da periferia do capitalismo a se integrar ao núcleo dinâmico do capital, via tomada de empréstimo externo. O resultado desse processo foi o endividamento do Governo brasileiro, cuja política se dava via coronelismo, tendo como base o pacto dos governadores que tinha como premissa a manutenção do mecanismo da dívida, especialmente com os bancos ingleses. Esses mecanismos de paridade auxiliaram a política agroexportadora, especialmente do café, pois, a manutenção da política cambial era realizada especialmente para exportação de *commodities* agrícolas. Apesar da pressão política tanto dos setores liberais, quanto por parte da classe trabalhadora, a dificuldade de formação de um mercado interno era funcional à manutenção de um sistema produtivo que se dava pela superexploração da força de trabalho. Se por um lado, os setores da classe trabalhadora eram capitaneados pelos anarquistas, por outro, coube à aristocracia rural criar as bases de um mercado de trabalho assalariado no Brasil, como atesta Fernandes (1987).

A exemplo dos países de capitalismo dependente, como é o caso dos latino-americanos, o Brasil possui especificidade no que diz respeito aos países do centro do capitalismo. Com relação a esses aspectos, os intelectuais de esquerda têm discordâncias substanciais no que diz respeito à formação socioeconômica e os possíveis desdobramentos que deveriam ser tomados no sentido da superação do modelo capitalista. Desde aqueles que defendem que o Brasil desenvolveu sob os auspícios do feudalismo e, portanto, precisaria passar pelos processos revolucionários democrático-burgueses, como os países do centro passaram para, somente depois, o proletariado fazer a revolução. Até aqueles que defendiam a tese de que o desenvolvimento brasileiro se deu pela via colonial, ou seja, o modelo atrasado do capitalismo brasileiro deveria ser superado por meio de um projeto nacionaldesenvolvimentista. Também aqueles que defendiam que o capitalismo brasileiro, a exemplo dos modelos de capitalismo dependentes, mantinha a relação de dependência e, portanto, não poderiam chegar ao mesmo estágio de desenvolvimento que as potências capitalistas, uma vez que o desenvolvimento

capitalista é desigual e combinado. Neste sentido, a saída⁸⁵ apontada por estes últimos seria caminhar diretamente para um processo revolucionário, sem passar por essas etapas, tampouco desenvolver por meio de reformas burguesas, para depois desfrutar as benesses do desenvolvimento capitalista.

Guimarães (1981), entendeu que o Brasil viveu um processo de feudalismo do tipo colonial. A estrutura fundiária baseada no latifúndio e as relações de trabalho alicerçadas no modelo escravocrata caracterizaria aquilo que o autor denominou de Feudalismo colonial. Isso representava, para a esquerda, que o processo de superação da sociedade feudal, a exemplo da Europa, deveria ser realizado pelas revoluções burguesas. Essa tese ficou conhecida como “Revolução por Etapas”, ou simplesmente o “etapismo”. Ou seja, era necessário primeiramente que se formasse uma burguesia nacionalista para quebrar o monopólio das relações de produção feudal, criando uma burguesia nacional, responsável pela instauração de uma sociedade capitalista. Uma vez criada a burguesia, seria forjado um proletariado que faria o processo revolucionário, como entendia a tese marxiana⁸⁶, quando elaborada a tese da luta de classes. É importante entender que a tese marxiana não possui esse viés mecanicista. A tese conservadora do Partido Comunista Brasileiro, PCB defendida por Guimarães, possui várias inconveniências históricas. A primeira se refere ao processo histórico de formação da América Latina, pois, com exceção do Brasil nos anos recentes, nunca houve a formação de um proletariado desenvolvido, a exemplo dos países do centro do capitalismo, mas sim a existência de um campesinato como classe autônoma, baseado em relações de trabalho familiar. O

⁸⁵ A tese se dava sobre a premissa de que o Brasil não deveria nem passar pelas etapas do desenvolvimento até chegar ao capitalismo, tampouco efetuar um nacionaldesenvolvimentismo, aos moldes das teses da Comissão Econômica para América Latina, CEPAL, de inspiração keynesianas. Era possível caminhar para o socialismo sem precisar das revoluções burguesas ou do reformismo burguês nacionaldesenvolvimentista.

⁸⁶ Na realidade, essa leitura equivocada da obra de Marx, foi realizada pela corrente socialdemocrata, liderada por Bernstein e Kautsky, cuja concepção converge para o desprezo da dialética e, portanto, do entendimento unilinear da história. Assim sendo, foi fortemente repassada aos comunistas pelo stalinismo. Dessa forma, esse entendimento foi também um dos pontos do programa da Segunda Internacional Comunista, cuja corrente vencedora foi a reformista. É bem verdade que Marx afirma que o proletariado, sobretudo, o fabril, em virtude das condições históricas e sociais as quais está submetido deveria assumir a vanguarda revolucionária. No entanto, deixa claro a necessidade de uma luta universal dos trabalhadores, especialmente quando expõe a tese central do manifesto. Marx expôs as debilidades da participação das mais distintas frações da classe trabalhadora, inclusive os setores do campesinato que, embora em uma condição distinta dos trabalhadores assalariados, precisam ter uma posição classista no processo revolucionário, especialmente como pertencente à classe universal, que sintetiza todas as mazelas da produção capitalista e, portanto, a única capaz de caminhar no sentido da emancipação humana.

proletariado fabril, embora numérica e qualitativamente substancial, até praticamente os anos 60, ainda não representava um contingente expressivo para realização de um processo revolucionário aos moldes do bolchevismo, como assim entendia o autor.

Contra-pondo-se às teses de Guimarães, Caio Prado Júnior (2004) afirmou que o processo revolucionário brasileiro não poderia ser dado aos moldes daqueles aplicados na Europa ou em outras sociedades distintas da formação social e econômica, dadas as suas especificidades. A exemplo dos marxistas, cujo entendimento se fundamenta na premissa que o conhecimento científico não pode se prestar especificamente à tarefa da compreensão da realidade, mas sim, transformá-la. Por mais que integrasse o PCB pertenceu a uma ala que defendia o caráter da revolução permanente.

De acordo com Prado Júnior (2004, pp.19-24), diferentemente das revoluções burguesas clássicas, como aquelas desenvolvidas nos países do centro do capitalismo (Inglaterra, França) que se deram pela ruptura e sobreposição da burguesia à aristocracia rural, assim como no caso dos Estados Unidos e Alemanha, as características da Revolução brasileira foram diferentes, pois, sequer foram feitas as reformas de base que grande parte dos Estados capitalistas implementaram. Por outro lado, houve uma estagnação do processo revolucionário brasileiro, bem como, a sua degenerescência (reformismo). Nas palavras do autor, a revolução brasileira nada mais foi do que a preparação para o golpe militar de 1964. Desse modo, ressalta o papel débil da esquerda brasileira que se iludiu com as propostas das elites, ao mesmo tempo em que coube ao proletariado apenas as reivindicações salariais imediatistas. Não houve, sequer uma tentativa de rompimento com o modelo de capitalismo monopolista no Brasil, mas houve a sua continuação natural. Não era conveniente para as elites transformar tais relações de produção, tampouco aperfeiçoá-las, mas apenas conservá-las.

A teoria da Revolução brasileira, na concepção de Prado Júnior (2004, pp. 29-32), não deve necessariamente basear-se em conceitos *apriorísticos*, tampouco no “dogmatismo marxista⁸⁷”, sobretudo, aquele que considera as formações sociais europeias como base da revolução proletária, muito menos no etapismo, esquema mecanicista, cujo entendimento se fundamenta na premissa que humanidade em geral, e cada país em particular, deveria passar pelos estados ou estágios sucessivos,

⁸⁷ Refere-se às interpretações equivocadas da obra de Marx, sobretudo, os revisionistas.

anteriores ao socialismo (feudalismo e capitalismo). Noutras palavras, a “evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo” (PRADO JR, 2004, p. 32). Esta não poderia se transformar numa outra sociedade sem, contudo, passar por todos os estágios pelos quais a humanidade já haveria passado. Vendo a reprodução de uma teoria antidialética, Prado Júnior (2004) fez uma crítica severa aos próprios integrantes do PCB, sobretudo, Guimarães e Sodré. Segundo o autor,

“o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver “restos”, haveria por força de preexistir a eles um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes”. (PRADO JR, 2004, p. 39).

Dessa maneira, entende que as relações de trabalho, a parceria, o meeiro, etc., a exemplo das relações de propriedade, diferentemente daquilo posto pelos autores, não são resquícios feudais, mas relações de produção capitalistas, já que visam eminentemente o mercado, por mais que não envolvam diretamente o assalariamento⁸⁸.

Ao analisar a realidade econômica brasileira, Prado Jr. (2004, pp.78-9) entendeu que, ao contrário daquilo que ocorreu com os países europeus, a história da economia agrária brasileira não se fundamentou na produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra como na Europa, mas se desenvolveu com base na grande exploração agrária voltada para o mercado externo, tendo como fundamento uma natureza essencialmente mercantil. Assim sendo, não se constituiu uma economia camponesa, ainda que esta tenha um papel fundamental. Dessa forma, o que houve foi uma economia baseada em grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação com uso da força de trabalho escravo. Esse modelo econômico se manteve inalterado mesmo com a abolição da escravidão e substituição formal do trabalho escravo pelo livre, sem afetar com isso a natureza estrutural da exploração.

⁸⁸ Desse modo, entende que “trata-se de simples relação de emprego, com remuneração *in natura* do trabalho, isso é, com o pagamento da remuneração do trabalhador com parte do produto, a metade, na meação. Assim, enfatiza que a parceria se assemelha ao salariado, e constitui, em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho. Além disso, a estrutura fundiária do Brasil não é senão uma forma de propriedade capitalista de produção, pois, além de propriedade privada, garante tanto a extração da renda da terra, como a reprodução do capital, ainda que este se acumule nas mãos da aristocracia rural, detentora dos meios de produção.

O autor, com base na concepção de Marx, Lenin e Trotsky, entendeu que este modelo não é senão o sistema internacional do capitalismo em sua fase contemporânea, baseado no capitalismo mercantil dentro do qual foram indispensáveis para formação da sociedade brasileira. O autor ressaltou ainda que em virtude da dependência econômica advinda do colonialismo europeu, o Estado brasileiro foi fortemente marcado pelo imperialismo que, distintamente daquele forjado nos países asiáticos, manteve relações capitalistas desde a sua gênese. Além de não superar as principais debilidades originárias, o modelo de capitalismo brasileiro não conseguiu libertar-se de sua dependência e subordinação ao sistema econômico financeiro internacional de que participa e figura em posição periférica e marginal. Apesar da diversificação da produção, não conseguiu libertar-se das atividades voltadas para produtos primários de exportação, conforme entende Prado Júnior (2004, p. 91). Desse modo, entende que o imperialismo que ocorreu no Brasil se deu de forma diferenciada dos países asiáticos, pois, já havia o desenvolvimento de uma sociedade capitalista do tipo colonial (PRADO JR, 2004).

Ao analisar os aspectos sociais e políticos da Revolução brasileira, Prado Júnior (2004, pp. 104-7) identificou que os polos antagônicos da estrutura social brasileira, não são formados pelo latifundiário pseudo-senhor feudal que explorava o campesinato a ele subordinado, mas remanescentes de relações escravistas. Desse modo, os trabalhadores da grande exploração agropecuária não eram “camponeses” no sentido próprio de produtores autônomos e parcelários, e sim empregados daquela grande exploração, que recebiam sua remuneração pela venda e cessão de sua força de trabalho em dinheiro, participação na produção ou em outra modalidade qualquer. Na realidade, o que havia era o empresário capitalista e o trabalhador empregado, assalariado ou assimilável econômica e socialmente ao assalariado, com elevados graus de exploração do trabalho, ou seja, “a agricultura brasileira na sua maior e principal parte e de natureza, em essência é fundamentalmente, capitalista”. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 107).

A exemplo de Caio Prado, Fernandes (1987), entendeu que no Brasil não houve um desenvolvimento capitalista à la sociedade europeia, cujo modelo se deu por meio das revoluções burguesas clássicas (inglesa e francesa), tampouco a existência do feudalismo, mas uma formação econômico e social com características próprias, cujas relações de produção se deram combinando simultaneamente

relações de produção escravistas e relações capitalistas, ou seja, relações de produção baseadas no assalariamento, trabalho familiar, não remunerado como a parceria, a meia, etc., e de propriedade privada e terras de domínio público/estatal, ocupadas e usadas por pequenos produtores, camponeses, sitiantes, enfim. Assim sendo, entendeu que no Brasil houve um modelo particular de desenvolvimento capitalista que combina produção agroexportadora, trabalho escravo e grande propriedade rural, associada a um processo de industrialização dependente.

Segundo o autor, apesar do rompimento colonial, a existência do trabalho escravo associado à grande lavoura voltada para exportação e formação de um mercado interno são responsáveis pela construção de uma simbiose entre as frações da burguesia que se desenvolveu mais como estamento do que como classe social. Apesar do seu atraso político, em virtude dos laços da política coronelista, a aristocracia rural manteve seu laço mais estreito com a burguesia imperialista, fornecendo matérias-primas e, portanto, mantendo as relações de dependência com as políticas externas via reprodução da política colonianista, conforme identificou Prado Jr. (2011). O resultado foi a criação de um vínculo umbilical com o imperialismo. Assim sendo, a aristocracia rural, apesar de ser o embrião e, posteriormente, protagonista do capitalismo no Brasil, não podia romper com as amarras da sociedade agrária, pois, tais condições eram funcionais à lógica do capitalismo colonial, conforme entendeu Fernandes (1987).

As transformações políticas da Era Vargas que se caracterizaram pelo pacto entre a oligarquia agrária e a burguesia urbana e não tendo rompido com a política imperialista, criaram uma expressão política nacionaldesenvolvimentista, que impulsionou o mercado interno, por meio de investimentos estatais, porém manteve os laços de dependência ao capital internacional. Desse modo, a crise do modelo liberal, associado ao modelo da política coronelista no Brasil, baseada em uma economia primário-exportadora foi fatal para a aristocracia agrária que precisou fazer um pacto com a burguesia urbano-industrial, para se manter como coadjuvante da sociedade brasileira (FERNANDES, 1987).

A exemplo de Caio Prado (2004) e Fernandes (1987), Marini (2000) também contribuiu para o entendimento da realidade e da dependência e apontou encaminhamentos no sentido de superação do caráter da dependência latino-americana. Segundo Marini (2000, p. 29), o desenvolvimento do capitalismo no Brasil

teve sua primeira cisão com a disputa entre a burguesia industrial (nacionalista) que subiu ao poder por meio de Getúlio Vargas e entre a burguesia agrária, representada pela aristocracia agrária do café até praticamente a década de 1930, vinculada ao capital externo. O fato da burguesia industrial brasileira ser nacionalista não significou que em princípio tivesse rompido com as burguesias externas, muito pelo contrário, também estava articulada à estas. Na realidade, as burguesias disputam entre si por maiores fatias de mercado ou por interesses ligados às maiores taxas da mais-valia, que justamente configura a fase da concorrência intercapitalista, muito bem observada por Lenin (2005). Por outro lado, a cisão que caracterizou o processo da luta de classes se dava de um modo geral entre a burguesia (classes dominantes, tanto aquela composta por latifundiários, quanto das frações industriais e financeiras) e as massas trabalhadoras das cidades e do campo, expressão máxima da luta de classes (MARINI, 2000, p. 29)

Antunes (1982) ao analisar a formação da classe operária no Brasil e suas instituições (partido e sindicatos), também observou que diferentemente do modelo clássico de desenvolvimento capitalista, houve um desenvolvimento diferenciado. Desse modo, apesar da adoção do modelo de industrialização, o núcleo produtivo do capital, baseado na acumulação fordista/taylorista a partir de 1930, não fez nem via revolução, nem via reformas clássicas, mas adotou um modelo particular denominado por Chasin (1999) de via colonial. Esta via é o caminho das dilatações, dos adiamentos, da agonia dolorosa e lenta, (ANTUNES, 1982, p. 43). Portanto, o que prevaleceu foram reformas mínimas que garantiram a mesma estrutura produtiva dependente.

Se o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil teve sua particularidade em relação ao desenvolvimento clássico e demais formações sociais, a classe trabalhadora brasileira também teve um desenvolvimento progressivo. De acordo com Oliveira (1975) em “Crítica da Razão Dualista”, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresariais industriais não exigiu, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais.

Aqui, passa-se uma crise de relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo “clássico” a crise é na totalidade da economia na sociedade [...] [no padrão clássico, a ruptura se dá em todos os níveis e em todos os planos] aqui, as classes proprietárias rurais são parcialmente hegemônicas, no sentido de manter o controle das relações externas da

economia, que lhes propiciava a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado para o tipo de economia primário-exportador” (Antunes, 1982, p. 67)

No estado varguista, em virtude do crescimento do processo de industrialização e dos processos de luta dos trabalhadores, houve a criação de “uma regulamentação ao mundo do trabalho até então demasiadamente incipiente e restrita a algumas categoriais de relevo para o desempenho da economia agroexportadora” (ANTUNES, 1982, p. 73) que, apesar de uma legislação minimamente protetora, incluía uma política de controle sindical, que tinha como objetivo desmobilizar as lutas, instaurando uma nova ordem econômica dirigida para a industrialização (ANTUNES, 1982), contudo, sem ampliar aos trabalhadores rurais. Apesar das políticas de investimento estatal, o processo transformou o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado, preservando a estrutura da divisão internacional, enquanto fornecedor de matérias primas.

O resultado foi a criação da CLT. Esta surge enquanto mecanismo de manutenção dos direitos trabalhistas e previdenciários em uma conjuntura de contenção do avanço das lutas sociais com o avanço do socialismo no mundo, que se deu com a Revolução Russa e instauração de revoluções em vários países da Europa (ANTUNES, 1982). O resultado foi a conquista de direitos sociais trabalhistas e previdenciários pela classe trabalhadora em alguns países da Europa, que resultou no denominado *Wellfire State* e, nos países periféricos, a criação de um sistema mais residual. Ambos constituíram em um esforço para conter o avanço das lutas trabalhistas, para manter o controle do sociometabolismo, como assim desmistificou Mézáros (2011).

Desse modo, a criação da CLT representou um esforço do Estado para conter o avanço da classe trabalhadora na década de 1930 rumo aos processos de emancipação, conforme entende Antunes (1982). Neste sentido, o processo de formação da sociedade brasileira, no contexto da divisão internacional do trabalho continuou sendo fornecedora de matérias-primas para os países centrais. Sendo assim, forja-se uma classe operária com graus deficientes no que diz respeito ao processo de organização. Neste contexto, a política varguista fascista foi de fundamental importância no combate ao processo de luta dos trabalhadores, quando instituiu o Decreto 19.770 que, dentre outras coisas, foi responsável pela proibição e limite à sindicalização dos estrangeiros.

Nessas circunstâncias, apesar dos avanços trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora durante o Governo Vargas, um dos reflexos do embate entre os setores modernizantes da burocracia varguista e a ordem agrária conservadora foi a versão final da Consolidação das Leis Trabalhista, CLT, ou seja, o pacto das elites que estabeleceu a hegemonia da burguesia urbana sobre a aristocracia rural se estendeu também aos trabalhadores do campo, por meio da legislação trabalhista. Conforme Welch, a CLT foi

Considerado o maior marco jurídico na intervenção do Estado na relação capitalXtrabalho ao longo do período republicano, a CLT concedia aos trabalhadores rurais uma proteção legal bastante limitada em relação ao que foi outorgado ao operariado urbano. As prerrogativas garantidas legalmente à classe trabalhadora rural estavam limitadas aos direitos ao salário mínimo (art.76-128), as férias anuais (art.129-131), ao contrato de trabalho (art.442-467), o aviso prévio (art.487-491) e limitações para os pagamentos em bens em vez de moeda corrente (art.506), (WELCH, 2010).

Apesar da conquista de direitos, o processo de superexploração do trabalho no campo pela via do assalariamento que havia iniciado se manteve inalterado, pois, a inexistência de leis que regulamentassem o trabalho rural só veio durante os anos sessenta, com o Estatuto do Trabalhador Rural, ETR.

Desse modo, é importante ressaltar que, mesmo depois da promulgação do referido Estatuto, o processo de exploração da força de trabalho rural não cessou, ou seja, nem um sistema legal foi suficiente para romper com o processo de superexploração da força de trabalho no campo. Muito pelo contrário, esse processo se acentuou em alguns casos, pois, o assalariamento rural foi responsável por um processo de desarticulação da luta camponesa, especialmente das Ligas que possuíam um caráter autônomo e poder contra o processo de exploração. A exemplo da CLT, a criação do ETR representou uma forma de contenção das lutas sociais dos trabalhadores rurais, ou seja, o estatuto é uma expressão ideológica do Estado populista, como entende Ferrante (1976).

Desse modo, no contexto da divisão internacional do trabalho, coube ao Brasil, enquanto formação social periférica, a produção de matérias-primas, produtos agrícolas para os países centrais. Dessa maneira, a exploração da força de trabalho e a garantia de taxas de lucros mais vultosas aos países do centro do capitalismo foi mantida. No entender de Amaral e Carcanholo (2009) com base nas ideias de Marini (2000), esse processo garantiu aos países colonizados, condição de dependência, já

que no mecanismo das trocas mercantis, sempre estiveram numa condição de subserviência aos países do centro.

Apesar da tese do subimperialismo⁸⁹ exposta por alguns intelectuais no atual contexto do capitalismo para a realidade brasileira, entende-se que o Brasil, apesar de possuir empresas multinacionais é dependente tecnológica e financeiramente aos países centrais. Apesar do desenvolvimento do agronegócio no país e da industrialização da agricultura, é importante destacar que essa exploração se dá em todos os ramos da atividade produtiva e não especificamente na produção agrícola.

Analisando o processo de constituição da economia mundial que integra as economias nacionais ao mercado global, observa-se que as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras. As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. E a geração deste excedente não se dá nos países periféricos, por conta da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho (MARINI, 1991)

Além da exploração da força de trabalho na indústria, o processo de exploração da força de trabalho, nos países de economia periférica dependente, se deu em uma proporção ainda mais significativa na agricultura, num processo que Harvey (2005) denominou de “novo imperialismo”, caracterizado pela acumulação por espoliação, ou seja, o capitalismo explora tanto os recursos naturais quanto a força de trabalho, sem a necessidade de expropriar os trabalhadores. Sobre a temática do imperialismo é importante destacar que, apesar das suas múltiplas denominações, para a literatura marxista, especialmente no atual contexto da acumulação capitalista, representa a “política expansionista do capital financeiro”, conforme entende Trotsky (2011). Neste contexto, as empresas capitalistas, além de não produzirem, se apropriam da produção com condições de preço que permitam graus de lucratividade elevados. Esse processo Marini (1991) observou em todos os denominados países

⁸⁹ A tese do subimperialismo destaca o atual debate sobre a posição do Brasil no contexto internacional. Segundo esta, o Brasil é um país imperialista na América e subimperialista. Ver pequeno texto de BOITO JR, Armando. Imperialismo brasileiro? Uma polêmica teórica e política. Revista Crítica Marxista. n.36. 2013.

dependentes. Essa condição de dependência se explica por essas relações desiguais e que estão circunscritas na divisão internacional do trabalho.

Desse modo, ao analisar o avanço da atividade industrial na Inglaterra identificou que o homem está sendo apenas um apêndice da máquina (MARX, 2001). Ao invés de utilizar as potencialidades da máquina, o homem se tornou refém desta. Ao invés da máquina trabalhar para redução da exploração humana, acentua-a. Além de representar a fragmentação do trabalho individualmente, a divisão do trabalho representou também a fragmentação da classe trabalhadora, agravando a diferença entre trabalho manual e intelectual. Assim, além de limitar a capacidade genérica do ser humano, provocou uma divisão de ganhos desigual, ou seja, além de mutilar o ser humano do desenvolvimento de suas potencialidades, imprimiu formas de valorização diferenciadas e fragmentou o ser social.

Quanto aos trabalhadores assalariados, ressalta-se que as atividades onde há uma especialização produtiva, as relações salariais são necessariamente mais elevadas, se comparada àquelas que requerem menor qualificação. Apesar de atividades que requerem força de trabalho especializada, os níveis salariais são baixos, conforme tabela 23.

Tabela 23⁹⁰ - Rendimento médio nominal mensal dos ocupados segundo sexo e grupamentos da atividade econômica, Brasil 2004 e 2011.

Grupamentos de atividade	2004			2011		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Agrícola	615	346	584	825	524	783
Indústria de transformação	1.223	658	1.017	1.487	918	1.278
Construção	768	1.346	781	1.103	1.714	1.117
Comércio e reparação	1.104	747	972	1.373	945	1.198
Alojamento e alimentação	928	625	782	1.165	824	985
Transporte, armazenagem e comunicação	1.348	1.195	1.330	1.510	1.283	1.480
Administração pública	1.775	1.622	1.718	2.364	2.012	2.221
Educação, saúde e serviços sociais	2.089	1.101	1.323	2.420	1.455	1.678
Serviços domésticos	478	340	349	718	493	509
Outras atividades	1.844	1.339	1.656	2.315	1.620	2.039
Total	1.132	789	996	1.463	1.073	1.303

Fonte: Dieese. Elaborado a partir de dados do IBGE/Pnad. 2011.

⁹⁰ Departamento Intersindical e Estatísticas de Estudos Socioeconômicos, DIEESE. Estudos e Pesquisa. O emprego doméstico no Brasil. n. 68. Ago. 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>. Acesso em 04 de jul. 2015.

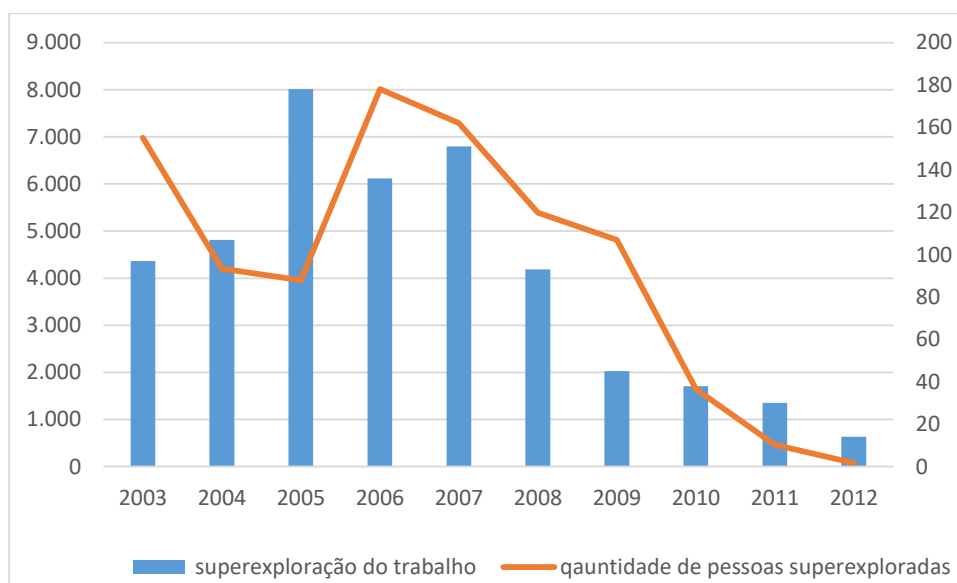
De acordo com dados da tabela acima, o rendimento médio dos trabalhadores agrícolas até o ano de 2011 só não é menor do que as atividades laborais domésticas e outras atividades não especificadas, ou seja, aqueles casos que se encontram como subproletarizados. Cabe ressaltar, no entanto, que o trabalho doméstico ainda não havia passado pela regulamentação. Nesse contexto, o trabalho agrícola, particularmente aquele relacionado à esfera da grande produção e, portanto, ligado às relações de assalariamento, além de ser realizado por um número reduzido de trabalhadores, se insere na divisão do trabalho como sendo uma das formas de trabalho com os menores índices de remuneração.

A exemplo do que ocorre no processo fabril, o comando do capital que se dá com o assalariamento produzido pela industrialização da agricultura tem criado uma subsunção real do trabalho ao capital. A exemplo das atividades produtivas, na agricultura, o capital passou a comandar as atividades, ainda que os camponeses possuam graus de “autonomia”. Como aquilo ocorrido no processo fabril, característico do regime de acumulação fordista/taylorista, é importante destacar que o processo de industrialização da agricultura criou um trabalhador coletivo cada vez mais distanciado do produto do trabalho, contudo, articulado à produção mundial, ou seja, o processo de assalariamento criou um produtor de mercadorias e não produtor de valor de uso para si. Nessas circunstâncias, forja um produto que entrará na esfera mercantil para ser tanto produzido por um conjunto de trabalhadores distantes como consumidos pelo mercado mundial em um processo de mundialização da agricultura. Do ponto de vista do desenvolvimento das atividades laborais nas empresas agrícolas capitalistas, os trabalhadores menos qualificados se submetem às mais degradantes condições de trabalho.

Apesar de conquistas trabalhistas no Brasil, fruto das lutas históricas da classe trabalhadora, bem como, daquelas durante o governo Vargas e que se prolongaram por todo o regime de acumulação fordista/taylorista, nos anos 90, a implementação das políticas neoliberais de cunho descentralizado, teve como fundamento os novos sistemas de regulação do trabalho, cujo alicerce foi a mudança da base tecnológica, visão contratualista e fragmentação dos sistemas de regulação, tendo como base a modulação da jornada de trabalho, conforme entende Dedecca (1997).

No Brasil, até os anos oitenta do século XX, ressalta-se que a produção de capital se dava na esfera produtiva. Apesar das trocas serem desiguais, na conjuntura de implementação das políticas neoliberais em que prevalece a especulação financeira, o processo de exploração do trabalho produtivo pode chegar a níveis consideráveis, especialmente se os pactos de austeridade ditados pelas instituições financeiras internacionais prevalecerem nas orientações das políticas econômicas, como aquelas orquestradas pelo Consenso de Washington. Neste sentido, a exploração do trabalho será consideravelmente mais acentuada devido à forma de capitalismo desenvolvido, aquele pautado na dependência e reprimarização.

Gráfico 21 – Superexploração da força de trabalho no Brasil – 2003 a 2012.



Fonte: CPT, 2013.

Apesar das dificuldades de registros de dados, os números da exploração do trabalho na última década diminuíram consideravelmente no governo Lula e parte do primeiro mandato do Governo Dilma, tanto em número de conflitos como pela quantidade de pessoas envolvidas, conforme demonstra o gráfico 21. Um dos principais mecanismos que inibiram a permanência dos altos índices foi tanto a pressão internacional por meio da Organização Internacional do Trabalho, OIT, como da pressão dos movimentos sociais e instituições da classe trabalhadora (CPT, SDDH, MST e CONTAG⁹¹), quanto por meio de mecanismos institucionais de controle

⁹¹ Apesar da presença de lideranças sindicais e de movimentos sociais nos Governos do PT, de um lado, houve redução das lutas sociais, contudo, vários processos de enfrentamento se desenvolveram.

social desenvolvidos pelos respectivos governos. Também houve intensificação da fiscalização, ainda que esta seja insuficiente. A exemplo do número de conflitos no campo terem permanecido ainda elevados, o processo de superexploração do trabalho rural ainda é alto, especialmente em um contexto de aprofundamento das políticas de reprimarização da economia com o fortalecimento do agronegócio.

A implementação das políticas neoliberais foi responsável pelo aumento considerável do trabalho temporário em todos os setores da economia. A agricultura, especialmente as lavouras temporárias, como a soja, apresenta picos de contratação nas épocas de safra e, assim, sofre pouca influência do trabalho temporário, porém, a extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores assalariados, reduziu a margem de lucro dos capitalistas, especialmente dos médios produtores que passaram a adotar medidas para não deixar de contratar o assalariado.

A natureza sazonal da atividade agrícola, diferentemente da atividade fabril e terciária, impossibilita a formação de um mercado de trabalho nesse setor. Isso implica afirmar que essa atividade requer o número substancial de força de trabalho em um período específico (safra). Nesse sentido, ao longo da história foram criadas algumas propostas no sentido de solucionar o processo de sazonalidade do assalariamento rural temporário. Conforme Rezende (2006), tais propostas se deram, especialmente em um contexto de reestruturação produtiva, ou seja, se no contexto de não aplicação das políticas neoliberais, o trabalho assalariado já era uma atividade degradante e mal remunerada, após as propostas de reestruturação produtiva houve intensos processos de perdas salariais. Desse modo, as principais propostas de intervenção para solucionar o trabalho temporário foram: a criação das “cooperativas de mão-de-obra”; a legalização do “turmeiro”; o “condomínio dos empregadores rurais” e o projeto de criação dos “lotes”.

Quanto ao projeto de criação das “cooperativas de mão-de-obra⁹²” é possível afirmar que, a redução dos custos com produção para obter maior competitividade no

⁹² A intermediação da força de trabalho por meio de cooperativas iniciou-se no Brasil, a partir dos anos 1990, especialmente a partir da política do Governo FHC, depois da mudança do art. 442 da CLT, que trata do contrato individual de trabalho, ou seja, fazendo com que inexista vínculo empregatício entre a cooperativa e o trabalhador associado. Desse modo, o que está por trás das cooperativas é uma forma de contratação de força de trabalho por meio da terceirização. Sendo assim, as cooperativas de mão-de-obra foram criadas para possibilitar a terceirização do trabalho. No campo, um dos maiores exemplos ocorreu no Estado de São Paulo, quando aproximadamente 200 mil trabalhadores rurais relacionados ao setor da citricultura perderam o emprego permanente e se tornaram temporário em cooperativas, ou seja, os novos contratos foram realizados entre os produtores e cooperativas e,

mercado globalizado, redução dos gastos com os salários, encargos previdenciários, sociais e trabalhistas, tem feito com que muitas empresas se utilizem de cooperativas de trabalho para obter força de trabalho barata. Além disso, o fato das cooperativas não configurar vínculo empregatício nem com o trabalhador, tampouco com os tomadores de serviço, faz com que as empresas reduzam seus gastos com a força de trabalho, já que esta não é uma obrigação sua, mas das cooperativas e no final de ninguém.

Com a ilegalidade das cooperativas, decretada pelo Ministério Público do Trabalho, tentou-se legalizar o “turmeiro”. O turmeiro, gato ou pretexto é o intermediário entre os trabalhadores assalariados e os empregadores. Segundo Rezende (2006), havia um projeto de Lei nº 2.371 de 1976. Seria uma empresa de trabalho temporário que alugaria o trabalhador temporário às empresas, ficando os direitos trabalhistas e previdenciários a cargo das empresas contratantes. Além de lançar os direitos dos empregados para custo das empresas, o projeto previa um capital elevado, cerca de 500 vezes o valor do salário mínimo vigente, tornando o projeto inviável.

Por outro lado, se o projeto de legalização dos turmeiros foi inviável, tentou-se estabelecer os “condomínios de empregadores⁹³”. Segundo Barreto (2009), essa modalidade de contratação de trabalhadores surgiu na França, em meados da década de 1980, em função da necessidade de contratação de mão-de-obra temporária. Enquanto na França originou-se no meio urbano em seguida foi implantado no meio rural, no Brasil foi implantado primeiramente no meio rural.

Segundo Barreto (2009), esse método foi usado no Brasil inicialmente no setor da cana-de-açúcar no Paraná, no município de Londrina em 1995. Desse modo, em 1999 o Ministério do Trabalho e Emprego regulamentou o “condomínio de

consequentemente, retira o contato entre capital e trabalho. A modalidade de terceirização, além de colocar entraves aos trabalhadores, despolitiza o trabalhador, fazendo com que os sindicatos deixem de atuar.

⁹³ O condomínio não é uma associação, tampouco uma pessoa jurídica. É uma relação de contratação de força de trabalho distinta da relação bilateral (patrão/empregado). Assim sendo, é um ajuste de vontades entre vários produtores. Na realidade, essa proposta seria mais viável em uma área de policulturas, pois, em áreas de monoculturas, se torna inviável, uma vez que os trabalhadores não teriam ocupação a não ser se fossem para outras áreas de atuação das empresas associadas. A organização dos condomínios de empregadores rurais é também uma forma de organização do trabalho e manutenção de um trabalhador dócil e habituado à produção capitalista, conforme entende Braverman (1987) e distante da atuação dos sindicatos, pois, além da distância das relações com as organizações sindicais e classistas, as empresas terão trabalhadores disciplinados e com grandes desempenhos laborais, já que estes são pré-requisitos essenciais para adentrar ao condomínio.

empregadores rurais”, por meio da Portaria nº 1.964 de 1 de dezembro de 1999. Apesar de técnicos do MTE avaliarem a criação de condomínios de empregadores como viável pela garantia de direitos aos trabalhadores, especialmente no que diz respeito à manutenção da carteira de trabalho, é rentável ainda mais aos empregadores, especialmente com a redução com os custos trabalhistas e previdenciários, particularmente no que se refere à taxa previdenciária, cuja queda é de 90%. Além disso, é importante destacar que, tanto as cooperativas de mão-de-obra, quanto os condomínios de empregadores, além da quebra da essência do cooperativismo, trazem prejuízos aos trabalhadores, especialmente no que se refere à captura da subjetividade. Além de adaptado a uma organização do trabalho sem conflitos, sem intermediação sindical e sem formação política, o empregador se livra do embate direto com o trabalhador assalariado, ou seja, prevalece a lógica da conciliação de classe ao invés da lógica conflitiva e, desse modo, sem luta por direitos e, ainda que haja, essa luta está dissociada da classe.

A proposta de criação dos “lotes”, se pautou no projeto de Rangel (2000), intitulado “propriedade minifundiária familiar” que se baseava no entendimento de que o trabalhador temporário passaria a trabalhar como trabalhador permanente nas lavouras. Em compensação teria um lote de terra para desenvolver as atividades produtivas familiares, ou seja, em épocas de plantio e colheita desenvolvia suas atividades laborais assalariadas e, nas demais épocas do ano, trabalharia em seu lote de terra, próximo ou dentro das propriedades latifundiárias. Desse modo, além de reduzir o processo migratório para as cidades, faria com que os trabalhadores saíssem de condições de instabilidade. Na realidade, essa proposta seria uma reedição do antigo sistema de colonato, característico nas lavouras de café antes do processo de criação da CLT, quando os trabalhadores exerciam suas atividades laborais durante o período de plantio e colheita do café. Segundo Rangel (2000), a dinâmica, além da garantia de manutenção do trabalho assalariado, necessário ao desenvolvimento capitalista no campo, resolveria a questão da migração para as cidades.

Essas propostas foram criadas em um contexto de reestruturação produtiva e, dessa forma, visavam uma redução dos custos com a força de trabalho. Essas políticas, são as vias de mão dupla da composição orgânica do capital. Com o entendimento de que os capitalistas precisam explorar cada vez mais a força de

trabalho para auferir taxas mais elevadas de lucro, passou-se a buscar novas formas de compra de força de trabalho, ou seja, com a tendência decrescente da taxa de lucro, para ser mais competitivo era necessário aumentar os meios de produção (máquinas e tratores) e reduzir custos com a força de trabalho. Desse modo, além de produzir mais, o empregador precisaria de menos força de trabalho operando máquinas.

As políticas de ajuste fiscal do Governo FHC, direcionadas pelo FMI, acabaram fazendo com que o MTE, intensificasse a fiscalização do trabalho rural assalariado, especialmente as cooperativas de trabalhadores. Desse modo, é possível identificar que durante o governo FHC a fiscalização foi mais coercitiva, pois, além do governo precisar garantir receitas por meio da legalização do assalariamento rural, os sujeitos sociais, STTRs, do MST, CPT, e demais movimentos que lutam pelo fim do trabalho escravo e condições degradantes de trabalho, fizeram com que o governo aumentasse a fiscalização. Desse modo, o avanço da mecanização nos anos 90, associado à adoção de novos métodos de organização do trabalho diminuiu a quantidade de empregos.⁹⁴

Apesar das várias modalidades e formas de exploração da força de trabalho, em Balsas, os processos de contratação se deram pelas próprias fazendas, contudo, ainda é muito frequente a presença dos “gatos”. Assim, percebe-se que algumas propostas para manutenção do trabalho assalariado, especialmente o temporário, no atual contexto de aprofundamento das políticas neoliberais trazem alguns problemas aos trabalhadores, como a redução dos direitos trabalhistas e previdenciários que, além de deixar o trabalhador mais vulnerável, propiciaria aumento da exploração da força de trabalho, especialmente a temporária que é o elo mais fraco da produção capitalista do espaço rural. No contexto de prevalência das políticas neoliberais, caracterizado pela restrição do capital produtivo e aumento do capital financeiro, a

⁹⁴ Diferentemente do mundo do trabalho fabril e terciário, que tiveram conquistas substanciais, sobretudo, durante o período caracterizado pelo fordismo/taylorismo, a tese da precarização não pode ser atribuída, aos mesmos moldes, ao trabalho rural, pois, além de maior parte do trabalho já ser precário, ou seja, de natureza temporária, a conquista dos direitos trabalhistas e previdenciários se deu simultaneamente em um contexto de perdas, a partir do processo de reestruturação produtiva com as políticas neoliberais.

implementação do ajuste fiscal pelo Governo Temer, tem colocado na agenda política uma série de projetos⁹⁵ responsáveis pela precarização das relações de trabalho⁹⁶.

Desse modo, é importante considerar que apesar de aparência universal, o Estado além de ser uma construção social, apresenta um viés classista. Desse modo, as políticas desenvolvimentistas que tem como base a hegemonização da classe burguesa nas suas mais variadas frações (infraestrutura, crédito e modernização da agricultura) tem sido criada para garantir a reprodução sociometabólica. Dessa maneira, os processos de implementação de uma política conservadora que tem se caracterizado no atual contexto pode institucionalizar formas de exploração ainda mais acentuadas da classe trabalhadora. Caso a aprovação desses projetos se efetive, abre espaço aos monopólios capitalistas, expressos na produção de *commodities* agrícolas que exploram o campo maranhense.

Dessa forma, o imperialismo, expresso pelos grandes monopólios (*tradings instituições financeiras*) tem produzido uma dinâmica extremamente desigual no

⁹⁵ Além dos projetos de lei citados, existem aqueles que atingem diretamente os trabalhadores do setor público, como, o Projeto de Lei 4302/1998 que regulamenta a terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado). Esse projeto, além de regulamentar a terceirização na atividade meio, terceiriza ainda a atividade fim.

⁹⁶ O projeto de Emenda Constitucional, PEC 18/2011 que reduz a idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos; o projeto de Lei PL 427/2015 que institui o acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador; o PL 948/2011 e PL 7549/2014, que trata do impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho; o PL 1875/2015 que trata da suspensão de contrato de trabalho; o PL 4193/2012 que tem como base a prevalência do negociado sobre o legislado nas relações trabalhistas; o PL 7341/2014 que tem como base a prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho; o PL 8294/2014, que tem livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato; o PL 3785/2012 que trata da regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora; o PL 1463/2011 que estabelece do Código de Trabalho; o PL 5019/2009 que reduz a jornada de trabalho com redução de salários; o PL 6.411/2013 que veda a ultratividade das convenções ou acordos coletivos; o PL 6.906/2013 que cria o consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores; os PLS 3.842/2012, PL 5.016/2005 e PL 432/2013 que regulamenta a emenda constitucional 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal; o PL 450/2015 que estabelece o simples trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos; PLP 51/2007 e PLS 550/2015 que extingue a multa de 10% por demissão sem justa causa; o PDC 1408/2013 e PDS 43/2015 que susta a Norma Regulamentar 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos; o PL 5140/2005 que trata da execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica; o PL 2409/2011 que trata do Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho; o PDC 1358/2008 que susta a Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto; o PDC 1615/2014 que susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário; o PL 2820/2015 e PL 726/2015 que estabelece a jornada flexível de trabalho; o PL 3342/2015 que estabelece o trabalho de curta duração; a PEC 127/2015 que trata da transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal; o PL 3871/2015 que trata da aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, as regras do Código de Processo Civil; e o PL 3146/2015 reforma da execução trabalhista.

Maranhão, como assim entende Mesquita (2011a), baseada no binômio economia primário-exportadora e financeirização. Na realidade, na periferia do capitalismo, as expressões do capitalismo tendem a se intensificar, por meio das produções destrutivas. Essa dinâmica se dá com os grandes projetos minero-metalúrgicos e agropecuários com a produção de soja. Em ambos os casos são projetos caracterizados por produção de *commodities*, responsáveis pela desarticulação da agricultura tradicional e extrativismo. No entanto, as formas produtivas/destrutivas, além de empregar baixa quantidade de força de trabalho, geram grande exploração da força de trabalho.

No atual contexto de prevalência do capital financeiro e redução do capital produtivo, a garantia de taxas mais vultosas de exploração dos trabalhadores por parte dos capitalistas torna-se um dos mecanismos mais rentáveis, pois, o importante para os monopólios é a possibilidade de extração de mais-valia em espaços periféricos. Nesse sentido, em uma obra básica que trata da relação entre monopólio (concentração de riqueza) e miséria, Harnecker e Uribe (1979), demonstraram que os monopólios prejudicam os trabalhadores e a população em geral, pois, além de limitar a produção, fixam o tipo e qualidade da produção e impedem que os avanços tecnológicos sejam aplicados em detrimento do conjunto geral da população, pois, além de usarem o Estado em benefício próprio, produzem sem pagar impostos e controlam os preços. Desse modo, à medida que se aprofundam os monopólios, a concentração de riqueza também aumenta e, nessas proporções, criam uma superpopulação relativa.

Apesar dos grandes projetos serem responsáveis por um elevado processo de devastação dos recursos naturais, a exploração da força de trabalho é uma condição necessária para o desenvolvimento da “revolução verde” que, depois do rentismo, tem sido o suprassumo do imperialismo⁹⁷ no campo. Assim sendo, essa dinâmica se apoia no desenvolvimento das forças produtivas no campo, caracterizado pela combinação das formas diferenciadas de acumulação (primitiva e toyotista).

Realizada essa distinção, entende-se que capital e trabalho se desenvolvem em lógicas totalmente diferenciadas. Para o capital, quanto mais as relações de

⁹⁷ É importante destacar o uso do termo periférico ao invés de subimperialista, pois, entende-se que, apesar do Brasil possuir algumas multinacionais que se ramificaram nos últimos anos, para haver um processo imperialista, o país precisaria de instituições financeiras que se destacassem no cenário internacional que mantivesse posição de controle de corporações.

trabalho se tornarem precarizadas, maiores são as possibilidades de auferir altas taxas de lucro, por isso, entende-se que as relações flexibilizadas são viáveis em última instância, às grandes empresas, portanto, aos monopólios de produção de *commodities*.

Desse modo, analisou-se que a relação entre capital e trabalho é regulada especialmente pela exploração do trabalho. Uma das políticas implementadas pelos países no atual contexto neoliberal tem sido a reestruturação produtiva que, em outros termos, representa a redução considerável da força de trabalho na produção, tanto nos setores fabril e terciário, como no caso da produção *commodities* agrícolas. Nessa, a maior expressão da reestruturação produtiva seria o processo de intensificação do projeto do agronegócio, pois, a dinâmica do trabalho rural já é temporária. Assim, a sazonalidade do assalariamento é um mecanismo de reprodução da exploração da força de trabalho. Essa dinâmica de exploração do trabalho tem se aprofundado para o processo de criação de um mecanismo baseado nas relações de trabalho escravo.

3.6. O trabalho escravo enquanto parte constitutiva da produção de soja

A superexploração do trabalho no Brasil não é uma exclusividade do atual período, tampouco do contexto recente de inserção das relações capitalistas no campo, pois, desde o período colonial tem havido essa dinâmica. Confirmando a tese do desenvolvimento desigual e combinado, o escravismo no Brasil, atravessou toda sua trajetória histórica. Desde o período colonial, com a escravidão, até a constituição de um mercado de trabalho, particularmente com a produção do café e avanço da industrialização, o trabalho escravo sempre esteve presente na dinâmica capitalista. Neste sentido, a exploração do trabalho no Brasil apresenta-se como um processo histórico e, diante das proporções, ainda apresenta um caráter extremamente perverso.

Neste sentido, a sociedade colonial brasileira baseada de um lado, em uma aristocracia rural, produção de matérias-primas voltadas para o mercado externo e estrutura fundiária concentrada e, de outro, numa massa de trabalhadores sem salários, impediu a formação de um mercado interno e conseqüentemente o

desenvolvimento de um capitalismo nacionalista. Neste sentido, é com a implantação do assalariamento, mais especificamente com a monocultura do café que se tem um processo de formação de um mercado interno, ainda insipiente, que possibilitou a formação de um parque industrial, primeiramente, porque grande parte dos trabalhadores escravos e camponeses passaram a integrar o exército industrial de reserva para ser incorporada a esse novo contexto.

De acordo com dados da OIT⁹⁸(2014), produzidos em relatório, a superexploração do trabalho gera anualmente no mundo um lucro de aproximadamente de 150 bilhões de dólares. Desse total,

“9 bilhões são gerados na agricultura, 34 bilhões de dólares na construção civil, indústria, mineração e serviços e 8 bilhões de dólares economizados em residências privadas que, ou não pagam, ou pagam menos que o devido aos trabalhadores domésticos submetidos ao trabalho forçado” (OIT, 2014).

Ainda conforme dados da OIT (2014), aproximadamente 90% do total (18,7 milhões de pessoas) estão no setor privado. Das 21 milhões de pessoas, 14,2 milhões (68%) são explorados nos trabalhos domésticos, na agricultura, indústria e demais atividades econômicas. América Latina e Caribe possuem 1,8 milhões de pessoas ou 9%. Economias desenvolvidas e União Europeia (1,5 milhões ou 7%), Europa Central, Sudeste Europeu e Comunidade dos Estados Independentes (1,6 milhões ou 7%) e Oriente Médio (600 mil ou 3%).

Em economias dependentes como a brasileira, Fernandes (1987) demonstrou que a permanência das mais variadas relações de trabalho é compatível com o desenvolvimento capitalista, cuja natureza é desigual e combinada. Neste sentido, a dinâmica de exploração se deu por meio da direção, controle, apropriação e expropriação econômica das economias dependentes pelas economias hegemônicas, na medida que, essa dinâmica é satelitizada, porém, permaneceu sob o capitalismo, a partir de um mecanismo desigual de troca. A dominação externa amplia-se pelas relações de dominação interna, na medida que a classe dominante interna ligada aos grandes monopólios, com o auxílio do Estado, superexploram e dominam a massa da população — população trabalhadora e excluída — para garantir seus próprios

⁹⁸Relatório produzido pela Organização Internacional do Trabalho, OIT. International Labour Office, ILO. Profits and poverty: the economics of forced labour. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/trabalhoescravointegra_1135.pdf. Acesso em: 09 jul. 2015.

privilégios e a partilha do excedente econômico com as burguesias das economias hegemônicas.

Sendo assim, os monopólios que representaram como movimento de totalização se caracterizam pelas formas mais destrutivas presentes no agronegócio, tendendo a criar uma força de trabalho mais “vulnerável e submetida à exploração”, pois, enquanto no trabalho de natureza familiar, a apropriação da renda é realizada pelo próprio trabalhador, ou seja, enquanto produz diretamente para si e comercializa com as empresas, os trabalhadores assalariados são submetidos a graus de exploração devido à apropriação do sobretrabalho pelo capitalista⁹⁹, como bem demonstrou Araújo (2011) e Marx (2002).

Nestas condições, a natureza desta modalidade de emprego está sujeita às condições mais degradantes, tendo em vista que no atual contexto tem prevalecido condições de trabalho pautadas na contratação temporária. Além de não possuir direitos, devido à natureza do contrato ficar restrita às decisões patronais e, além de não possuir vínculo empregatício, está submetido às mais degradantes condições de trabalho, pois, muitos trabalhadores estão submetidos às condições de trabalho escravo, conforme mostra tabela 24:

Tabela 24 - Operações de fiscalização do trabalho escravo no Brasil - SIT/SRTE, 1995 a 2013

Ano	Operações	Estabelecimentos Inspeccionados	Trabalhadores Resgatados	Pagamento de Indenização	Als Lavrados
2013	179	300	2.063	8.236.288,02	4.327
2012	141	255	2.750	9.676.387,36	3.753
2011	170	341	2.485	6.159.707,42	4.493
2010	142	310	2.628	8.786.424,89	3.976
2009	156	350	3.769	5.908.897,07	4.535
2008	158	301	5.016	9.011.762,84	4.892
2007	116	206	5.999	9.914.276,59	3.139
2006	109	209	3.417	6.299.650,53	2.772
2005	85	189	4.348	7.820.211,26	2.286
TOTAL	1.572	3.741	46.478	86.320.330	44.156

Fonte: MTE, SIT/SRTE, 2013.

⁹⁹ Resguardadas as devidas proporções especialmente aquelas em que prevalece a produção de subsistência com base na roça de toco, a produção é consideravelmente baixa e os pequenos produtores sobrevivem com dificuldades, portanto, apesar do trabalho por conta própria, assim como do baixo rendimento, em virtude das técnicas usadas, como é o caso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais maranhenses, inserir-se no assalariamento consiste em aumentar o padrão de renda e de consumo das famílias do campo.

Apesar de não dispor do quantitativo de força de trabalho em condições de escraidão, especialmente aqueles que estão empregados na esfera do agronegócio, números do MTE demonstram que nas áreas de prevalência do agronegócio existe uma quantidade considerável tanto de denúncias, quanto de operações e processos envolvendo trabalho escravo. Além de ser uma atividade produtiva que emprega um baixo quantitativo de força de trabalho com carteira de trabalho assinada, as lavouras de soja compreendem um quantitativo elevado de trabalho escravo. Os dados sobre o uso do trabalho escravo no Brasil, conforme apontam dados do Ministério do Trabalho e Emprego, MTE¹⁰⁰, são reduzidos se comparado à realidade.

Embora estas condições de trabalho não sejam uma exclusividade do agronegócio, pois, conforme Ramalho e Carneiro (2015), ao analisarem as relações de trabalho no Brasil destacam uma grande presença destas condições de trabalho, especialmente em áreas da Amazônia Brasileira, caracterizada pela produção de *commodities* minerais. Esse processo é mais intenso na produção de carvão (RAMALHO; CARNEIRO, 2016) e também na pecuária bovina. Assim, os autores entendem que o processo de territorialização do capital na Amazônia, produz relações de trabalho que vão muito além da mera exclusão.

Nas atividades onde prevalece o agronegócio, a exploração da força de trabalho tem se dado por meio de relações trabalhistas baseadas em condições de escravidão. É importante ressaltar que embora tenham sido criadas ações por meio do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), a luta contra o trabalho escravo ainda é uma meta a ser atingida, sobretudo, pelas entidades de classes, pois, apesar da fiscalização ter aumentado, a partir da publicação da Medida Provisória 2164/41¹⁰¹ de 24 de agosto de 2001, o quantitativo de trabalhadores resgatados é baixo, se comparado aos índices ainda existente. Dados do MTE mostram que de 1995 a 2010 foram resgatados 39.180 trabalhadores (as) em

¹⁰⁰ Apesar do trabalho com carteira assinada nos estabelecimentos produtores de soja, percebeu-se, em pesquisa *in locu*, que a jornada é elevada e as condições de trabalho não condizem com a realidade das 44 horas semanais, como assim determina a Organização Internacional do trabalho, OIT. Relatos dos sindicalistas afirmam que tanto a jornada, quanto as condições de vida dos trabalhadores são desumanas.

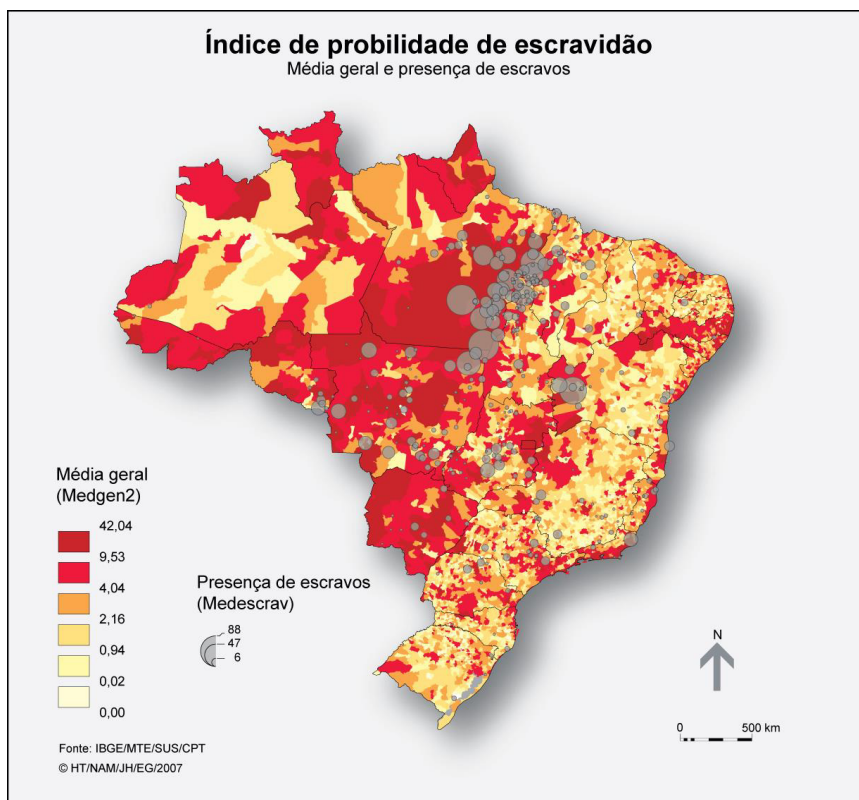
¹⁰¹ Essa medida Provisória altera a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis n- 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências. A partir desse contexto, a fiscalização tornou-se mais intensa, pois, a aplicação de multas às empresas que não cumpriam tais medidas possibilitou ao Estado maior poder de arrecadação.

condição de trabalho degradante. Somente no período de 2007 a 2008 foram resgatados 11.015 trabalhadores (as) e, em 2011, foram 2.628 trabalhadores(as).

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, a maioria dos trabalhadores escravos é proveniente de estados do Norte e Nordeste do país. Cerca de 40% dos trabalhadores escravizados no Brasil são maranhenses. Este estado lidera o *ranking* nacional de exportação de força de trabalho escrava, seguido do estado do Piauí, como atestam Lima e Cosandey (2012).

Apesar da figura 04 da página seguinte demonstrar que o resgate do trabalho escravo se dá em maior proporção na Amazônia Legal, mais especificamente no Estado do Pará, a origem desses trabalhadores, não corresponde ao mesmo local. Como pode ser visualizado na figura 04, os maiores índices de escravidão estão localizados na área de abrangência do Programa Grande Carajás, entre os Estados do Maranhão e Pará. Além da pecuária, Carneiro (2008) vem identificando que a atividade das carvoarias para guzeiras são aquelas que mais tem promovido trabalho escravo na Amazônia maranhense e paraense, retratando a face mais cruel dos grandes projetos desenvolvimentistas na periferia do capitalismo.

Figura 04 – Mapa do índice de probabilidade de escravidão no Brasil.



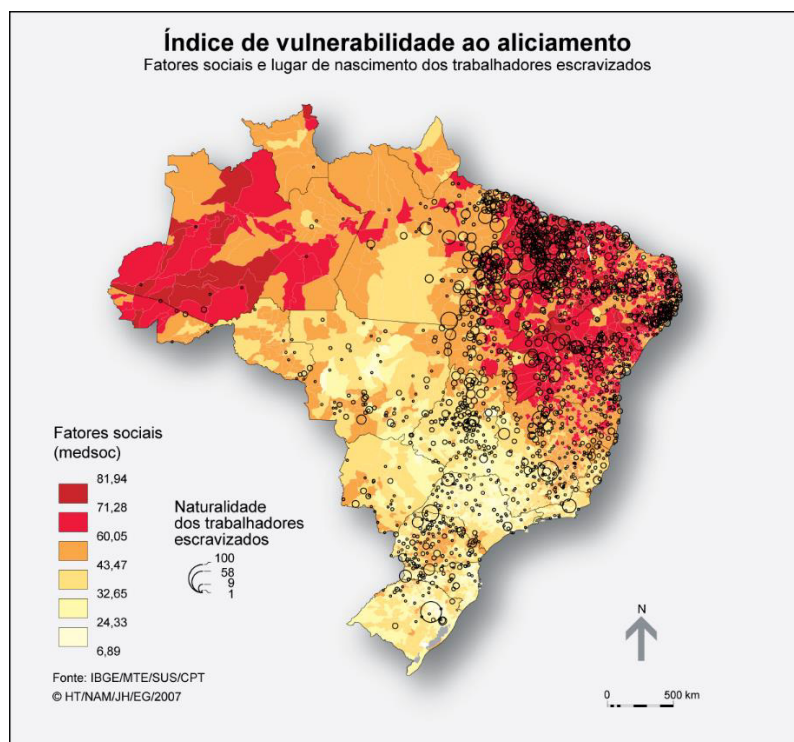
Fonte: Girardi et al, 2014.

A figura 4 ajuda a desmistificar que o Estado do Maranhão, devido aos baixos indicadores socioeconômicos é o território potencialmente “produtor” e maior “exportador” de trabalho escravo do Brasil. Como pode ser observado na figura 5, a origem dos trabalhadores submetidos à condição de escravidão está diretamente relacionada às condições objetivas, particularmente à falta de perspectiva de emprego e renda.

Como atesta a mesma figura, a Amazonia ao mesmo tempo em que é o território que concentra os maiores índices de pobreza do país, também é palco da produção de *commodities* agrícolas e minerais. O resultado desse processo é a grande concentração de taxas de escravidão, tendo em vista que as condições sociais em que se encontra a população contribui consideravelmente para que um grande contingente populacional se submeta às mais perversas condições de trabalho. Ramalho e Carneiro (2016) demonstram que uma parte considerável desses trabalhadores está empregada nas carvoarias usadas para produzir o carvão vegetal para as guzeiras. Além disso, o mapa abaixo revela que a origem dos trabalhadores submetidos à escravidão, tanto no próprio estado, como em outros, está concentrada no Maranhão, ou seja, em virtude dos baixos indicadores sociais e econômicos, o estado possui o maior grau de vulnerabilidade à escravidão, conforme figura 5.

A figura 5 ilustra que a origem dos trabalhadores submetidos ao trabalho escravo está na Amazônia Legal, especialmente nos Estados do Maranhão e Pará. Não é por acaso que a maioria dos municípios brasileiros com os índices de desenvolvimento humano, IDH mais baixos estão localizados nesta região. Se por um lado, o processo de origem da denúncia não corresponde ao mesmo local de origem dos trabalhadores submetidos à essa condição de trabalho, por outro, grande parte dos trabalhadores desses municípios da região, em virtude dos elevados índices de pobreza, estão submetidos a essas condições. Desse modo, além desestabilizar a pequena produção camponesa, a grande produção se utiliza das fragilidades socioeconômicas para superexplorar essa parte da força de trabalho, como entendem Schwarz (2008) e Umbelino (2014).

Figura 05 – Mapa do índice de vulnerabilidade à escravidão no Brasil.



Fonte: Girardi et al, 2014.

No Maranhão, as condições de pobreza, a estrutura fundiária concentrada, os baixos indicadores sociais e a ausência de políticas públicas, particularmente voltadas para o campo, associada à desarticulação da agricultura camponesa pelos grandes projetos são responsáveis por um processo de migração dos trabalhadores que, culmina com o processo de escravidão. Essas migrações, em geral, são realizadas para os Estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas e Mato Grosso. Como pode ser verificado na figura 6, os maiores fluxos de “escravos” partem do Maranhão, preferencialmente em direção à nova fronteira agrícola do Brasil, a Amazônia, para trabalhar na pecuária, extração de madeira e carvão vegetal, no Centro-Oeste e Sudeste, para trabalhar nas lavouras temporárias (corte da cana, soja, fruticultura, etc.).

Apesar de ser a região mais rica do país em termos de recursos naturais, as populações da Região Amazônica convivem com a escassez de recursos. Dados demonstram que grande parte dos municípios com os piores IDHs do Brasil, está localizada na Amazônia e um percentual mais elevado ainda no Maranhão. Tais condições objetivas são indispensáveis para a ocorrência do trabalho escravo, pois, como pode ser visualizado no mapa da página anterior, as regiões do Nordeste e mais

especificamente o estado do Maranhão, em virtude dos indicadores sociais irrisórios, são as áreas mais vulneráveis à escravidão do país, portanto, as áreas mais suscetíveis à originar escravos, uma vez que, a vulnerabilidade social e a falta de políticas públicas que valorizem a produção agrícola de base camponesa, tem feito com que muitos maranhenses se submetam à escravidão, especialmente fora do seu estado de origem, particularmente nas lavouras temporárias e pecuária bovina.

Dados atestam que grande contingente de ações trabalhistas na justiça ainda se dá devido à fiscalização aos locais de produção. Essa dificuldade decorre, seja pelo difícil acesso, seja pela distância dos locais, ou mesmo pela estrutura inadequada dos agentes fiscalizadores. É importante destacar que os dados relativos à quantidade de denúncia, embora importantes, são insignificantes e não refletem a realidade, pois, não representam o real efetivo de trabalhadores que ultrapassam a sua jornada diária de trabalho, ou permanecem sob as condições mais adversas para desenvolverem suas atividades laborais. Quanto ao acesso por parte dos fiscais do trabalho é importante registrar que são intimidados por produtores rurais que usam dos velhos métodos de pistolagem. Neste caso, é importante destacar que os trabalhadores da agricultura ainda são invisíveis perante o Estado, particularmente aqueles que exercem suas atividades laborais nos locais mais distantes e isolados geograficamente, onde as dificuldades de acesso por parte do Estado, nas suas mais distintas esferas, ainda são muito evidentes.

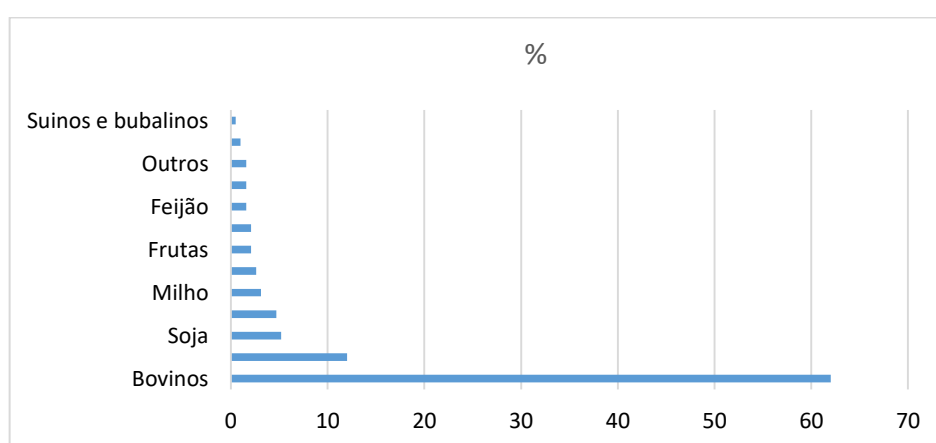
Como decorrência do exercício de auferir taxas mais substantivas de lucro entende-se que na agricultura brasileira existe um grande contingente de trabalhadores em regime de trabalho escravo. Isto se deve a uma série de questões desde a herança histórica do escravismo, bem como, uma série de outros fatores, como a pobreza e dificuldade de acesso a trabalhos nos locais de origens dos trabalhadores escravizados.

Quanto aos aspectos históricos é importante destacar que a história do Brasil se confunde com o processo de escravidão, particularmente dos negros oriundos da África. Contemporaneamente, as relações de trabalho com base na escravidão ainda é um fato recorrente na atual formação social. Sendo assim, as práticas escravocratas, embora com traços distintos àquelas presentes até praticamente o final do século XIX, preserva os mesmos objetivos da escravidão, mesmo as relações capitalistas de produção já tendo sido plenamente desenvolvidas. A coexistência de

tais relações de trabalho com as relações tipicamente capitalistas é próprio de economias da periferia do capitalismo que configura um desenvolvimento de caráter desigual e combinado. Não é porque o modo de produção capitalista se desenvolveu plenamente que as relações de trabalho deverão ser tipicamente capitalistas, ou seja, o fato de está sob a lógica de reprodução capitalista não implica dizer que as relações de trabalho escravo já foram eliminadas. Além disso, a presença do trabalho escravo no Brasil, contraditoriamente é fruto de relações praticamente opostas, no entanto, funcionalmente articuladas à dinâmica global da acumulação capitalista, como assim entende Mesquita (2011a).

Desse modo, é importante destacar que a categoria “trabalho escravo”, além de resultado de discussões baseadas em parâmetros filosóficos e jurídicos, é essencialmente histórica, portanto, fruto das lutas sociais e políticas que emergiram a partir de pressões de grupos de defesa dos direitos humanos, como a Comissão Pastoral da Terra e de sindicatos de trabalhadores rurais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). Na contemporaneidade, as principais manifestações do trabalho escravo nas atividades produtivas estão localizadas na área da pecuária bovina, conforme gráfico 22, entretanto, nas monoculturas da soja também não é muito diferente.

Gráfico 22 – Atividades produtivas das fazendas flagradas utilizando mão-de-obra em condições análogas à escravidão no Brasil.

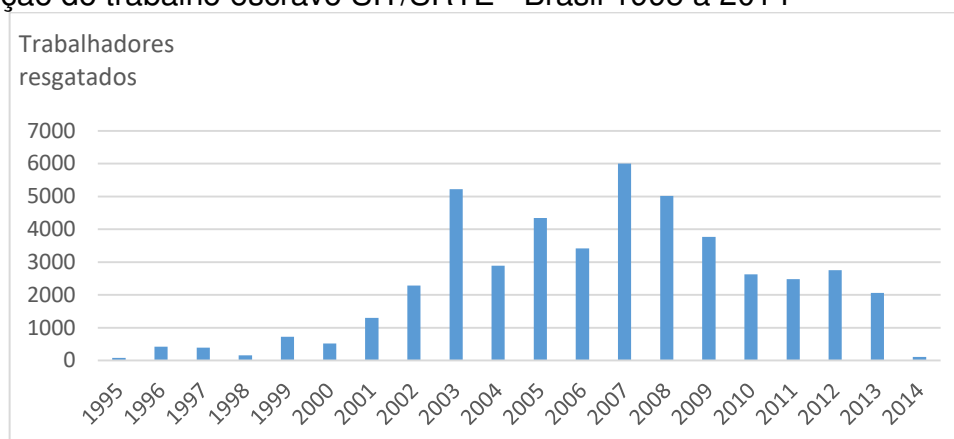


Fonte: OIT, 2007.

Apesar da difícil mensuração do quantitativo de trabalhadores em condições de escravidão no país, o gráfico 23 é revelador. Apesar do avanço da legislação e do

enfrentamento do Estado ao trabalho escravo, praticamente nos últimos anos, o quantitativo de trabalhadores em condição de escravidão é imenso, conforme pode ser observado no gráfico 23.

Gráfico 23 - Trabalhadores resgatados nas operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo SIT/SRTE - Brasil 1995 a 2014



Fonte: Elaborado pelo autor com base em DIEESE, Subseção Contag, 2014.

O baixo índice de resgate de trabalho escravo contemporâneo, conforme entende Umbelino (2014) durante o governo FHC não quer dizer que não houve registro dessa relação de produção. Ao mesmo tempo em que houve a intensificação da pressão social, tanto dos organismos internacionais, quanto dos movimentos sociais locais (CPT, MST) e instituições dos trabalhadores rurais, STTRs, associações, etc., a resposta do Estado foi a intensificação da fiscalização, por meio do MTE. Esse aumento objetivou a cobrança de impostos, já que o ajuste fiscal promovido pela política neoliberal não ajudava a captação de recursos. O resultado foi uma redução dos índices de trabalho escravo já que, além de multas e encargos, as empresas flagradas com trabalho escravo estariam impossibilitadas de exercer suas atividades produtivas.

Contraditoriamente, o desmonte do patrimônio público durante o governo FHC, a exemplo da flexibilização das leis trabalhistas e a criação de políticas voltadas para o agronegócio, fortaleceu a fiscalização do trabalho escravo e aumentou a coerção aos empregadores dessa modalidade de emprego, contudo, o gráfico 23 demonstra que a presença do trabalho escravo no Brasil ainda é muito comum no campo. É importante destacar que o registro de poucos casos de trabalhadores escravos resgatados no país praticamente até o ano de 2002 não representa a

inexistência dessa relação de trabalho, pelo contrário, a política do Governo Lula colocou em evidência, dentre outras coisas, que o país possui altos índices de trabalho escravo. Ressalta-se ainda que o fato da evidência do trabalho escravo não faz desse Governo um marco na luta contra a “escravidão moderna”, uma vez que há coexistência dessa forma degradante de exploração da força de trabalho.

Mesmo com o avanço da legislação protetiva do trabalho rural, do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, conforme Brasil (2003)¹⁰², bem como, do avanço dos mecanismos de controle, dados de um estudo realizado pelo DIEESE (2014, p. 26), demonstram que:

De 1995 a 2014 (até maio), foram realizadas 1.587 operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo, em que foram inspecionados 3.773 estabelecimentos e resgatados 46.588 trabalhadores - 44% desse total no meio rural (...). As principais atividades econômicas do meio rural com maior número de resgatados são: lavouras (temporárias e permanentes), pecuária, reflorestamento, carvão vegetal, extrativismo, cana-de-açúcar e desmatamento.

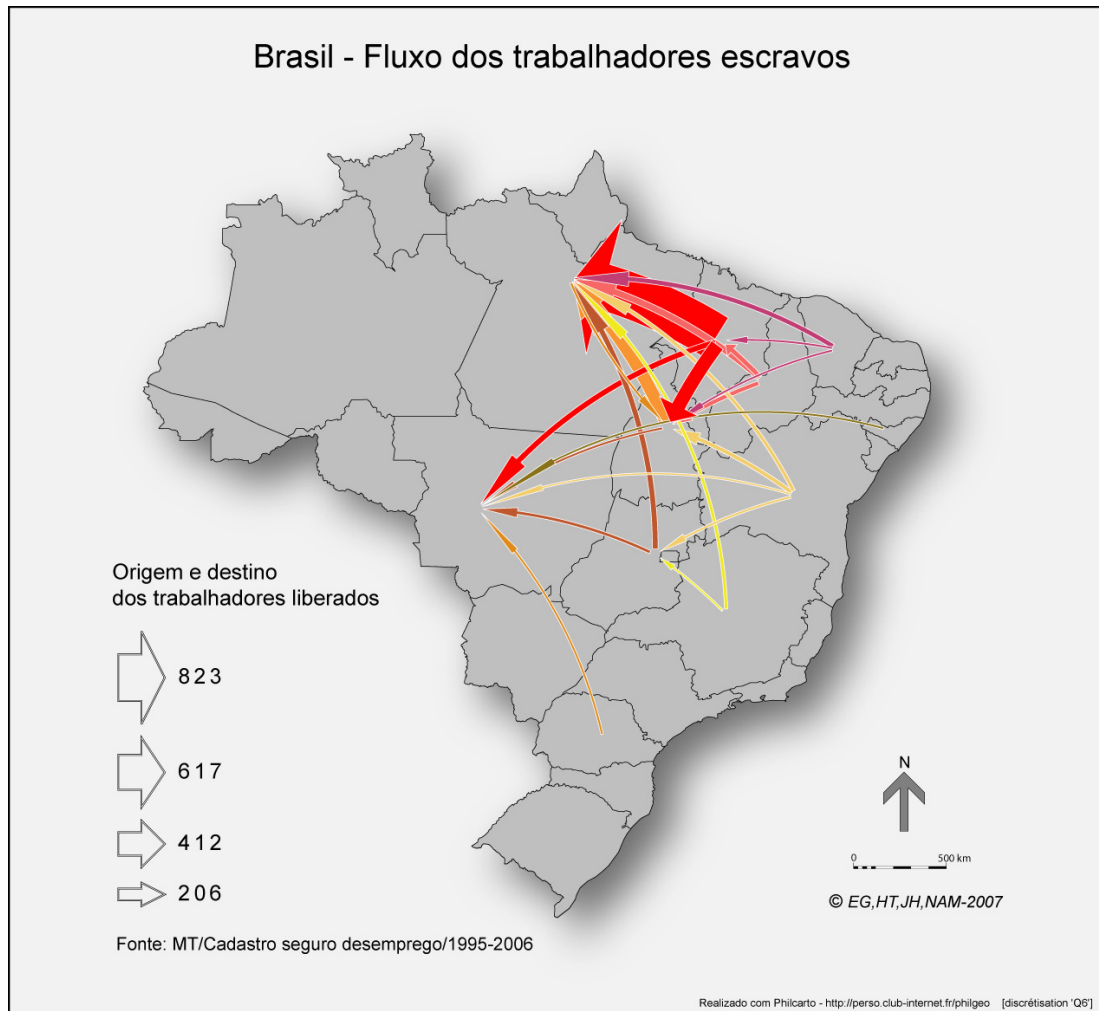
Essas atividades, em grande medida, estão relacionadas aos grandes projetos (minerio metalúrgicos) e ao agronegócio, especialmente a pecuária bovina e produção de monocultivos. Neste contexto, a região Nordeste sempre foi considerada na formação socioeconômica brasileira, como uma região problema, devido aos baixos indicadores sociais e econômicos. Nesse sentido, foi marcada até a década de 1990 como sendo uma região de repulsão populacional, ou seja, enquanto a Região Sudeste atraía população devido à concentração industrial e maior oferta de emprego, a Região Nordeste expulsava um grande contingente populacional.

Sendo assim, como demonstra a figura 06, o fluxo de trabalhadores escravos que saíram do Maranhão, no período de 1995 a 2006, foi o mais elevado do país. Neste cenário, o Maranhão tem se caracterizado na formação socioeconômica como o estado potencialmente exportador de “escravos”. Apesar dos dados serem coletados apenas na última década, não houve significativas modificações. Esse processo é fruto de uma intensa violência, particularmente contra o trabalhador rural, que não possui condições de produção em seu local de origem e se encontra

¹⁰² BRASIL. Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo. Brasília: OIT, 2003.

submetido ao processo de migração, para trabalhar em lavouras temporárias em outros estados.

Figura 06 - Mapa do Fluxo dos trabalhadores escravos no Brasil, 1995 a 2006.



Fonte: Girardi et al, 2014.

Pode-se concluir que o processo de produção de soja em Balsas, tanto com o processo de colonização dirigida pelo Estado, como o PC-GEBAL, como aquela controlada pelas grandes corporações, além de não efetivar um processo homogêneo de proletarização da agricultura em Balsas, tem se caracterizado por um intenso processo de exploração do trabalho, chegando inclusive a casos de trabalho escravo contemporâneo, conforme entendem Schwarz (2008), Mesquita (2011a) e Umbelino (2014).

O avanço das relações capitalistas no campo criou novas formas de acumulação de riqueza. Ao invés de ser incorporado na lógica menos perversa do mercado tem ocorrido o inverso. Contudo, em alguns espaços ao invés de expropriar o camponês, as relações capitalistas de produção, associadas ao Estado tem criado novas formas de acumulação de riqueza no campo, cujo fundamento é a cooptação do camponês. Trata-se da acumulação por espoliação. Com esta, o camponês, além de não precisar ser expropriado, vai ser incorporado à lógica da reprodução capitalista, fornecendo matérias-primas e gêneros alimentícios às indústrias capitalistas.

Diferentemente da produção camponesa, na produção de soja as relações capitalistas já se desenvolveram plenamente, embora como bem demonstrou-se, essas relações de trabalho, dada a natureza do desenvolvimento capitalista, são permeadas por diversas relações de produção que vão desde o assalariamento às relações de trabalho escravo. Também demonstrou-se que a expropriação é a gênese do processo de proletarização na agricultura, contudo, em virtude da sazonalidade da produção agrícola e da própria natureza da produção capitalista, a proletarização na agricultura se mostra como um fetichismo.

Dessa maneira, o fetichismo da proletarização na agricultura é o resultado de um amplo e diversificado processo que tem se materializado especialmente por meio de um amplo movimento contraditório entre Estado, capitalistas, movimentos dos trabalhadores rurais e demais movimentos socioterritoriais do campo. Essa articulação tem produzido simultaneamente ampla exploração da força de trabalho e redução das lutas sociais no campo, porém, tem criado novas formas de resistências dos camponeses, especialmente aqueles ligados ao MST e associações. Contudo, aqueles ligados ao sindicalismo rural precisam se organizar para superar a burocracia e as formas imobilizadas. Desse modo, a superação desse movimento só é possível se houver um amplo e diverso processo de luta e resistência dos trabalhadores rurais em conjunto com a totalidade da classe trabalhadora.

4. A RESISTÊNCIA CAMPONESA A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM BALSAS

Como superar o programa reformista e caminhar na direção do processo da emancipação humana, uma vez que há um processo de crise do marxismo e, portanto, das instituições que advogam essa teoria? Será então que houve uma hegemonização do capitalismo com as teses daquilo que a literatura tem denominado de irracionalismo pós-moderno, enquanto teoria do capitalismo tardio (JAMESON, 1996) e sepultamento do marxismo, enquanto teoria da revolução social e conseqüentemente ditadura do proletariado? Certamente essa é uma das principais questões que intrigam a esquerda na atualidade, ou seja, como criar um projeto de ruptura para o proletariado e campesinato diante de um conjunto de ações que tem intensificado o processo de precarização do trabalho, crise do marxismo e das instituições? O trabalho não aponta uma saída, tampouco pretende esgotar a temática, contudo, joga luzes em horizontes ofuscados pelo reformismo, pois, ao mesmo tempo em que pretende esse feito, pode, em virtude de análises já engessadas, acabar ofuscando determinações imprescindíveis ao processo de desmistificação da questão agrária.

Desse modo, por mais que a heterogeneidade do processo de trabalho tenha causado contradições dentro da própria organização da classe trabalhadora – especialmente no que se refere à exploração –, em setores como agricultura dominada pela produção de *commodities* está longe de acontecer, ou seja, a exploração do trabalho tem se intensificado nas mais diversas esferas da sociedade capitalista, especialmente no trabalho rural, em virtude da dificuldade de organização e devido à própria dispersão espacial das lavouras. Assim sendo, é importante destacar que a ordem societal burguesa se alimenta desse padrão de exploração da força de trabalho, desde às mais simples às mais sofisticadas. Sendo assim, a única forma de superar a exploração do trabalho é superando a ordem social burguesa. Nesse sentido, o processo de superação da ordem societal burguesa se dá por meio da luta política, embora comece nos mais distintos espaços, entretanto, se amplia no sindicato e, fundamentalmente no partido.

Neste contexto, um dos ensinamentos de Hegel, muito bem apreendido por Marx e aprimorado por Lenin e Trotsky foi o processo de superação dialética. A instabilidade era necessária para tencionar a ordem societal. Esse tensionamento é

fruto de uma contradição existente, particularmente do encontro dessas forças contraditórias e, portanto, dialéticas que compõe a sociedade capitalista. Nesse processo de criação e recriação, luta e superação, alguns sujeitos são protagonistas como os sindicatos, partidos e movimento sociais dos trabalhadores rurais.

É importante destacar que o processo de superação da sociedade burguesa capitalista é parte de uma construção social empreendida pela classe trabalhadora especialmente daquelas frações, relacionadas tanto ao trabalho urbano, quanto rural. No campo brasileiro, percebe-se que o campesinato, especialmente aquele ligado ao MST, bem como, os trabalhadores rurais assalariados podem ser protagonistas das lutas no campo, dadas as condições objetivas e subjetivas.

É importante destacar que esta parte do trabalho tratou da luta dos trabalhadores rurais assalariados e dos camponeses, enquanto frações da classe trabalhadora que, embora nos territórios onde predomina a produção de soja, a participação desse movimento seja limitada, também há resistência. É importante destacar que essa luta faz parte de um movimento que se dá no plano internacional, pois, o capitalismo em sua fase global estabelece relações de exploração global. Esses reflexos têm seus rebatimentos sobre a organização da classe trabalhadora, impondo obstáculo à conquista de direitos e avanço no sentido da emancipação. A dificuldade de organização da classe trabalhadora, perpassa por alguns problemas como a mudança do novo regime de acumulação, crise do socialismo real e conseqüentemente do marxismo e das instituições (partido e sindicato) de luta da classe trabalhadora.

Mesmo em um período de crise que se consolida com o fim do socialismo real, da crise das instituições, observou-se que o processo de criação do assalariamento rural no Brasil se deu de forma combinada com a consolidação de um campesinato que, diferentemente, tanto dos países do centro, quanto da periferia do capitalismo, não teve as mesmas conquistas (reforma agrária, financiamento, assistência técnica, etc.) e nem o conjunto de políticas públicas voltadas para atender a população do campo, como saúde e educação. Nesse sentido, se houver um processo de hegemonização dos grandes monopólios no campo e redução da resistência camponesa, o campesinato pode perder espaço consideravelmente. Esse fato pode dificultar ainda mais o processo de soberania alimentar e abrir espaço para a possibilidade real para monopolização da produção de alimentos por parte das

grandes multinacionais. Nestes termos, as dificuldades de consolidação de uma cultura classista especialmente a partir da ascensão das frentes populares é uma tarefa muito árdua.

4.1. O deslocamento do trabalho do âmbito da metafísica para a economia política: o trabalho enquanto fundamento ontológico do ser social

Ao analisar a crise do sociometabolismo e a tentativa de superação do mesmo deve-se verificar mais pormenorizadamente, como se dá o deslocamento do trabalho do âmbito da metafísica para o plano da economia política. Desse modo, analisou-se o percurso feito por Marx, quando confronta a teoria do valor trabalho como forma de superação da economia política burguesa e reafirmação do trabalho como fundamento ontológico do ser social.

A compreensão do processo de proletarização dentro da teoria marxiana perpassa pela teoria do valor trabalho. Esta, no entanto, conforme Fernandes (1995); Netto e Braz (2006), é construída por meio de um intenso confronto entre a Filosofia grega (Demócrito e Epicuro), com os círculos de debates dos hegelianos, especialmente aqueles de esquerda, da economia política inglesa, particularmente Smith e Ricardo, dos socialistas utópicos, assim como entre os anarquistas, especialmente Proudhon e de sua militância política.

Ao mesmo tempo em que concordou com Hegel sobre as transformações operadas pelas leis da dialética, discordava fundamentalmente em vários pontos, dentre estes, o trabalho. A exemplo de Hegel, Marx (2007b) entendia o trabalho como uma condição fundamental do ser humano, no entanto, enquanto Hegel enxergava o trabalho mais como atividade criadora e visualizava muito pouco os transtornos que este causava, devido à sua instrumentalização e apropriação do sobretrabalho¹⁰³, Marx (2007b) enxergava as deformações que o trabalho produzia no ser humano, especialmente aquelas presentes na apropriação da riqueza material que este

¹⁰³ Como afirmou Konder (2003), o fato de Hegel ter vislumbrado apenas as virtuosidades do trabalho se refere ao fato deste só conhecer o trabalho do espírito, não conhecer o trabalho manual, tampouco as deformações que a jornada e as condições de trabalho produziram na classe trabalhadora, especialmente em um contexto de intensificação de exploração da força de trabalho, como aquele que se deu com o auge da Revolução Industrial.

produzia, particularmente em um contexto caracterizado pela intensificação da exploração da força de trabalho com a industrialização.

Ao analisar os fundamentos da Filosofia de Marx, Lenin (1982) mostrou que a dialética materialista é a teoria do conhecimento que se caracteriza por ser uma análise concreta de uma realidade concreta, ou seja, não é uma tentativa apenas de compreender o fenômeno, mas analisá-lo na perspectiva da transformação social. Como diria Marx e Engels (2007a), “os filósofos se limitaram a interpretar a sociedade, mas cabe é transformá-la”. E o fundamento ontológico da transformação se dá pela via do trabalho, tendo como protagonista, o proletariado revolucionário. Assim sendo, é possível afirmar que Marx deslocou a centralidade do ser social da metafísica para a economia política, o seu objeto central: a gênese, desenvolvimento e queda da sociedade burguesa¹⁰⁴.

Partindo desse pressuposto, Coutinho (2010) afirmou que a história da Filosofia burguesa se caracteriza por duas etapas. Uma que vai dos iluministas até Hegel e outra que vai a partir de 1848, com a crise da Filosofia, quando é inserido um novo sujeito revolucionário, o proletariado. Com relação à Filosofia burguesa iluminista, Konder (2003), afirmou que Kant representou um divisor de águas na Filosofia, pois, percebeu que a consciência humana não se limita a registrar passivamente impressões provenientes do mundo exterior, ou seja, a consciência é sempre a consciência de um ser que interfere ativamente na realidade. Desse modo, observou que isso complicava extraordinariamente o processo do conhecimento humano. Sustentou, então, que “todas as filosofias até então vinham sendo ingênuas ou dogmáticas, pois tentavam interpretar o que era a realidade antes de ter resolvido uma questão prévia: o que é o conhecimento?” (KONDER, 2003, p. 21). Se para Kant, o conhecimento deve ser o mais importante, para Hegel o problema do “ser” ainda não havia sido superado, portanto, este deve ser o principal elemento de análise.

Ambos estão vivenciando o período da Revolução Francesa. Hegel entendeu que a burguesia seria uma classe verdadeiramente revolucionária, tendo em vista que aplicou a sua concepção de Estado Moderno. Sobre esse aspecto, Hegel é um filósofo

¹⁰⁴ Marx recuperou dos pré-socráticos, Demócrito e Epicuro, os fundamentos de sua tese: a produção material da existência humana. Para os metafísicos, um dos elementos que devem ser levados em consideração para compreender o ser humano se encontrava na religião. Apesar de não haver uma ruptura completa entre a metafísica kantiana e hegeliana, o homem não aparece mais como um produto estrito de Deus, mas como um produto histórico, característica do Iluminismo. No entanto, o fato destes autores terem sido fortemente influenciados pelo iluminismo possibilitou uma profunda crítica ao pensamento teológico.

extremamente revolucionário e merece os créditos, como menciona Marx (2002). Assim, a burguesia foi o sujeito revolucionário que ajudou a decretar fim ao Antigo Regime, por isso, foi a classe verdadeiramente revolucionária. No entanto, segundo Marx (2007a), Hegel esqueceu de mencionar que esta não emancipou o homem, mas aprofundou as relações de exploração, ao instaurar uma nova forma de produzir, baseada na extração da mais-valia. No entanto, por não vivenciar o florescer do modo de produção, particularmente o desenvolvimento da Revolução Industrial e, conseqüentemente, ascensão do proletariado como classe para si - a partir dos levantes de 1848 – período denominado como Primavera dos Povos¹⁰⁵, conforme Hobsbawn (2011), Hegel não possuiu condições para perceber o novo sujeito histórico. Ele esperava que esse sujeito histórico fosse a burguesia, no entanto, não imaginou que essa mesma classe que destruiu o Antigo Regime fosse implementar formas de exploração tão perversas.

Hegel, com essa compreensão, representou uma influência considerável no pensamento marxista, como apontam, Prado Jr. (1979); Lukács (1989; 2012; 2013); Novack (2005), Lessa (2011), Coutinho (2010), etc. Neste sentido, a Filosofia hegeliana pode ser considerada como uma das bases epistemológicas da teoria marxiana, ainda que estes tenham alcançado resultados conclusivos consideravelmente diferenciados, no que diz respeito à emancipação humana. Neste contexto, a Filosofia de Hegel tem sido considerada como o mais amplo e completo sistema filosófico criado na tentativa de compreensão da totalidade e, portanto, do absoluto¹⁰⁶.

A totalidade deve ser entendida em Hegel como “forma de realização do absoluto” e, portanto, se analisado como vocação, ambição do próprio filósofo, esse

¹⁰⁵ A Primavera dos Povos representou um período de intensos levantes revolucionários, particularmente na Europa, mas se expandiu para outros continentes em 1848. “Depois da divulgação e publicação do Manifesto Comunista em várias línguas (inglês, francês, alemão, flamengo, italiano e dinamarquês), houve uma série de revoluções na Europa. A começar pela França, 24 de fevereiro. 2, 6, 11, 13, 18 de março no sudoeste alemão, a Bavária, Berlim, Viena e, quase imediatamente a Hungria e Itália. No mesmo ano, acontece no Brasil (em Pernambuco) e poucos anos depois na Colômbia. Em certo sentido, foi o paradigma de uma revolução mundial, por não ficar restrito a um país e adentrar até outros continentes. A revolução triunfou nos países centrais da Europa (França, Alemanha e Itália), mas não na sua periferia. Esta incluía países demasiadamente remotos ou isolados (Península Ibérica, Suécia e Grécia), sem estágios e tradições de luta (Rússia e países do Império Otomano), mas também os países industrializados (Inglaterra e Bélgica). Politicamente, foi bastante heterogênea, enquanto alguns lutavam pela república, outros tentavam conservar a monarquia” (HOBSEBAWN, 2011, pp. 33-4).

¹⁰⁶ O termo absoluto comprometeu a dialética hegeliana, sobretudo, em seus aspectos lógicos e metodológicos, já que é da natureza constitutiva do ser a constante transformação aquilo que o mesmo autor denomina de devir ou processualidade.

processo aparece com muito mais intensidade. Segundo Hegel (1968, p.34), “*Lo que es racional es real; y lo que es real es racional*”. Isso significa, dentre outras coisas, que o absoluto, do ponto de vista do conhecimento, além de ser conhecido por meios de princípios lógicos, científicos, ou seja, do saber sistematizado, pode ser justificado por meio dos processos históricos. Ou seja, o autor está afirmando que, além de ser possível conhecer a totalidade, é possível justificá-la, reconhecê-la historicamente. Neste sentido, ela é tanto lógica como histórica.

En este caso, se trata de conocer, en la apariencia de lo temporal y pasajero, la sustancia que es inmanente, y lo eterno que es el presente. Porque lo racional, que es sinónimo de la Idea, entrando en su realidad juntamente con el existir exterior, se manifiesta en una infinita riqueza de formas, fenómenos y modos, y rodea su núcleo de una apariencia múltiple, en la cual la conciencia se detiene primeramente y que el concepto traspasa para encontrar el pulso interno y sentirlo palpar aún en las formas externas. Pero las relaciones infinitamente variadas que se establecen en esa exterioridad con el aparecer de la esencia en ella, este infinito material y su regulación, no constituyen objeto de la filosofía (HEGEL, 1968, p. 34).

Dessa maneira, a realidade apresenta-se como processo, por meio da valorização da história, que diga-se de passagem sempre foi desprezada pela Filosofia, pois, Hegel impregna uma nova realidade, que deve ser entendida como processo. O ser ganha, portanto, movimento e, desse modo, instabilidade. Como definir-se algo que não é e tampouco será? Sendo assim, introduz a noção de *devenir*, vir a ser que, de alguma maneira, se opõe a ser, que por sua vez se confunde com instabilidade, inclusive nunca bem vista pelos filósofos, desde Platão. O ser que está em constante transformação nem é, tampouco será, pois, o que era já passou e o que será ainda não aconteceu, ainda virá, por isso, o vir-a-ser. Assim, o ser é instável tendo em vista que a sua transformação no caminho da mudança, o torna um presente em eterno movimento. Neste contexto, Hegel denomina esse movimento de *devenir*. Além do trabalho como fundamento ontológico do ser social, conforme Ranieri (2011), Lukács (2012; 2013), essa é uma das maiores contribuições de Hegel a Marx, ou melhor, a tese que Marx melhor fará uso de seu mestre: o tensionamento da Filosofia hegeliana em relação à Filosofia metafísica de inspiração divina e, portanto, absoluta, ou seja, o absoluto não pode ser instável.

Marx incorpora da Filosofia hegeliana os elementos mais progressistas, sobretudo a questão do seu método histórico e lógico. Desse modo, a realidade

concreta, dialética se dá por meio do silogismo tese, antítese e síntese (construção/desconstrução/reconstrução).

Segundo Coutinho (2010, pp.21-2),

“enquanto numa primeira etapa de seu desenvolvimento a burguesia representava os interesses da totalidade do povo, no combate à reação absolutista-feudal, agora o proletariado surge na história como classe autônoma, em si e para si, capaz de resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalismo triunfante [...] ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade; a razão é encarada com um ceticismo cada vez maior, ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitada às esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade”.

O método dialético revolucionário de Marx toma emprestado o silogismo hegeliano: o homem como produtor de sua própria história. Ao afirmar a tese, Hegel está pondo fim à lógica formal, empreendida por Aristóteles, qual seja: as coisas e inclusive a sociedade seguem um curso natural, isto é, isso quer dizer que os fenômenos e coisas são inalteradas. As mudanças só ocorrem se assim ocorrerem na natureza, pois, fazem parte do próprio processo natural. Kant também conseguiu enxergar esse processo, no entanto, estava preso à emancipação da sociedade a partir do indivíduo. Marx (2007a) afirmou que “os homens fazem sua história, embora não a fazem como a querem”. Na época em que o autor está se fundamentando, a burguesia já havia se consolidado como classe dominante, que criou um sistema de dominação altamente explorador. Percebendo dessa forma, Marx vai deslocar o centro gravitacional da concepção hegeliana ancorada na burguesia enquanto sujeito revolucionário, mudando o centro de sua análise para um outro sujeito revolucionário: o proletariado. O proletariado, em virtude das condições de exploração erigidas pela burguesia seria o novo protagonista da história. O protagonismo que foi anteriormente conferido à burguesia por Hegel, Marx transferiu para o proletariado.

Segundo Coutinho (2010), a burguesia já havia desempenhado sua tarefa histórica ao destruir o Antigo Regime, mas ao invés de se colocar como emancipadora da sociedade, acabou se colocando no mesmo lugar das antigas classes dominantes que outrora eram exploradoras. Caberia ao proletariado realizar o processo

revolucionário, libertando-se da opressão e humilhação impostas pela burguesia, enquanto nova classe dirigente¹⁰⁷.

No entender de Konder (2003, pp. 23-4), Hegel percebeu dialeticamente a sociedade de sua época, elencando o trabalho como sendo “[...] a mola que impulsiona o desenvolvimento humano; é o trabalho que o homem se produz a si mesmo; o trabalho é o núcleo a partir do qual podem ser compreendidas as formas complicadas da atividade criadora do sujeito humano”. Ainda segundo o autor.

Foi com o trabalho que o ser humano se distanciou da natureza (criou uma barreira) e pôde, pela primeira vez, contrapor-se como sujeito ao mundo dos objetos naturais. Se não fosse o trabalho, não havia relação sujeito-objeto (KONDER, 2003, p. 24). O trabalho criou para o homem, a possibilidade de ir além da pura natureza. A natureza como tal, não cria nada de propriamente humana. O homem não deixa de ser um animal, de pertencer à natureza, entretanto, já não pertence inteiramente a ela.

Hegel entendeu que o trabalho é fundamental para o processo de superação dialética, termo que vem de *Alfheben* (suspender) (KONDER, 2003, p. 26). Segundo o autor, o termo possui três significados: negar, conservar e elevar à qualidade. Para Hegel, a superação dialética é simultaneamente, a negação de uma dada realidade, a conservação de algo essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior.

Por um lado, aquilo que é superado é abolido, por outro, aquilo que é superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada. Ao contrário, o superado é elevado a nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do “resultado” superior. Certamente, a etapa atravessada não mais existe em si mesma, isoladamente, como ocorria num estágio anterior, mas persiste no resultado, através de sua negação (LEFEBVRE, 1991, pp. 230-1). Por isso, a transformação da sociedade burguesa em uma outra forma de sociabilidade não pode partir do nada, mas das condições materiais existentes.

¹⁰⁷ Quando as relações capitalistas de produção, ainda não haviam se desenvolvido na sua plenitude, a burguesia possuía um papel limitado, tendo em vista que, tanto a Igreja, quanto os monarcas absolutistas impediam a ação da burguesia em fazer contratos e comercializar. Era necessário a imposição de um estado contratualista. O processo de desvinculação da burguesia por meio da quebra do Antigo Regime foi crucial para instituição do Estado burguês, tal como se materializa na contemporaneidade com uma sociedade baseada em contratos mercantis.

Quando transferido para a realidade do trabalho, Konder (2003, pp. 26-7) mencionou que isso pode ser interpretado da seguinte maneira: a matéria-prima é negada (é destruída em sua forma natural), mas ao mesmo tempo é conservada (é aproveitada) e assume uma forma nova, modificada, correspondente aos objetivos humanos (é elevada em seu valor).

O autor ainda mencionou que, além de vivenciar a experiência laboral, devido às condições objetivas as quais se sobrepuseram, Marx aliou trabalho e prática política e, ao mesmo tempo entendida que o trabalho é fundamento ontológico do ser social, poderia servir para o processo de emancipação humana. Desse modo, concordou plenamente com Hegel: que o trabalho é a mola que impulsionava o desenvolvimento humano, contudo, criticou a unilateralidade da concepção hegeliana do trabalho. Entendia que Hegel impregnava importância exacerbada ao trabalho intelectual e não enxergava a significação do trabalho físico, material, ou seja, Marx, em 1844, observa que “o único trabalho que Hegel conhece e reconhece é o trabalho abstrato do espírito” (KONDER, 2003, p. 28), ou seja, Hegel enfatizou muito pouco o caráter alienante que o trabalho exerce aos trabalhadores submetidos às condições mais degradantes, por isso, a perspectiva de classe não era clara (Konder, 2009, p. 30). Essa concepção abstrata do trabalho levava Hegel a fixar sua atenção exclusivamente na criatividade do trabalho, ignorando o caráter negativo e as deformações provocadas em sua realização material e social.

A superação da sociedade capitalista pressupõe um processo de construção de uma consciência de classe. Essa consciência parte do indivíduo até chegar à classe, como afirma Iasi (2012). Depois de uma análise rigorosa acerca da metamorfose da consciência de classe, partindo de uma abordagem da centralidade do trabalho, o autor faz uma discussão sobre a temática, especialmente quando analisa e absorve as críticas ao marxismo e aquilo que ambas têm de mais enriquecedoras: o processo de síntese das mais distintas concepções tanto sobre a centralidade do trabalho, como sobre a questão da classe. Esse par dialético que tem sido uma preocupação da sociologia clássica, embora não seja desprezado pelo marxismo, é superado pela perspectiva de classe social, como um elemento máximo da consciência. Portanto, a consciência de classe, nível mais elevado da consciência, só pode ser efetivada dentro da perspectiva classista.

A reafirmação do marxismo enquanto teoria da luta de classe é importante, especialmente na atual conjuntura de prevalência das concepções pós-modernas, como teorias do capitalismo tardio. Essas compreensões, apesar das críticas, não conseguem propor alternativas para superação da sociabilidade capitalista, mas apenas seu aperfeiçoamento. Desse modo, é importante estabelecer um ponto de ruptura com essas concepções, especialmente no que se refere às suas concepções mais gerais.

4.2. Da supremacia irracionalista pós-moderna à centralidade do trabalho

Além de necessidade demonstrou-se que o trabalho constitui o fundamento do ser social e, portanto, é o elemento central dentro da teoria da luta de classes. Demonstrou-se que, além do deslocamento da metafísica para a economia política, dentro da própria concepção de Marx, é necessário criar uma perspectiva para poder compreender/transformar a ordem da sociedade civil burguesa. Esse deslocamento de rota foi proposital, tanto do ponto de vista do movimento intelectual, como também e particularmente da ótica da atuação política. Marx em tempos distintos, enfrentou Hegel como um dos principais filósofos da época e Proudhon como um dos principais representantes da política, particularmente do anarquismo, que tinha uma influência considerável sobre o movimento operário da época. Sendo assim, as lutas, tanto no campo filosófico, quanto político possuem um propósito: criar uma *práxis* (teoria/prática) capaz de romper, tanto com o idealismo, quanto com o anarquismo, para instaurar uma nova concepção que tivesse como centralidade o trabalho. Neste contexto, o processo de proletarização na agricultura é uma expressão da dinâmica capitalista que se estabelece dentro da relação capital/trabalho. É dessa ótica da totalidade, conjunto das relações de produção e meios de produção que se estabelece a análise.

Depois de visualizada a importância do pensamento hegeliano e da própria constituição do marxismo enquanto teoria da luta de classes, analisou-se a “crise do marxismo”, conforme analisou Anderson (1983) e ascensão das discussões, particularmente depois do Maio de 1968, pois, é a partir desse contexto que as correntes pós-estruturalistas se ergueram e, apesar de pertencentes aos círculos pós-

marxistas, trouxeram outros elementos para o debate que se contradizem à essência da centralidade do trabalho e, portanto, instituíram novos sujeitos (novos ou novíssimos movimentos sociais) ao invés de um sujeito histórico.

Pode-se afirmar categoricamente que a crise do marxismo, enquanto Filosofia da *práxis*, está relacionada primeiramente à crise do stalinismo com a divulgação do relatório Krushev¹⁰⁸ e boicote dos partidos comunistas de orientação stalinista, sobretudo, na França durante o Maio de 1968; a crise do fordismo e implementação do toyotismo; incremento de tecnologia no processo produtivo e crescimento considerável do desemprego e, conseqüentemente redução do proletariado fabril, com a denominada crise do sistema fordista/taylorista; à crise do socialismo real, que se desenvolveu nos estados soviéticos, bem como, com as instituições da revolução (partido e sindicato) enquanto instituições que condensam os anseios da classe trabalhadora; a hegemonização do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, colocado pelos autores que defendem a superação da teoria marxista. Esse fundamento se dá sobre a premissa de que o sistema fordista taylorista, tenha entrado em crise a partir da década de 1970. Com isso, há uma redução do núcleo do proletariado (proletariado fabril¹⁰⁹, o núcleo por excelência da classe revolucionária). Se numericamente a classe trabalhadora não possui mais o seu núcleo central, uma vez que o setor de serviços tem crescido substancialmente há, portanto, uma descentralidade do trabalho como condição fundante do ser social. Neste contexto, para tais autores, o proletariado não possuiria seu núcleo central e, desse modo, estaria órfão do seu principal sujeito articulador. Ora, sem seu núcleo não há proletariado ou pelo menos deixa de ser protagonista e passa à condição de coadjuvante. Essa é a conclusão de Castoriadis (1985).

¹⁰⁸ O relatório Krushev, divulgado em 1956 durante XX Congresso do Partido Comunista constituiu um documento que acusava o ex-líder soviético, Josip Stalin, pelo uso indiscriminado de violência, execuções, processos fraudulentos contra adversários políticos, violando todas as normas de legalidade revolucionária. Ao mesmo tempo em que fazia essa denúncia contra as práticas usadas, também fazia ainda culto à personalidade de Stalin, tentando justificar o fato de, por 3 décadas, Stalin agir de forma tirânica, sem que houvesse reação por parte dos demais membros da direção partidária. Ainda conforme relatório, além de culto à pessoa de Stalin, prática combatida dentro do movimento operário, a maioria dos membros do Bureau Político não conhecia, na época, todas as circunstâncias da política stalinista.

¹⁰⁹ O proletariado fabril, na concepção marxiana, constitui o núcleo central do proletariado e por excelência, da classe trabalhadora, tendo em vista que constitui o setor que produz diretamente a mais-valia e está mais sujeito à exploração capitalista. Assim sendo, seria a classe mais revolucionária por encontrar-se diretamente em oposição à burguesia. Dentro da luta de classes, embora o proletariado fabril ocupe um lugar de destaque, não deve ser subtraído o mérito das demais frações de classes, pois, o protagonismo revolucionário, como ocorreu na China e em outros países, deve ser creditado à participação camponesa.

O processo de crise do stalinismo surge a partir da adoção das teses do socialismo em um só país, ou como também é denominada, de Revolução pelo Alto. É um modelo de Revolução desenvolvido por Gramsci que entendia que, em função das especificidades das formações socioeconômicas, particularmente, a Itália, que possuía na Europa, um caso *sui generis*, não poderia aplicar a tese da frente única ou da frente ampla, tendo em vista que a realidade italiana era determinada por um desenvolvimento geográfico desigual e, portanto, não poderia levar a cabo as tarefas revolucionárias. Era preciso uma outra forma de revolução, aquela entendida como passiva, pois, já havia o desenvolvimento de instituições como partido e sindicato.

A crise do marxismo também está associada à crise do racionalismo. Esse paradigma se baseia na Filosofia iluminista, que tinha como fundamento o primado da razão, bem como, se fundamentava na liberdade, na revolução como forma de emancipação do homem, bem como nas instituições (partido e sindicato), como instrumentos capazes de conduzir o processo revolucionário. Por outro lado, o paradigma daquilo que Evangelista (2002), denomina de irracionalismo pós-moderno vem contestar, todas essas premissas.

Ao realizar uma análise sobre a importância da história, especialmente do capitalismo contemporâneo e as ações da esquerda, Wood (1996) afirmou que apesar dos aspectos específicos defendidos nas mais diferentes bandeiras diluídas dentro dos programas políticos, entendeu que a principal tendência política pós-moderna perpassava pela ênfase na natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano, e a impossibilidade de qualquer política emancipatória, baseada em algum tipo de visão "totalizante". Apesar do capital ter se mundializado, conforme entende Chesnais (1998) e monopolizar os mercados mundiais, os críticos pós-marxistas entendem que a política anticapitalista é demasiadamente "totalizante" ou "universalizante". Assim, as formas de pensar e atuar politicamente tem criado sistematicamente uma espécie de "esvaziamento" da crítica ao capital, "dando lugar às lutas fraturadas da 'política de identidade' ou do 'pessoal enquanto político', embora haja alguns projetos mais universais que mantenham algumas atrações para a esquerda pós-moderna, como a política ambientalista" (WOOD, 1996, p. 124). Em síntese, esse período histórico tem se caracterizado, dentre várias questões, pelo forte ceticismo epistemológico e profundo derrotismo político, cujo resultado aponta para a

necessidade de uma identidade mais acentuada com a luta de classes, conforme menciona Bogo (2010).

Desse modo, o projeto da pós-modernidade, conforme vem analisando Anderson (1999) ou mais exatamente aquele entendido como pós-marxismo se fundamenta nas premissas de que a racionalidade não constitui mais a base do pensar na contemporaneidade, assim como, a dialética, além de insuficiente para explicar a realidade, não conseguiria mais encaminhar as soluções postas, tampouco as instituições e processos revolucionários seriam responsáveis pela emancipação do homem. Evangelista (2002), Coutinho (2010) e Zaidan Filho (1989) afirmaram que Foucault foi um dos principais representantes dessa nova concepção que, com a tese do poder, tem minado as bases da tese da luta de classes. Segundo Foucault (1979), o poder não estaria mais nas grandes instituições, mas dar-se-ia via dispositivos capilares, por meio de uma microfísica. Segundo ele, o intelectual não poderia ser “a figura clara e individual de uma universalidade¹¹⁰ da qual o proletariado seria a forma obscura e coletiva” (FOUCAULT, 1979, pp. 8-9). Segundo o autor, o intelectual universal já não existe mais. O intelectual agora deve desempenhar suas tarefas “em setores determinados, em pontos precisos em que os situavam, seja suas condições de trabalho, seja suas condições de vida (a moradia, o hospital, o asilo, o laboratório, a universidade, as relações familiares ou sexuais)” (FOUCAULT, 1979, p.9). Assim, encontraram problemas específicos e não universais.

Isso é importante porque Foucault (1979) viveu o Maio de 68¹¹¹ e com este surgiram os “novos movimentos sociais” e uma nova concepção de mudança. Essa concepção desloca o eixo gravitacional da emancipação para as mudanças sociais, ou seja, estas não se dariam mais no plano macro, tendo como sujeito apenas o proletariado, como classe revolucionária, mas sim diversos sujeitos sociais, que poderiam está engajados no partido, mas não necessariamente teria que ser este o elemento criador da revolução. Assim, surgem outros sujeitos como, o movimento de

¹¹⁰ Aqui Foucault está combatendo especialmente Sartre como um dos principais representantes do Partido Comunista Francês, FCF que vislumbrava o intelectual como ser universal, que deveria distinguir e conduzir o processo revolucionário.

¹¹¹ O maio de 1968, correspondeu a um movimento político iniciado na França, a partir de revolta de estudantes secundaristas e universitários, que tomou uma ampla dimensão, sendo esmagado pelo General De Gaule. Esse ascenso foi um dos mais representativos levantes do século XX, tendo em vista que o seu caráter vai além das barreiras étnicas, culturais, de idade e de classe.

gênero, negros, etc. Neste contexto, o poder não se daria em grandes instituições, particularmente aquela “decadente” representante do socialismo real, tampouco, da forma de organização do trabalho pautada no sistema fordista/taylorista, mas a partir de diversos movimentos sociais. Como diria Marton (2009), não cabe mais ao intelectual abrir a porta, mas cabe é criar os instrumentos para que as pessoas abram. Essa é uma crítica direta de Foucault (1979) ao conceito de revolução implementado pela teoria marxiana e ao proletariado e, portanto, aos partidos e sindicatos como instituições representantes do processo revolucionário.

Ao realizar tais críticas, os autores tentam deslocar o trabalho enquanto fundamento do ser social do centro gravitacional, descentralizando a classe enquanto sujeito revolucionário. Ora, a inexistência da classe ou sua secundarização põe em evidência outros sujeitos “revolucionários”. Portanto, na concepção do autor, não há mais um único sujeito revolucionário, materializado na classe, mas uma pluralidade de sujeitos. Portanto, para os autores pós-marxistas, não há mais classe social, mas um conjunto de sujeitos sociais e segmentos que reivindicam suas demandas (mulheres, negros, homossexuais, etc.). Desse modo, essa tese é funcional à dinâmica capitalista, pois, retira o principal e mais combativo sujeito revolucionário de cena, impondo outros que lutam por reformas.

O fundamento da teoria foucaultiana para tentativa de desconstrução do marxismo parte da ideia de que o racionalismo, fundamento das grandes teorias e sistemas, sobretudo aquele defendido por Sartre nos anos de 1950, baseado em um ser universal, como o partido, não se sustenta, especialmente a partir do “Maio de 68”, quando o partido Comunista Francês, PCF, além de não ter apoiado o processo revolucionário, boicotou o processo de luta contra a independência das colônias. Para construir seu argumento, Foucault, invocou o pensamento nietzschiano de que o progresso trazido pelo iluminismo é falso. Segundo Nietzsche (1997), “a humanidade não representa uma evolução para algo de melhor, de mais forte ou de mais elevado. O ‘progresso’ é simplesmente uma ideia moderna, ou seja, uma ideia falsa. O europeu de hoje vale bem menos do que o europeu do Renascimento” (NIETZSCHE, 1997, p. 17). Portanto, a ideia de progresso para Nietzsche não é positiva, mas sim negativa, já que este não alcançou o projeto de humanidade proposto pelos iluministas.

Apesar das críticas ao progresso, o marxismo é tributário do racionalismo. Foucault foi um dos intelectuais mais fiéis da nova geração de críticos ao progresso¹¹² e, portanto, do marxismo. É importante mencionar que a discordância ao marxismo, além da negação ao stalinismo, um dos grandes objetivos foi desconstruir a teoria da luta de classes. Além da crítica,¹¹³ conforme mencionou Marton (2009), estabeleceu suas análises sobre a questão da linguagem. Primeiramente entende que o real não existe, pois, o que há são representações desse real, ou seja, o que existe são discursos, conforme menciona Marton (2009).

Além da acidez da crítica e da aridez dos textos quanto ao grau de complexidade, traços característicos da Filosofia transgressora, uma outra influência considerável nos dias atuais sobre o conjunto de pensadores é o rompimento com a crença naquilo que o racionalismo e iluminismo deixaram como herança: os grandes sistemas. Desse modo, além de romper com seu fundamento, rejeitou-se o sujeito da tradição marxista, tanto o proletariado, quanto o partido e sindicato, enquanto instituições capazes de provocar a emancipação humana. Segundo Foucault, além do partido não ser mais a instituição responsável pela transformação social, a prática política deveria passar por uma grande mudança. Ao invés do proletariado e do partido como a síntese histórica da classe trabalhadora, há um conjunto de sujeitos sociais que substituíram a classe trabalhadora, como o movimento de mulheres, de negros, lgbt, etc.

A base para pensar essa mudança foi o pensamento nietzschiano. Para Nietzsche, era preciso romper com o homem moderno e criar um novo sujeito, um “super-homem”, distinto daquele influenciado pela Filosofia Moderna cujas bases vem da Filosofia grega, sobretudo, aristotélico-platônica, baseada no dualismo realismo/idealismo. Era necessário criar uma nova concepção de sujeito, livre das

¹¹² Vários autores realizaram críticas ao progresso. De Heidegger (1988;1997), aqueles que integraram a Escola de Frankfurt, como Adorno, Horkheimer e Benjamim (), houve intensa críticas ao progresso. O primeiro afirmava que o progresso técnico não foi capaz de acabar com os problemas da humanidade, mas intensificá-los. Löwy (1992) afirmou que Adorno não apresentou uma crítica sistemática ao progresso, mas uma tentativa de “problematização dialética” da noção de progresso. Ele traz as contradições e antinomias, os perigos e as promessas implicadas no progresso. Na concepção do autor, era necessário optar por uma dialética negativa (ADORNO, 2009), pois, aquela “positiva”, defensora do progresso e avanço do socialismo e progresso capitalista estava sucumbida.

¹¹³ Além de Michel Foucault é importante ressaltar que outros intelectuais que compõem a escola francesa, também realizaram importantes contribuições e críticas, tanto a ordem do sistema vigente, como às próprias concepções existentes dentro da esquerda. Deleuze e Derrida são os principais representantes desse novo paradigma instituído a partir do “Maio de 1968”, também conhecido como escola pós-estruturalista pós-modernidade.

amarras do racionalismo moderno, portanto, revisitou os filósofos pré-socráticos que mantiveram suas concepções baseadas na poesia¹¹⁴. Aqui o ser humano devia ser livre para produzir sem as amarras do racionalismo, que a Filosofia moderna era tributária.

Marx estava incomodado com as amarras da sociedade moderna burguesa que tinha criado uma sociedade extremamente desigual, embora não pregasse um rompimento com a modernidade, pelo contrário, enquanto progressista, entendia que as conquistas da humanidade não podiam ser esquecidas e construída uma sociedade do nada. As bases materiais para a transformação da sociedade capitalista é a própria sociedade capitalista e não a sociedade escravocrata greco-romana. Do ponto de vista dos direitos e das conquistas sociais e políticas, a sociedade capitalista representa um avanço ao ser humano. Marx (2010b), embora tenha trilhado caminhos e obtido resultados conclusivos distintos de Nietzsche (1997), também entendia que as relações de produção capitalista causavam uma alienação ao homem e, por sua vez, eram responsáveis por um processo de degradação social.

Foucault (1979) é um dos intelectuais que herdou as maiores concepções de Nietzsche, especialmente aquelas relacionadas a concepção de sujeito, a prática política e o papel do intelectual na ação política. Com a obra “Microfísica do Poder” fez críticas às instituições, escolas, hospitais, prisões e partidos políticos. Na realidade, essa crítica vem direcionada a Sartre, enquanto um dos representantes do Partido Comunista Francês, PCF, e ao marxismo, enquanto teoria política e prática da luta de classes. Sartre, participou ativamente de vários movimentos na década de 1940 e 1950, e entendia que o intelectual deveria ser total e universal, devendo saber discernir o lícito e ilícito. Portanto, cabia ao intelectual transformar o mundo, por meio do processo revolucionário. Assim sendo, segundo Sartre (2003) o ser humano está em constante mudança e deveria ser livre. Na realidade, o homem “deve ser livre para buscar a liberdade”, portanto, deve está em busca da liberdade ou pelo menos deve está caminhando para ser livre. Desse modo, o intelectual deveria está engajado no processo político para transformar radicalmente a sociedade.

¹¹⁴ O entendimento de poesia aqui é emprestado do termo latim “poiesis” que tem origem grega. Esse significado remonta aos textos produzidos na Grécia que, apesar de regras, eram produzidos livremente, sem obedecer um aspecto racional, como assim estabeleceram Platão e Aristóteles. A liberdade para produzir era uma característica muito apreciada pelos pré-socráticos. Essa produção é livre e se diferencia daquela pensada pelo racionalismo, baseada nos princípios lógicos.

Por outro lado, segundo Foucault (1979), a prática política não precisa está limitada aos partidos, mas nas distintas formas capilares de poder, uma vez que as instituições como o partido e sindicatos, principais instituições de representação da classe trabalhadora estão “falidas”. O papel do intelectual é de engajamento político, mas não necessariamente em um partido, ou seja, deve está presente nos mais diversos movimentos sociais, onde não há líderes. A função do intelectual aqui não é mais de um quadro, aquela defendida por Lenin, como o intelectual de vanguarda, tampouco, deve ser total e universal, como assim entendia Sartre. O papel do intelectual deve ser aquele de produzir ferramentas para que os grupos sociais ou indivíduos busquem se apoderar dos discursos para transformar a sua realidade. O papel do intelectual se preocupa em resolver os problemas políticos em uma esfera micro e não mais macro como pensava os intelectuais da revolução. Assim sendo, passa-se de uma concepção revolucionária para uma concepção reformista¹¹⁵.

Assim como Foucault (1979), Gorz (2007; 2002) e Castoriadis (1985) afirmam que além de hostil à classe trabalhadora, o edifício teórico do marxismo é insustentável. Gorz (2002) entendeu que a redução do proletariado fabril que ocorreu na Europa a partir dos anos 70, deixou o proletariado sem representação. Castoriadis (1985) entendeu que o marxismo não era mais a expressão do caráter revolucionário do proletariado ou quaisquer camadas sociais, pelo contrário, hoje, é hostil. Ao analisar a história do movimento operário em 1973, o autor fez uma crítica severa ao marxismo. Assim sendo, questionou a tese da luta de classes e, portanto, o papel revolucionário do proletariado. Para o autor, nos países de capitalismo avançado, o proletariado se tornaria uma classe numericamente minoritária e não se manifesta mais como uma classe social. Assim sendo, o proletariado desapareceria como sujeito revolucionário e sua luta contra o sistema instituído não é nem mais nem menos importante do que de outras camadas sociais, conforme entende Castoriadis (1985). Como boa parte dos intelectuais que divergem do marxismo, o autor deixa de atentar para um de seus elementos principais, qual seja: o entendimento sobre classe. Quando propôs a crítica ao marxismo, o proletariado fabril era substancialmente (qualitativa e quantitativamente) a fração mais importante do proletariado, tanto no que diz respeito ao seu caráter de organização política, quanto do ponto de vista das

¹¹⁵ Aliás é importante ressaltar que os programas reformistas não são uma exclusividade deste período histórico, mas já foram intensamente combatidos pelos marxistas durante a Segunda Internacional Comunista, no final do século XIX.

lutas sociais empreendidas durante a organização do trabalho pelo sistema toyotista/fordista. Ao assistir o crescimento do setor terciário e de outras frações de trabalhadores, Castoriadis (1985) entendeu que essas frações, como não fazem parte do núcleo central do proletariado, não compõem a mesma classe.

Apesar da heterogeneidade, a classe trabalhadora é uma totalidade, embora haja suas mais variadas frações, consoante atividades desempenhadas e formas de assalariamento, conforme entendeu Lojkin (2007). Todo esse conjunto de trabalhadores estando ou não empregado, faz parte do conjunto da classe trabalhadora. Como afirma Carcanholo (2012), esse autor desconhece o mínimo do conceito de classe, especialmente em Marx. É importante ressaltar que os demais setores da classe trabalhadora também compõem o proletariado, embora seu núcleo central seja o proletariado fabril, por mais que este não constitua numericamente a maior fração da classe trabalhadora.

As determinantes para a caracterização do trabalho na sociedade capitalista, para Marx, como visto anteriormente, não é a transformação da natureza, mas sim a capacidade de produção de *mais-valia*. Essa é uma interpretação mecânica e, portanto, equivocada da teoria marxista. Apesar de encontrar no proletariado fabril o núcleo central da produção capitalista, qualquer trabalhador que se encontra no trabalho produtivo ou fora deste compondo o “exército industrial de reserva” faz parte do proletariado. Desse modo, essa tese é inconsistente e sem fundamento. Além de mencionar que o marxismo não é nada mais que uma ideologia, Castoriadis (1985, p. 77) também entendeu que o marxismo, apesar da identidade com o proletariado em outros momentos, na conjuntura posta, há um processo de hostilidade. É importante ressaltar que embora as grandiosas contribuições, os sucessivos processos conduzidos pelos partidos de inspiração stalinista, não representam a totalidade do marxismo e nem a sua forma mais fiel de aplicação àquilo preconizado por Marx, Engels e Lenin.

Além de Castoriadis, ressalta-se também uma corrente de intelectuais que se apoia naquilo que se tem denominado de “fetichismo da técnica”, como assim entende Novaes (2007). Segundo eles, a técnica e linguagem representam a centralidade do ser humano. Neste contexto, deve-se ressaltar especialmente a figura de Habermas (2011; 2012a; 2012b;). Segundo ele, a linguagem é o elemento imprescindível do ser humano e não mais o trabalho. Habermas tentou desconstruir a tese marxiana da

centralidade do trabalho, por meio do seguinte argumento. Segundo o autor, além de anteceder, a linguagem tem superado o trabalho, pois, este deixou de ser a principal atividade econômica, uma vez que o trabalho produtivo foi superado pelo trabalho morto. A crítica habermasiana de centralidade da linguagem afirma que não há mais luta de classe e, portanto, a linguagem pode ser importante na resolução dos problemas sociais, colocando-se como superação das lutas. Ou seja, o agir comunicativo superaria o confronto, promovendo uma espécie de acordo realizado por meio do diálogo. Assim sendo, a luta de classes, tese central da teoria marxiana daria lugar ao processo de diálogo.

Fundamentados no desenvolvimento tecnológico criado no pós-guerra, Schaff (1995) e Coriat (1988; 1994), vislumbrados com o processo de robotização produzido no Japão nos anos 1980 e 1990, afirmaram que a tendência era que não haveria mais trabalho, uma vez que seria implantada uma sociedade de robôs, ou aquilo que Lojkine (1995) denominou de “sociedade informacional”. É inegável que o processo de robotização tenha se dado com intensidade nas sociedades de capitalismo avançado e tem causado intenso processo de redução ao proletariado fabril, bem como, parte dos trabalhadores assalariados rurais. No entanto, além do capital não sobreviver sem o trabalho produtivo, por ser aquele que gera mais-valia, não é o trabalhador fabril o único a compor o proletariado, mas sim todos os trabalhadores que, estando ou não empregado, compõe a classe trabalhadora. Assim sendo, o que tem havido é um aumento considerável da precarização das relações de trabalho, especialmente no setor de serviços.

Além dos autores enunciados, é importante construir, por meio da autocrítica, uma fundamentação teórica que seja capaz de acompanhar o atual tempo histórico. Trabalho como o de Araújo (2013) é importante para esse exercício, excepcionalmente pelo seu caráter de autocrítica. Ao analisar a questão de uma parte da classe trabalhadora, especialmente aquela ligada ao controle dos fundos de pensão por um setor específico dos trabalhadores, chega à conclusão que a teoria do valor, fundamentada na exploração do trabalho não é suficiente para explicar o atual momento do capitalismo tardio. Esse processo tem se colocado como um obstáculo à classe trabalhadora, pois, esta tem concorrido para a exploração da própria classe trabalhadora. Segundo ele, o processo de fetichismo é mais adequado para analisar a modernidade burguesa. Sobre este aspecto, é importante observar que setores da

classe trabalhadora, especialmente aqueles que tiveram conquistas durante os “trinta gloriosos”, se infiltraram nas próprias contradições do capitalismo e abocanharam parte do capital rentista.

No entanto, além dessa realidade ser uma especificidade de uma minoria e não de um conjunto considerável da classe trabalhadora, os capitais ligados aos fundos de pensão concorrem para elevar taxas de exploração dos trabalhadores em outras partes do mundo. Acredita-se também que o fetichismo da mercadoria seja um elemento importante na crítica da sociedade burguesa atual, no entanto, entende-se também que a história do modo de produção capitalista tem se resumido à exploração da classe trabalhadora e, nessas condições, o que está sendo posto pelo sociometabolismo é a intensificação da exploração. Apesar da tendência decrescente da taxa de lucro, como já fora mencionado, a exploração do trabalhador pelo capital ainda é o elemento produtor de valor. Diante de uma conjuntura permeada por tais questões, quais formas e métodos, a classe burguesa deverá usar para garantir suas taxas de lucro? A redução dos direitos dos trabalhadores, a liquidação do patrimônio público e exploração dos recursos naturais e da força de trabalho parecem ser alternativas viáveis às burguesias imperialistas, especialmente porque ainda são necessárias para garantir altas taxas de lucro aos capitalistas. Em um esforço de síntese, tentou-se trazer algumas contribuições para pensar a teoria do valor/trabalho. Sendo assim, examinou-se que apesar das críticas e autocríticas, o trabalho ainda constitui o fundamento ontológico do ser social.

Depois de Kant, conforme demonstrou Lessa (2015), Marx teria sido o primeiro a não reproduzir a ontologia dualista¹¹⁶. Sendo assim, pensa a sociedade do ponto de vista de uma totalidade, tendo como fundamento o ponto de vista material. Para ele, não existe uma vida material e uma vida espiritual, ou seja, há uma espécie de fusão entre matéria e ideia ou espírito. Como exemplo, tem-se: quando se produz um objeto por meio do trabalho, teleologicamente, pensa-se no objeto antes de fazê-lo. A subjetividade – que é a coisa pensada, o ato de pensar como esse objeto será – se fundirá depois desse produto realizado. Portanto, não há separação entre matéria e espírito ou ideia. Não dá para diferenciar onde se encontra o aspecto subjetivo e objetivo. Eles se confundem no objeto, porque no final, o que resta é a totalidade da

¹¹⁶ Essa forma dualista é aquela baseada na oposição entre idealismo e realismo, sistematizada por Aristóteles e Platão. Sendo assim, o ponto de partida do conhecimento para Platão é a ideia e, portanto, o sujeito e para Aristóteles é o objeto, o real.

matéria. Por isso, para ele não existe um trabalho imaterial. Todo trabalho é material, ainda que sua substância seja fruto do produto da subjetividade e objetividade.

Desse modo, “as transformações técnicas e as estratégias gerenciais seriam a causa das transformações nas relações de produção e, por extensão, a causa da alteração nas classes sociais” (LESSA, 2011, p. 253). Apesar do entendimento sobre a “nova sociedade salarial”, promovida pela revolução informacional, conforme entendeu Lojkin (2007), o mesmo autor também traz uma contribuição no sentido de implementar elementos no processo de reflexão da sociedade capitalista e, portanto, na sua superação. Segundo ele, o desenvolvimento tecnológico teria conduzido a sociedade capitalista a uma sociedade pós-mercantil, portanto, não mais capitalista.

Além da fragilidade do conceito da classe trabalhadora apresentada pelos autores quando associam especialmente ao setor do proletariado fabril, Lojkin, Coriat, Schaff, além de uma compreensão unilinear, não possuem uma análise dialética da sociedade, ou seja, além de não conseguirem vislumbrar as contradições presentes na sociedade capitalista, possuem teses frágeis como também esqueceram que a aplicação de técnica, não somente “aumenta a intensidade, como também a exploração do trabalho” (LESSA, 2011, pp. 260-1). Esse fato concorre para o aumento maior das taxas de lucro dos capitalistas ainda que estas, em casos específicos, têm sido reduzidas, em virtude das conquistas da classe trabalhadora por meio das lutas desenvolvidas especialmente no período pós-guerra.

Assim sendo, ao invés da técnica ser “um sinal de emancipação do trabalho, é rigorosamente o oposto: uma forma ainda mais bárbara de exploração do trabalho pelo capital” (LESSA, 2011, p. 261). Ainda de acordo com o autor, “nada indica que o desenvolvimento de tecnologia estaria hoje varrendo as relações capitalistas de produção [...] abolindo as classes sociais, dissolvendo a contradição antagônica proletariado/burguesia em uma mais ampla contradição entre a condição assalariada versus capital” (LESSA, 2011, p. 261), muito pelo contrário, as contradições de classes têm se acentuado ainda mais. Quanto à superação da sociedade mercantil é importante afirmar que a tendência crescente é por um processo de mercantilização produzido pelo imperialismo global, inclusive na agricultura, com a produção de *commodities* agrícolas pelas grandes corporações. Embora seja uma relação dialética, Lessa com base nas ideias de Luckács, afirma que a técnica apenas pode se materializar em meios de trabalho (ferramentas, máquinas, etc.).

Enquanto meio de trabalho, a técnica comparece como mediação entre o homem e o seu objeto de trabalho [...] se a técnica fosse a causa determinante da história, então as relações de produção seriam decorrências dos meios de trabalho, das ferramentas, máquinas, prédios, canais etc. [...] Não seriam mais os homens que se organizam em sociedades para converter a natureza nos valores de uso dos quais necessitam mas, pelo contrário, seriam os meios de trabalho que organizariam o intercâmbio homem/natureza. As relações sociais entre os homens, nesta concepção, passam a ser decorrência dos meios de trabalho (LESSA, 2011, p. 262).

Desse modo, é importante afirmar que Lukács (2012; 2013) afirmou que o trabalho, e não a técnica, pode causar a destruição do capitalismo. Ao elencar a técnica como centralidade pode-se produzir duas concepções fetichistas, sendo a primeira de que as contradições do próprio capitalismo poderiam causar sua superação, (pós-capitalista, pós-mercantil, socialista, comunista etc.), sem haver a necessidade do processo revolucionário e a segunda de que o desenvolvimento da tecnologia capitalista quebraria a propriedade privada burguesa. No entanto, o desenvolvimento técnico, ao contrário daquilo defendido pelas teses, tem servido para instrumentalizar as relações de produção, aprofundando a exploração do trabalho, como afirma Feenber (2005; 1999) “e não para superação da sociedade capitalista como pensam, tampouco, a superação das classes e extinção do proletariado”.

Carcanholo e Medeiros (2012) ao analisarem as teses que tratam do “fim do trabalho”, entendem que a redução da atividade fabril no centro do capitalismo desencadeou uma “extensão do trabalho” na periferia do capitalismo, sobretudo, na China e demais países emergentes em busca de maiores taxas de lucro. Desse modo, criticam veementemente o reducionismo da classe trabalhadora à população ocupada na indústria, ou seja, como se esta fosse a única classe trabalhadora. Desse modo, desmistificam que o capital não pode sobreviver sem o trabalho. Um outro argumento frágil se refere ao revisionismo mal sucedido da categoria trabalho. Em primeiro lugar pode-se encontrar o argumento do trabalho apenas relacionado à atividade fabril. Em segundo se refere à categoria classe, especialmente quando é feita a confusão entre classe e emprego, ou seja, aqueles que estão desocupados não fariam parte da classe trabalhadora. Quando na realidade a classe trabalhadora compõe a parte constituída pela população ativa, empregada e aquela que constitui o exército de reserva. Assim como o uso indiscriminado da palavra capital, especialmente quando se trata do chamado capital humano que é uma forma de tentativa de legitimar o fim das classes sociais.

Antunes (2011a), tem contribuído consideravelmente para o entendimento da centralidade do trabalho enquanto fundamento ontológico do ser social. Dessa forma, em cinco teses mencionou que, por mais intelectualizado, o trabalho não pode deixar de ter centralidade em uma sociedade produtora de mercadorias; na segunda tese, o autor menciona que uma coisa é acabar com o trabalho abstrato, sustentáculo da sociedade mercantil, a outra é o trabalho como produtor de valor útil (em toda sociedade deve existir); a emancipação da sociedade pode ser dada partir do trabalho; a heterogeneidade da classe trabalhadora não caminha para sua extinção; o capitalismo, em qualquer de suas variantes menos selvagens, não foi capaz de eliminar o estranhamento produzido pelo trabalho.

Um outro aspecto que concorre para o processo de crise do marxismo, elencado pelos autores é “a crise das organizações/instituições (partido e sindicatos). Ao invés de organizarem o processo revolucionário, abandonaram a luta e passaram à defesa das teses reformistas” (EVANGELISTA, 2002, pp.14-5). Ainda que tenha havido uma crise de direção das instituições, como diria Trotsky (2007a), a atual conjuntura pela qual essas instituições passaram não é nada animadora, especialmente com o avanço do capital, marcado particularmente por perdas ainda mais consideráveis dos direitos trabalhistas, previdenciários e pela debilidade da organização classista. O processo de ascensão dos governos de frente popular, tanto no centro (Europa), como na periferia do capitalismo (América Latina), além de promoverem poucos avanços, foram capazes de implementarem políticas que, tanto criminalizaram suas bases, como suprimiram direitos fundamentais.

Assim sendo, não se pode esquecer que, em última instância quem comanda e governa na democracia burguesa é o grande capital, como diria Poulantzas (1977), com base na concepção gramsciana, ainda que a esquerda governe não possui a hegemonia, pois, existe um bloco no poder que mantém sua condição hegemônica. Desse modo, além de uma construção ideológica, a hegemonia também é um processo que se materializa cotidianamente na ação, conforme entende Dias (2006), pois, as “ideias dominantes numa época não passam das ideias da classe dominante” (MARX, 2010c). Apesar de todo processo de crise que envolve tais instituições (partidos e sindicatos), nunca tiveram tantos membros filiados, no entanto, além de uma conjuntura de despolitização promovida pelas forças do capital com as novas formas de organização do trabalho, as direções sindicais e partidárias têm atuado no

sentido de desmobilizar a luta da classe trabalhadora, condensada nestas duas instituições. Como menciona Evangelista (2002, pp. 15-6), o “fracasso histórico do socialismo real e estagnação política dos partidos operários, que optaram ou foram levados a pautar suas ações no interior dos mecanismos institucionais da democracia representativa, nas sociedades capitalistas ocidentais”, concorreram para o processo de crise do marxismo e, conseqüentemente da classe trabalhadora. O socialismo real é uma das experiências mais exitosas no sentido de caminhar para o encontro da emancipação humana, contraditoriamente, os processos de burocratização que se deram por meio do stalinismo trouxeram, além de derrotas significativas ao proletariado mundial, uma redução da luta revolucionária.

A crise do stalinismo, com a divulgação do Relatório Krushev, fez com que grandes intelectuais, além da crítica ao stalinismo, propusessem severas críticas¹¹⁷ ao próprio marxismo, fundamento do processo revolucionário. Nesse contexto, de acordo com Evangelista, a crise teria se agudizado ainda mais no final da década de 1960, com o denominado Maio de 1968 a nível mundial com o surgimento dos novos movimentos sociais. Assim sendo, o

[...] aparecimento de novos movimentos sociais – estudantil, feminista, homossexual, ecológico, pacifista, entre outros – deslocou para segundo plano o velho movimento operário nas lutas por transformações sociais; os novos movimentos sociais questionaram não só a ordem, mas também o conjunto das instituições [...] neste contexto, tem-se a substituição da velha política pautada no direcionamento da classe operária, pelo partido, pela nova política, baseada nos novos movimentos sociais. Sendo assim, com essa nova política tem-se a emergência de uma pluralidade de sujeitos políticos em oposição ao sujeito político (o proletariado) (SADER apud, EVANGELISTA, 2002, pp. 16-7).

Depois de visualizado os pontos fundamentais da crítica ao marxismo foi feito o movimento de reafirmação do trabalho como centralidade e fundamento ontológico do ser social, pois, é a partir dele que os processos de emancipação humana podem se constituir em uma alternativa viável para superar a exploração e humilhação imposta aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, em especial em Balsas, oxigenando os processos de luta por meio do sindicalismo rural. Os processos de luta

¹¹⁷ As críticas são importantes e necessárias, pois, enquanto *Filosofia da práxis*, o marxismo não pode se eximir da responsabilidade histórica da crítica, uma vez que esta já é, na sua essência, uma Filosofia crítica, quando propõe a construção de uma nova teoria e forma societal que se contraponha a esta vigente. No entanto, é importante ressaltar que algumas críticas não possuem fundamento e, desse modo, precisam ser refutadas.

desencadeados na atual conjuntura podem constituir novas formas de organização dos trabalhadores, estreitando mais os limites entre as bases e as direções, caso os processos de radicalização que tem sido construído a partir do golpe institucionalizado se intensifiquem.

O assalariamento rural, bem como, os demais processos que se constituíram na produção do espaço agrário são transformações que ocorrem no nível da sociedade capitalista como um todo e, embora tendo as suas especificidades, sofre as mesmas influências e transformações que ocorreram no âmbito do trabalho fabril e do setor de serviços, ainda que em graus, intensidades e formas diferenciadas. Nesse sentido, é importante ressaltar que as transformações no mundo do trabalho rural seguem a mesma lógica da produção capitalista, portanto, é necessário compreendê-la, embora com suas especificidades, mas no plano geral, como uma articulação que permeia as relações de produção e, portanto, a relação entre a super e a infraestrutura sobre a qual a sociedade capitalista está pautada.

Neste contexto, é importante tratar da categoria trabalho, pois, além de fundamento ontológico do ser social, portanto, essencial da condição humana, apresenta-se como um processo que promove a alienação¹¹⁸ do homem, mesmo em um contexto em que o desenvolvimento tecnológico poderia superar as formas de exploração do próprio homem, particularmente aquelas relacionadas ao trabalho manual. Se por um lado, o trabalho ainda é condição para exploração e, portanto,

¹¹⁸ Se por um lado, o trabalho é uma condição necessária, por outro, é uma condição de alienação, especialmente em um contexto de especialização produtiva em que as fronteiras do trabalhador coletivo se ampliam consideravelmente, isto é, as atividades produtivas estão mais diversificadas e o trabalhador não reconhece como produtor, e sim, apenas como um simples executor de atividades. Mézáros (2006, pp. 20-1), ao analisar a obra de Marx, especialmente os manuscritos, entendeu que o conceito de alienação em Marx possui 4 principais elementos que são: “o homem está alienado *da natureza*; está alienado de *si mesmo* (de sua própria *atividade*); de seu “*ser genérico*” (de seu ser como membro da espécie humana); o homem está alienado do *homem* (dos outros homens) [...] A primeira: [...] expressa a relação do trabalhador com o *produto* do seu trabalho, que é ao mesmo tempo, [...] sua relação com o *mundo sensível exterior*, com os objetos da natureza”. É “o estranhamento da *coisa*” [...] A segunda: [...] é a expressão da relação do trabalho com o *ato da produção* no interior do processo de trabalho, isto é, a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma atividade alheia que não lhe oferece satisfação em si e por si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa. (Isso significa que não é a atividade em si que lhe proporciona satisfação, mas uma propriedade abstrata dela: a possibilidade de vendê-la em certas condições). [...] “auto-estranhamento” [...] A terceira: está relacionada com a concepção segundo a qual o objeto do trabalho é a *objetivação da vida da espécie humana*, pois o homem “se duplica não apenas na consciência, intelectual, mas operativa, efetiva, contemplando-se, por isso, a si num mundo criado por ele”. O trabalho alienado, contudo, faz do “ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio de sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana [...] A quarta: é o estranhamento do homem com os outros homens. (MÉZÁROS, 2006, pp.20-1).

alienação, também pode, contraditoriamente, promover a emancipação humana. Assim sendo, a perspectiva adotada para entender e propor a crítica será abordada mediante perspectiva do materialismo dialético, tomando como base as obras do próprio Marx (2002, 2007a; 2010), Lukács (2012; 2013) Antunes (2002; 2009).

Ao se contrapor à concepção de história dos neohegelianos, Marx (2007a) entende que a produção é o primeiro ato histórico e, como tal, é uma condição necessária da reprodução dos seres humanos. Ainda segundo autor, os homens são produtores de história, mas para produzi-la precisam viver. E para viver precisam satisfazer suas necessidades naturais e sociais. Esta satisfação se dá por meio do trabalho. Além de elemento mediador entre o homem e a natureza, o trabalho se apresenta como uma condição *sine qua non* ao ser humano, pois, é a partir deste que se produz os meios necessários à sua sobrevivência e também da própria transformação social. Ainda que esta esteja limitada, *a priori*, às condições naturais de existência, no processo de produção de mercadorias, “[...] o trabalho aparece com o seu duplo caráter: um valor de uso e um valor de troca [...] é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 2002, p. 64-65). Além das necessidades básicas, o trabalho também é responsável pela criação de elementos que suprem as necessidades subjetivas, pois, o homem não deve se contentar em satisfazer apenas as necessidades da barriga, mas também do espírito. Isso pressupõe que além de bem estar, o trabalho pode levar à emancipação humana.

Entendido como fundamento ontológico do ser social, Netto e Braz (2006) compreendem que o trabalho, enquanto atividade intrínseca ao homem, se distingue daquela atividade realizada pelos animais. Enquanto as condições físicas se limitam ao ciclo natural (nascimento, crescimento, reprodução e morte), o trabalho humano atende às necessidades sociais, criadas historicamente. Desse modo, o trabalho não é uma relação imediata, é uma relação mediatizada, portanto, ao se relacionar com a natureza, o homem precisa de instrumentos de trabalho e meios de produção, que se interpõe cada vez mais na relação entre si e natureza.

Além disso, o trabalho não atende a um número limitado de necessidades (apenas as necessidades naturais e fisiológicas como ocorre no reino animal), mas a um desenvolvimento quase sem limites de novas necessidades. Nesse sentido, é importante ressaltar que...

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho (MARX, 2002, p. 211);

Assim sendo, não é algo a priori por está presente na mente ou porque é uma mera representação da mente, mas porque os homens projetam aquilo que será produzido. Marx menciona que, pelo simples fato de ser inicialmente pensado e criado pelo ser humano, distinguirá “o pior arquiteto da melhor abelha” (MARX, 2002, p. 211). Ou seja, é pela capacidade de projetar aquilo que será realizado que faz do trabalho elemento de medição e condição de ser social, como entende Lukács (2013)¹¹⁹. O ser social

[...] “foi mais reconhecidamente por Marx como processo, na medida em que diz, repetidas vezes, que o processo do devir humano traz consigo um recuo das barreiras naturais. É importante enfatizar: fala-se de um recuo, não de um desaparecimento das barreiras naturais, jamais sua supressão total. De outro lado, porém, jamais se trata de uma constituição dualista do ser humano. O homem nunca é, de um lado, essência humana, social, e, de outro, pertencente à natureza; sua humanização, sua sociabilização, não significa uma clivagem de seu ser em espírito (alma) e corpo. De outro lado, vê-se que, também aquelas funções do ser que permanecem sempre naturalmente fundadas, no curso do desenvolvimento da humanidade se sociabilizam cada vez mais. (LUKÁCS, 2010, p. 42)

¹¹⁹ Com relação ao afastamento da barreira natural que resultou na transformação do homem de natural para ser social é importante destacar a contribuição de Lukács (2013). Embora entenda que é impossível saber precisamente quando ocorreu o corte do afastamento da barreira natural, afirma que “o máximo que se pode alcançar é um conhecimento *post festum*, aplicando o método marxiano, segundo o qual a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual o estágio mais primitivo pode ser reconstruído – intelectualmente – a partir do estágio superior, de sua direção de desenvolvimento, das tendências de seu desenvolvimento. A maior aproximação possível nos é trazida, por exemplo pelas escavações, que lançam luz sobre várias etapas intermediárias do ponto de vista anatômico-fisiológico e social (ferramentas, etc.). O salto, no entanto, permanece sendo um salto e, em última análise, só pode ser esclarecido conceitualmente através de experimento ideal a que nos referimos. É preciso, pois, ter sempre presente que se trata de uma transição à maneira de um salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente. A esperança da primeira geração de darwinistas de encontrar o “*missing link*” (elo perdido) entre o macaco e o homem tinha de ser vã porque as características biológicas podem iluminar somente os estágios de transição, jamais o salto em si mesmo. Mas também indicamos que a descrição das diferenças psicofísicas entre o homem e o animal, por mais precisa que seja, passará longe do fato ontológico do salto (e do processo real no qual este se realiza”.

Assim, Lukács (2013, p. 43), depois de Marx, foi o pensador que mais chegou a ambição de desvendar por que o trabalho constitui a atividade que diferencia o homem dos demais animais e porque o torna um ser social. Assim referencia o autor:

Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da socialidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, ao tratar desse complexo, colocamos o acento extremamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser tem já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõe o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social [...] no trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social; parece, pois, metodologicamente vantajoso iniciar pela análise do trabalho uma vez que o esclarecimento de suas determinações resultará num quadro bem claro de traços essenciais do ser social. (LUKÁCS, 2013, pp. 43-4).

O que Lukács está afirmando com isso é que o trabalho funda o ser social porque o trabalho é o elemento de intercâmbio entre homem e natureza, ou seja, o trabalho funda o ser social, entretanto, também causa um afastamento das barreiras naturais. Enquanto que a cultura, a religião, enfim, esses elementos surgem a partir do processo de socialização, o trabalho

[...] se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas -, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. É claro, como veremos mais adiante, que não se deve exagerar de maneira esquemática esse caráter de modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade; precisamente a consideração das diferenças bastante importantes mostra a afinidade essencialmente ontológica, pois exatamente nessas diferenças se revela que o trabalho pode servir de modelo para compreender os outros pores socioteleológicos, já que, quanto ao ser, ele é a sua forma originária. (LUKÁCS, 2013, 47)

O caráter teleológico do trabalho não implica um movimento de causalidade, como adverte Lukács (2013, p.48), essa é uma relação dialética, orientada para uma finalidade.

“Todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um

mero elevar-à-consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico”. (LUKÁCS, 2013, p. 48).

É a partir do trabalho que o ser social se distingue de todas as formas pré-humanas. Os homens e mulheres que trabalham são dotados de consciência, uma vez que concebem previamente o desenho e a forma que querem dar ao objeto de seu trabalho (ANTUNES, 2004, p.7), portanto, o trabalho é uma “atividade adequada a um fim”.

Além de perceber o trabalho como uma condição fundamental do ser social, portanto, do mundo dos homens, Marx (2002), também percebeu que na produção da vida material, os homens entram em contradição com as relações de produção. Assim sendo, ao se apropriar das forças produtivas, o capital entra em contradição por subsumir o trabalho na sua forma mais perversa, pois, transforma as relações de produção se apropriando de parte do trabalho, sobretudo, aquele denominado de trabalho excedente. Desse modo, ao passar para o domínio dos capitalistas, os trabalhadores se desvinculam da sua produção material e passam a produzir para aqueles. Portanto, o trabalho especialmente em sua forma produtiva se caracteriza pela produção de valor, ou como diria Carcanholo (2005), de mais-valor.

A consolidação da sociedade capitalista com a divisão social do trabalho, contraditoriamente, tem um papel importante na transformação social. Embora entenda como inevitável na lógica da sociedade capitalista, Marx (2002) fez severas críticas ao processo da divisão do trabalho, pois, além de criar um trabalhador mutilado ou parcial, acentua a distinção entre trabalho intelectual e manual, supervalorizando o primeiro em detrimento do segundo. Além do distanciamento entre trabalho intelectual e manual, a divisão do trabalho é um processo que intensifica o processo de alienação do trabalhador. Se por um lado, o processo de proletarização introduzido pela dinâmica capitalista é uma condição de alienação, por outro lado, possibilita a criação de uma classe responsável pela emancipação humana. Na apropriação da natureza pelo ser humano há também, contraditoriamente um processo de metamorfização da natureza e do próprio homem. Como diria Engels (1896), “é pela via do trabalho que o macaco se transforma em homem”.

Por um lado, se o trabalho em qualquer sociedade é uma condição necessária, por outro, contraditoriamente, é uma condição de alienação (MARX,

2010), pois, é forçado e não voluntário; não existe para satisfação de necessidades do trabalhador, mas é um meio para satisfazer necessidades alheias. Portanto, é uma relação de alienação do homem com a “[...] natureza; [...] de si mesmo (de sua própria atividade); [...] de seu ‘ser genérico¹²⁰’ (de seu ser como membro da espécie humana); do homem (dos outros homens)”, conforme entende Mészáros (2006, p. 20). A alienação é uma condição necessária para manutenção das relações de produção capitalista uma vez que obscurece as relações classistas e faz com que o trabalhador não consiga discernir que produz excedente através do sobretrabalho, ou mais-valia. Também não consegue discernir que as relações de produção não são naturalizadas, mas, construídas socialmente. Desse modo, ela é funcional à dinâmica capitalista na medida em que o trabalhador, além de não conseguir discernir fundamentalmente que uma parte do seu trabalho, o excedente, é apropriado pelo proprietário dos meios de produção, não consegue se organizar em torno da classe para transformar a sociedade.

Sendo assim, é possível afirmar que, na modernidade, o cartesianismo influenciou consideravelmente o modo de produção capitalista. Tal sistema foi inspirado na Filosofia clássica grega que tinha como fundamento a separação entre corpo e alma. Assim sendo, ao mesmo tempo em que reforçou a ideia de inferioridade do trabalho manual, uma vez que este é exercido pelo corpo, que é falível e temporário, conferiu ao trabalho intelectual, exercido pela alma, que é imortal, condição superior. Essa divisão é oriunda das sociedades escravistas que entendiam o trabalho como uma condição do escravo, enquanto que aos filósofos competia apenas a atividade mais nobre, a atividade intelectual: o filosofar. Como se pode verificar, a dissociação entre trabalho intelectual e manual, como toda construção social, é histórica e, embora compreenda parte da totalidade concreta (MARX, 2011, p. 540), as teses responsáveis pela prevalência das relações capitalistas de produção, assim como a realidade, confirmaram a hegemonização do trabalho intelectual sobre o manual.

Apesar de compreender que essas duas formas de trabalho atuam no desenvolvimento das potencialidades humanas, uma vez que são interdependentes,

¹²⁰ Conforme entende Barros (2006), o ser genérico, enquanto ser social, oferece as condições para inteligibilidade do estatuto político de Marx. Tal conceito deve ser entendido como essência da liberdade humana. E a liberdade para Marx é condição *sine qua non* do ser genérico, assim como, é condição para tomada de consciência da verdadeira essência na direção da emancipação humana.

enquanto o trabalho manual está muito mais próximo de uma atividade de transformação da natureza, também o trabalho intelectual, *máxime* aquele relacionado com as ciências empíricas, realiza essa transformação. No entanto, é importante ressaltar que o trabalho de um modo geral, é formado por essas duas formas complementares, pois, conforme entende Gramsci (2001), ainda que em algumas atividades laborais desempenhadas sejam compostas preponderantemente pelo trabalho manual, existe uma simples porção de trabalho intelectual. Assim como para materializar o trabalho intelectual, o trabalho manual também é ativado, ainda que seja apenas em proporções extremamente reduzidas, como apenas o apertado de um botão de uma máquina ou tecla de computador ou acionamento digital de aparelhos eletrônicos. Portanto, trabalho intelectual e manual são indissociáveis. Aliás, um dos elementos que particularizam o trabalho é a presença do conhecimento e a atividade intelectual, ainda que, em muitos casos, essas etapas do trabalho em geral não estejam articuladas num mesmo ser que opera o trabalho, porém, isso ocorre porque, a delimitação entre teoria e prática, como se uma fosse independente da outra, torna-se funcional à dinâmica capitalista.

Se considerado, entretanto, que teoria e prática são indissociáveis e, portanto, uma totalidade concreta (KOSIK, 2002), então pode-se afirmar que a atividade teórica também possui uma função transformadora da natureza. Apesar do positivismo mecanicista dissociar teoria e prática, conhecimento e ação, estes são pares dialéticos, portanto, figuram dentro da existência material da totalidade concreta (Lukács, 1989). Na realidade, o trabalho na sua essência só pode ser considerado quando há essa relação dialética entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e manual, entre *homo faber* e *homo sapiens*. O fato da valorização de um em detrimento do outro é fruto de um processo de desenvolvimento desigual instaurado pelo modo de produção capitalista via divisão social do trabalho, aliás, é intrínseca à sociedade capitalista.

Alves (2010, pp. 63-67), com base nas ideias de Lukács e Marx identificou que as transformações no modo de produção capitalista, sobretudo, a partir da hegemonização da mais-valia relativa e financeirização criou novas formas de alienação. Sua tese se pautou na afirmativa de que na sociedade industrial havia uma maior exploração do trabalho. Nesse contexto, a alienação era sinônimo de desumanidade. Além disso, os trabalhadores, por mais que trabalhassem, não podiam

consumir o resultado do seu trabalho. As intensas lutas da classe trabalhadora impuseram uma série de derrotas aos capitalistas. O resultado foi a redução da mais-valia absoluta e aumento progressivo da mais-valia relativa, ou seja, a classe trabalhadora conquista redução da jornada de trabalho, bem como, passa a ter acesso aos bens de consumo, contudo, aumenta a sua produtividade com o aumento dos meios de produção. Com isso, há uma nova forma de alienação, sobretudo, por meio daquilo que ele vai denominar de capitalismo manipulatório, caracterizado pela propaganda, marketing e apelo ao consumo que se manifesta por meio da falta de uma vida plena de sentido.

Assim, o aumento relativo do padrão de vida do proletariado e o acesso aos objetos da produção (mercadorias, serviços, etc.), tendem a ocultar a consciência de classe e criar uma vida sem sentido. O fetichismo da mercadoria no atual contexto incita formas mais vorazes de manipulação. O resultado é uma desconstrução da consciência de classe. Segundo o autor, um mundo pleno de mercadorias é um mundo pleno de manipulação. Antes, o estranhamento estava nas condições desumanas de trabalho, hoje a manipulação é exercida pela mercadoria e por uma vida com base em um padrão baseado no consumo. Em virtude do acesso e mediante funcionalidade, enquanto parte da totalidade da produção, o homem de hoje é mais suscetível à manipulação pelas mercadorias e pelo modo de vida. “A fruição da vida se reduz ao consumo alienado [...] a ânsia fugaz pelo consumo é incapaz de dar um sentido à vida [...] o resultado, portanto, do estranhamento luckácsiano é o descompasso entre a existência dos indivíduos e a vida plena de sentidos” (ALVES, 2010, p. 68).

A exemplo do regime de acumulação fordista/taylorista, a acumulação flexível, organizada com base nos padrões toyotista, foi responsável pela dissociação entre trabalho intelectual e manual. Assim sendo, o trabalho não pode ser entendido como atividade parcelar, mas como uma totalidade concreta. O trabalho intelectual, ainda que criado e desenvolvido geograficamente disperso daquele que executará a atividade manual, juntamente com o trabalho manual formam a totalidade concreta e indissolúvel.

Marx em continuidade, mas em contradição àquilo que propõe o grande mestre Hegel, bem como, àqueles que integram o círculo dos economistas burgueses como Smith e Ricardo, ao realizar o desvio de rota da metafísica para a economia política e inserir o trabalho como categoria central vinculou também um novo sujeito

revolucionário: a classe trabalhadora. É proposital a teoria de Marx expondo a centralidade ao trabalho, pois, se o trabalho é atividade *sine qua non* do mundo dos homens, portanto, é uma atividade fundamental de todas as formas de sociabilidade. Contraditoriamente, a classe-que-vive-do-seu-próprio-trabalho,¹²¹ apesar de herdeira das mazelas que essa mesma atividade representa para o homem, é detentora do processo emancipatório.

Desse modo, as alterações que surgiram nas últimas décadas, particularmente com a crise do fordismo/taylorismo, crise do socialismo real e surgimento do projeto neoliberal, criaram modificações significativas no mundo do trabalho que representam desde uma transformação na relação entre homem e natureza, como na relação entre os homens. Essas mudanças também refletem consideravelmente sobre a classe trabalhadora. Se essas metamorfoses atingiram o mundo do trabalho de um modo geral, também alcançaram, de um modo especial, o trabalho rural, imprimindo novas relações de produção. Essas modificações também foram responsáveis pela criação de uma nova classe trabalhadora no campo que, ao invés de produtos úteis para consumo familiar, passa a produzir mercadorias.

Em um artigo sobre o debate da categoria proletariado, Linden (2013) entende que a necessidade da ampliação do conceito de proletariado deveria necessariamente passar pela ampliação da teoria do valor. Segundo ele, o entendimento de Marx acerca do proletariado precisa ser ampliado tendo em vista que um grupo de trabalhadores, incluído os escravos e outras relações não mercantilizadas não estão contemplados. Apesar de na época de Marx o desenvolvimento capitalista ainda não ter criado um número considerável de grupos de trabalhadores, diferentemente daquilo que pensa Linden, em Marx há uma tese ampliada do proletariado, quando faz ressalva sobre a superpopulação relativa.

Apesar das críticas, Antunes (2002) também elaborou uma tese ampliada da classe trabalhadora. Por entender-se que a exemplo da classe trabalhadora, a burguesia também vive do trabalho, mais exatamente, da exploração do trabalho alheio, a ampliação do conceito de classe trabalhadora, segundo Antunes (2002), não

¹²¹ Embora não realize aqui um processo de teorização, como ocorrido com Antunes(2002), quando trata da nova morfologia da classe trabalhadora, aqui faz-se apenas um pequena observação quanto a esse entendimento que, a priori, nos parece apropriado, ou seja, é preciso observar que ambas as classes sociais fundamentais da sociedade vivem do trabalho, porém, é importante deixar claro que, enquanto os trabalhadores vivem do seu próprio trabalho, a classe burguesa vive do trabalho alheio, portanto, do trabalho alienado.

somente é válido, como é perfeitamente lógico, conforme entende Mattos (2013). Segundo Antunes, há uma

[...] classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos [...] Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado [...] engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista (ANTUNES, 2002, p. 102).

Ao ampliar o entendimento sobre a classe trabalhadora, o autor ajuda a compreensão sobre o trabalho, mistificado por algumas interpretações incoerentes da tese marxiana, sobretudo, aqueles que entendem o trabalho apenas como a atividade referente à transformação da natureza, um elemento específico da atividade fabril, por ser uma atividade produtora direta de mais-valia, ou ainda por aqueles que confundem trabalho e emprego. Para fazer parte da classe trabalhadora, além de possuir apenas a força de trabalho para submetê-la à venda no mercado, é necessário que o trabalhador viva do seu próprio trabalho.

Ao analisar as metamorfoses que ocorreram no mundo do trabalho, especialmente no que diz respeito ao conjunto de novas atividades produtivas que surgiram com o advento da tecnologia, fruto da revolução científica e informacional, Antunes (2009) identificou que houve um processo de infoproletarização. Apesar das transformações nas formas e relações de trabalho, a separação clássica entre detentores dos meios de produção e da força de trabalho não desapareceu, contudo, se acentua ainda mais, na atual fase do capitalismo, caracterizada pela liberalização, desregulamentação, flexibilização das relações de trabalho e reestruturação produtiva.

Um entendimento importante no sentido de demarcação do proletariado, de acordo com Freitas (2010), seria o processo de autonomia em relação ao trabalho. Segundo, o autor a classe proletária, como possui apenas seu trabalho, necessariamente tem sua existência fundamentada no trabalho. O proletariado depende, portanto, do seu trabalho para a existência, enquanto que a burguesia depende do trabalho alheio. Assim sendo, precisa alienar uma classe para obter o sobretrabalho. Ou seja, o que Marx menciona com isso é que a classe burguesa goza de uma autonomia frente ao trabalho, por poder viver sem trabalhar,

contraditoriamente, depende do trabalho do proletário para existência. Por outro lado, a existência do proletário está condicionada ao trabalho, ou seja, tal classe não pode se dá ao luxo de não exercer tal atividade.

Assim, o capitalista não é *stritu sensu*, o dono dos meios de produção, porque o próprio capital vai expropriar os trabalhadores e depois expolia. Na expropriação, o ritmo de trabalho é controlado pela máquina e não mais pelo trabalhador. No século XX, o avanço da sociedade salarial, principalmente nos países do centro do capitalismo, onde houve conquistas consideráveis de direitos por parte da classe trabalhadora, contraditoriamente, uma porção dessa classe vai se apropriar de parte dos meios de produção e até de valiosos fundos de pensão. No entanto, não são capitalistas, pois, não possuem o controle de sua existência. Portanto, o protagonismo proletário está para além do processo produtivo, mas se estende para o papel revolucionário/emancipatório ainda que esta seja a sua função primordial. Desse modo, dentro das relações de produção entende-se que o proletário exerce um papel de destaque, uma vez que produz a riqueza social, embora contraditoriamente não se aproprie desta.

O trabalho agrícola/rural a exemplo do trabalho fabril, devido o estranhamento entre trabalhadores e produtores/grandes corporações configura-se como um trabalho alienado, no sentido de que os trabalhadores, sobretudo, aqueles envolvidos na produção de *commodities* agrícolas, não se reconhecem como produtores de seus alimentos, uma vez que é um produto estranho à sua realidade; devido à jornada de trabalho, não lhe oferece prazer, pois, o trabalhador produz para satisfação de uma necessidade estranha à sua, bem como, não dispõe de tempo e nem recursos para participar de outras atividades que não sejam as atividades produtivas, sobretudo, aqueles que permanecem alojados nas fazendas, sujeitos às mais adversas condições de trabalho.

Portanto, Mészáros (2006) entende que um objeto,

“uma unidade de propriedade *morta*, podia ser simplesmente alienado do dono original e transferido para a propriedade de outra pessoa, sem complicações indevidas: ‘a transferência de propriedade de alguém para outra pessoa é a sua alienação.’ [...] Uma pessoa *viva*, no entanto, tinha que ser *reificada* – transformada numa coisa, numa simples propriedade, durante o contrato – antes que pudesse ser dominada pelo seu próprio dono” (MÉSZÁROS, 2006, P. 38).

No fenômeno da reificação, Lukács (1989) menciona que

“uma relação entre pessoas, toma o caráter de uma coisa, e ser, por isso, de uma ‘objetividade ilusória’ que, pelo seu sistema de leis próprio, aparentemente rigoroso, inteiramente fechado e racional, dissimula todo e qualquer traço da sua essência fundamental: a relação entre homens” (LUCKÁCS, 1989, p. 97).

O processo de reificação é diretamente proporcional à mercantilização do trabalho, pois, quanto mais o trabalho passa à esfera da racionalização, mais se mercantiliza. Além disso, a divisão do trabalho também contribui consideravelmente para o processo de reificação, particularmente porque é responsável por um processo de fragmentação do trabalho, na medida em que o trabalhador entra na esfera da mercantilização e, portanto, na esfera da troca, entrando agora como uma simples mercadoria que passará a ser trocada por um salário. Ao se efetivar, o assalariamento rural constitui um processo de reificação do trabalhador rural, pois, este adentra ao mercado, como coisa, passando a possuir apenas a sua força de trabalho que será trocada pelo salário. Desse modo, o assalariamento é uma condição fundante para que haja o processo de reificação, pois, este transforma o camponês autônomo¹²² em mercadoria, tornando-o uma coisa. Além disso, a divisão do trabalho, além de mutilar o trabalhador, na sua singularidade, fragmenta o trabalho na sua generalidade e, nessas condições, “[...] a fragmentação do objeto da produção é também necessariamente a fragmentação do seu sujeito” (LUCKÁCS, 1989, p. 103).

Ao analisar o trabalho alienado em Marx, Luz (2008), identificou inicialmente que este se fundamenta particularmente na concepção hegeliana, especialmente quando propõe a crítica aquilo que Hegel entende apenas como algo criativo. Além disso, verifica que este é o fundamento da sociedade capitalista e, portanto, como uma construção social, pode ser transformado e substituído por outra forma de trabalho que não seja o alienado. Além disso, mostra que apesar de Marx ter verificado o trabalho alienado no século XIX, particularmente com o desenvolvimento da maquinaria num contexto da Revolução Industrial, o tema do trabalho alienado é atual.

Desse modo, é importante ressaltar que o assalariamento em Balsas é um fenômeno que causa um estranhamento entre trabalhador rural e o produto do seu trabalho, tendo em vista que, além de não criar mais produtos necessários à

¹²² O termo autônomo aqui referenciado, se refere à condição do camponês diante do mercado, ou seja, o camponês autônomo é aquele que, ainda que estabeleça relações, não precisa ir ao mercado para aquisição de mercadorias, pois, a indústria doméstica é capaz de suprir as necessidades da família.

subsistência da indústria doméstica, transformou-se em produtor de mercadorias voltadas para o mercado externo, estranha à sua realidade.

É importante ressaltar que esse estranhamento também se dá em um contexto de espoliação, quando o produtor não entra na esfera do assalariamento, mas acaba se transformando em um produtor de mercadorias para a indústria. Dessa maneira, a alienação do pequeno produtor em relação ao mercado ocorre na medida que este não se reconhece mais como produtor de gêneros alimentícios para consumo, mas produz para satisfação do mercado, portanto, da dinâmica capitalista. Essa inserção do pequeno produtor, se consolidou como atividade complementar às demandas do mercado, especialmente a partir da inserção das políticas de reforma “agrária de mercado”, impregnadas com as políticas neoliberais. Neste caso, é importante mencionar que quem direciona a produção é o mercado e não o pequeno produtor.

É possível destacar que no território brasileiro há uma pequena produção mais dinâmica e, em alguns casos mais articulada ao mercado e, de outro, uma pequena produção mais voltada aos interesses da indústria doméstica e com graus de precariedade significativos. Em ambos os casos é possível notar um processo de subsunção do trabalho ao capital, pois, ao mesmo tempo em que a pequena produção camponesa fornece matérias-primas à indústria, esta fornece produtos industrializados à indústria doméstica, quebrando a sua autonomia frente ao mercado. Nesse sentido, a indústria camponesa passa à condição de dependência ao mercado.

Desse modo, pode-se concluir que mesmo com o processo de crise do marxismo e intensificação das críticas à centralidade do trabalho este ainda consiste como fundamento ontológico do ser social. Entretanto, ao contrário daquilo que as críticas apontaram, especialmente com o surgimento de novos sujeitos, a categoria classe trabalhadora ainda é apontada como aquela herdeira do processo emancipatório. No entanto, ao mesmo tempo em que avança a produção de *commodities* agrícolas por meio do agronegócio formado pelas *tradings*, o campesinato resiste em outros territórios, sem representar a destruição. Essa recriação do campesinato é parte de um movimento histórico, cujos protagonistas tem sido os próprios trabalhadores.

4.3. A proletarização na agricultura e a indestrutibilidade do campesinato

Uma vez analisada a centralidade do trabalho e da classe-que-vive-do-seu-próprio-trabalho, analisou-se a tese do campesinato enquanto parte da classe trabalhadora, pois, por mais que as relações capitalistas de produção no campo tenham se intensificado com a produção de soja, este processo não foi suficiente para destruir o campesinato, muito pelo contrário, apesar da redução e desterritorialização, essa produção se reorganiza, especialmente em espaços “desprezados” pelo agronegócio, em que o processo de mecanização não pode ser implementado, ou alvos da territorialização camponesa, onde a participação do sindicato, associações e movimentos sociais (MST) é mais intensa.

O debate da destruição do campesinato é importante para analisar-se a dinâmica das relações de trabalho em Balsas, uma vez que nas principais municipalidades que produzem *commodities* agrícolas, o agronegócio tem se desenvolvido de forma mais intensa e voraz. Essa destruição começa necessariamente pela tentativa de dissolução da história, da identidade, da cultura, da tradição e, finalmente, culminando na dissolução da consciência, conforme entende Bogo (2010). Assim sendo, o resultado desse processo tem sido a destruição de parte do campesinato, por mais que tal materialidade não tenha sido suficiente para extinguir, por outro lado, apesar desses impactos, a produção camponesa de base familiar tem se reorganizado, seja por meio das próprias limitações da atividade capitalista, seja por meio da funcionalidade do campesinato à dinâmica capitalista. Dessa maneira, será retomada as teses clássicas para situar tal questão no debate da luta concreta.

O debate da questão agrária não é atual, embora na contemporaneidade não tenha as repercussões merecidas, dado o modelo de sociedade adotado, especialmente a partir do processo de Revolução Industrial. No Brasil, esse debate vem perdendo espaço desde o final dos anos 70, início dos anos 80, quando houve a consolidação do processo de sociedade baseada nos pilares da urbanização/industrialização¹²³, que se efetivou desde a década de 70, quando houve uma superação da população rural pela população urbana.

¹²³ É importante mencionar que, apesar do avanço do processo de urbanização, não se pretende afirmar que a Revolução industrial hegemonizou uma sociedade urbana, como diria Lefebvre (1999).

Neste sentido, o debate da questão agrária é indispensável, pois, além de se caracterizar por um conjunto de problemas relacionados à dinâmica do espaço agrário, trata de uma fração numerosa da classe trabalhadora que, além de responsável pela produção de alimentos consumidos por grande parte da sociedade, garante as condições de reprodução socioeconômicas e culturais de uma grande quantidade de pessoas no campo. Esse processo tem auxiliado na redução dos problemas sociais urbanos, bem como, no equilíbrio ambiental devido às formas e relações de produção com a terra. Desse modo, entende-se a questão agrária como uma totalidade concreta, sendo a questão agrícola uma das expressões da questão agrária.

O debate inicial da questão agrária deve se centralizar sobre o campesinato, pois, este se encontra na antiga tradição russa, como afirmam Guzman e Molina (2005), bem como, em teses recentes como aquelas enunciadas em Stedile (2016). Segundo os autores, os populistas russos entendiam o campesinato como uma classe realmente revolucionária. No entanto, a intenção dessa corrente era isolar o campesinato como fração da classe trabalhadora, tendo em vista que o setor mais abastado possuía estreitas relações com o czar e, portanto, precisava manter seus privilégios. Por outro lado, os marxistas ortodoxos, particularmente Kautsky (1989), entendia que o processo de desenvolvimento capitalista, promovido pelo processo de industrialização e mecanização tenderia forjar a proletarização na agricultura, sendo, esse processo responsável pela extinção dos camponeses¹²⁴. Na realidade, a leitura de Kautsky se limitou a uma parte específica da obra de Marx. Se por um lado, os populistas russos afirmaram que o campesinato seria a classe por excelência da revolução e os ortodoxos afirmavam que apenas o proletariado fabril seria a classe revolucionária, Lenin, no conjunto de sua obra, vai afirmar que o caminho para o processo revolucionário passaria necessariamente por uma aliança entre o campesinato e o operariado fabril, apesar de não esquecer o protagonismo da última fração.

Apesar da influência dos elementos característicos da cultura urbana, o campo também tem passado por processos de transformações. Assim, tanto os elementos da cultura urbana se misturam ao modo de vida rural, como o modo de vida rural se confunde com o urbano.

¹²⁴ Considera-se essa uma leitura equivocada de Marx, mais especificamente do segundo Marx. A premissa que afirmava a mecanização que avançava na Inglaterra seria responsável pela destruição da indústria camponesa e implantação do assalariamento. Essa leitura não pode ser uma parte conclusiva da obra.

Na conjuntura do final do século XIX e início do século XX, os populistas russos apesar de possuírem apoio considerável do campesinato, pois, mais de 80% da população era composta por camponeses, porém, uma parte da elite agrária russa possuía privilégios e, uma das formas para defender tais privilégios, era a defesa do campesinato no parlamento.

Kautsky possuiu uma posição impar no debate da questão agrária. No entanto, manteve um posicionamento fatalista sobre o processo revolucionário, ou seja, entendia que havia uma impossibilidade da revolução socialista como obra do partido revolucionário. Para Kautsky (1998), esse processo não é fruto da organização partidária, mas do colapso do próprio modo de produção capitalista. Na realidade, como os marxistas ortodoxos tinham uma interpretação equivocada da história, ou seja, a entendiam como unilinear, para estes, o colapso do capitalismo seria inevitável, tendo em vista que na sequência do modo de produção capitalista viria o comunismo, portanto, aconteceria inevitavelmente¹²⁵. O problema da ortodoxia é que ninguém sabe quando esse colapso ocorrerá. Essa concepção possuía uma intenção explícita: desmobilizar a luta do processo revolucionário, tendo em vista que não haveria necessidade de transformação do capitalismo, uma vez que esta transformação se daria de forma “natural”. O resultado, foi o abandono da luta política e a via trilhada foi o reformismo, como assim fora realizado, pois, a corrente vitoriosa na Segunda Internacional Comunista, foi a socialdemocracia alemã de Kautsky¹²⁶ e Bernstein¹²⁷.

¹²⁵ É importante observar que as teses do socialismo do século XXI são tributárias dessa concepção fatalista dos marxistas ortodoxos.

¹²⁶ Além de analisar o partido e o debate desenvolvido desde a segunda internacional, Braz (2011) investiga a necessidade do partido no processo revolucionário. Para Kautsky, esse processo não poderia ser obra de um partido político. Deveria ser realizado a partir do próprio colapso do modo de produção capitalista.

¹²⁷ Conforme Braz (2011), Bernstein não foi o criador do revisionismo, tampouco do reformismo, mas deu a forma mais acabada a estes. Para Bernstein, o partido “deveria corresponder às necessidades históricas mais prementes que se encontravam nas demandas sociais por reformas de todo tipo, cuja atuação deveria ser dada na e pela legalidade, ampliando a níveis maiores os canais de participação política dos representantes diretos da classe proletária: o partido, os sindicatos, os membros do parlamento. O partido é aquela instituição disposta às tarefas das reformas” (Bernstein, s/d, p. 278, apud BRAZ, 2011, p. 65). A crítica mais severa a Bernstein foi feita por Rosa Luxemburgo. Para a autora, a consciência revolucionária e a vontade das massas se desenvolveriam no curso das lutas revolucionárias que tinham na greve de massas um instrumento efetivo de impulsão. O ‘exército revolucionário’ seria formado no âmbito das lutas, e não antes delas; ele se articularia como força política que surge e se desenvolve entre as diversas mobilizações sociais do proletariado [...]; as organizações partidárias assumiriam funções de liderança por expressarem os segmentos mais conscientes e mais preparados do movimento revolucionário (BRAZ, 2011, p. 68).

Embora Kautsky tenha contribuído ao processo revolucionário, esse debate, então vitorioso na época da segunda Internacional, capitaneado pela concepção reformista de Bernstein¹²⁸ (s./d.), vai ser superado quando o proletariado, organizado pelo Partido Bolchevique russo, empreendeu a Revolução de Outubro de 1917¹²⁹. Embora a obra de Kautsky que se refere ao papel do partido, seja *o caminho do poder*, a obra que analisa a questão agrária de uma forma mais específica é *A Questão Agrária* de (1998).

A tese de Kautsky (1998) se fundamentou no pressuposto de que o desenvolvimento do capital, particularmente com o processo da grande indústria, promoveria a destruição da agricultura camponesa. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a tendência seria a destruição do campesinato e instauração de um proletariado rural. No entender do autor, a teoria marxista do modo de produção capitalista “não consiste na simples redução desse tipo de produção à fórmula da ‘substituição do grande estabelecimento agrícola pelo pequeno’, de maneira que o conhecimento dessa fórmula forneceria a chave de toda a economia moderna” (KAUTSKY, 1998, p. 36). Antes de Kautsky, Marx (2002; 2007) já havia enfatizado a extinção do campesinato como tendência da própria dinâmica capitalista, conforme mencionam Cunha (2012) e Hegedüs (1984), dada as suas relações de produção estarem vinculadas distintamente das relações sociais de produção capitalista.

Embora Marx (2002) tenha apontado como tendência - e muitos tenham interpretado como verdade absoluta - que teria criado uma lei da destruição do campesinato¹³⁰, por entender que o proletariado fabril seria o núcleo do proletariado, por reunir as condições objetivas e subjetivas para realizar o processo revolucionário, o campesinato até os dias atuais resiste. Por mais que tenha havido este entendimento, o campesinato não é homogêneo e nem se apresenta de forma mecânica. Experiências históricas mostram que na América Latina, o proletariado e campesinato têm tido um núcleo dinâmico, particularmente no que diz respeito os processos de resistência às relações capitalistas de produção, mesmo aquelas de

¹²⁸ Para Marx, a indústria não se caracteriza apenas pela atividade fabril, mas por um conjunto de atividades produtivas desenvolvidas ou pela fábrica ou até mesmo por uma família.

¹²⁹ Ver obras de

¹³⁰ Marx, comprovou esse fato durante o Golpe de Napoleão, no final dos anos de 1830/40, em seu livro *o 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, pois, em virtude de possuir propriedade rural (indústria doméstica), esse setor gozava de autonomia diante do mercado. Desse modo, ora o campesinato se posicionava como uma fração da classe trabalhadora, ora de forma reacionária.

maior impacto direto como o agronegócio da soja, que tem desterritorializado intensas populações camponesas.

Ainda de acordo com Kautsky (1998), a dissolução da indústria camponesa de produção de subsistência já tivera seu início com o advento do Feudalismo, “quando surgiram as profissões artesanais urbanas. No campo, o avanço desta foi lento, restringindo-se às vizinhanças das cidades, sem afetar de modo significativo as condições de vida da classe agrária” (KAUTSKY, 1998, p. 39). Quando produziu o capital Marx, estava vivenciando a intensificação da maquinaria e da indústria moderna sobre as formas de produção, tanto na cidade, como no campo. Como essas formas de produção tiveram um aumento considerável na Inglaterra, pensou-se que seu adensamento no espaço geográfico seria inevitável. O desenvolvimento da maquinaria seria o pivô para a destruição do campesinato¹³¹, pois, Kautsky entendia que:

Quanto mais se desenvolve as forças produtivas do capitalismo ‘mais se dissolve essa tradicional indústria doméstica camponesa e cresce, na mesma proporção, a demanda de dinheiro entre os camponeses. Eles agora não só necessitam igualmente para o necessário, o indispensável. Sem o dinheiro eles já não conseguem levar em frente sua atividade. Já não conseguem viver sem o dinheiro. [...] e quanto mais ele se transformava em agricultor, ou quanto mais se completava a separação entre a indústria e a agricultura, mais depressa desapareceria aquela auto-suficiência, segurança e conforto da existência camponesa que Sismondi encontrara aqui e acolá entre os camponeses livres (Kautsky. 1998, p. 40).

Kautsky (1998) embora tenha se baseado nas análises de Marx, teve uma visão pouco dialética da realidade. Não foi capaz de compreender as contradições, pois, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção transformaria a indústria camponesa, ou seja, o campesinato não poderia permanecer eternamente nas mesmas condições sociais e culturais presentes naquelas circunstâncias históricas.

¹³¹ A destruição da indústria doméstica camponesa é o passo embrionário para transformação dos camponeses em assalariados, ainda que na condição temporária. Quando isso ocorreu, o camponês passou a “depende do mercado que a ele se revelava mais caprichoso e imprevisível que o tempo. Contra as perfídias deste havia recursos com que precaver-se até certo ponto” (KAUTSKY, 1998, p. 41). Desse modo, entendeu que a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista na agricultura é a metamorfose do camponês em proletário. “É a esse ponto que chega o bem-estar, a independência e a segurança do camponês, um homem livre, no momento em que a indústria doméstica de subsistência se dissolve e o fisco obriga o mesmo a pagar impostos em dinheiro” (KAUTSKY, 1998, p. 42).

Apesar de todas as contradições e resistências, a incorporação da indústria camponesa, como parte da indústria capitalista representa uma grande ameaça ao desenvolvimento do campesinato. Sendo assim, de acordo com Kautsky (1998), as necessidades dos camponeses participarem do sistema mercantil cresceu na mesma proporção que se intensificava o desenvolvimento econômico e político, pois, a redução da área e as dificuldades de produção dos camponeses dificultam sua reprodução.

Lenin (1986) analisou o papel do campesinato na Rússia, cujo modo de produção capitalista ainda não havia chegado aos mesmos moldes dos Estados imperialistas. Depois das derrotas do proletariado ocorridas durante a II Internacional e sobreposição do programa reformista da corrente alemã, Lenin (1986), além de tentar organizar o partido bolchevique, afirmava a necessidade de superação do programa reformista. Desse modo, criou uma concepção de organização em meio ao desmoronamento do czarismo. Para Lenin (1978), havia a necessidade da criação de um partido com um programa revolucionário que conduzisse o processo revolucionário.

Em outro texto, Lenin (1998) demonstrou o caráter reformista que dominou a II Internacional comunista e sua preocupação consistiu em criar uma perspectiva revolucionária, cuja concepção, não somente combatia o reformismo como também criava uma perspectiva revolucionária. Neste contexto, manteve uma postura crítica em relação ao reformismo de Kautsky, ou seja, além de luta intelectual, estava afirmando politicamente que o caminho para a emancipação humana passa necessariamente pela revolução proletária, organizada pelo partido revolucionário e não pela via reformista ou apenas pelo colapso do modo de produção, conforme acreditava Kautsky.

Como afirmou Braz (2011), o partido

“[...] é aquele que organiza verdadeiramente as revoluções políticas (...) [somente este tipo de partido] poderá tornar-se, em nossos dias, a vanguarda das forças revolucionárias [...] partido jamais poderá ser vanguarda do processo revolucionário se não estiver ativamente envolvido com o conjunto das lutas cotidianas, sejam elas quais forem, desde que abranjam as condições de vida dos trabalhadores. Ele só deve conhecer verdadeiramente os anseios da classe trabalhadora, pois só assim conseguirá realizar a tarefa de revelador, ou seja, só assim poderá vincular (realizar a mediação) a luta cotidiana com a luta política (LENIN, apud BRAZ, 2011, p. 81).

O texto de Lenin representa um ajuste de contas contra o passado imposto pelos reformistas. Dessa vez, mostrando a superação de Lenin, com a conquista de Outubro de 1917. Além de Lenin, o combate foi muito bem feito por Rosa Luxemburgo (2001) a Bernstein¹³² em seu livro “Reforma ou Revolução”?

As críticas de Lenin (2004) a Kautsky estão direcionadas particularmente ao livro “a Ditadura do proletariado”. Neste livro, ressalta que Marx não teve o devido cuidado com o uso do termo “ditadura do proletariado”. Segundo Kautsky, “Marx, infelizmente, não indicou de forma mais pormenorizada como concebia esta ditadura”. Para Kautsky, o termo “ditadura do proletariado” não é adequado devido ao seu caráter antidemocrático. Em resposta a isso, Lenin (2004, p. 10) afirma que “a ditadura revolucionária do proletariado é um poder conquistado e mantido pela violência do proletariado sobre a burguesia, um poder que não está amarrado por nenhuma lei”.

Lenin (1998) expõe qual deve ser o posicionamento do proletariado diante da Guerra de pilhagem imperialista. Para o autor, se o capital se organiza a nível internacional, o proletariado também precisa estar organizado no mesmo nível. E a instituição mais indicada para organizar o processo revolucionário deve ser o partido.

Quanto à questão da terra, Lenin (1998) entendia que esta deveria ser tomada pelo campesinato para produção. Neste contexto, está preocupado com as reformas pequeno-burguesas e os programas contrarrevolucionários, particularmente dos programas reformistas na Rússia. Assim, fez um breve balanço da questão agrária e entendeu que o latifúndio é o baluarte do processo de conservação das relações classistas, bem como, das antigas relações feudais. Assim, apontou para a questão da nacionalização das terras como uma alternativa inicial para alcançar-se a revolução socialista. Além disso, ressaltou que este “[...] é um gigantesco golpe tão poderoso na propriedade privada de todos os meios de produção em geral” (LENIN, 1998, p. 86).

Em um processo mais elaborado de produção científica, Lenin (1985) faz também uma importante análise da questão agrária. A primeira obra foi também escrita no contexto dos debates da socialdemocracia¹³³. Neste contexto, era

¹³² Aqui é importante afirmar que, apesar do equívoco na tática revolucionária, Rosa Luxemburgo, uma das maiores líderes dos espartaquistas, fração do Partido Comunista Alemão, manteve uma coerência revolucionária, sem precedentes. Neste contexto, fez intensas críticas ao processo reformista, embora mantendo uma postura espontaneísta.

¹³³ As análises de Lênin se deram na Rússia, país em que possuía a grande maioria da população composta por camponeses e as relações feudais ainda se faziam muito presentes, inclusive no formato político dominado pelo czarismo e o capitalismo encontrava-se menos desenvolvido do que no oeste

necessário quebrar as amarras da sociedade russa para conduzir o processo revolucionário. Por outro lado, como fazer uma revolução em um país, cuja população era eminentemente rural, sem um proletariado altamente desenvolvido? Assim, entendeu que era necessário formar um mercado interno para a grande indústria que deveria ocorrer através da diferenciação do campesinato.

A formulação do conceito de diferenciação do campesinato¹³⁴ é a maior contribuição deste trabalho de Lênin (1988¹³⁵), sendo indispensável para entendimento da questão agrária hoje. Neste contexto, sua obra é desenvolvida como resposta aos populistas, que aspiravam uma transição direta do feudalismo para o socialismo. Lênin discordava desses teóricos e *afirmou que o capitalismo é um estágio transitório para o socialismo*, no entanto, havendo, portanto, necessidade de um processo revolucionário. A passagem de um modo de produção para outro não é um produto da ideia ou simplesmente uma fatalidade histórica, mas algo construído historicamente.

Lênin também reconheceu o caráter progressista do capitalismo na agricultura e o melhor desempenho econômico da grande propriedade. Nessa conjuntura, era necessário criar um mercado interno e desenvolver a indústria com a Nova Política Econômica, NEP, Lenin (1987), para em seguida levar a sociedade ao socialismo. Para o autor em tela, seria insustentável garantir o processo revolucionário sem criar condições objetivas, ou seja, potencializar a indústria e a própria agricultura nacional, uma vez que a Rússia possuía uma população pobre numerosa e baixos padrões de produção industrial e agrícola. Para Lênin, apesar de seu caráter concentrador e segregador, o capitalismo contribuía na aniquilação das relações feudais. Sobre isso o autor afirma que

européu, no entanto, com um processo de desenvolvimento de um proletariado numeroso, conforme expõe Trotsky (2007b).

¹³⁴ Um dos fatores de maior contribuição para processo de diferenciação do campesinato na Rússia, foi a “Reforma agrária stolipiniana, com que o tsarismo pretendia criar no campo uma sólida base de apoio na pessoa dos kulaques. No dia 9 de novembro de 1906, o governo tsarista publicou um decreto que regulamentava a saída dos camponeses das comunidades e a atribuição aos mesmos, a título de propriedade privada, das terras parceladas. Este decreto, com algumas modificações, foi ratificado pela Duma de Estado e pelo Conselho de Estado no dia 14 de junho de 1910, tornando-se lei. Segundo a lei stolipiana (assim chamada do nome do presidente do Conselho de Ministros, P. A. Stolípine) o camponês podia separar-se da comunidade, tomar a sua parcela em propriedade privada e mesmo vendê-la. A comunidade era obrigada a atribuir terra aos camponeses que saíssem da comunidade num só lugar. A reforma stolipiana intensificou o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e de diferenciação do campesinato e agudizou a luta de classes no campo”.

O reconhecimento do caráter progressista [do papel histórico do capitalismo no desenvolvimento econômico da Rússia] é perfeitamente compatível com o pleno reconhecimento dos aspectos negativos e sombrios do capitalismo, com o pleno reconhecimento das contradições sociais profundas e multilaterais que são inevitavelmente próprias do capitalismo e revelam o caráter historicamente transitório desse regime econômico. (LENIN, p. 372, grifos nossos).

O fato de Lenin entender que o capitalismo contraditoriamente propicia o desenvolvimento das forças produtivas, e que também pode contribuir para o desenvolvimento social, não quer dizer que tenha em seu horizonte a extinção do campesinato pelo processo de proletarização, tampouco que as relações capitalistas não sejam desiguais.

Em formações econômico sociais dependentes (colônias e semicolônias) o desenvolvimento capitalista não se deu da mesma forma como no centro do capitalismo, como foi o caso da Inglaterra e França. Diferentemente dos países de capitalismo avançado, a Rússia dadas as condições em que a sociedade se desenvolveu, não possuía um mercado interno para a indústria. Neste sentido, em formações econômicas e sociais onde prevalecia um capitalismo do tipo colonial deveria haver uma frente ampla anti-imperialista e em formações de capitalismo desenvolvido, a frente única deveria ser realizada pelo proletariado, sem a necessidade das camadas da burguesia nacionalista¹³⁶. Neste contexto, a prioridade seria extirpar a burguesia imperialista e em seguida golpear a burguesia nacionalista. Essa era a tática do proletariado em países onde as amarras do antigo regime ainda se davam com muita intensidade. Não se trata de um desenvolvimento por etapas, como pensaram os stalinistas. Em formações sociais em que o modo de produção capitalista já havia criado um proletariado numeroso, a estratégia deveria ser outra, pois, devido às conquistas políticas, econômicas e sociais o próprio proletariado deveria criar seus próprios instrumentos de luta e, neste caso, superar a sociedade capitalista, por meio do processo revolucionário, sem que houvesse a necessidade da aliança tática com a burguesia nacionalista.

¹³⁶ Lenin está afirmando que, para derrotar o capitalismo em sua fase mais atual e perversa, a imperialista, e implantar o socialismo em formações sociais de capitalismo atrasado, como o caso das colônias e semicolônias, era necessária uma aliança entre burguesia nacional, proletariado e campesinato, no sentido de derrotar as forças políticas ligadas ao imperialismo, daí a importância histórica do campesinato no processo revolucionário, materializada em todos os processos revolucionários.

O uso de uma estratégia diferente nos países de capitalismo atrasado daquela utilizada nos países de capitalismo avançado, se deve ao fato de nestes o proletariado ter alcançado um nível de desenvolvimento e configurar uma classe para si, enquanto que nos países de capitalismo dependente, além do proletariado ainda não representar uma classe numericamente expressiva e conscientemente capaz de construir o processo revolucionário, sem instituições (partidos e sindicatos) consolidadas, era necessária uma aliança estratégica com a burguesia nacionalista para derrotar as burguesias ligadas ao imperialismo, bem como, criar uma aliança com o campesinato, sob a direção do proletariado revolucionário, tendo em vista que representam as frações de classes mais pauperizadas da sociedade capitalista¹³⁷.

Lênin utilizou diversas dimensões da vida e produção agropecuária para mensurar e demonstrar o processo de desintegração. A sua definição de camponês¹³⁸ (e de agricultura camponesa) também é baseada na utilização de mão-de-obra familiar ou assalariada.

É importante ressaltar que até praticamente a formação do partido operário revolucionário, o proletariado era apenas um amontoado de trabalhadores que, apesar de base autônoma, estava sujeito aos mais diversos movimentos políticos, blanquismo, anarquismo, cartismo, etc. Somente a partir da instituição da Primeira Internacional Comunista, IC¹³⁹, denominada de Associação Internacional dos Trabalhadores, o proletariado internacional foi reunido em torno de um programa e

¹³⁷ Resguardadas as devidas proporções históricas, pode-se afirmar que, o “agrobusiness” é uma evolução de camponeses ricos ou parte da chamada aristocracia agrária que mantinha, em suas propriedades, relações capitalistas aprofundadas quando o capital se apropriou da agricultura.

¹³⁸ O termo camponês definido por Lenin não é o mesmo que aquele defendido por Theodor Shanin. Enquanto Shanin utiliza uma concepção mais ideológica, Lenin utiliza uma definição mais terminológica. O camponês é aquele que não participa do mercado, a não ser com o seu trabalho excedente. O excedente é apenas uma atividade secundária. A produção de mercadorias não constitui sua fonte principal de ocupação. Em outros termos, o camponês é uma classe que possui autonomia em relação ao mercado. Pode tanto participar, no caso como produtora de mercadorias, bem como, pode permanecer sem produzi-la, tendo em vista sua condição autossuficiente. Apesar de Kautsky afirmar que o camponês não produz mais-valia, mas apenas o mais - apesar de não está trabalhando para outrem e, portanto, não tendo um patrão para se apropriar do trabalho não pago -, o camponês produz mais-valia ao lançar seus produtos na esfera do mercado.

¹³⁹ Sobre a Primeira Internacional Comunista pode-se afirmar que esta é uma evolução da Liga dos Justos. O lançamento do Manifesto do Partido Comunista constituiu um marco na criação do Partido Internacionalista. Conforme Bottomore (2012), “[...] a Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT (1864-1876) – a Primeira Internacional – foi uma federação internacional das organizações da classe trabalhadora de vários países da Europa Central e Ocidental, onde o movimento operário estava renascendo, na década de 1860, após as derrotas de 1848-1849, [durante a Primavera dos Povos]. Embora tenha sido fundada pelos esforços espontâneos dos trabalhadores de Londres e Paris[...], Marx e Engels iriam desempenhar o papel chave em sua liderança.

teses. Apesar da diversidade de correntes políticas e teóricas, o marxismo foi a grande vanguarda da I internacional. Conforme literatura analisada, além de nem desejar, os partidos socialdemocratas da II IC, não possuíam condições de realizar a revolução proletária. Nesse sentido, depois das derrotas dos bolcheviques, coube a Lenin as tarefas de organização do partido, inicialmente por meio do jornal “*Iskra*”¹⁴⁰.

Lenin (2005), fez uma análise do desenvolvimento capitalista do final do século XIX, caracterizado pelo capitalismo concorrencial e verificou que o avanço do capital produzido pelo liberalismo clássico, estava dando lugar a um capitalismo ainda mais agressivo, o monopolista, onde as empresas estavam criando carteis e outras modalidades para controlarem o circuito do capital internacional. Desse modo, entendeu que, se o capital se internacionalizou por meio das grandes corporações, os processos revolucionários poderiam ser realizados em outros países que não sejam aqueles onde houve as revoluções burguesas clássicas, como os europeus, bem como, aqueles que passaram por processos diferenciados de desenvolvimento econômico, como o americano, e o alemão. Dessa forma, entendia que o desenvolvimento do capitalismo na periferia do capitalismo poderia produzir um proletariado que pudesse organizar o processo revolucionário. Na realidade essa é a tese do desenvolvimento desigual e combinado desenvolvida por Marx e Engels e intensamente trabalhada por Trotsky (2007a), em seu texto a revolução permanente.

A esse respeito, Löwy (2015) menciona que, embora Marx tenha utilizado a expressão apenas em 1850, já havia desenvolvido suas ideias desde 1844. Enquanto outros Estados já haviam abolido o Antigo Regime, a Alemanha ainda apresentava relações políticas feudais e semifeudais¹⁴¹. Por outro lado, no “*manifesto de 1848*”, entendia que o êxito da revolução socialista seria o seu caráter internacional. Nesse sentido, a premissa “trabalhadores de todo mundo, uni-vos!” não é uma fraseologia de efeito, mas a síntese da teoria da luta de classes e a essência do internacionalismo proletário. Além de tentar provar cientificamente a teoria do internacionalismo proletário, da organização do partido e do desenvolvimento capitalista, Lenin mostrou que essa teoria tinha fundamento empírico, comprovado na Revolução de Outubro.

¹⁴⁰ A *Iskra*, em língua russa: Искра, significa “faísca”, “centelha”, foi um jornal político publicado por emigrantes socialistas da Rússia e com um caráter revolucionário marxista. Foi o órgão do Partido Operário Social-Democrata Russo, POSDR. Era o veículo de propaganda do partido socialdemocrata e principal órgão responsável pela organização do partido Bolchevique. Por meio dele, Lenin (1978) organizou a grande obra “Que fazer?”, que trata da organização do partido bolchevique.

¹⁴¹ Na realidade, em nenhum modo de produção as relações de produção são homogêneas.

Após a morte de Lenin, Trotsky vivencia a degeneração do internacionalismo proletário, a partir do V Congresso do Partido Comunista, durante a III IC, com a defesa do “socialismo em um só país”. Com isso, Trotsky (2007a) vai elaborar, com mais cuidado, a tese do “desenvolvimento desigual e combinado”. Assim sendo, é possível afirmar que essa tese é fruto de polêmicas existentes, especialmente entre este e Stalin. Para este último, em virtude das dificuldades econômicas da Rússia no período pós-Revolução de Outubro, seria impossível estender as tarefas revolucionárias ao conjunto dos demais países, especialmente na Alemanha¹⁴².

Dessa maneira, Trotsky (2007a), além da oposição implacável ao stalinismo, ampliou em 1928, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entendendo que em virtude da existência da heterogeneidade do desenvolvimento capitalista no ocidente, onde já havia um capitalismo consolidado, o proletariado poderia desenvolver o próprio processo revolucionário, sem a necessidade de seguir as etapas propostas pelo modelo stalinista. Ao contrário dos países do oriente, onde o desenvolvimento capitalista ainda não havia se dado nas mesmas proporções, o proletariado, em conjunto com a burguesia nacionalista, deveria fazer uma frente ampla anti-imperialista. Desse modo, a tese do desenvolvimento desigual e combinado seria uma resposta ao aprofundamento das relações capitalistas, afirmando que se o capital é internacionalizado, a luta operária precisa ser internacionalizada e que, necessariamente, não precisar-se-ia realizar as revoluções clássicas (burguesas) para formar um proletariado para, somente a partir daí, realizar a revolução.

Lenin, compreendeu também que o processo revolucionário, além da organização, requer a construção de um partido internacionalista. Entendia que a organização de um partido deveria se dá fundamentalmente por meio de quadros competentes que dispusessem de condições de disputar teórica e politicamente, tanto com as correntes de esquerda, como da própria burguesia. Dessa forma, o partido se caracteriza pela organização em detrimento do espontaneísmo, daí os combates mais intensos aos espartaquistas alemães, especialmente Rosa Luxemburgo que, embora

¹⁴² Na realidade, a União Soviética precisaria ajudar o processo revolucionário na Alemanha e em alguns outros países. No entanto, Stalin, após a morte de Lenin já estava convencido de que a Revolução mundial era uma tarefa difícil e quase impossível de ser efetuada. Dessa forma, adere à tese do socialismo em um só país, que é a maior oposição à tese do internacionalismo proletário, ou seja, da Revolução mundial.

reconhecesse a importância do partido revolucionário, abriu mão da estratégia revolucionária.

Se por um lado, Lenin deu importantes contribuições ao entendimento da questão agrária e ao papel do campesinato no desenvolvimento da formação social russa e, conseqüentemente mundial, Trotsky (1928), em um texto publicado em 1928, intitulado “O marxismo e a relação ente a Revolução proletária e a Revolução Camponesa”, além de criticar o etapismo e as demais formas de revolução pensada para os demais países, faz uma defesa da revolução permanente¹⁴³. Para o autor em destaque, a Revolução permanente, além da tese do internacionalismo proletário é também a organização dos trabalhadores formadas pela associação dos proletários e camponeses em nível mundial (TROTSKY, 2007a), particularmente em países coloniais, essa frente precisa ser ampla e anti-imperialista, conforme menciona Bogo (2008).

Neste contexto, mesmo em países onde existe um campesinato numeroso, o processo revolucionário não precisa seguir os moldes etapistas, tampouco via democracia burguesa. Em um debate com Radek, Trotsky (2007a, p. 130) mostra que a tese da revolução permanente não somente foi possível, como viável em uma formação social, onde o capitalismo ainda não havia se desenvolvido aos graus mais elevados. Ou seja, é possível “saltar” as etapas, assim como a Rússia e China saltaram, sem a necessidade de um desenvolvimento das revoluções burguesas clássicas. Isso pressupõe que o processo revolucionário poderia ser desenvolvido em países onde o capitalismo ainda não havia chegado ao seu grau mais elevado, como o Brasil.

Engels (1870), em um pequeno texto intitulado “A guerra dos camponeses alemães”, publicado em 1870, expõe como a luta do campesinato, a exemplo da luta do proletário contra o burguês, deve se dá contra os capitalistas detentores dos meios de produção no campo, de uma forma particular aqueles detentores da terra, que exploram a força de trabalho camponesa das mais distintas formas. O autor percebeu que os camponeses possuem origens distintas. Enquanto uns são de origem aristocrática, outros são *camponeses feudais* e, neste caso, têm de prestar ainda

¹⁴³ Ou seja, para a realidade das colônias e semicolônias não haveria a necessidade de realizar as revoluções burguesas para, em seguida, criar um proletariado numeroso consciente e organizado para fazer o processo revolucionário.

corveias ao clemente senhor, fato que não seria muito difícil convencê-los de que é só da classe operária que eles têm a esperar a redenção.

Apesar da implantação de um processo de mercantilização de terras desde meados do século XIX, no Brasil, este processo se deu principalmente a partir da década de 1950, quando houve uma intensificação das relações capitalistas de produção no campo e criação de um sistema legal que levou à mercantilização da terra, criando um processo semelhante àquele existente na Inglaterra. A condição para o processo de proletarização é necessariamente o processo de expropriação que lança o camponês (ou as demais relações de produção), o artesão, nas garras do capitalista criando o processo de proletarização. Neste sentido, o processo de proletarização se efetiva quando o trabalhador passa à esfera da produção como produtor de mais-valia, momento em que passa das relações de trocas simples às relações mercantis.

Apesar das teses de destruição do campesinato propaladas intensamente desde o final do século XIX, das políticas públicas criadas pelo Estado para incentivar o processo de proletarização e dificultar a reprodução do campesinato, sobretudo aquele organizado, assim como, a tentativa de industrialização e monopolização/mundialização da agricultura com o projeto da denominada revolução verde, a exemplo das crises do movimento político, especialmente aquele de base sindical, o campesinato tem resistido intensamente.

Como se pode vislumbrar, o modelo de capitalismo desenvolvido no Brasil, seguiu a via de capitalismo dependente, (MARINI, 2000), com uma burguesia nacional (industrial e agrária) articulada diretamente às burguesias imperialistas. Isso não quer dizer que em última instância essas burguesias não estejam articuladas entre si. No entanto, as burguesias brasileiras mantiveram uma forma mais débil de ligação com o imperialismo, sendo totalmente subserviente. Se por um lado, as burguesias agrárias integraram o núcleo mais conservador da formação econômica, por outro, a classe trabalhadora ligada às atividades agrárias, particularmente o campesinato, foi extremamente massacrado pelas políticas, particularmente aquelas que privilegiaram as políticas urbano-industriais, do Regime Militar e sucessivos. Tais frações da classe trabalhadora sequer tiveram a oportunidade de usufruir das políticas sociais, especialmente, aquelas voltadas para o trabalho durante o regime de acumulação fordista/taylorista.

No campo brasileiro, em geral, e maranhense em particular, prevaleceu um intenso processo de expropriação. Embora diferenciado daquele ocorrido na fase da acumulação primitiva na Europa, preservou a mesma essência: separar o pequeno proprietário, ocupante, posseiro, etc., de sua propriedade ou daquela que reproduzia sua existência. Apesar do processo de expropriação no campo e a intensificação da agricultura capitalista terem reduzido substancialmente a área destinada à agricultura camponesa, o extermínio do campesinato, conforme já fora propalado por muitos intelectuais, até o presente momento ainda não se efetivou, muito pelo contrário, tem protagonizado um papel importante, tanto no que diz respeito às lutas¹⁴⁴ contra-hegemônicas, quanto para a própria dinâmica da produção de subsistência, conforme pode ser identificado na tabela 25.

Tabela 25 - Produção agrícola no Brasil – 2006

Variáveis selecionadas	Agricultura familiar - Lei 11. 326	Não familiar	Participação da agricultura familiar (%)
Arroz em casca (1000t)	3.199	6.247	33,88
Feijão (1.000t)	2.168	940	69,50
Mandioca (1.000t)	13.952	2.141	86,69
Milho em grão (1.000t)	19.424	22.857	45,94
Soja (1.000t)	6.404	34.308	15,73
Trigo (1.000t)	479	1.778	21,22
Café (1.000t)	904	1.456	38,3
Bovinos (1.000 cabeças)	51.991	119.621	30,92
Leite bovino (1.000l)	11.721.356	8.436.325	58,14
Leite de cabra (1.000l)	23.987	11.752	67,11
Aves (1.000cabeças)	700.819	700.521	50,01
Suínos (1.000 cabeças)	18.414	12.774	59,04

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Por mais que o processo de assalariamento tenha se dado na agricultura em Balsas e tenha havido uma redução da agricultura camponesa, esta ainda mantém uma relação fundamental dentro da produção material da existência humana, tanto na produção de alimentos, quanto em sua própria existência. Apesar do campesinato da municipalidade de Balsas não garantir o abastecimento do mercado local, a maioria do alimento produzido no Brasil ainda vem da pequena produção camponesa. Desse modo, no Brasil a agricultura camponesa de base familiar, particularmente aquela de

¹⁴⁴ Apesar das lutas, em algumas regiões do Brasil, como o Centro-Sul, parte do campesinato é funcionalmente articulado à dinâmica capitalista, produzindo especialmente para as cadeias produtivas ligadas ao agronegócio.

caráter intensivo e com uso de tecnologia, ainda é responsável por uma quantidade considerável de alimentos produzidos e consumidos pelo mercado interno como pode ser visualizado na tabela 25.

Como atestam dados do Censo (2006), aproximadamente mais da metade dos alimentos são produzidos pela agricultura camponesa de base familiar no Brasil. Souza (2005) apud Silva (2008) menciona ainda que se comparados os produtos mandioca (87%), suínos (81%); frutas (79%), aves (77%), hortifrutigranjeiros (77%) e feijão (72%) esses índices são mais elevados. No entanto, se levado em consideração que as variáveis soja, trigo, café e milho, além de serem variedades exclusivas do agronegócio e, portanto, voltadas para exportação, esses números se modificam, pois, os principais produtos da dieta alimentar do mercado interno brasileiro, são produzidos pela agricultura de base familiar, enquanto que o agronegócio é responsável especialmente pela produção de *commodities* agrícolas. Além disso, grande parte do alimento usado na cadeia produtiva da industrialização é produzida pelas pequenas propriedades.

Contudo, ao mesmo tempo em que houve o desenvolvimento capitalista no campo com a denominada Revolução Verde, caracterizada por um forte processo de mecanização, concentração de terras e uso de assalariamento rural na produção de soja, na Região de Balsas esse processo não foi suficiente para extinguir o campesinato, embora tenha havido uma redução considerável da população camponesa. No entanto, a resistência da pequena produção só tem se dado mediante acentuação da luta encampada desde o período das Ligas, depois pelo sindicalismo que, ora tem construído processos de luta, ora tem se transformado em meros instrumentos de contenção de luta e burocratização, continuado pelo MST. O resultado dessa contenção das lutas pelo sindicalismo burocratizado fez como que, desde o final dos anos 1980, a intensificação das lutas no campo tem se dado principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra que se opôs frontalmente ao modelo de sindicalismo contagiano, caracterizado essencialmente pela burocratização

4.4. Da contenção da luta à necessidade de organização dos trabalhadores rurais e camponeses enquanto parte da classe trabalhadora

Nessa seção foi analisada como os camponeses têm resistido ao processo de proletarização na agricultura. Já foi constatado que nem mesmo as relações capitalistas de produção conseguiram destruir o campesinato, por completo, apesar das metamorfoses. Primeiramente, devido à própria natureza do desenvolvimento capitalista ser desigual e combinado e depois pela própria funcionalidade da produção camponesa à lógica capitalista. Porém, nos territórios onde a dinâmica capitalista é mais intensa, a permanência das relações de produção camponesa é menos visível e tem sido reduzida consideravelmente, salvo quando a produção camponesa passa a ser incorporada pela produção capitalista por meio do processo de subsunção do trabalho ao capital.

Dessa forma, além das lutas autônomas e de setores ligados à Igreja, é importante registrar que as lutas dos trabalhadores rurais possuíam caráter autônomo até os anos 1960, com as denominadas Ligas Camponesas e demais movimentos e processos de lutas desencadeados no Brasil¹⁴⁵. Assim, é possível afirmar que o projeto político de João Goulart, além das reformas de base, inseriu na agenda política a reforma agrária que, em virtude das intensas lutas no campo provocadas pelas Ligas, forjou um modelo de sindicalismo rural em 1963, estendendo ao trabalhador rural os direitos já conquistados pelos trabalhadores urbanos.

A intensificação das relações capitalistas no final dos anos de 1950 e os constantes processos de luta que tem se dado a nível mundial, influenciados pela Guerra Fria especialmente com a abertura econômica ao capital internacional levou, à classe trabalhadora urbana e rural a lutar pela ampliação de direitos. Desse modo, colocou-se em pauta na agenda política a necessidade das reformas de base. Essas reformas não soaram muito bem às elites conservadoras, sobretudo, aquelas ligadas ao imperialismo estadunidense, como a elite agrária e burguesia imperialista. O resultado foi o surgimento do Golpe Militar de 1964.

¹⁴⁵ Além das mais variadas lutas existentes, Contestado, Balaiada, Canudos, Formoso, Trombas e etc.

É importante mencionar que a institucionalização¹⁴⁶ do sindicalismo rural era interessante, tanto para os trabalhadores, quanto para o capital e Estado. Aos trabalhadores porque representava a conquista de direitos. O sociometabolismo, além de se beneficiar com arrecadação, diminuía a pressão das Ligas Camponesas, pois, garantiu força de trabalho farta e barata para os capitalistas explorarem.

O processo de assalariamento na agricultura se desenvolveu a partir das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e, o Estado tem um papel importante na tentativa de criação do assalariamento rural, disponível ao alcance das burguesias agrárias do país. A institucionalização do sindicalismo rural no Brasil representou uma forma de incentivo ao assalariamento, especialmente em uma conjuntura de expansão da Revolução Verde e grandes projetos. Além de tentar criar um proletariado rural no campo brasileiro, o processo de sindicalismo rural, será responsável por amenizar os impactos da luta de classes, intensamente promovida pelas ligas, em um contexto de aprofundamento das políticas de cunho urbano-industrial.

Se por um lado, o trabalhador em geral e, especialmente aquele que exerce suas atividades no campo estão sujeitos aos mais intensos ataques da ideologia¹⁴⁷ dominante, pelas mais distintas formas, por outro, o partido “é o mais amplo instrumento de ação política do proletariado, como o principal (embora não o único) instrumento de constituição da subjetividade dos trabalhadores e do encaminhamento de suas lutas”. (COUTINHO, apud BRAZ, 2011, p. 30). Assim sendo, é o principal

¹⁴⁶ A institucionalização dos sindicatos pelo Ministério do trabalho, na concepção de Antunes (1982), foi uma forma de cooptação da classe trabalhadora, uma vez que o Estado acabou controlando a atuação desta instituição. Antes da Era Vargas, quando os sindicatos possuíam autonomia em relação ao Estado, o poder de atuação destes era consideravelmente acentuado. A partir do processo de institucionalização, a intervenção sindical diminuiu consideravelmente, pois, ao mesmo tempo em que garantiu direitos, atrelou os trabalhadores ao Estado. O resultado foi uma forma de controle por parte do Estado em relação aos trabalhadores.

¹⁴⁷ É importante mencionar que a concepção de ideologia para Marx se apresenta primeiramente como falsa consciência. Portanto, trata-se de um processo em que a produção do conhecimento tem uma importância histórica, por ser apropriado, como instrumento de dominação de classe. Sobre esse aspecto, o conhecimento científico se apresenta como ideologia. Gramsci entende a ideologia por uma concepção ampliada, ou seja, esta pode ser compreendida como visão de mundo e, sendo assim, cada classe possui uma ideologia diferenciada. Desse modo, Gramsci vai entender que haverá um ideologia burguesa e ideologia proletária. Luckács analisa essas concepções inconsistente dentro do movimento de renovação do marxismo. Trata uma nova ideologia. Algo que é produzido pelos grandes intelectuais, que embora não seja uma falsa ideia, mas sim um conhecimento que mesmo colado à realidade é usado para dominar. Isso é ideologia da eficácia, para Lukács, o conhecimento precisa ter uma eficácia para o processo dos trabalhadores, senão vira uma pura ideologia.

instrumento capaz de promover a ultrapassagem da classe em si para uma classe para si.

Desse modo, é importante mencionar que o movimento cartista¹⁴⁸ foi a expressão embrionária do partido. Nestes termos, o proletariado ainda encontrava-se disperso, como um amontoado de trabalhadores. O cartismo e mais tarde a Liga dos Justos e a Liga dos Comunistas, assim como a publicação do manifesto comunista em 1848, auxiliaram na tarefa de consolidação de um proletariado que, apesar das derrotas impostas pela burguesia durante a Primavera dos Povos, acabara se aglutinando em torno dos processos revolucionários.

De um modo geral, o sindicalismo remonta às lutas operárias que se intensificaram no século XIX, com as denominadas corporações de ofício na Idade Média. Remontam também às *“Trade-Unions”*, resultado dos desdobramentos da superexploração imposta pelo capital por meio da Revolução Industrial, cujo objetivo era extrair taxas exorbitantes de mais-valia, como preceituava a doutrina liberal.

Com o acirramento da questão social, posta pela dinâmica sociometabólica do capital, especialmente no que concerne à concentração de riqueza e ampliação da pauperização, houve a intensificação do processo de luta de classes e, em decorrência do desenvolvimento das lutas sociais a nível mundial, no contexto do capitalismo concorrencial, surge o sindicalismo brasileiro no final do século XIX, conforme assinala Mattos (2009). O autor entende que a formação de um mercado interno a partir da economia cafeeira constituiu uma classe operária no período que compreende a República Velha. Esta classe foi importante para criação de um sindicalismo de base autônoma e combatente. Ao observar o processo de organização e luta dos trabalhadores por meio do sindicalismo e do partido, Antunes (1982, pp. 76-7), identificou que o caráter autônomo do sindicalismo brasileiro foi superado pela política varguista que instituiu o Decreto 19.770 de 1931¹⁴⁹ tornou a

¹⁴⁸ Em virtude do aprofundamento das relações de exploração produzidas pelo capitalismo, com a industrialização, o cartismo caracterizou-se como um movimento de trabalhadores ingleses iniciado na década de 30 do século XIX. Sua gênese está relacionada à luta pela inclusão política da classe operária, representada pela Associação Geral dos Operários de Londres (London Working Men's Association). Fundamentou-se na carta escrita pelos radicais William Lovett e Feargus O'Connor, intitulada Carta do Povo que, dentre outros pontos, possuía as seguintes reivindicações: sufrágio universal masculino; voto secreto; eleição anual; igualdade entre os direitos eleitorais; participação de representantes da classe operária no parlamento e remuneração dos parlamentos.

¹⁴⁹ Conforme menciona o autor, esse Decreto subordinou os sindicatos ao Estado, pois, o Ministério do Trabalho, além das intervenções junto às diretorias e assembleias, controlava os recursos financeiros dos sindicatos. Desse modo, além da perda de autonomia das lutas, houve um processo de

estrutura sindical apenas “para-choques” ao transferir o controle do sindicalismo ao Estado, por meio do Ministério do Trabalho.

A medida populista de Vargas se inspirou na política fascista de Mussolini com a denominada “*Carta del Lavoro*” imposta ao proletariado italiano. Dentre os seus principais objetivos, destaca-se o processo de subordinação do operariado e controle de todos os sindicatos. Além da subordinação do sindicalismo ao Estado, a negação do direito de greve e a restrição da participação dos estrangeiros, constituíam pontos da política varguista de controle operário, pois, havia o receio de que os trabalhadores, oriundos de países com experiência de luta sindical e trabalhista auxiliassem a luta¹⁵⁰, conforme analisou Antunes (1982, pp. 105-6) e Silva (s.d.). A exemplo daquilo que aconteceu com os sindicatos de operários urbanos, a autonomia do sindicalismo rural no Brasil se deu até os anos de 1960. Depois de um processo de cooptação por parte do Estado, com a criação do ETR, as guerrilhas e os movimentos de bases, especialmente aqueles liderados pelo MST, resgataram a organicidade das Ligas. Assim sendo, é importante destacar que o processo de evolução do sindicalismo rural brasileiro é bem distinto do urbano. Se por um lado, o sindicalismo urbano surge no Brasil no final do século XIX, legalizando-se nos anos de 1930, a luta dos trabalhadores rurais se dava de forma diversa, ora nas suas formas messiânicas, ora na forma de cangaços ou mesmo como movimentos de libertação ou nativistas. Contudo, essas lutas se agudizaram em meados do século XX, com as Ligas Camponesas.

Tanto as políticas varguistas, quanto aquelas do período JK acabam evidenciando o campo brasileiro, especialmente pelas carências, em virtude da ausência das reformas de base. As péssimas condições de vida da população camponesa traduzidas por elevados índices de pauperismo, analfabetismo, expropriação e violência no campo (MARTINS, 1991), e a política de abertura econômica intensificaram ainda mais o monopólio da terra e aumentaram a pressão sobre os trabalhadores. O resultado desse processo foi a intensificação da luta no campo pela reforma agrária, por parte das Ligas Camponesas. A reforma agrária

desmobilização, expresso particularmente pelas restrições impostas à atuação dos estrangeiros, que constituíam a parcela mais radicalizada e politizada dentre as frações dos operários.

¹⁵⁰ Ao invés de um processo revolucionário, a Era Vargas se caracterizou pela aliança de classes entre aristocracia e burguesia nacional. A vitória da burguesia nacional criou um proletariado fabril ainda que incipiente, combativo e responsável pela pressão da criação de uma legislação trabalhista e sindical para o trabalho urbano. Quanto ao trabalho rural, é importante ressaltar que este foi posto apenas nos anos de 1960, com o Governo Goulart.

tornou-se uma das principais bandeiras da classe trabalhadora do campo na década de 1950 e início de 1960. As ligas representaram um processo de luta e organização política dos trabalhadores de base pelo PCB, Igreja Católica e outras organizações políticas, no intuito da luta radical pela reforma agrária, já que os governos não haviam realizado essa reforma.

Em decorrência da perseguição política aos comunistas, houve um intenso processo de retaliação por parte do Estado Bonapartista Militarizado às Ligas. Além do extermínio de intensos grupos políticos e das Ligas, a resposta por parte do Estado se baseou no processo de colonização dos camponeses para as áreas de expansão no Norte e Centro-Oeste, com a implementação da política de colonização oficial, por meio das superintendências de Desenvolvimento do Nordeste e Amazônia, SUDENE e SUDAM, conforme entende Oliveira (1987).

A pressão das Ligas Camponesas, nos anos 1960 e do conjunto dos camponeses no campo fez o Governo João Goulart, propor um conjunto de reformas. Depois da abertura econômica e do endividamento externo, a economia continuava com uma taxa inflacionária elevada. Com San Tiago Dantas, como ministro da Fazenda, e Celso Furtado, no Planejamento, lançou-se o Plano Trienal, um programa formado por uma série de reformas institucionais que atuavam sobre os problemas estruturais do país, dentre elas pode-se destacar: a reforma agrária, educacional, fiscal, eleitoral, urbana e bancária. Dentre as principais medidas, o plano previa o controle do déficit público e, ao mesmo tempo, a manutenção da política desenvolvimentista com captação de recursos externos para a realização das chamadas reformas de base, cujo princípio se baseava em um conjunto de medidas econômicas e sociais de caráter nacionalista, de inspiração keynesiana, com maior intervenção do Estado na economia e maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante regulamentação das remessas de lucros para o exterior. Quanto ao programa de reforma agrária proposta, a maior crítica residia no fato da transferência única e exclusivamente para o âmbito estatal.

A pressão das Ligas e a inserção da reforma agrária na agenda do Estado fez com que a elite rural e a burguesia imperialista controlassem o avanço político e territorial, utilizando-se do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IPES/IBAD. A reação dos setores conservadores (Igreja, oligarquias agrárias e os setores da burguesia industrial ligados ao

imperialismo ianque) pôs em marcha o Golpe de 1964. A exemplo daquilo que aconteceu com os trabalhadores urbanos com a política varguista de contenção das massas operárias, a política erigida pelos militares também teve como objetivo explícito conter o avanço político dos trabalhadores camponeses, organizados nas Ligas Camponesas.

Se por um lado, a elite agrária criou a Confederação Nacional da Agricultura, CNA, representante oficial dos proprietários rurais, base da elite agrária que foi de fundamental importância para manutenção do poder da aristocracia agrária, por outro, os trabalhadores rurais e camponeses criaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, CONTAG, representante oficial dos trabalhadores agrícolas. Ambas foram criadas em janeiro de 1964 e regidas por uma legislação específica, o Estatuto do Trabalhador Rural¹⁵¹. É importante ressaltar que o modelo de sindicalismo defendido pelos militares, além de retirar a autonomia e reduzir o impacto das lutas, impôs um modelo baseado no assistencialismo, desfocando os combates da luta para a subserviência aos proprietários rurais.

Se por um lado, o processo de organização da aristocracia rural brasileira se dava sob as bases da CNA, da Sociedade Rural Brasileira, SRB e Sociedade Nacional de Agricultura, SNA¹⁵², a classe trabalhadora passou a se organizar no campo, especialmente pela liderança do PCB, Ação Popular, AP¹⁵³, e CONTAG. Apesar da forte repressão imposta pelos militares, o PCB procurou atuar em conflitos rurais de distintas regiões do país. Além da tentativa de controlar parte das ligas camponesas, em 1954, foi fundada, sob orientação do mesmo partido, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, ULTAB.¹⁵⁴

O avanço do Golpe de Estado de 1964, além de estimular o sindicalismo rural, por representar uma forma de contenção das massas camponesas, impôs forte controle e repressão aos sindicalistas ligados ao PCB, Ação Popular e outras

¹⁵¹ Este foi aprovado em março de 1963 e estendeu, para o campo, a estrutura sindical corporativista de direitos trabalhistas, já contemplados no meio urbano através da CLT.

¹⁵² A aristocracia rural materializada nessas entidades foi amplamente apoiada pelo imperialismo, que já havia gestado um modelo específico de campo para o Brasil, com a "Revolução Verde".

¹⁵³ A ação popular, AP surgiu na década de 1950, foi um grupo político que se formou a partir da Juventude Universitária Católica, JUC que manteve uma forte discordância com os setores conservadores da Igreja. Politicamente, resolveu adotar o "socialismo humanista". Foi composta especificamente por lideranças estudantis, operárias e camponesas. Apesar das disputas por setores do sindicalismo rural, integrava, ao lado do PCB, a principal força política no final da década de 1950 e início de 60.

¹⁵⁴ A ULTAB representava as associações em âmbito nacional e contou com o jornal Terra Livre para divulgar suas principais campanhas e ações.

instituições de esquerda que mantinham posições contrárias às políticas impostas pelo imperialismo e por políticos conservadores. Desse modo, a conjuntura política no Brasil durante o Regime Militar não era favorável ao sindicalismo, tampouco às políticas progressistas, pois, as forças políticas conservadoras estavam convictas que era preciso eliminar qualquer força política que estivesse ligada, direta ou indiretamente ao espectro comunista que rondava a América Latina, após a Revolução Cubana de 1959. Nos primeiros anos era extremamente preocupante, uma vez que, além do endividamento externo herdado desde o Governo JK, a situação social e econômica do país caminhava para uma crise.

Ao realizar um estudo sobre a trajetória do MST no Brasil no período que compreende o final da Ditadura ao período neoliberal, Coletti (2005) analisou que o sindicalismo rural brasileiro incorporou os padrões do sindicalismo urbano, tanto no que diz respeito aos direitos, quanto às características referentes à dependência ao Estado, unicidade sindical e contribuição sindical obrigatória estabelecida por lei. No contexto da disputa pelo conjunto dos sindicatos, três frações se destacavam: o PCB, a Ação Popular, AP e a Igreja Católica¹⁵⁵.

Desse modo, o processo de desmobilização da luta no campo por meio do sindicato oficial surtiu efeito, pois, ao mesmo tempo em que houve uma redução da participação do PCB e AP, aumentou a participação da Igreja, pró-golpista, nos sindicatos. Ao desmobilizar as ligas, por meio do incentivo à participação dos trabalhadores via sindicato, os militares conservaram a estrutura do sindicalismo rural e interviram com a nomeação de lideranças da igreja para compor as direções. Além disso, em virtude da intervenção militar, as direções eram ainda mais estranhas e gozavam de privilégios sociais. Ao mesmo tempo em que mantiveram o sindicalismo sobre o controle do Estado, transferiram a reforma agrária para a via institucional do Estado com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, ETR, publicado em 1964. Dessa maneira, as reivindicações dos camponeses passariam por um canal de negociação via Estado e não mais diretamente entre os trabalhadores. Conforme

¹⁵⁵ A disputa pelas direções dos sindicatos causou um processo de verticalização na atividade sindical, ou seja, as bases dos sindicatos eram anuladas em grande parte pelas disputas entre essas frações, pois, as direções, embora não sendo militantes, eram estranhas ao trabalho rural. De um sindicalismo de base, passou-se a um sindicalismo das direções. Além das disputas pelas direções entre os partidos e entidades de classe, o Estado implementou a política de controle dos camponeses e trabalhadores rurais, pois, as Ligas mantinham um caráter autônomo em relação ao Estado.

Coletti (1998), os sindicatos oficiais chegaram para “abortar e substituir” este movimento, que servia como “limitador da cidadania das massas rurais”. O resultado foi a transformação do sindicato em um “poderoso instrumento de controle político-social nas mãos do Estado” (COLETTI, 1998, p. 61)¹⁵⁶ em uma conjuntura em que era necessário, para as elites ligadas ao imperialismo estadunidense, afastar qualquer possibilidade de criação de movimentos revolucionários.

Além da forte repressão, Mattos (2009) afirma que a fase de intervenção militar no sindicalismo urbano, 1964 a 1967 foi marcada pela presença do sindicalismo estadunidense alinhado ao imperialismo, ou seja, além de bloquear qualquer possibilidade revolucionária, era preciso controlar a política sindical e orientar todas as demais políticas. De acordo com Alves (1991), o processo de organização do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, MSTR no pós-1964 foi muito difícil, pois, além da repressão por parte dos militares e do controle do Estado, havia muitas disputas políticas pelas direções sindicais. Ainda conforme o autor, o processo de reconstrução do sindicalismo no pós-64, especialmente a partir de 1968, se caracterizou por três concepções distintas: existência de várias concepções político-ideológicas; atrelamento sindical ao Estado e a mudança dos padrões de produção no campo¹⁵⁷.

Assim, a criação do sindicalismo rural sob tutela do Ministério do Trabalho concorreu para o processo de desmobilização da luta, pois, a dispersão entre as lavouras, o caráter sazonal da atividade agrícola dos trabalhadores em torno da

¹⁵⁶ Desse modo, há um controle do processo de reforma agrária por parte do Estado Ditatorial em nome das burguesias que estavam interessadas no modelo de campo gestado sob o *slogan* da “Revolução Verde” que, dentre outras coisas, já estava sendo gestado pelo imperialismo ianque, como forma de controlar a produção de alimentos no mundo.

¹⁵⁷ Quanto à existência das concepções é importante destacar que houve um intenso processo de cooptação das lideranças, por meio do caráter assistencialista. Ao Estado Ditatorial e à burguesia era mais vantajoso uma instituição que possuísse lideranças descomprometidas com a base e com os processos de lutas. Nesse sentido, cabia ao Estado a indicação das lideranças. Quanto ao relacionamento entre sindicato e Estado é importante destacar que este era visto apenas como apêndice do Estado. Nesse contexto, além de controle dos sindicatos e das lideranças, houve uma judicialização dos conflitos trabalhistas. Assim, os sindicatos levavam tanto conflitos trabalhistas, quanto de terras para o plano legal, implicando em um processo de desmobilização política, pois, ao mesmo tempo em que se depositava na justiça a solução dos problemas, abandonava-se as trincheiras de luta. Houve também burocratização nas ações. O objetivo dessas medidas era a desmobilização, transferindo as lutas das ruas e lavouras para o plano da legalidade que preconizava o ETR. Não é à toa que o MST acabou rompendo com a lógica dos STTRs, pois, ao mesmo tempo em que houve o imobilismo dos trabalhadores rurais, ampliou-se a participação de seus membros nos sindicatos, em virtude do descomprometimento de lideranças. O terceiro aspecto é a modernização da agricultura. Assim sendo, o próprio sindicalismo precisou abranger tais trabalhadores, antes restritos apenas aos pequenos produtores e trabalhadores assalariados da zona rural.

criação de uma cultura política (processo de formação política, militância, etc.) e a forte repressão policial dificultaram consideravelmente a organização dos trabalhadores. Dessa forma, é possível afirmar que após o processo de institucionalização do sindicalismo rural houve um controle da luta política por parte dos militares que conseguiram transferir as lutas das lavouras para o âmbito legal. A consequência foi a redução das lutas dos trabalhadores.

É importante fazer uma observação histórica que a expressão “novo sindicalismo”, já havia sido mencionada por Hobsbawn (2011)¹⁵⁸. Nessas condições, apesar de conjunturas e tempos históricos distintos, a expressão foi cunhada no Brasil, para expressar o novo momento do sindicalismo vivenciado no Brasil nos anos de 1980 com a Central Única dos Trabalhadores, CUT.

Sousa (2006) ao elaborar um estudo sobre a filiação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande Norte, FETARN à CUT, entende que houve um processo de fusão entre o sindicalismo rural cutista e contagiano. Assim sendo, afirma que o processo de formação da CUT se remonta a uma conjuntura de greves na Região do ABC paulista, a partir de 1978 que congregava os setores das montadoras. Esse processo é resultado de uma totalidade dinâmica que se desenvolveu por um conjunto de lutas, tanto de setores da classe trabalhadora, esmagada pelas políticas militares, como por frações da burguesia nacional, limitadas pelo regime.

Na conjuntura política, as determinações impostas pela crise do capital, expressa no Brasil pelo colapso do “milagre”, abriu fraturas no regime ditatorial, com grandes levantes populares. O resultado disso, foi a derrota imposta aos militares nas urnas pelos setores da classe trabalhadora, expresso no Movimento Democrático Brasileiro, MDB,¹⁵⁹ que teve como resultado a redução dos poderes dos militares por meio da revogação do Ato Institucional 5, AI5 e outras restrições impostas pelo Estado

¹⁵⁸ Segundo o autor, o termo surge para designar o novo conjunto de estratégias e formas de organização dos trabalhadores em sindicatos, cujo posicionamento social e político é mais radical, diante do surgimento e ascensão do socialismo. Trata-se da criação de novos sindicatos de trabalhadores, no período do final do século XIX em Londres, pois, as políticas que aprofundaram a exploração dos trabalhadores, com o liberalismo, teriam aberto imensas fraturas dentro do movimento operário inglês.

¹⁵⁹ É importante ressaltar que o MDB constituía o único partido legalizado de oposição durante a Ditadura Militar. Dessa forma, congregava os mais variados setores da classe trabalhadora, como assim entende Silva (s.d.)

de Exceção¹⁶⁰. Na conjuntura econômica do final dos anos de 1970, o lastro econômico criado com o “milagre”, com o governo Geisel, não foi suficiente para conter as crises produzidas pelo segundo “Choque do Petróleo” no final dos anos 1970, que dissolveu como poeira o salário e tornou ainda mais difícil a vida no campo. Depois dos empréstimos externos tomados pelos militares para financiar os planos nacionaldesenvolvimentistas, os americanos aplicaram o calote da dívida que, além de ter aumentado vertiginosamente os juros, aumentou a dívida externa¹⁶¹. O resultado foi um processo de recessão e crise durante uma década de 1980 que também ficou denominada de década perdida.

A exemplo de todo o conjunto da classe trabalhadora, a principal categoria¹⁶² de trabalhadores brasileiros, os metalúrgicos e trabalhadores das montadoras de automóveis foram duramente afetados. A abertura, ainda que controlada, possibilitou um intenso processo de mobilização e greves nos anos 1978, 79 e 80, pelas “Diretas Já!”, criação do Partido dos Trabalhadores, no início da década de 1980 e criação da CUT em 1983. No entender de Sader (1999), esse partido que condensou a principal vertente da esquerda brasileira, surgiu despreparado teórica e politicamente, pois, além da crise da ditadura, havia um processo de crise da forma de acumulação capitalista baseada no fordismo/taylorismo, ou seja, o fato de se tornar órfã dos autores da política revolucionária e ter como base os políticos reformistas, teve um peso considerável em sua constituição.

A conjuntura internacional e os vários elementos concorreram para que houvesse um processo de rompimento do sindicalismo intervencionista, dentre elas, Sousa (2006) destaca as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), em 1968, a luta dos posseiros na Região do Bico do Papagaio, bem como, as sucessivas greves do ABC paulista em 1978, 1979 e 1980 e região canavieira de Pernambuco. Além disso,

¹⁶⁰ Reestabelecimento do *habeas corpus*; o fim das cassações; a extinção do poder presidencial de decretar o recesso do Congresso Nacional, etc.

¹⁶¹ Sobre a dívida externa contraída pelos militares é importante registrar que o movimento em defesa da auditoria da dívida pública brasileira tem contestado os critérios estabelecidos pelos militares quanto à política de juros. Conforme esse movimento, os acordos feitos pelos militares, além de terem sido feitos a taxa de câmbio flutuante, há dificuldade em identificar os credores da dívida.

¹⁶² Quando se refere à principal categoria de trabalhadores referenda-se aquilo que ela representa no atual contexto histórico da produção capitalista, pois, além de adotar a indústria automobilística como carro-chefe da economia, o eixo gravitacional de toda cadeia produtiva gira em torno dessa indústria. Apesar de não ter passado pelos processos de reestruturação produtiva como os países da OCDE, tais processos chegaram no Brasil apenas nos anos de 1990, com a implementação do receituário neoliberal.

é importante ressaltar que vários movimentos surgiram a partir deste contexto, como, as Comunidades Eclesiais de Bases, CEBs, a Animação dos Cristão do Meio Rural, Conselho Missionário Indigenista, CIME e a Comissão Pastoral da Terra, CPT em 1975¹⁶³. Estas contribuíram para criação do MST em 1984 (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

No Maranhão, o principal foco de luta pela terra na década de 1980 se concentrou nas áreas de atuação do Projeto Grande Carajás (MESQUITA; ALMEIDA, 1981). Os sindicatos como parte dessa dinâmica estiveram articulados aos movimentos, especialmente nas áreas de influência do Projeto Grande Carajás (Belém-Brasília, via Carajás e Pindaré). Nessas áreas, em virtude da intensificação da relação entre capital (grandes projetos) e trabalho (sindicatos e trabalhadores rurais) houve intensos processos de grilagem, corrupção e violência¹⁶⁴, conforme menciona Asselin (1982).

Em Balsas, no início dos anos 1980, a “descoberta do Brasil” por parte dos “gaúchos” em busca de terras baratas para produção de soja causou intensos processos de grilagem de terras e expropriação de um grande contingente populacional do campo e, conseqüentemente, intensos conflitos, conforme ressalta Andrade (1984).

Mesmo com o avançar dos processos de modernização da agricultura, os processos organização do trabalho, que se efetivaram com a reestruturação produtiva implementados no mundo do trabalho, ainda não se davam no Brasil nos anos de 1980, tampouco no campo. No plano econômico, em virtude dos baixos índices de crescimento do PIB, baixo crescimento industrial, altas taxas inflacionárias e elevado índice de endividamento externo, a década de 1980 foi considerada década perdida. No campo, a concentração de terra e a pauperização da população camponesa resultou em elevados índices de conflitos e assassinatos. Conforme Oliveira (1988), a concentração de terra e a pressão social fez o governo Sarney criar o I Plano Nacional de Reforma Agrária, I PNRA que, além de não cumprir as metas estabelecidas

¹⁶³ Desse modo, o novo sindicalismo que se deu com a formação da CUT em 1983, é uma expressão dos mais variados setores do sindicalismo, dentre estes o rural. Esse processo denominado de novo sindicalismo foi caracterizado pelo rompimento entre as práticas do sindicalismo varguista, orientadas pela CLT, atreladas ao Estado e de cunho verticalizado, tendo como suprassumo as federações e confederações, aprimoradas pelo intervencionismo Militar.

¹⁶⁴ Além da violência militar, os processos de pistolagens eram muito frequentes, conforme menciona Asselin (1982).

aprofundou a crise agrária. No plano político, o enfraquecimento do regime ditatorial, o movimento de redemocratização e o surgimento do Partido dos Trabalhadores, PT, como principal partido de esquerda, trouxe ao debate a importância de inserção nos sindicatos rurais, controlados pela CONTAG¹⁶⁵.

Ao realizar um estudo sobre a importante conquista dos trabalhadores assalariados temporários da cana em São Paulo, por meio da luta sindical nos anos 1980, Corrêa (2012) entende que depois de um processo de controle dos sindicatos pelo Estado no Regime Ditatorial, nos anos 1980 houve uma retomada no debate sobre o enquadramento sindical. No entanto, se dava em virtude da crise do modelo sindical da CONTAG. Neste contexto, o PT, por meio da CUT entende que há a necessidade de uma outra concepção sindical tanto pelos questionamentos em torno dos próprios limites da ação sindical, quanto por um sindicalismo mais combativo. Desse modo, entendia-se que havia diferença entre os assalariados, ainda que temporário, e as demais frações do campesinato.

Dessa maneira, o novo sindicalismo se formou em oposição à estrutura burocrática criada no pós-64. Assim, desencadeia-se para o conjunto da formação social a partir das greves do final dos anos 1970. Esse sindicalismo tinha como fundamento político a democracia direta, entre base e direção, combinando luta sindical e política. Politicamente, pode-se afirmar que esse sindicalismo se engaja na “Campanha da Anistia”, na luta pela redemocratização, na criação do Partido dos Trabalhadores, fundação da CUT, estabelecimento das representações de base via comissões de fábricas, comissões de conflitos, comissões de articulação, etc. Dessa maneira, é importante enfatizar que essa nova fase do sindicalismo estabeleceu a unidade entre sindicato e produção, uma vez que a prática interventiva dos militares preconizava a dissociação e controle. O centro da atividade sindical se dava no local de trabalho (usina, fábrica, lavoura, etc.) e não nas estruturas burocráticas do sindicato. No âmbito do sindicalismo rural é possível destacar um rompimento com a prática contagiana, sobretudo, a partir da I Conferência Nacional da Classe

¹⁶⁵ O surgimento do PT e do novo sindicalismo retomou os processos de luta da classe trabalhadora, tanto no campo, como na cidade, com a CUT que acabou congregando mais de 3.000 sindicatos e o MST, que representa a organização do PT no campo.

Trabalhadora, I CONCLAT¹⁶⁶ que rompeu com o controle e assistencialismo para avançar para a luta política.

Ao mesmo tempo em que o novo sindicalismo origina-se dos movimentos de base, especialmente, daqueles que compõe a diversidade dos trabalhadores rurais e camponeses, os setores conservadores da sociedade se organizaram na chamada União Democrática Ruralista, UDR¹⁶⁷, suprassumo da elite conservadora, tendo como objetivo barrar qualquer projeto de reforma agrária colocada pela Constituição de 1988. Esse processo de oposição representa a síntese dialética do processo de luta de classes no campo brasileiro. Em Balsas, o principal representante da UDR, chama-se SindiBalsas, sindicato patronal que tem contragolpeado os STTRs e trabalhadores rurais.

Se por um lado, os representantes da burguesia agrária local são formados pelos sindicatos patronais, por outro, as bases sociais do novo sindicalismo rural de cunho democrático e popular foram formadas pelos posseiros, sem terras e assalariados rurais. A luta dos posseiros¹⁶⁸ é histórica e, no Brasil, se intensifica especificamente nas áreas de expansão de fronteira agrícola, particularmente na Região do Bico do Papagaio e em áreas atingidas pelos grandes projetos, já os assalariados rurais estão concentrados mais nas áreas das monoculturas (soja e cana), projetos de silvicultura (eucalipto e bambu, para produção de celulose) e áreas de pecuária bovina, onde, o sindicalismo e movimentos sociais como MST não conseguem penetrar, excessão apenas para a Região de Açailândia.

Assim, o novo sindicalismo foi responsável pela oxigenação das lutas sociais, tanto dos trabalhadores urbanos, como dos trabalhadores rurais, com o surgimento

¹⁶⁶ Conforme CUT (2017), no período de 21 a 23 de agosto de 1981, na Praia Grande, cidade do litoral paulista foi realizada a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a CONCLAT. Segundo a central foi o maior encontro de militantes sindicais realizado no país, representando um enfrentamento direto à ditadura militar. Além de centenas de apoiadores e importantes delegações internacionais, participaram mais de cinco mil delegados e delegadas que representaram 1.091 entidades sindicais de todo o Brasil. No dia 23 de agosto foi eleita a Comissão Nacional Pró-CUT, e depois de dois anos, foi fundada em 28 de agosto de 1993, a maior confederação dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, da cidade e do campo, a Central Única dos Trabalhadores.

¹⁶⁷ A UDR, criada em 1985, constitui um grupo político formado por grandes proprietários rurais. No parlamento é representada por uma vasta bancada ruralista, expressa principalmente no partido Democratas, DEM. É responsável pela organização da repressão aos camponeses, especialmente aqueles articulados aos setores mais radicalizados como os ligados ao novo sindicalismo e ao MST.

¹⁶⁸ Além dos posseiros, os sem terras constituem parte do novo sindicalismo, especialmente aqueles que surgiram das áreas atingidas por Barragens no Rio Grande do Sul. Ambos ingressaram em um sindicalismo cutista que se opunha ao sindicalismo contagiano de cariz burocrático. De um sindicalismo regulado pelo Estado, passou-se a um sindicalismo combativo, capaz de organizar a luta política, tanto na cidade, quanto no campo.

do PT, CUT e MST. Dessa forma, de um caráter de repressão e controle, passou-se a um sindicalismo atuante e de bases democráticas. Esse movimento dos trabalhadores teve intensas modificações a partir da ofensiva neoliberal e a implantação de um regime de acumulação flexível, conforme será analisado a seguir.

4.5. A organização defensiva dos sindicatos rurais no período neoliberal como forma de contenção das lutas

É importante destacar que o contexto neoliberal representa um ajuste do capital, marcado inicialmente por um processo de decréscimo nas taxas de lucro dos capitalistas que, no regime de acumulação fordista/taylorista,¹⁶⁹ apesar de terem alcançado lucros exorbitantes com o capital produtivo, precisaram ceder direitos à classe trabalhadora¹⁷⁰. O resultado desse processo foi a instauração da denominada sociedade salarial, caracterizada por um intenso processo de regulação estatal, como entende Aglietta (1997). Além disso, a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo impôs uma nova lógica de organização da classe trabalhadora, marcada pelo sindicalismo de resultados e defensivo. A resultante desse processo foi uma ampla crise do movimento operário, conforme entende Bihl (1998). Ainda no plano da luta política sindical, presencia-se uma crise do sindicalismo e não da classe trabalhadora, como afirma Bernardo (1997). Essa crise, por mais que haja uma quantidade substancial de greves, ainda persiste de forma expressiva dentro do movimento operário, conforme expressou Boito Jr. (2010).

É importante observar que esse processo não é uma exclusividade do movimento europeu, mas também teve impactos significativos em todo movimento operário, cujo nível de ampliação se estende para o plano internacional, conforme menciona Santos (2006). Ainda segundo o autor, a crise não é uma exclusividade do atual contexto, embora neste tenha suas particularidades, especialmente, no que diz

¹⁶⁹Apesar do termo “regime de acumulação” ser oriundo da escola da regulação, pautada no estruturalismo francês de Aglietta, o trabalho não chega aos mesmos resultados desta escola que entendia as crises capitalistas como sendo cíclicas. Assim sendo, prefere-se a adoção da teoria das crises permanentes e, portanto, como superação dessa crise, lança-se a tese da revolução permanente.

¹⁷⁰ É importante observar também que os direitos conquistados não foram cedidos pelos donos dos meios de produção de forma passiva como assim pode ser entendido, muito pelo contrário, esses direitos foram fruto de um intenso processo de luta por parte dos setores que congregam o movimento operário e camponês.

respeito ao processo de fortalecimento do poder do capital com os grandes monopólios e sobreposição do capital financeiro sobre o produtivo e o enfraquecimento das relações classistas, por meio do processo de fragmentação das lutas, por um processo de esclerose entre base e sindicato. Esse processo de fragmentação culminou na substituição da luta de classes pelas “ações sociais” e “parceria” e a perda do poder de barganha dos trabalhadores. O resultado foi uma redução do poder do trabalhador e aumento do poder do grande capital, conforme entende Montaño e Duriguetto (2011), ou seja, tenta-se retirar a classe e inserir os novos movimentos sociais como tábua de salvação.

No plano econômico, para compensar a redução da taxa de exploração do trabalho, os capitalistas passaram a investir capital especialmente no rentismo e o capital produtivo passou a auferir mais lucro onde havia maiores possibilidades, nos mercados asiáticos, China e adjacências. O processo de mundialização do capital, comandado pelas corporações e organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas, ONU, OCDE, Banco Interamericano Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD e, Fundo Monetário Internacional, FMI impôs uma forma mais acentuada de exploração da natureza e força de trabalho com a imposição das políticas neoliberais. A saída da crise estrutural foi a imposição de uma outra lógica, regida pelo Consenso de Washington.

O resultado desse processo foi a perda das conquistas trabalhistas alcançadas por meio de um intenso processo de luta política durante os “anos dourados”, conforme Hobsbawn (2002)¹⁷¹. O novo regime de acumulação baseado no toyotismo, com o processo de reestruturação produtiva, conforme analisa Alves (2005) e Harvey (2005) exigiu dos estados, a imposição das políticas neoliberais sobre a classe trabalhadora. Desse modo, é preciso entender que a crise do mundo do trabalho é fruto de um processo mais amplo que se dá simultaneamente com a crise do marxismo, das instituições, do socialismo real e da própria dinâmica do capital com a denominada redução tendencial da taxa de lucro dos capitalistas que ocorreu com a conquista de direitos trabalhistas e sociais durante os chamados trinta gloriosos. O período em que a classe trabalhadora perdeu os direitos foi denominado por Hobsbawn (2002) de “desmoronamento”.

¹⁷¹ Esse período se caracterizou pela formação de uma sociedade salarial no centro dinâmico do capitalismo com o processo de acumulação fordista/taylorista.

Se no plano econômico, os capitalistas engendraram uma nova forma de acumulação de riqueza, no plano político, o capital precisava de uma classe trabalhadora dócil e polivalente. É nesta conjuntura que converge a crise do sindicalismo, conforme observou Boito Jr. (2003), também denominada por Alves (2005) de “novo americanismo”. Quanto aos fatores que contribuíram para a crise do sindicalismo, com o advento da reestruturação produtiva, destaca-se

o corte de milhares de trabalhadores sindicalizados; migração de trabalhadores do setor industrial (maior densidade sindical) para o setor de serviços (menor mobilização sindical); surgimento do subproletariado tardio (trabalho precário, por tempo parcial ou temporário) parcela pouco suscetível à sindicalização; crescente proporção de mulheres na composição da força de trabalho (declínio do nível de sindicalização entre as mulheres); adoção de políticas governamentais de cunho neoliberal, que limitaram o poder sindical nos anos 80, durante o governo Thatcher e Reagan e postura defensiva dos sindicatos¹⁷², em vez de reivindicativas (Mattoso, apud Alves, 2005, p. 88).

Alves (2005, pp. 96 a 104) entende que, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo instaura um padrão de acumulação flexível, impõe ao mundo do trabalho e suas organizações (partido e sindicato) uma crise “estrutural”. No polo fordista brasileiro (ABC), base do “novo sindicalismo”, com a CUT e PT, o processo de reestruturação produtiva, ao invés de pontos de ruptura, foi realizado de forma negociada, conforme entende Praun (2006). Dessa forma, “as derrotas decorrentes da reestruturação produtiva criaram uma crise do sujeito histórico capaz de pôr obstáculo à superexploração do trabalho” (Alves, 2005 p. 104).

A contrarreforma do Estado capitalista no regime de acumulação flexível, conforme entende Harvey (2002) se deu com a aplicação do projeto neoliberal. Esse receituário foi imposto especialmente à América Latina, pelo Consenso de Washington. No Brasil, o governo Collor foi o embrião do projeto imposto pela burguesia. Assim sendo, não muito diferente do modelo atual, utilizou-se da retórica de combate à corrupção (caça aos marajás) para implementar o projeto neoliberal no Brasil que representou um retrocesso político para as classes trabalhadoras, fato que implicou num processo de refluxo da luta dos movimentos sociais populares, tanto o

¹⁷² Além de não representar o conjunto da classe trabalhadora, no plano político-ideológico, houve abandono das estratégias classistas em nome de uma postura sindical neocorporativista, de cariz setorial, ou seja, as práticas sindicais estabelecidas pelo processo de reestruturação produtiva se pautaram na mera preservação de interesses de segmentos organizados do proletariado (industrial e de serviços).

novo sindicalismo cutista do núcleo fabril e o rural, quanto para o MST, que havia efetivado o processo de luta no campo.

O resultado da aplicação do receituário neoliberal como o governo Collor, quanto à questão agrária, foi a redução do Estado, quebra do INCRA, com a criação da Secretaria Nacional de Reforma Agrária¹⁷³. Conforme Coletti (2005), além da crítica ao governo Sarney¹⁷⁴, a política de Collor criminalizou a CUT, PT e MST e suas lideranças, como forma de desmobilizar os processos de luta. O resultado desse processo foi a elevação dos índices de conflitos por terra, a recusa de desapropriar terras nos lugares mais necessários e extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMBRATER¹⁷⁵. É importante registrar que é a partir desta conjuntura que é criado o Programa de Apoio à Gestão das Organizações de Pequenos Agricultores, CONTACAP. Apesar de um serviço voltado para a reprodução do capital, juntamente com o Projeto Lumiar e Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental, ATES¹⁷⁶, constituem importantes projetos voltados para agricultura camponesa, conforme demonstrou Araújo (2010).

Se no plano econômico, as políticas neoliberais, além de privilegiar o agronegócio, foram forjadas para explorar e desterritorializar os camponeses (FERNANDES, 1994), no plano político havia uma necessidade de quebrar a consciência de classe dos trabalhadores, tanto pela via da repressão, quanto da cooptação e captura da subjetividade do trabalhador. Diante disso, ao invés de manter o lema do II Congresso¹⁷⁷, o MST articulou a construção do Sistema Cooperativista dos Assentados, SCA, dando origem à Confederação das Cooperativas de Reforma

¹⁷³ Depois da inoperância da secretaria, o INCRA retoma o trato da reforma agrária, em 1991, entretanto, diretamente subordinado ao Ministro. Na prática, a reforma agrária foi subordinada à “modernização” da agricultura, privilegiando o agronegócio, postergando a política de distribuição de terras.

¹⁷⁴ A principal crítica de Collor ao Governo Sarney se refere aos argumentos de que Sarney teria investido US\$ 1 bilhão de dólares em títulos da dívida agrária, assim como teria desapropriado 4,5 milhões de hectares de terra para fins de reforma agrária.

¹⁷⁵ Os serviços de assistência técnica e extensão rural foram criados no final da década de 1940, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, passando suas atribuições para a EMBRAPA e, posteriormente, em setembro de 1993, para a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Essa mudança institucional levou à redução drástica da assistência técnica e extensão rural, fundamentais para a pequena produção agrícola, especialmente daquelas regiões mais pobres do país.

¹⁷⁶ Conforme Araújo (2010), além da assistência técnica, a ATES possibilitava uma assessoria social e ambiental.

¹⁷⁷ Depois da derrota do PT nas urnas e da implementação das políticas neoliberais, o MST realiza o II Segundo Congresso, cujo lema foi “ocupar, resistir e produzir”. O aumento da repressão e o não avanço da Reforma Agrária fez do MST, o principal instrumento de luta pela Reforma Agrária.

Agrária do Brasil, CONCRAB, em 1992, organizada por meio de sete cooperativas centrais estaduais e 55 de produção e comercialização.

Apesar da luta política realizada pelo MST ter sofrido um refluxo significativo, devido à forte repressão, a crise produzida pela falta de investimento estatal, associada à forte pressão social estabelecida pelos movimentos sociais, fizeram Collor criar, em 1992, o programa de reforma agrária, denominado “Programa da Terra”. Além da instabilidade econômica e política, o Governo Collor foi marcado pela repressão e pela aplicação das políticas neoliberais. Desse modo, o balanço político do Governo Collor foi marcado especialmente pela baixa quantidade de assentamentos e de recursos destinados à reforma agrária. O resultado foi um aumento nos números de ocupações de terra e de famílias envolvidas nessas lutas. Segundo dados da CPT, em 1993, houve 89 ocupações com 19.092 famílias envolvidas. Em 1994, 119 ocupações com 20.516 famílias. Quando comparados os dados de 1994 aos de 1992, observa-se um aumento de 47% no número de ocupações e de 32% no número de famílias envolvidas, o que indicava uma conjuntura política muito mais favorável ao MST que aquela do governo Collor, pois, houve uma intensificação da “guerra de posição e movimento”.

Assim, o governo FHC se caracterizou por uma política macroeconômica fundamentada no Plano Real, que teve como tripé: política monetária restritiva, baseada na oferta de títulos da dívida pública com o objetivo de atrair investimentos; política cambial, fundamentada na valorização do real frente ao dólar, buscando a competitividade internacional. O objetivo era fazer com que a concorrência internacional reduzisse os preços dos produtos do mercado interno. A política fiscal foi baseada no corte de recursos públicos, para manutenção dos juros da dívida. Associada a essas medidas, houve a abertura comercial e financeira da economia brasileira aos produtos e capital estrangeiros, processo de privatização das empresas estatais e desregulamentação do mercado. Esse pacote de medidas fez parte do aprofundamento do receituário neoliberal no Brasil, proposto pela ortodoxia, através do Consenso de Washington, CW. Conforme Tavares (1998), além do crescimento do déficit nas transações correntes do Brasil, a política do governo agravou a dívida externa¹⁷⁸.

¹⁷⁸ Sobre o aumento da dívida, passou-se de US\$ 148,3 bilhões em 1994 para US\$ 241 bilhões em 1998, recuando um pouco em 2001, para US\$ 228,6 bilhões.

Além disso, a manutenção das elevadas taxas de juros da economia para atrair recursos do exterior¹⁷⁹ (capital especulativo), para ampliar as reservas e tentar fechar as contas, aumentou o volume da dívida pública interna.¹⁸⁰ O resultado dessa conjuntura gerou um baixo crescimento econômico e poucos empregos, principalmente com as privatizações. A privatização¹⁸¹ representou a aquisição de ativos preexistentes, para angariar recursos objetivando abater a dívida, fato que não ocorreu, pois, quando entrou a dívida era de aproximadamente 40 bilhões, quando saiu era mais de 400 bilhões de dólares. Além disso, o cenário se agravou com as “moedas podres” aceitas nos leilões de privatização, os empréstimos a juros subsidiados, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES para as empresas compradoras, os pagamentos de indenizações e direitos trabalhistas de funcionários demitidos bancados pelo governo, etc.¹⁸²

Ao realizar uma análise sobre a política macroeconômica do Governo FHC, Tavares (1998) entendeu que a mesma se limitou a “derrotar a inflação” e, além de não assegurar a estabilidade, instabilizou as demais variáveis macroeconômicas (nível de atividade, consumo, investimento e balanço de pagamentos). Esse fato foi responsável pelo desmantelamento de parte da indústria e da agricultura sem torná-la mais competitiva. Além dos desequilíbrios crescentes do balanço de pagamentos em transações correntes, essa política produziu uma crise fiscal permanente e desemprego estrutural, fruto da destruição dos aparelhos produtivos e do Estado, pois, conforme a autora, o investimento estatal é fundamental para manutenção da economia de um país. Essa crise fiscal, na prática, é a transferência de recursos do Estado para o capital financeiro, sob a forma de juros que se deu pela ampliação da

¹⁷⁹ Essa medida, apesar de realizada para atrair capital externo, sobretudo, aquele relacionado ao capital produtivo, acabou atraindo mais capital financeiro, do tipo especulativo, em virtude da manutenção das altas taxas de juros, nível de risco zero e garantia de pagamento pelo Estado, pois, é muito mais rentável investir em títulos da dívida que se apoiam nos juros elevados, do que aplicar em capital produtivo, uma vez que a aplicação na dívida, os juros são elevados, não há risco e o retorno é imediato.

¹⁸⁰ A dívida pública federal, por exemplo, passou de R\$ 61,8 bilhões em 1994 para R\$ 624,1 bilhões em 2001. Chegou a mais de R\$ 800 bilhões em 2002, quando Fernando Henrique Cardoso deixou o governo.

¹⁸¹ Até abril de 2002, a venda de empresas estatais teria rendido R\$ 87,2 bilhões ao governo, além da transferência de dívidas no valor de R\$ 18,1 bilhões para os compradores. Esse montante totalizou R\$ 105,3 bilhões. Antes de privatizar, o governo investiu grandes volumes de recursos a fim de “melhorá-las”. Apenas na Telebrás, o governo investiu R\$ 21 bilhões antes da venda, entregando-a ao capital privado, por R\$ 22,2 bilhões.

¹⁸² O balanço final revelou que o montante arrecadado pelo governo com a privatização coincidiu com os recursos investidos antes das vendas.

carga tributária, que passou de 27,9% em 1994, para 34,4% em 2001 e, sobretudo, pelo aumento do *superávit* primário via transferência de recursos do orçamento público (36% em 2009 para 47% em 2015) para o capital financeiro, mecanismo de manutenção da dívida, conforme mostra ABC (2015). Esse mecanismo tem como base um processo de institucionalização do Estado pela Lei de responsabilidade fiscal, conforme constatou Filho (2014)¹⁸³ que retira recursos do orçamento público para investimento no capital financeiro.

As políticas econômicas de cunho neoliberal do governo FHC atingiram em cheio a classe trabalhadora, tanto no campo, como na cidade. É importante ressaltar que no centro do capitalismo (Estados Unidos, União Europeia e Japão), esse processo já era uma realidade, ainda que os reflexos tenham sido distintos, com perda de direitos e subproletarização, conforme mencionou Antunes (2002; 2011). Contraditoriamente ajudaram a reduzir significativamente a atuação dos sindicatos rurais e urbanos. No caso das lutas no campo, houve uma certa oxigenação destas no primeiro mandato de FHC, principalmente em virtude da ação mais radicalizada do MST, depois do vácuo deixado pelo sindicalismo cutista/contagiano.

As consequências desastrosas da política econômica e o não cumprimento das metas da reforma agrária, bem como, a redução da repressão – apesar de dois grandes massacres¹⁸⁴ - e crise do sindicalismo cutista/contagiano, bem como, as ações desenvolvidas no plano da formação política fez o MST se constituir no principal foco de resistência política ao projeto neoliberal até 1999. Apesar do surgimento de vários outros movimentos sociais no campo, quase a metade das ocupações foram feitas pelo MST.

¹⁸³ A transferência de recursos das políticas públicas, assim como, do capital produtivo para o financeiro, repassa aos trabalhadores os resultados mais perversos da crise estrutural do capitalismo, tanto pelo corte das políticas sociais (saúde, educação), como também nos direitos previdenciários e trabalhistas. O debate da dívida pública é tão importante que os principais projetos de emenda constitucionais encaminhados ao congresso e ao senado tratam dessa temática, especialmente a PEC 55, conhecida como PEC do teto, aprovada recentemente e o PLP 257 que modifica o regime fiscal.

¹⁸⁴Esses massacres foram frutos da violência da Polícia Militar contra os sem-terra, pois, além de ter gerado a morte de 19 trabalhadores, deixou 41 sem-terra e quatro policiais militares feridos. Assim sendo, o confronto ocorreu quando 200 policiais militares tentaram liberar a rodovia PA-150, bloqueada por 1.200 trabalhadores rurais. Tratou-se do maior massacre de sem-terra da década de 1990, e do segundo massacre ocorrido no governo Fernando Henrique Cardoso, pois, em agosto de 1995, já havia ocorrido o massacre no município de Corumbiara, em Rondônia, quando 300 policiais militares invadiram, na madrugada, a Fazenda Santa Elina, ocupada por 514 famílias sem-terra, expulsando-as do local. O resultado dessa operação foi a morte de dois policiais e de dez sem-terra.

Conforme Souza (2008), enquanto movimento social e partido na concepção gramsciana, o MST se preocupou com a organização de uma consciência coletiva a partir da construção de um novo campesinato. Esse fato associado aos processos de luta de posição e de movimento fez o MST crescer consideravelmente. Esse crescimento, conforme Coletti (2005), fez do MST o principal movimento social da América Latina. Dessa maneira, o governo FHC mudou de estratégia para combatê-lo. Ao mesmo tempo em que aumentou a repressão e restringiu as verbas públicas destinadas aos assentamentos rurais, incrementou as verbas destinadas à realização da “reforma agrária de mercado”, RAM que se iniciou com o “projeto de reformulação da reforma agrária”, conhecido como “Novo Mundo Rural”¹⁸⁵. Apesar da retórica de “levar qualidade aos assentamentos”, além da desterritorialização, o objetivo era tratar os assentados como agricultores familiares. Dessa forma, além do controle estatal e inserção dos camponeses ao mercado, descaracterizava-se politicamente o camponês (MEDEIROS, 2016).

O processo de reestruturação do Estado resultou na extinção do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária, PROCERA¹⁸⁶, substituição pela linha “A” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, além de cobrar juros maiores, possuía um limite menor de crédito a cada família assentada. Além de extinguir o Projeto Lumiar, criminalizou as lideranças do MST, incentivou o fortalecimento de outros movimentos menos combativos e proibiu a vistoria em imóveis ocupados, etc. Desse modo, o segundo mandato do governo FHC (1995-1998), foi caracterizado por um refluxo da luta pela terra.

A partir do ano 2000, conforme ilustra Feliciano (2003) parte dos recursos orçamentários dos programas de assentamentos foi destinada à chamada “reforma

¹⁸⁵ Foi caracterizado pela expansão da agricultura familiar, ampliação e desconcentração do “capital físico e social” e criação de um sistema descentralizado de extensão rural, com os serviços contratados diretamente pelos agricultores, etc.

¹⁸⁶ Programa de financiamento das atividades produtivas (investimento e custeio) em assentamentos rurais.

agrária de mercado”, como o crédito fundiário” que compreende o Programa Cédula da Terra¹⁸⁷, o Banco da Terra¹⁸⁸ e o Programa de Combate à Pobreza Rural,¹⁸⁹ PCPR.

Apesar de em outro contexto, além da reprodução da miséria, como apontam Andrade; Carneiro; Mesquita (1996), estes programas contêm um forte caráter desmobilizador, pois, procuraram substituir a mobilização dos trabalhadores e a luta pela reforma agrária pela ilusão da compra de um pequeno lote de terra, de forma tranquila e sem maiores dificuldades. Na prática, além de desmobilizar as lutas, inseriu o pequeno produtor no mercado e causou o endividamento junto às instituições financeiras¹⁹⁰. Quanto à “reforma agrária pelo correio”, lançada no final de 2000, estabelecia que, para receber terras, os trabalhadores rurais deveriam apenas preencher um formulário disponível nas agências dos correios que, em quatro meses, receberiam o título de posse, não havendo necessidade de ocupar terras, tampouco se manter acampado para conquistar o seu lote. O impacto desmobilizador dessa iniciativa governamental foi expressivo. Além dessas questões, a denúncia de desvio de verbas públicas destinadas às cooperativas e aos assentados, em favor do MST, levou ao descredenciamento de cooperativas e, o resultando foi a extinção do Projeto Lumiar.

Além disso, uma outra providência adotada pelo governo foi a criminalização das lideranças do MST. Por isso, além de criar o Departamento de Conflitos Agrários

¹⁸⁷ Conforme Coletti (2012), o Programa Cédula da Terra, embrião do Banco da Terra, surgiu no Ceará, em 1996. Em 1997, foi desenvolvido nos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, com o apoio do Banco Mundial. Inicialmente era formada uma associação de pequenos produtores ou de sem-terra, que apresentaria uma proposta de assentamento a um agente financeiro ou ao instituto de terras do estado. Definido os recursos para compra, o pedido seguiria para avaliação sobre qualidade, adequação do preço, inquestionabilidade da cadeia dominial, etc. Feito os trâmites, a associação recebia uma carta de crédito para adquirir a terra em condições de mercado pelo agente financeiro do Estado. Propagou-se para outras regiões do país, com o nome de “Banco da Terra”.

¹⁸⁸ O “Banco da Terra”, criado pela Lei Complementar n. 93, de 04.02.1998, regulamentada em 2000, se deu através da obtenção de terras no mercado. Além de eliminar o confronto, permitiria aos “pequenos empreendedores” a compra de imóveis rurais e a implantação de uma infra-estrutura básica na propriedade. Além da “flexibilidade”, o próprio beneficiário escolhia a propriedade que desejasse comprar, negociando com o vendedor. O Banco Mundial contribuiria com uma parte dos recursos.

¹⁸⁹ Trata-se de mais uma política compensatória, cuja característica era buscar paliativos para a grave situação de exclusão socioeconômica da população rural mais pobre, ao mesmo tempo em que mantém intactas suas causas estruturais. Constituiu numa linha de financiamento para aquisição de imóveis e para investimentos básicos e comunitários.

¹⁹⁰ O objetivo do governo FHC com a Reforma Agrária de Mercado era implementar a consigna do livre mercado, deixando que este se encarregasse de resolver os problemas, promovendo a integração dos produtores ao mercado. O resultado foi o endividamento dos agricultores junto às instituições financeiras.

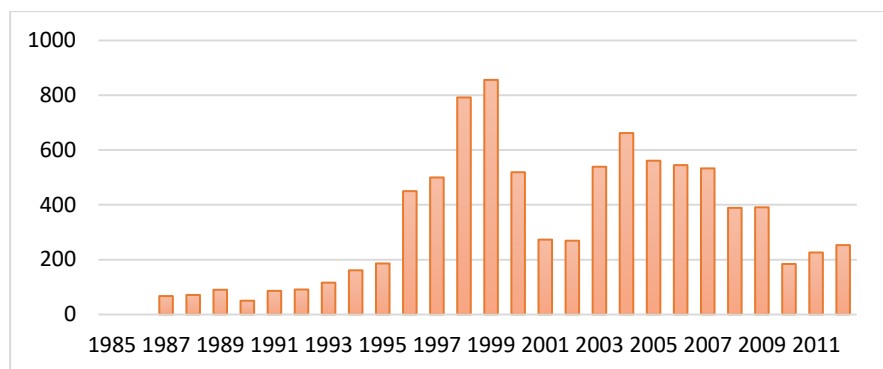
na Polícia Federal, “uma espécie de Dops¹⁹¹ rural, passou a espionar os movimentos sociais, especialmente o MST, através da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e abriu espaço para a “judicialização da questão agrária” (MARTINS; MITIDIERO JÚNIOR, 2012), fato que transformou a luta pela terra num caso de justiça penal. Além disso, o governo, através da Medida Provisória 2.109-47, de 27 de dezembro de 2000, proibiu a vistoria, por dois anos, em imóveis ocupados pelos sem-terra. Na prática, essa medida serviu para suspender as desapropriações de imóveis ocupados e exclusão dos trabalhadores que praticassem “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”. Além disso, determinou a impossibilidade de acesso a recursos públicos àquela entidade que, auxiliasse, colaborasse, incentivasse, incitasse, induzisse ou participasse de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos. Todas essas medidas repressivas foram decisivas para inibir as ocupações de terra e a queda acentuada no número delas, em 2001. Por fim, a criação de novos movimentos sociais no campo, menos combativos politicamente, objetivava isolar o MST, por intermédio da criação de canais alternativos de interlocução política¹⁹², como Força Sindical, FS que se projeta no cenário nacional, como fruto da política de desmobilização implementada por FHC, cuja tática forjou um sindicalismo defensivo e de resultado que teve como base o peleguismo (BOITO JUNIOR, 1996).

Além das medidas de austeridade, as políticas de privilégio ao agronegócio e o modelo econômico baseado na concentração de capital, orquestrado pela política econômica do Governo FHC, foram contragolpeadas pela luta dos trabalhadores rurais que desencadearam as maiores ondas de lutas e ocupação de terras desde essa época, conforme gráficos 24 e 25:

¹⁹¹ Criado em 30 de dezembro de 1924, o Departamento de Ordem Política e Social, DOPS, além do Estado Novo, foi usado mais tarde no Regime Militar de 1964/1985, para controlar e reprimir duramente movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder.

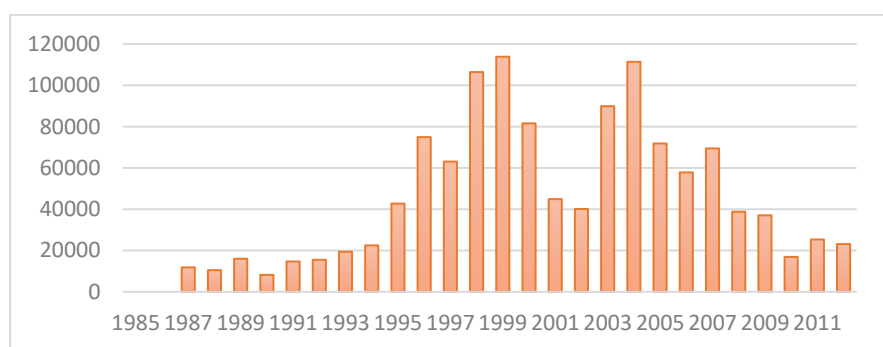
¹⁹²Houve denúncias de participação da Força Sindical, que foi pelo governo Collor, para atuar como “lideranças” rurais. Ressalta-se que, atualmente a Força Sindical, além de apoiar o Golpe do Governo Dilma, foi um fiel apoiador do Governo Temer. Contudo, rompeu recentemente a partir da implementação dos Projetos de Reforma Trabalhista e da Previdência.

Gráfico 24 – Ocupações de terras no Brasil no período de 1988 a 2012



Fonte: DATALUTA – Banco de dados da Luta pela Terra, 2013.

Gráfico 25 – Famílias ocupantes no Brasil no período de 1985 a 2011



Fonte: DATALUTA – Banco de dados da Luta pela Terra, 2013.

Em virtude da intensificação do processo de luta e ocupação promovidos pelos movimentos sociais, o processo de territorialização¹⁹³ das ocupações não diminuiu, exceto no final do governo Lula. Assim sendo, no período de 1996 a 2002, foram criados 3.923 assentamentos. Conforme Coletti (2005) o aumento do número de assentamentos, famílias e pessoas assentadas no Governo FHC se deu, por um processo de modificação da definição do termo assentado, pois, bastava está inscrito no programa para ser considerado assentado e, depois, cerca de 60% dos assentamentos estavam localizados na Amazônia Legal¹⁹⁴. Isso quer dizer que o

¹⁹³ O processo de territorialização se caracteriza pela conquista do território por grupos sociais que passaram por desterritorialização, conforme demonstra Fernandes (1999).

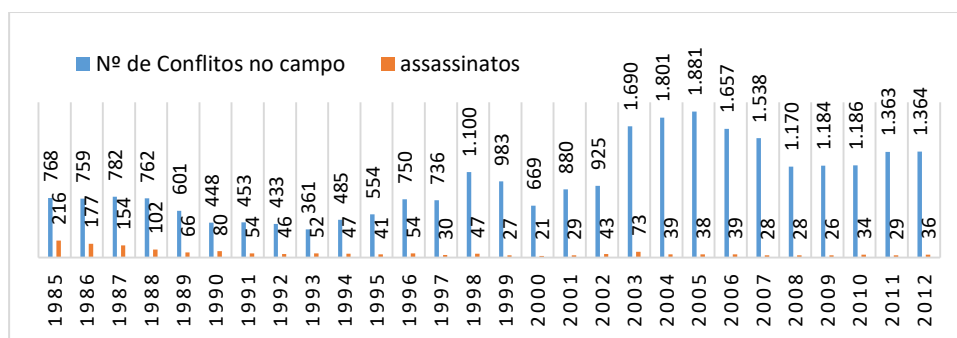
¹⁹⁴ Conforme Coletti (2012), no Brasil, cerca de 70% dos chefes de família provieram do mesmo Estado em que estão assentados. Em suma, a região Norte, acrescida dos estados do Maranhão e do Mato Grosso, entre 1995 e 2002, concentrou 12,88% das ocupações de terra realizadas em todo o país [...], mobilizou 16,50% das famílias envolvidas em ocupações de terra no território brasileiro [...] e teria recebido, segundo os dados oficiais, 57,78% do total geral de famílias assentadas pelo governo [...]. Como pelo menos 56% dos assentados na região Norte são originários da própria região Norte [...], a

governo não precisou desapropriar terras, apenas regularizou aquelas já ocupadas ou por ocupantes, posseiros ou colonos que ainda não possuíam a titulação da terra.

Em virtude de uma abertura mais ampla da democracia burguesa durante o Governo Lula, houve redução da repressão armada e favorecimento, tanto o diálogo, quanto do surgimento de outros movimentos, bem como, a ampliação do próprio MST. Até o próprio sindicalismo rural, CONTAG/CUT/ Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura, FETAGRI, que mantinha uma posição defensiva e assistencialista, realizou ocupações em áreas do país.

É importante ressaltar que, apesar do aumento considerável das lutas no campo em virtude das políticas voltadas para o agronegócio, contraditoriamente houve uma reação por parte dos governos FHC e Lula. Nesses governos, apesar da redução da repressão, a reação por parte do Estado se deu por meio da violência, em muitos casos, armada. Apesar da redução do número de assassinatos, como atesta o gráfico abaixo, os trabalhadores rurais estão sujeitos às ameaças e outros tipos de violência, por meio da militarização, conforme entende Martins (1984). Desse modo, verifica-se que os conflitos no campo, têm sido muito intensos mesmo nos governos do PT, conforme gráfico 26.

Gráfico 26 – Conflitos e assassinatos no campo no Brasil – 1985 a 2012.



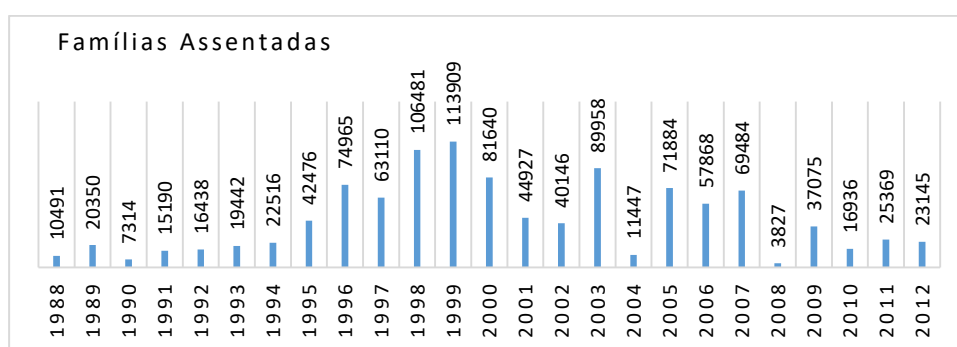
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da CPT, 1985 a 2013; DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013.

Apesar da repressão implementada pelo Estado, os processos de luta no campo persistiram, mesmo durante o governo do PT. Como é possível constatar, o processo de luta dos trabalhadores rurais na conjuntura de implantação das políticas

conclusão a que se chega é que a maior parte deles não precisou se mobilizar politicamente e ocupar terras para ser beneficiada. Essa análise, sem dúvida, reforça a hipótese de que tais “assentados” já estavam na terra (eram posseiros ou “colonos” de projetos antigos) e apenas tiveram sua situação de posse regularizada.

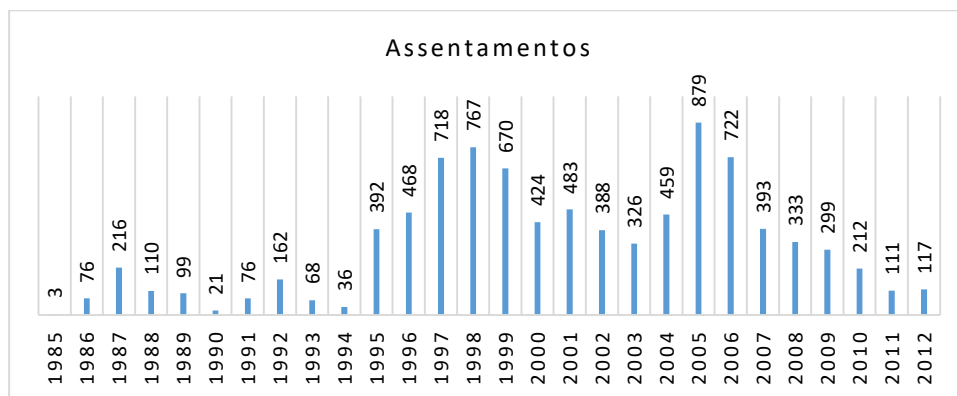
neoliberais foi intenso e culminou em maiores quantitativos de famílias assentadas no Governo FHC, do que durante o Governo Lula. Esse argumento se explica pelo fato do MST, principal movimento socioterritorial da América Latina, AL ter suas bases vinculadas ao PT. Assim sendo, a redução das lutas não implicou na ampliação das conquistas das demandas postas no plano da luta de posição, mas reforçou a constatação de que os governos de colaboração de classe servem como “diques de contenção” das lutas, conforme analisou Sousa (2015).

Gráfico 27 – Famílias assentadas no Brasil no período de 1988 a 2012



Fonte: DATALUTA – Banco de dados da Luta pela Terra, 2013.

Gráfico 28 – Assentamentos no Brasil de 1985 a 2012.



Fonte: DATALUTA – Banco de dados da Luta pela Terra, 2013.

Os dados dos gráficos acima evidenciam que no Governo Sarney (1985 a 1989), tanto o índice de assentamentos, como de famílias assentadas foi baixo, mesmo com a criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária e a presença de movimentos sociais no governo. Se por um lado, não houve um processo de criação de assentamentos, por outro, houve um processo de violência institucionalizada. Apesar do relatório produzido durante o Governo Collor apontar uma média de mais

de 15 mil famílias assentadas, vários estudos divergem desses números, ou seja, as políticas de reforma agrária criadas nesse governo não foram suficientes para assentar sequer a média estabelecida pelo plano.

Na segunda metade dos anos de 1990, a existência de terras de baixa fertilidade natural na região produtora de soja contribuiu para implantação de assentamentos rurais na região de Balsas, contudo, esse tipo de movimento é parte de um projeto caracterizado pela luta dos trabalhadores, mas também de formas de reprodução da miséria, conforme atestam Andrade; Carneiro; Mesquita (1996). Apesar do aumento dos assentamentos durante o governo FHC, Fernandes (2013), afirma que, além da dificuldade de acesso ao crédito, os projetos incompletos e a infraestrutura básica dos assentamentos constituíram uma das bases da política FHC para o campo¹⁹⁵. Em virtude das pressões dos movimentos sociais, as políticas agrícolas do Governo FHC se resumiram à distribuição de terras, sem implementar uma verdadeira política de reforma agrária.

Sem romper com o receituário neoliberal, embora tenha expandido e facilitado o acesso ao crédito para o agronegócio, cuja lógica orientadora é o produtivismo e seletividade, como foi verificado por Delgado (2010), as políticas agrícolas do governo Lula foram marcadas pela criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, II PNRA. O plano de assentar 400 mil famílias até 2006, regularizar a posse de 500 mil e permitir o acesso ao crédito fundiário para 128 mil não foi mantida. Além de não ter alcançado as metas, de acordo com Oliveira (2006), a maior parte dos assentamentos se deu em áreas públicas, já ocupadas (Amazônia), ou seja, houve apenas a entrega da titulação, ao invés da realização de novos assentamentos.

Apesar do incentivo à exploração do capital financeiro, por parte do Estado, com as políticas de controle inflacionário e manutenção de juros elevados, houve uma expansão do crédito rural, especialmente a partir da criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário, PNCF. Em virtude da herança do Governo FHC e das políticas neoliberais, esse programa seguiu a orientação do Banco Mundial. Assim sendo, o sociometabolismo, orientado pelos organismos internacionais, orquestrado pelas

¹⁹⁵ Durante o último mandato do Governo FHC, a grande imprensa denunciou que o governo acabava modificando os balanços anuais de reforma agrária. A legislação anterior estabelecia que uma família era assentada quando tinha seu lote demarcado, recebia infra-estrutura básica (água, luz etc.) e créditos para construir casas, comprar alimentos, etc. A modificação realizada através da Portaria MDA n. 80, de 24 de fevereiro de 2002, estabeleceu que assentado passou a ser definido como “o candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi *selecionado para ingresso*” no programa de reforma agrária”.

instituições financeiras, tem proposto um modelo de política agrária voltada especialmente para o processo de mercantilização da agricultura, como os modelos de reforma agrária de mercado, RAM. Esse modelo foi responsável por articular a agricultura de base familiar ao mercado, especialmente ao setor financeiro e, além de desmobilizar os trabalhadores, foi responsável pelo endividamento gradual ou abrupto dos trabalhadores rurais e camponeses.

Em virtude dos ataques e das estratégias do governo em dividir o movimento dos trabalhadores rurais, a partir do ano de 2000, o MST priorizou a luta pela defesa da pequena produção agrícola e dos assentamentos rurais e estabeleceu como foco, a luta contra os grandes proprietários rurais, governo federal, as multinacionais de biotecnologia e as grandes indústrias importadoras de alimentos. De combativo, o movimento passou a um caráter defensivo e de resultados, pois, as lutas passaram a se constituir prioritariamente por crédito agrícola, pela renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados e contra os “transgênicos”. Essa postura não significou a negação do crescimento vertiginoso e a importância política decisiva do movimento a partir de meados da década de 1990.

A política sindical do governo Lula se caracterizou por um processo de acentuação da burocracia sindical e conciliação de classes. Os governos do PT, de Lula (2002 a 2010) e Dilma (2010 a 2016) não mudaram os rumos da política macroeconômica, ainda que tenha existido mais investimento estatal, mesmo com a manutenção de quase a metade do orçamento brasileiro reservado ao capital financeiro¹⁹⁶ e às formas parasitárias da acumulação contemporânea, como diria Gomes (2015).

Desse modo, segundo Filgueiras (2003), a política macroeconômica do Governo Lula seguiu a mesma lógica daquela proposta por FHC. Essa lógica se fundamentou na premissa de que a herança da política macroeconômica do período FHC, inviabilizaria uma mudança brusca e, em virtude da necessidade de credibilidade dos mercados internacionais e domésticos, a mudança poderia produzir um desequilíbrio. Conforme o governo, essa manutenção era apenas uma transição para uma transformação social. Na prática, a manutenção das políticas do governo

¹⁹⁶ABC da dívida. Sabe quanto você está pagando? 2. ed. 2014. Para maiores informações sobre a dívida pública brasileira, consultar site. <http://www.auditoriacidada.org.br/>.

Lula, representou uma aliança de classes, contemplando os anseios da burguesia, com base nas políticas de redistribuição de renda para a classe trabalhadora.

Se no período neoliberal as lutas sindicais e dos partidos já haviam se arrefecido, desde o segundo mandato de FHC, em virtude da implantação da agenda neoliberal, caracterizada pela reestruturação produtiva e as novas formas de organização do trabalho, no governo Lula vai haver uma redução ainda maior. Na realidade, ao analisar o sindicalismo no governo Lula, Braga (2010) irá afirmar que sua principal característica será a burocratização¹⁹⁷, ou seja, houve aquilo que denominou de “transformismo”. Esse processo será caracterizado por um distanciamento substancial entre base e direção, ou ainda, por uma esclerose entre base e direção, conforme enfatiza Santos (2006). A democracia sindical conquistada na década de 1980, caracterizada pela horizontalidade entre base e direção, com o novo sindicalismo deu lugar a um sindicalismo burocratizado e verticalizado, cujo resultado foi uma brutal despolitização. Neste sentido, ao realizar um estudo sobre a elite dirigente do governo Lula, D’Araújo (2009), constatou que grande parte do quadro governista é composta por militantes do PT e sindicalistas, fato que reforçou ainda mais a tese da burocratização do sindicalismo no Brasil¹⁹⁸.

Assim sendo, no plano da luta sindical não houve rupturas, muito pelo contrário, atrelou ainda mais o sindicalismo ao plano do Estado. Se nos anos 80 o novo sindicalismo caracterizou-se pelo forte combate ao capital, nos anos de 1990, as reformas neoliberais causaram um recuo da luta política e o sindicalismo caracterizou-se por uma postura defensiva. Além disso, o governo petista promoveu um arrefecimento ainda mais acentuado da luta, tanto no sindicalismo urbano, quanto rural, pois, ambos estiveram umbilicalmente vinculados ao PT, desde a década de 1980, constituindo sua base.

¹⁹⁷ Quanto ao balanço da atividade do sindicalismo rural no período neoliberal, Silva (2014) ao elaborar um estudo sobre o sindicalismo rural no Município de Escada, na região canavieira nordestina, constatou que, depois do novo sindicalismo que surgiu na década de 1980, de caráter combativo e focos de resistência, no primeiro mandato do governo FHC, além do imobilismo das lutas e abandono de uma perspectiva classista, as práticas do sindicalismo rural se limitaram ao assistencialismo.

¹⁹⁸ Apesar da crítica ao governo do PT e ao processo de burocratização sindical, o trabalho não tem a pretensão de contestar a incapacidade dos sindicalistas para exercer as atividades administrativas e de gestão dos cargos aos quais foram destinados. Contudo, a crítica se dirige, especialmente ao fato de cooptação do movimento sindical. O resultado da participação das lideranças no governo representa um engessamento da atividade sindical, pois, o governo do PT, como todo governo de frente popular, acabou docilizando ainda mais os trabalhadores.

Ao invés da luta política classista, o avanço das políticas neoliberais, com a ditadura do mercado por meio das políticas de reestruturação produtiva e domínio do capital financeiro impôs aos sindicatos, especialmente à CUT, um forte viés da lógica racional do mercado, transformando-os em Organização Não-Governamental, ONG. Além da despolitização, da desvinculação classista e, portanto, do imobilismo e implantação do programa reformista, os sindicatos passaram a privilegiar a intermediação de empréstimos bancários, a administração dos fundos de pensão, aliás contradição do próprio sociometabolismo, que é um privilégio apenas de uma pequena parte da denominada “aristocracia operária”, ou o agenciamento e formação de mão-de-obra barata para o mercado.

No segundo mandato, em virtude da redução do poder do PT e ampliação da base aliada, houve uma maior concessão política aos partidos aliados. No plano sindical, em virtude da acentuação da burocracia é possível identificar um aumento de outras centrais sindicais, sobretudo, a Força sindical. Esta foi financiada pelo governo Collor, para se contrapor ao sindicalismo cutista combativo dos anos de 1980. Também abriu espaço para criação da Central Sindical e Popular, CSP/Conlutas.

Conforme literatura analisada, o sindicalismo rural no contexto de implementação das políticas neoliberais serviu como forma de contenção da luta dos trabalhadores, pois, ao invés de combativo, passaram a lutar apenas pela manutenção dos direitos, com isso, promoveram intensa desmobilização das bases. A redução das lutas nos núcleos mais combativos do sindicalismo urbano refletiu nas formas de organização dos trabalhadores rurais que, atualmente, se limita à negociação de acordo coletivo e intensificação da política assistencialista, ou seja, o sindicalismo, ao invés de combativo, passa a exercer um “dique de contenção” entre empresários e trabalhadores rurais. São apenas meros instrumentos formais de representação dos trabalhadores.

4.6. As lutas camponesas no Maranhão e o caso dos trabalhadores assalariados rurais de Balsas

Nesta seção foi analisada a luta dos trabalhadores rurais e camponeses no Maranhão. Essa luta teve como objetivo a permanência das relações de produção

camponesa durante o processo de implementação dos grandes projetos (minerometalúrgicos e agroindustriais), implantados a partir das políticas desenvolvimentistas para beneficiar a reprodução sociometabólica. Sendo assim, em virtude da intensificação das relações capitalistas, baseada nos denominados projetos minero-metalúrgicos (VALE e ALUMAR) e agropecuários (soja e cana) e silvicultura (eucalipto), além da manutenção de uma estrutura produtiva primário-exportadora, forjou-se um movimento de desarticulação da pequena produção. A resposta por parte dos movimentos sociais, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais tem sido intensas lutas. No entanto, nas áreas de produção de soja, especialmente na Região Sul do Estado, as lutas e resistência camponesa são fragilizadas. E, nesse sentido, têm sido realizadas especialmente pelos STTRs e tem se pautado, particularmente na negociação dos acordos coletivos, ou seja, o papel do sindicato tem se limitado à negociação entre trabalhadores e empresários.

Apesar da historiografia oficial maranhense se referir às origens do sindicalismo rural como sendo da década de 1960, Amorim (2012) identificou que no Maranhão esse processo se deu na década de 1950, especialmente em Itapecuru Mirim, com o enfrentamento entre pecuaristas e camponeses, devido à ocupação das terras. Essa ocupação se dava com a invasão da pecuária bovina nas terras ocupadas por posseiros. A organização de associações de trabalhadores teria forjado o primeiro núcleo central do sindicalismo rural maranhense.

Até o Regime Ditatorial, o processo de luta dos trabalhadores rurais no Maranhão contra a desterritorialização possuía caráter autônomo. As políticas econômicas de caráter urbano-industrial implementadas pelo Estado Novo, baseadas no controle dos recursos naturais pressionaram a população camponesa a sair do campo para trabalhar na cidade. Esse processo causou intensas transformações econômicas e sociais e, uma das estratégias de sobrevivência dessas populações foi a realização das “ações de solidariedade”, como identificou Almeida (1981), baseadas nos “laços de vizinhança e mutirões”, conforme enfatizou Conceição (1980, p.153)¹⁹⁹.

¹⁹⁹ Conforme enfatiza Almeida (1981), as populações camponesas desenvolveram formas e relações de sociabilidade baseadas em sociedades mutualistas, tendo como base a autonomia. Cada associado contribuía com uma taxa e, em decorrência disso, lhes seriam ofertados auxílios (doença, desemprego e invalidez), serviços funerários e pensão (a viúvas e órfãos). Essas associações ainda estiveram presentes nas cidades e zonas rurais do Maranhão até a década de 1990.

Na conjuntura internacional, o avanço do imperialismo caminhava para exploração ainda mais acentuada dos países latino-americanos. Vários levantes populares surgiram nessa época, inclusive em Cuba que, além de ter culminado na Revolução de 1959, influenciou todos os demais países do referido continente. Na conjuntura nacional, os governos populistas atendiam às exigências da política imperialista com as políticas desenvolvimentistas de abertura comercial. A ausência das reformas de base (agrária e urbana) impulsionou os trabalhadores a lutarem pelos direitos sociais. Desse modo, além da sobrevivência, os trabalhadores rurais passaram a se organizar nas Ligas e associações para lutar pelos seus direitos, depois de ficarem de fora das políticas econômicas que passaram a privilegiar ainda mais a burguesia brasileira e o imperialismo estadunidense no pós-Guerra.

A resposta às lutas populares que ocorriam no Brasil e na América Latina, nos anos de 1950 com as Ligas Camponesas no Nordeste, especialmente na Paraíba e Pernambuco, na mesma conjuntura de insurgência da Revolução Cubana²⁰⁰ foi, de um lado, a implementação de políticas desenvolvimentistas que privilegiaram principalmente os setores da alta burguesia, de outro, a repressão. O resultado desse processo foi a intensificação da pauperização das populações camponesas. No Maranhão, a organização dos trabalhadores rurais se deu em torno das associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, tendo como pauta a reforma agrária (ALMEIDA, 1981). Desse modo, os camponeses passaram a protagonizar intensas lutas contra os fazendeiros (latifundiários), devido às invasões de gado²⁰¹. A partir de 1954, as formas de solidariedade começam a ser institucionalizadas. Por deliberação da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, foi criada a Comissão Estadual de Reforma Agrária que, além de ter estimulado a organização das associações profissionais nos vales dos rios Itapecuru e Mearim, culminou na formação dos STTRs.

Em 1956, foi realizada a Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária. Nesta, foi fundada a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão, ATAM, vinculada à ULTAB. Além da autonomia em relação aos partidos, igrejas e associações, criou a campanha por uma “reforma agrária democrática”. Além da

²⁰⁰ Apesar da Revolução Cubana ter se dado apenas em 1959, em 1953, os guerrilheiros comandados por Fidel já haviam tentado invadir o Quartel Moncada.

²⁰¹ As disputas por terras eram incentivadas, especialmente pelos fazendeiros que soltavam o gado nas terras dos camponeses para destruir as plantações.

entrega de títulos de propriedade, exigiam o fim do latifúndio, contestavam o aumento dos preços dos foros e defendiam a liberdade da comercialização do coco babaçu. O crescimento do associativismo e cooperativismo passou a ser alvo de perseguições dos grandes proprietários de terras²⁰² e do governo, tendo em vista que o espectro continuou rondando a América Latina.

De um lado, as associações profissionais dos lavradores criavam formas próprias de representação responsáveis pela fusão das “lutas econômicas” e “políticas”, de outro, o deslocamento da organização política dos trabalhadores rurais do Vale do Itapecuru para os “vales férteis” do Mearim e do Pindaré e o crescimento das associações fez com que o Estado institucionalizasse as associações e transformasse em sindicatos. O resultado foi levar as lutas de base autônomas para o controle do Ministério do Trabalho, tal qual ocorrera com o sindicalismo urbano na Era Vargas.

A ampliação das associações locais e a força nacional das ligas e movimentos progressistas que surgiram em defesa das reformas de base resultou na criação do Golpe Militar que, juntamente com as estruturas locais de poder político e econômico, reprimiram as formas de solidariedade e de resistência no campo, conforme afirmou Araújo (2016). O resultado do golpe foi a transformação das associações em uma estrutura sindical burocrática, controlada pelo Estado depois de 1964 e a dissolução das Ligas. Para acabar com qualquer possibilidade de surgimento de movimentos como as Ligas foram criados os projetos de desenvolvimento estimulados pelo Estado. Esses projetos promoveram a ocupação dos “vazios demográficos” ou “terras disponíveis” (ALMEIDA e MOURÃO, 1976, p.8) que, de acordo com Silva (2008), foram feitos para resolver parte dos problemas candentes no Nordeste, inclusive a dispersão dos movimentos mais radicalizados, conforme mencionaram Oliveira (1987) e Arcangeli (1987).

No final dos anos 1960, o governo Sarney criou a Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969. De acordo com Gonçalves (2000), além da mercantilização, houve uma entrega das terras da Amazônia Maranhense a grupos de empresários que desfavoreceu os grupos sociais, povos e comunidades tradicionais. O resultado desse processo foi o estímulo aos conflitos no campo. Além da expropriação das

²⁰² As assembleias dessas associações geralmente eram dispersas a tiros e seus membros vítimas de violências e arbitrariedades, conforme identificou Almeida (1981).

comunidades tradicionais (camponeses e povos indígenas), essa dinâmica criou o “grileiro” que o transforma em arrendatário que passa a viver da cobrança de renda e do foro.

Essa dinâmica resultou em um redimensionamento da resistência. Além dos partidos políticos, PCB, que organizou as Ligas, a Igreja Católica²⁰³ e instituições participaram das novas formas de organização da resistência. No Maranhão, a partir de meados do século XX, as disputas entre camponeses e latifundiários se acirraram consideravelmente depois da não realização da proposta de reforma agrária do Governo João Goulart. Assim, a luta dos lavradores tinha como principal problemática a criação do gado solto que invadia as roças para destruir toda produção. O resultado dessas lutas foi o fortalecimento das associações de trabalhadores agrícolas, a resistência contra a perseguição aos sindicatos autônomos, a organização dos sindicatos clandestinos, a derrubada da cerca e a organização de paiol coletivo, tal como afirmou Conceição (1980).

As políticas desenvolvimentistas, além de deixarem os camponeses de fora do processo desenvolvimentista, aprofundaram o monopólio da terra. Sendo assim, foi realizado em 1961, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Esse congresso, dentre outras medidas, defendeu uma proposta de reforma agrária, tendo como base a transformação radical da estrutura fundiária, baseada na liquidação do monopólio e máximo acesso ao uso da terra pelos que nela vivem e trabalham. Nessa mesma conjuntura surge o Movimento de Educação de Base, MEB²⁰⁴, (FÁVERO, 2010; 2006; SOUZA, 2006) e, além da educação popular,

²⁰³ Conforme Almeida (1981) a atuação da Igreja Católica no campo, a partir dos anos de 1950 se deu com a Cooperativa do Banco Rural do Maranhão, Juventude Agrária Católica, JAC, Movimento de Educação de Base, MEB e o Movimento Intermunicipal Rural Arquidiocesano, MIRA. Esses movimentos se constituíram em iniciativas cooperativistas e a organização dos pequenos proprietários, foreiros, meeiros e posseiros. Em 1961/2 se deu por meio do MEB, que incentivou o sindicalismo rural.

²⁰⁴ De acordo com Fávero (2010; 2006), o MEB foi um movimento de educação popular criado pelos setores mais progressistas da Igreja Católica, no contexto dos anos de 1960, quando havia um intenso contingente de população rural analfabeta e sem terra. Embora oficialmente separada do Estado, a Igreja Católica em muitos momentos foi sua aliada. Essa aliança foi forte no governo nacional-desenvolvimentista dos anos 1950, por iniciativa dos bispos progressistas do Nordeste brasileiro. As condições econômicas precárias e os elevados índices de mortalidade infantil, desnutrição e analfabetismo, na conjuntura da Guerra Fria, tornaram essa região um verdadeiro “barril de pólvora” e, um dos grandes temores era a repetição da Revolução Cubana. Conforme Raposo (1985), diferentemente das ações radiofônicas que caracterizaram o MEB no Brasil, no Maranhão, a atuação se deu por meio do contato direto com as comunidades rurais. Essa particularidade do processo de ‘animação popular’, foi fundamental para a mobilização dos camponeses e organização dos sindicatos rurais.

contribuiu consideravelmente para organização política dos camponeses no Maranhão, conforme identificou Raposo (1985).

A realização do congresso possibilitou o surgimento de sindicatos de assalariados agrícolas²⁰⁵. Também foi criada, em 1963, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG, em substituição à ULTAB, que reuniu todos os sindicatos dos produtores autônomos. Além disso, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural.

Em virtude da criação de uma pauta responsável pela exposição dos problemas sociais marcados por uma conjuntura de dependência e subserviência ao imperialismo anglo-americano, a elite brasileira criou o “Regime Bonapartista Militarizado” (ROCHA, 2004). Este, além de representar uma forma de contenção do avanço das políticas progressistas que gravitavam em torno da União Soviética, fechou o Congresso e reprimiu violentamente os políticos de esquerda, especialmente aqueles ligados ao PCB. O resultado foi um processo de radicalização das lutas e uma estratégia usada foi a “foquista”. Como característica da ala do PCB, o PCBR passou a adotar as guerrilhas rurais, como estratégia de guerra popular prolongada (SILVA, s./d.), como aquela que gerou a Guerrilha do Araguaia, conforme mencionou Campos Filho (2013). Esta foi duramente reprimida pelas forças militares e paramilitares, tendo como base a doutrina de segurança nacional.

No plano da luta institucional e como parte da cooptação dos trabalhadores, foi criada em 1972, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão, FETAEMA (FETAEMA, 2012). Conforme menciona Almeida (1981), esta aumentou consideravelmente sua base (STTRs), devido às práticas assistencialistas desenvolvidas com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, PRO-RURAL.

Nos Gerais de Balsas, os conflitos por terra se deram com as invasões de gados, especialmente a partir de 1975. Ao mesmo tempo em que a intensificação da pecuária inicia o processo de desterritorialização dos camponeses, abriu espaço para o processo de grilagem de terras em 1979 e envolveu o Estado nas suas mais

²⁰⁵ Em 1963, a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão, ATAM auxiliou na criação de sindicatos de produtores autônomos, localizados nas regiões do Mearim e Pindaré, palco das maiores lutas camponesas. Ao mesmo tempo em que ampliavam as lutas, aumentavam as pressões sobre os líderes dos trabalhadores rurais em Pindaré, São Mateus, Codó e Caxias (ALMEIDA, 1981).

distintas esferas. Estudos da CPT na década de 1980 evidenciaram intensos processos de grilagem e conflitos por terra nessa região, conforme atesta Andrade (1984). Desse modo, o Estado Bonapartista militarizado, por meio da criação dos Grandes Projetos no final da década de 1970 e início de 1980, contribuiu para legitimar a apropriação das terras por parte de empresas, latifundiários e grandes produtores de soja na Amazônia maranhense.

Neste contexto, a produção de soja e o desenvolvimento das relações capitalistas acabaram valorizando a terra do cerrado maranhense e, conseqüentemente, aumentou a grilagem depois da concentração da terra com a “política de cercamento” adotada pelo Instituto de Colonização e Terra do Maranhão, ITERMA. O resultado foi a expropriação de camponeses e a instauração de conflitos: de um lado, os grandes produtores rurais, de outro, os camponeses e trabalhadores rurais e STTR. A exemplo da área de atuação dos grandes projetos agropecuários, houve intensos conflitos que culminou com a morte de várias lideranças. Assim, a política de cercamento do ITERMA possibilitou a implantação do Projeto de Colonização dos Gerais de Balsas, PC-GEBAL como parte embrionária das ações do PRODECER III nos anos de 1990 e das ações do capital no campo maranhense.

Ao mesmo tempo em que o Regime Militar se desgastava e tornava-se obsoleto para gestar o sociometabolismo, os partidos de esquerda ligados às lutas pela libertação e entidades²⁰⁶ que assumiram a temática da reforma agrária, como a Comissão Pastoral da Terra, CPT, criada em 1975, movimentos sociais e sindicais atuantes foram responsáveis pelo aumento das lutas. Além da Comissão Pastoral da Terra, também foi criada a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, SMDDH²⁰⁷, em 1979, devido ao intenso processo de violação de direitos que ocorreu com o regime de exceção.

Conforme mencionou Araújo (2000), a abertura política e o retorno de Manoel da Conceição do exílio possibilitaram a criação do Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais, CENTRU, fundado em 1984, importante movimento

²⁰⁶ Além dos partidos políticos, surgiram entidades que tinham como temática os direitos humanos, os direitos de cidadania e, posteriormente, de sistemas produtivos inspirados na agroecologia.

²⁰⁷ Na década de 1980, a SMDDH direcionou suas atividades para as questões do campo, estabelecendo relações com sindicatos dos trabalhadores rurais, movimentos e organizações de áreas de assentamento, acompanhando processos de desapropriação de terras, no Baixo Parnaíba, e oferecendo suporte para a consolidação de movimentos que começavam a emergir em outras regiões.

responsável pela organização dos trabalhadores, especialmente no plano da educação.

A crise econômica, social e política do final dos anos 1970 que se abateu sobre o centro do capitalismo com o colapso da acumulação fordista e a forte pressão popular deram fim ao regime ditatorial. O estímulo aos projetos minero-metalúrgicos (PGC e ALUMAR) e agropecuários (soja) para saldar os desequilíbrios das contas públicas resultou numa grande pressão aos trabalhadores rurais. O saldo foi um intenso processo de expropriação e violência no campo, conforme demonstrou Asselin (1982). Assim, o foco dos conflitos se deslocou para área de abrangência do PGC²⁰⁸. A resistência se deu via organização sindical que resultou em morte de importantes lideranças²⁰⁹.

A pressão dos grandes projetos e fazendeiros resultou na intensificação da expropriação dos camponeses. Apesar do grande êxodo rural, os camponeses (mulheres quebradeiras de coco babaçu²¹⁰) permaneceram e iniciaram um processo de resistência²¹¹ na região do Médio Mearim. A partir da segunda metade da década de 1980, o I PNRA, além de não garantir a reforma agrária, foi responsável pela desterritorialização dos camponeses. A negação do acesso à terra, em geral e ao coco babaçu em especial fez as mulheres quebradeiras de coco babaçu, iniciarem um processo de organização política e econômica, que se materializaram nos grupos de mulheres, associações, cooperativas, sindicatos e comissões (FIGUEIREDO, 2005; BARBOSA, 2013).

A organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, MST²¹², durante o 1º Congresso Nacional realizado em 1985, teve participação do Centro de

²⁰⁸ Almeida (1994a) identificou que, entre 1964 e 1992, o município de Buriticupu área que compreende parte do PGC esteve em primeiro lugar em registros de mortes e conflitos agrários, com um total de 39 situações notificadas. Oito mortes foram identificadas como sendo de grileiros, capatazes, gerentes e pistoleiros. 31 mortes estiveram relacionadas a delegados sindicais, trabalhadores rurais, posseiros e mulheres. Estavam envolvidos políticos e agentes públicos (ministros, prefeitos, polícia) e privados, empresas e fazendeiros.

²⁰⁹ Lideranças como Elias Zi Costa (Zizi) e Nonatinho foram assassinadas. O resultado foi a perda da referência dos sindicatos na luta dos trabalhadores.

²¹⁰ A luta das quebradeiras de coco foi mediada pelas entidades religiosas e dos STTRs dos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, São Luiz Gonzaga do Maranhão e Lima Campos.

²¹¹ A reação incluía, desde a decisão de “matar o gado”, que invadia as roças, até a realização de mutirões ou ocupações nos fóruns de Justiça.

²¹² Conforme Torreão (2014), a primeira ocupação de terra no Maranhão ocorreu em 1986, na fazenda Capoema, organizada pelo CENTRU, com o apoio do MST. Em 1987, outra ocupação ocorreu na fazenda Itacira/Criminosa (empresa Sharp), em Imperatriz. Entre os anos de 1988 e 1989, o MST seguiu caminho próprio e ocupou a fazenda Gameleira e Diamante Negro, em Vitória do Mearim.

Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais, CENTRU, Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, PT e o Partido Socialista Brasileiro, PSB. Esse congresso, além de definir a ocupação de terras como parte programática do movimento, protagonizou intensas lutas. Conforme mencionou Taveira (2002), em 1993, o MST se consolidou nas microrregiões de Imperatriz, Pindaré e Baixada Maranhense, por meio de estratégias de mobilização, materializadas nas caminhadas, marchas, encontros, cursos de formação e ocupações de terra.

Na década de 1990, a hegemonização do projeto neoliberal e a reestruturação produtiva impuseram um conjunto de derrotas à classe trabalhadora²¹³ e ao mesmo tempo, novos desafios ao sindicalismo rural e entidades classistas, como o MST. Conforme já foi mencionado, o MST cresce consideravelmente na primeira metade dos anos 1990, em virtude do vácuo deixado pelo sindicalismo burocrático contagiano.

Assim, o associativismo e o cooperativismo vão constituir marcas das lutas de muitos movimentos camponeses nesse período. No plano do sindicalismo urbano, há uma redução das lutas, pois, de um sindicalismo combativo e com bandeiras universais, passa-se a um sindicalismo dócil, com bandeiras específicas, conforme enfatiza Lara (2010), pois, houve a necessidade de se adaptar às condicionalidades do sociometabolismo e formas de “captura da subjetividade do trabalhador”, conforme enfatiza Alves (2008), inclusive do trabalhador rural. Essa degradação que se abateu sobre o mundo do trabalho e suas instituições foram tão vorazes que Braga (2003), chegou a mencionar a “nostalgia do fordismo”, sobretudo, se reportando ao período em que houve uma expansão da atividade sindical e conquistas trabalhistas.

Na região do Médio Mearim, as quebradeiras de coco babaçu iniciaram um processo de organização social política e econômica, que teve como princípios o associativismo e cooperativismo. Em maio de 1989 foi criada a Associação em Áreas

²¹³ A década de 1990 foi marcada pela instauração da política neoliberal caracterizada por um forte processo de desestatização que se originou no Governo Collor (1989/1992), com o chamado Programa Nacional de Desestatização, PND. Era necessário implementar uma nova forma de exploração da classe trabalhadora que tivesse como base uma nova forma de acumulação. No plano da luta política, transitava-se de um sindicalismo combativo, para um sindicalismo defensivo. Os processos de implementação das políticas neoliberais flexibilizaram a produção de tal maneira que, até as empresas conseguiram produzir suas plantas móveis. Além da própria produção que, de estandardizada, passou a ser flexível, com uma mobilidade internacional. Os sindicatos, ao invés de ampliarem as conquistas dos trabalhadores por meio da luta, passam a um revés, ou seja, as pautas se caracterizam pela defesa das conquistas estabelecidas e não mais pela ampliação das conquistas. Desse modo, o sindicalismo cutista combativo deu lugar a um sindicalismo defensivo já nos últimos anos da década de 1980, com a perda das greves do ABC paulista.

de Assentamento no Estado do Maranhão, ASSEMA²¹⁴. Desse modo, as mulheres trabalhadoras rurais se mobilizavam para garantir o livre acesso aos babaçuais. O babaçu livre foi o principal tema do I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, realizado em 1991 (ALMEIDA, 1991). O III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em 1995, ampliou-se para o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, MIQCB. De um lado, os fazendeiros e latifundiários proibiram a extração do coco e realizaram aquilo que Lima Neto (2007) denominou de “babaçu preso”, de outro, as quebradeiras reagiram por meios de ações coletivas de resistência, em busca do “babaçu livre”. No plano político, a estratégia das quebradeiras se pautou na pressão aos governos federal, estaduais e municipais para promover o debate sobre a economia de base familiar. Na esteira da economia estava o extrativismo, como atividade econômica e o aproveitamento do coco babaçu, como forma de fortalecimento político e econômico. Assim, as quebradeiras buscaram garantir autonomia territorial, pois, além da importante atividade de preservação ambiental, este produto representava 10% da força de trabalho camponesa, conforme identificou Mesquita (2008).

Depois da conquista territorial, a luta das quebradeiras de coco se estendeu para a conquista das políticas públicas. Conforme entende Almeida (1994b), a política desse movimento extrapolou os limites do sindicalismo, pois, as estratégias de lutas possuem, tanto dimensões locais, quanto globais. Associado a esse movimento está a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, do Grupo de Trabalho da Amazônia, da Rede Agroecológica do Maranhão, da Rede Frutos dos Cerrados e da Via Campesina.

Nos anos 2000, em virtude da “escassez” de novas formas de acumulação no setor produtivo (indústria), o capital passou a mundializar a agricultura, conforme analisou Oliveira (2012) e se materializou nos projetos agropecuários (soja, eucalipto, cana-de-açúcar) e minero-metalúrgicos (ferro e alumínio) e hidrelétricas. Essa ampliação da produção no campo maranhense na “Era do Capital” se notabilizou pela entrada mais voraz da produção de *commodities* agrícola (soja e eucalipto). O resultado foi a intensificação dos conflitos territoriais, conforme analisou Mesquita

²¹⁴ A entidade surgiu apoiada pelos STTRs das seguintes municipalidades maranhenses: Esperantinópolis, Lima Campos, São Luiz Gonzaga do Maranhão e Lago do Junco. O objetivo inicial era apoiar os trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu, nas áreas de produção, comercialização e fortalecimento das famílias para o acesso aos direitos de cidadania e às políticas agrárias e agrícolas.

(2011c) e violência no campo, especialmente nas áreas de atuação dos grandes projetos, pois, nestas os índices de desemprego e pauperização são elevados. Este contexto é muito perverso para os camponeses, uma vez que, além de não ter sido forjada uma sociedade salarial como aquela dos países do centro do capitalismo e nem ter havido as reformas de base, as estruturas produtivas do campo conservam as formas mais destrutivas e predatórias.

Desse modo, o processo de assalariamento rural no campo maranhense já nasceu com o adentramento do grande capital, com a prevalência das grandes corporações e instituições financeiras. Nesse sentido, o sindicalismo rural, apesar de não ter o mesmo desenvolvimento e nem a mesma importância e força política que o sindicalismo fabril, juntamente com as demais instituições (associações e movimentos sociais do campo), têm sido uma das únicas formas de resistência dos trabalhadores e camponeses da região, uma vez que os movimentos mais combativos não conseguem penetrar nas regiões do domínio do agronegócio. Dessa forma, a fragilidade das organizações que se mantêm distanciadas dos movimentos sociais mais combativos constitui um mecanismo importante no avanço do agronegócio em detrimento das atividades agroextrativistas, conforme mencionou Mandujano (2013).

A produção de soja criou novas formas de organização da produção e transformou parte dos camponeses em trabalhadores assalariados rurais. Assim sendo, no plano das lutas, as dificuldades se deram devido à organização e legitimidade por parte dos STTRs. No plano da legitimidade, os trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados não se sentem representados pelos STTRs, pois, historicamente, os sindicatos, umbilicalmente, sempre estiveram ligados aos camponeses.

Além dos sindicatos não possuírem tradição de luta, como aquelas registradas durante o “novo sindicalismo”, a falta de legitimidade dos STTRs e das centrais sindicais CONTAG na conjuntura de intensificação das políticas de precarização do trabalho e aprofundamento das políticas imperialistas, tem imposto desafios ainda mais intensos à organização dos camponeses e trabalhadores rurais assalariados. Desse modo, se em um contexto de aprofundamento do capital produtivo o processo de exploração da classe trabalhadora é intenso, em um contexto de hegemonização do capital financeiro, o processo é mais perverso, pois, ao mesmo tempo em que há

uma redução dos investimentos no trabalho produtivo, o capital busca auferir lucro no rentismo ou em formas onde há menos resistência dos trabalhadores. Se não bastasse o processo de ênfase ao capital financeiro, o movimento operário/camponês ainda precisa conviver com a fragmentação da classe, conforme entende Alves (1999), produzida essencialmente pela implementação das novas formas de acumulação. Esse movimento que se inicia na década de 1990, além da redução da luta, com a quebra do novo sindicalismo conquistado nos anos de 1980, vem se aprofundando com a inserção do agronegócio no campo que tem como resistência apenas os próprios camponeses, dispersos e sem organização política.

A debilidade da organização dos trabalhadores rurais se deve, primeiramente, à forma como este tem sido conduzido pelas direções. Estas organizações têm sido apenas aparelhos burocrático e assistenciais. Assim sendo, o papel dos sindicatos tem se limitado à realização dos acordos coletivos²¹⁵ entre trabalhadores e empresas. Essa dificuldade não é uma exclusividade da atual conjuntura, pois, além da substituição do modelo combativo e democrático, característico dos anos 80, as lutas sindicais do atual contexto, tem se dado apenas para manutenção das conquistas e não para ampliação. Como vislumbrado em outros momentos, o aprofundamento das políticas neoliberais tem imposto ao mundo do trabalho muitas derrotas aos trabalhadores rurais, pois, segundo relatório elaborado pelo DIEESE²¹⁶ (2006), algumas medidas introduzidas a partir do contexto neoliberal, representaram perdas para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em geral, como:

[...] introdução da mediação e arbitragem privada, fragilização da fiscalização do MTE (Portaria nº 865/1995), rito sumaríssimo (Lei nº 9.957/2000) e comissões de conciliação prévia (Lei nº 8.959/2000) [...] os acordos e as convenções coletivas cada vez mais contemplam menor número de benefícios e pequenos avanços em relação às normas reguladas por lei. Comparando os acordos e convenções coletivas realizados a partir de 1994 com os realizados na década de 80, [...] os trabalhadores perderam muito em termos de direitos conquistados (DIEESE, 2001)

²¹⁵ Contudo, a reunião dos trabalhadores e trabalhadoras rurais devem ser oficialmente agendadas pelos sindicatos junto às empresas que preparam, tanto dos espaços, como dos trabalhadores que irão ser arguidos.

²¹⁶ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Sistema de informações para acompanhamento das negociações coletivas no Brasil. Meta II – Relatórios a jornada de trabalho no Brasil. Convênio SE/MTE Nº. 04/2003. DIEESE, 2006. Disponível em: http://www2.mte.gov.br/observatorio/Prod02_2006.pdf. Acesso em 05 dez. 2015.

As conquistas dos trabalhadores rurais na região de Balsas têm se limitado àquelas já cristalizadas, como cesta básica, auxílio reclusão e negociações de acordos coletivos. Apesar do contexto desfavorável às lutas, as entidades estão cada vez mais engessadas em estruturas burocráticas.

Na conjuntura atual é possível identificar que os processos de criação de entidades, estimulada pelo sociometabolismo, para enfraquecer a luta das organizações da classe trabalhadora, tem imposto derrotas aos movimentos mais combativos e, ao mesmo tempo, novos desafios aos sindicatos rurais no Maranhão, especialmente a partir de um cenário de intensificação das políticas neoliberais no campo, com a produção de *commodities*.

Em virtude da criação de uma entidade sindical que represente os trabalhadores assalariados rurais, a organização da classe trabalhadora vem passando por transformações. Dessa maneira, a CONTAG/CUT criaram no dia “31 de outubro de 2015, em Brasília-DF, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais, CONTAR” (CUT, 2015)²¹⁷. A dissociação da luta sindical no campo é parte de um conjunto de ações implementadas pelas políticas de cunho neoliberal que fracionam a luta e retiram o vínculo classista. Apesar da ampliação das lutas que ocorreram a partir do atual contexto, Araújo (2014) mencionou que as lutas no campo pela reforma agrária se ampliaram. Além da terra, a educação e as questões ambientais também foram destacadas.

A combinação da destruição das relações de produção de base familiar com as formas de exploração da força de trabalho (jornadas excessivas de trabalho, trabalho escravo, etc.) nos territórios camponeses tem posto novos desafios à organização da classe trabalhadora, conforme demonstrou Barbosa (2009). Assim, ao mencionar as novas vias de renovação dos movimentos sociais, expôs a necessidade de retornar o projeto histórico de classe e afirmou que tais vias devem partir das novas condições produzidas pelas diversas reestruturações econômicas. Desse modo, Bihr (1998), entendeu que a internacionalização dessas lutas precisava ser renovada para enfrentar as formas mais degeneradas de sindicalismo institucionalizado. Assim sendo, propôs que, além da realidade com a qual o proletariado tem se defrontado,

²¹⁷ Sobre o processo de criação da CONTAR, visualizar a página da Central Única dos Trabalhadores, CUT. Assalariados rurais fundam confederação com apoio da CUT. Brasília: CUT, 2015. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/assalariados-rurais-fundam-confederacao-com-apoio-da-cut-5ae8/>. Acesso em 02 dez. 2015.

este precisa trabalhar a unidade da classe trabalhadora, superando a herança fordista, permitindo a unidade dos trabalhadores, tanto os setores menos explorados, como aqueles em condições precarizadas. Além disso, a estratégia anticapitalista deve se desenvolver simultaneamente dentro e fora do trabalho, visando acabar com a separação entre movimento operário e novos movimentos sociais. É importante também assimilar o sindicalismo rural nessa dinâmica que, apesar de numericamente e qualitativamente não ser tão representativo, é uma parcela que precisa se organizar para construir a unidade contra os processos de exploração e avanço dos monocultivos sobre o Cerrado.

É importante ressaltar que nos espaços das lavouras, tanto da soja, quanto da cana e eucalipto, a luta dos trabalhadores precisa se somar à luta dos trabalhadores em geral. Apesar de secundarizada e transferida para o plano institucional, a reforma agrária precisa ser uma bandeira importante dos trabalhadores do campo.

Apesar das mesmas determinações (econômicas, políticas, sociais, ideológicas, culturais, etc.), os trabalhadores rurais possuem especificidades, principalmente no que diz respeito às formas de acumulação do capital. Enquanto a agricultura se caracteriza por uma atividade sazonal, a indústria, comércio e demais atividades, constituem atividades produtivas de caráter permanente. É importante ressaltar que em virtude das condições sociais e econômicas degradantes e devido à carência de empregos ofertados, os trabalhadores rurais não possuem outra alternativa a não ser se submeter às condições de exploração, pois, a falta de infraestrutura para produzir (incentivos técnicos e financeiros) e a ausência de políticas públicas para o campo dificultam a produção agrícola, mesmo em um Estado com o maior índice de assentamentos de reforma agrária do país.

As unidades produtivas que usam o trabalho assalariado em Balsas estão utilizando um novo padrão de produção não muito sofisticado de captura da subjetividade, conforme Alves (2008; 2011)²¹⁸. Esse processo também se dá no seio

²¹⁸ O processo de captura da subjetividade do trabalhador, conforme entende Alves (2008; 2011), é uma característica da atual forma de acumulação que, além de forma de organização do trabalho para auferir maiores taxas de lucro, é uma estratégia contra o processo de organização política dos trabalhadores. Enquanto no fordismo o processo manipulatório se baseava no aparato midiático, onde o sistema do capital buscava atingir o conteúdo oculto da pre consciência e do inconsciente sobre o comportamento, cujo foco principal é o limite das potencialidades genéricas como a linguagem e capacidade simbólica, particularmente pelas inovações produzidas pelo sociometabolismo. Ao

das relações de trabalho rural assalariado. O resultado foi a transformação da organização política dos trabalhadores, já fragilizada pela própria natureza burocrática das instituições, bem como, pela pacificação das lutas, especialmente a partir da implementação das políticas neoliberais que assolaram o “mundo do trabalho”, a partir dos anos de 1990, conforme enfatizou Barbosa (2002).

Nesse sentido, além das dificuldades de organização, devido à distância entre as lavouras e as próprias entidades, da formação política e inexperiência dos trabalhadores na condução das entidades sindicais, percebe-se que há dificuldades na organização de um “novo sindicalismo” para conduzir a luta dos trabalhadores rurais. Assim sendo, ao analisar a relação entre o marxismo e alienação, Konder (2009) afirmou que as deficiências e fraquezas do movimento operário, assim como, o baixo nível teórico do marxismo e a fragilidade das nossas organizações socialistas tem suas raízes em um processo histórico de colonização como fora observado, ou seja, antes da importação do socialismo, importa-se as condições de uma sociedade dominante europeia.

Desse modo, o processo de dissociação sindical em um contexto de refluxo das lutas sociais, que tem se dado desde os anos de 1990, por intermédio das políticas neoliberais, conforme mencionou Durans²¹⁹ (2002), pode fragmentar ainda mais a luta dos trabalhadores em geral. No caso específico dos trabalhadores rurais assalariados no Maranhão, o processo de organização dos trabalhadores pode ser ainda mais deficiente, uma vez que, além de não possuírem tradição de luta, os STTRs estão mais burocratizados e assistencialistas. Assim, pode-se considerar que o processo de dissociação que ocorre em uma conjuntura permeada pelo aprofundamento da forma de acumulação flexível, crise do marxismo e das instituições, representa um ônus substancial para os trabalhadores rurais, pois, ao invés de uma perspectiva classista, os sindicatos passaram a estabelecer lutas capilares, como as questões

contrário do fordismo que disciplinava o corpo, por meio de uma separação entre corpo e mente, o toyotismo, pressupõe um corpo útil, produtivo e submisso em que “a postura corporal do trabalhador tende a tornar-se indispensável para obtenção da produtividade nas condições sob o toyotismo”. Esse processo mantém o trabalhador subserviente à dinâmica produtiva, sem necessidade de sair do espaço de produção, disciplinando corpo e mente ao trabalho. Além do corpo e da “alma”, uma das formas encontradas pela acumulação toyotista foi o rigoroso controle do tempo de produção. É necessário controlar ao extremo o tempo de produção, uma vez que é sobre este que é extraída a mais-valia, tendo como fundamento um sistema de consentimento, conforme entende Lima (2006).

²¹⁹ É importante ressaltar que a autora em tela faz uma análise do sindicalismo dos ferroviários e metalúrgicos, principais frações do proletariado fabril em São Luís, em uma conjuntura de implementação dos processos de reestruturação produtiva que se deram com as políticas neoliberais no Brasil.

particularistas, as categorias profissionais, especialmente aquelas que dizem respeito aos interesses de determinada categoria, como o individualismo e meritocracia, conforme menciona Fagnani (2014).

Desse modo, o capítulo reitera a necessidade de inserção do trabalho como condição originária do ser humano, fundamento do ser social, pois, este ainda constituiu o elemento fundamental para os trabalhadores em suas organizações e condição necessária para sua reprodução social. Deste modo, é imprescindível que as instituições e organizações da classe trabalhadora, constituídas por sindicatos, juntamente com os movimentos sociais e associações precisam se transformar em instrumentos de luta e não meros instrumentos formais, regidos por estruturas burocráticas, cujo papel se limita às simples tarefas assistencialistas.

5. CONCLUSÃO

Depois de um amplo percurso de investigação, incluindo revisão de literatura e documentos necessários, assim como, dos dados estatísticos e observação nos locais de produção de *commodities* no Sul do Maranhão, ressalta-se que o trabalho ainda não pode se julgar concluído, por mais que o ritual acadêmico se imponha, pois, de posse do método que tem como fundamento a processualidade, certamente ainda restarão questões que um simples olhar de um humilde pesquisador, não é capaz de superar.

Entretanto, se por um lado, o trabalho não apresenta um processo de finalização, por outro, apresenta algumas considerações necessárias sobre o fenômeno que temos designado de fetichismo da proletarização na produção de *commodities* agrícolas, forjada no Sul do Maranhão. Dentre estas, é possível afirmar que, diferentemente daquilo que têm afirmado os intelectuais ligados aos movimentos sociais do campo, bem como, os revisionistas de inspiração, não tem havido um processo de precarização do trabalho na agricultura aos moldes daquilo que ocorreu com as demais categorias de trabalhadores da indústria e do setor de serviços, mas um fetichismo da proletarização, tendo em vista que, além da redução da força de trabalho nas lavouras, os trabalhadores assalariados não conseguiram ampliar os

direitos sociais (trabalhista e previdenciário) e depois perde-los, como ocorreu entre os trabalhadores dos referidos setores supra.

Assim sendo, diferente do modelo de desenvolvimento adotado nos países do centro do capitalismo ou dos estados operários, o Brasil seguiu um modelo próprio denominado desenvolvimento dependente, materializado em suas formas mais destrutivas, baseado na grande produção de *commodities* agrícolas e minerais, produção em grande escala, voltada para exportação, exploração do trabalho e expropriação camponesa. Esse modelo se intensificou na agricultura brasileira nas últimas quatro décadas com a chamada “revolução verde”, que é a versão mais atual do desenvolvimento dependente, não foi capaz de gerar uma ampliação do mercado de trabalho na agricultura, já que constitui uma atividade extremamente mecanizada, que usa trabalho temporário e possui graus acentuados de exploração da força de trabalho.

Apesar dessas formas terem se intensificado no Maranhão, a partir dos anos de 1980, como os grandes projetos minero-metalúrgicos e agropecuários e, na década de 1990, com a produção de *commodities* agrícolas, como eucalipto, cana e soja, o processo de destruição do campesinato não se consolidou. Essa “hegemonia inacabada” que se dá através do desenvolvimento dependente se expressa em uma forma particular de Estado capitalista que se encontra na periferia do capitalismo é a essência da natureza do Estado que se apresenta como um modelo universal, mas possui um caráter classista, cujo traço mais característico é a desigualdade e a combinação de relações de produção diametralmente opostas, ou seja, a produção de soja, enquanto produção capitalista, conserva a essência mais perversa da natureza capitalista, que concentra, de um lado, tecnologia de ponta, riqueza e, de outro, relações de trabalho características de um outro tempo histórico e pobreza.

O caráter sazonal da agricultura e a implementação da lógica destrutiva da produção capitalista, baseada na produção de *commodities* no campo maranhense tem configurado um espaço exclusivo, caracterizado pela destruição da pequena produção e ao mesmo tempo recriação de formas produtivas que, além de reduzir a autonomia camponesa, inserindo-o na lógica do mercado, por meio da subsunção do trabalho ao capital, também criou formas de reprodução de propriedade e deixou trabalhadores rurais sem terra para produzirem e se reproduzirem socialmente. A mecanização que ocorreu na produção agrícola, com a denominada “revolução

verde”, com a implementação da produção de soja e demais lavouras no Sul Maranhense, especialmente nas áreas de implantação do PC-GEBAL, foram capazes de criar formas intensas de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho, especialmente na atual conjuntura de prevalência das políticas que combinam as mais variadas formas de acumulação.

Assim, é possível afirmar que apesar da conquista de direitos por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, especialmente advindos com o Estatuto do Trabalhador Rural, a partir de meados da década de 1960, a intensificação da mecanização e conseqüentemente redução da força de trabalho, associada à implementação de novas formas de organização da produção, não foram suficientes para consolidação de uma política de assalariamento, tampouco, a efetivação de direitos sociais trabalhistas e previdenciário, pois, conforme analisado, ainda há intensos índices de trabalho escravo e condições de trabalho degradantes nos território dominados pelo grande capital. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora do campo brasileiro conquistou direitos, a implementação das políticas neoliberais, baseadas na reestruturação produtiva, impôs uma nova forma de organização da produção e das relações de trabalho, fundamentada especialmente no aumento de tecnologia, redução da força de trabalho nas lavouras e particularmente perda de direitos trabalhistas e previdenciários. Aliás, essa organização da produção que se baseia na redução de custos não é uma exclusividade da produção de *commodities*, mas de toda produção capitalista, cuja forma de acumulação tem sido muito mais voraz e nociva aos trabalhadores rurais, especialmente porque, as determinações históricas para essa fração da classe trabalhadora se deu de forma diferenciada, pois, as conquistas que as demais frações da classe trabalhadora alcançaram se estenderam em um contexto de prevalência de outra forma de acumulação de capital. Ou seja, a processualidade da precarização não se aplica a essa categoria, pois, o assalariamento nasce precarizado.

Se por um lado, o processo de produção de soja foi suficiente para criar um processo de assalariamento rural, por outro, não foi capaz de forjar um amplo processo de proletarização na agricultura, pois, além de uma quantidade inexpressiva de força de trabalho empregada, a natureza sazonal da produção de soja, limitada ao período de safra, pouca conquista de direitos sociais e previdenciários e a fraca organização dos trabalhadores não tem constituído um amplo processo de

proletarização na agricultura. A inexistência de um amplo processo de proletarização na agricultura é funcional à própria dinâmica capitalista, pois, por traz desta há uma redução dos custos mediante possibilidade de exploração da força de trabalho com uso do trabalho temporário e escravo, como em alguns casos existentes.

No plano das lutas sociais, quanto a este último tem-se assistido a um processo de dissociação do sindicalismo rural por parte das federações e confederações e conseqüentemente fragmentação das lutas. Esse processo, ao mesmo tempo em que abre espaço para novas formas de representação dos trabalhadores e trabalhadoras assalariadas, tanto aquelas que podem direcionar a luta para o campo das conquistas sociais, pode minimizar o poder e os espaços de representação dos trabalhadores, especialmente aqueles relacionados aos sindicatos, com a criação de pautas com questões ainda mais específicas.

Contudo, se por um lado, o processo de produção de soja não requer um número substancial de força de trabalho, devido ao intenso processo de mecanização, por outro, onde houve o processo de assalariamento rural, foi registrada intensa exploração da força de trabalho daqueles trabalhadores que compõem o efetivo das lavouras, tanto aqueles de regime temporário, quanto de regime permanente. Esse fato concorreu para uma apropriação ainda mais desigual da riqueza em um estado caracterizado por um dos maiores índices de desigualdades do país.

Dessa forma, entende-se que mesmo com todas as forças impostas pelo movimento sociometabólico, a dinâmica da proletarização na agricultura não se tornou hegemônica e se caracterizou por um processo de proletarização inacabada, ou seja, uma relação fetichizada, uma ilusão que ainda se estabelece, especialmente com a ideologia do desenvolvimento. Entretanto, se por um lado, as forças articuladas têm sido suficientes para eliminar gradativamente parte da agricultura camponesa e, assim, a produção de alimentos necessários à população, por mais que uma parte substancial do alimento ainda seja produzida pela agricultura camponesa de base familiar, por outro, os trabalhadores rurais tem criado formas de resistência aos ataques da produção capitalista.

O movimento de resistência contra o processo de proletarização tem sido pauta, tanto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, maior expressão da luta de classes no campo, quanto de outros movimentos sociais, associações e sindicatos rurais. Enquanto este último ainda precisa aumentar suas bases e organizar

os camponeses e demais frações da classe trabalhadora no campo, devido ao caráter burocrático e conciliatório, o primeiro tem caminhado na direção da internacionalização da luta, porém, limitado pelos “diques de contenção”, formados essencialmente pelas suas direções que estão atreladas aos projetos políticos da frente popular.

Esse fato pressupõe a necessidade de uma reforma agrária que contemple os anseios de uma camada de trabalhadores que ainda não tem acesso nem à terra, tampouco ao crédito e outras políticas necessárias, como saúde e educação, para garantir a autonomia camponesa. Embora não seja ainda o estágio necessário, a autonomia camponesa é um passo importante para caminhar no sentido da emancipação humana, por isso, o campesinato deve se colocar como alternativa ao processo de monopolização da agricultura. Essa alternativa não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como um estágio para construção de uma classe para si.

Desse modo, entende-se que a classe trabalhadora, expressa em suas mais variadas frações, ainda possui o trabalho como centralidade, fundamento do ser social e elemento imprescindível para existência humana. Neste caso, apesar das contradições, esta classe é portadora do processo de emancipação humana. Contudo, essa emancipação não se dá pela via institucional ou parlamentar, como tem abdicado os movimentos e entidades da classe trabalhadora nos últimos anos. Ela é parte do movimento real que se constitui pela dinâmica da luta de classes. A luta política, tanto no campo, quanto na cidade precisa ser protagonizada pelas organizações da classe trabalhadora. Assim, reconstruir o sindicalismo de base popular e democrático é um importante passo para o movimento operário-camponês, porém essa luta precisa caminhar para o internacionalismo proletário.

Desse modo, é importante mencionar que os STTRs, enquanto parte do movimento operário-camponês, apesar das especificidades, precisam construir formas de luta diferenciadas daquelas que tradicionalmente vem mantendo (especialmente no plano institucional), pois, além da organização frágil, real e politicamente, possuem uma parcela dos trabalhadores que, historicamente tem sido mais fácil de cooptar, especialmente pelas direções burocráticas, servindo, em muitas vezes, como contrapeso reacionário à força da classe operária e assim, passam a atuar como “dique de contenção” das lutas.

Desse modo, entende-se que o processo de organização política pressupõe o processo de construção de consciência que efetivamente não nasce apenas da luta, mas do movimento de organização de espaços socioeducativos e de exercício de militância. Desse modo, consciência e luta são duas categorias dialeticamente articuladas e não polos estanques. Assim, a dinâmica da luta política pressupõe necessariamente a construção de espaços de formação de consciência e, conseqüentemente de emancipação. Sabe-se que esse processo não é um movimento linear, positivista, mas um movimento dialético, em que a consciência é ponto de partida, mas também constitui um processo de síntese. E é somente a partir da intensificação dos processos de luta e resistência por parte da classe trabalhadora que o processo de emancipação se concretiza. Apesar dos intensos movimentos que se unificaram nos anos de 1980, em uma formação social da periferia do capitalismo, o processo de emancipação da classe trabalhadora ainda possui variados entraves.

Se é verdade que a construção da consciência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais é importante, também é verdade que a consciência dos camponeses não consiste em se reconhecer como camponês, mas como parte da classe trabalhadora. A emancipação do camponês e do trabalhador rural em geral é, acima de tudo, fundamentalmente a emancipação destes enquanto trabalhadores, pois, enquanto aqueles não constituem classe em si, mas frações da classe trabalhadora, somente a partir de um movimento baseado na *práxis social* é possível construir a sua emancipação.

Apenas na produção da vida material é possível construir uma consciência de classe. Em uma economia de enclave que caracteriza a parte mais periférica da formação social, além de não propiciar o desenvolvimento de um proletariado e, conseqüentemente, de uma classe para si, também é improvável que possibilite surgir um importante movimento histórico capaz de emancipar a sociedade. Desse modo, daí a necessidade de ampliação do movimento, pois, entende-se que esse só pode ser efetivado mediante participação coletiva dos sujeitos sociais que, embora possuam suas singularidades, fazem parte de uma única classe social, a classe trabalhadora.

No entanto, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora se apresenta como herdeira histórica do processo emancipatório, contraditoriamente, o movimento do capital, especialmente aquele baseado no processo de reestruturação produtiva e

em consonância com as forças do Estado, materializadas nas políticas públicas criadas para privilegiarem a ação dos monopólios agrícolas, criaram obstáculos ao processo de organização política dos trabalhadores, especialmente em espaços em que os processos de luta ainda estão extremamente limitadas, tanto pela crise de direções, quanto pelas dificuldades de organização. O resultado desse processo tem sido a redução das lutas e, conseqüentemente, aumento da exploração dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que o processo de dissociação sindical pode representar um movimento de fratura das lutas, pode também criar canais com formas de organização diferenciadas, capaz de trazer as lutas históricas da classe trabalhadora no campo como base para o conteúdo programático. Desse modo, tanto os STTRs, quanto o próprio MST e demais movimentos sociais podem constituir um amplo movimento responsável pela organização dos trabalhadores. No entanto, é importante observar que a burocratização presente nas estruturas sindicais cutistas/contagianas que tem afastado direção e base sindical em movimentos diametralmente opostos precisa ser superada por formas de consciência que extrapolam a classe em si e caminham para a classe para si. Todavia, é preciso que tais instituições se modifiquem, sem necessariamente perder a sua essência classista. Sendo assim, é importante reconhecer o papel importante do sindicato, enquanto instituição da classe trabalhadora, entretanto, este não pode substituir o papel do partido na organização da mesma classe, conforme mencionam Trotsky apud Agüena (2008).

Por mais que o processo de proletarização na agricultura se constitua como um elemento fetichizado, pela própria lógica destrutiva do capital e pela necessidade do mercado, mantém apenas um quantitativo reduzido de trabalhadores necessário para extrair as maiores taxas de lucro, os camponeses e movimentos sociais ligados à questão agrária precisam encampar uma luta ainda mais substantiva e ampla para evitar o processo de expropriação e violência, assim como, o assalariamento rural, pois, este, além de não garantir a reprodução dos trabalhadores e trabalhadoras enquanto camponês, representa a sua “desgraça” enquanto parte da classe trabalhadora explorada. Essa amplitude da luta só pode ser encontrada na classe, enquanto elemento de unidade dos trabalhadores. Desse modo, caso a luta da classe trabalhadora não se amplie, o aprofundamento dos monopólios imperialistas,

caracterizados por uma burguesia rentista, pode se constituir em um movimento de destruição mais acentuado dos camponeses e trabalhadores rurais. Assim, a luta no campo precisa ser direcionada, especialmente para essas formas perversas de concentração de riqueza e centralização da produção, expressas nas estruturas produtivas destrutivas que tem como base a expropriação, tanto das terras, quanto dos recursos, saberes e força de trabalho dos camponeses.

Apesar da existência do fenômeno do assalariamento na agricultura, principalmente em um contexto de aprofundamento das relações capitalistas de produção, com a monopolização, verifica-se que a existência do trabalho de base familiar ainda é considerável, demonstrando a necessidade da existência dessa relação de produção, especialmente em um Estado que possui proporcionalmente o maior contingente de população vivendo na zona rural.

Desse modo, como tarefa da classe trabalhadora há o processo de organização que perpassa necessariamente pela superação do processo de crise do marxismo e das instituições que tem prevalecido a partir do maio de 1968. Essas formas de organizações que se deram essencialmente por intermédio do surgimento dos movimentos sociais como forma de substituição do papel da classe precisam ser superadas. Apesar do debate da diversidade e das conquistas sociais e políticas ocorridas com esse movimento, contraditoriamente, estabeleceram um programa reformista que, apesar de vitórias pontuais, têm levado a classe trabalhadora às sucessivas derrotas, por desconsiderar a luta de classe como elemento necessário para superar a sociabilidade capitalista.

Essas derrotas, que perpassam desde a crise de direção até a própria forma como as políticas são criadas pelo sociometabolismo, devem fazer parte de um movimento de autocrítica das instituições. Assim sendo, apesar das contribuições, a classe trabalhadora precisa assumir o seu fardo histórico emancipatório e tal processo não pode vir através de programas reformistas, mas sim de processos revolucionários.

Acredita-se que a luta de posição é importante para a classe trabalhadora, especialmente no contexto de conquista e ampliação de direitos sociais, no entanto, esta não pode substituir a luta de movimento e nem se contentar com as políticas reformistas. Portanto, o desafio colocado à classe trabalhadora é a superação do processo de crise do marxismo e reafirmação da tese da luta de classes como centralidade do partido. Apesar da importância dos movimentos sociais, colocarem

que, além da inexistência de classe e que as questões são mais capilares e que os processos políticos precisam ser resolvidos por meio do diálogo, não havendo mais a necessidade de luta, esses movimentos associados à dinâmica do capital têm sido absorvidos pelas forças de mercado que se estabeleceram especialmente após o processo de reestruturação produtiva que, diga-se de passagem, não apenas tentaram como conseguiram criar uma forma mais voraz de exploração da classe trabalhadora.

A luta dos trabalhadores rurais, a exemplo do conjunto da classe trabalhadora precisa superar o debate da crise do marxismo baseada no “irracionalismo pós-moderno” que tem como fundamento a crítica à centralidade do trabalho e, portanto, às suas instituições, partido e sindicato e, desse modo, propor novas dinâmicas de organização da classe trabalhadora que se contraponha preferencialmente à estrutura burocrática herdada do stalinismo. Essa superação passa necessariamente pela reconstrução da classe trabalhadora e suas instituições, tendo como base uma estética com uma identidade de classes, tendo como finalidade o horizonte emancipatório. As formas atuais de acumulação capitalista criaram novas formas de organização do trabalho, mas também ampliaram a classe trabalhadora, porém, o processo de ampliação não implica necessariamente uma fragmentação dos trabalhadores, mas precisa contemplar o conjunto da nova morfologia da classe trabalhadora, inclusive assumindo os trabalhadores rurais e camponeses como fração da classe explorada, humilhada e que precisa se constituir como ser social, dentro dessa totalidade concreta.

Entretanto, sabe-se que a ampliação da classe trabalhadora precisa ser um movimento concreto e tendo como base a própria dinâmica social com as determinações históricas presentes, porém, sem realizar concessões revisionistas. Ainda que se constitua como movimento de concretização, a ampliação da classe trabalhadora não implica a sua fragmentação, mas representa a sua unidade na diversidade. Sendo diversa, precisa construir o movimento de unidade e luta tendo como base a Filosofia da *práxis*.

Reconhecer a proletarização na agricultura maranhense como um fetiche pressupõe fundamentalmente, que esta dinâmica não pode se caracterizar como um processo de precarização do trabalho como aquele que houve nos demais setores da economia que integram a superpopulação relativa, pois, os trabalhadores sequer

conquistaram direitos sociais, trabalhistas e previdenciários para perde-los. Assim, mesmo de forma mistificada, tais relações sociais se ampliaram no campo nas últimas décadas a partir da mundialização da agricultura, porém, não é uma tarefa fácil, às entidades classistas, organizar essa categoria, dada as suas características geográficas (espaciais e temporais), uma vez que o mais comum tem sido ignorá-las. O ser social é o sujeito da transformação e, nessas condições, não pode constituir-se como parte dessa mudança se estiver invisibilizado ou tratado como camponês, uma vez, que uma parte substancial daqueles que participam do assalariamento não possui mais identidade camponesa.

A construção de uma identidade de trabalhador fundamentalmente deve se sobrepor à identidade camponesa. Antes de ser camponês, os homens e mulheres são trabalhadores(as). De outro modo, a luta dos camponeses para permanecerem enquanto tais também é importante, tendo em vista que, além de empregar um quantitativo de força de trabalho, a propriedade familiar produz alimentos voltados para a dinâmica do mercado local e garante sua autonomia frente ao mercado, enquanto que o movimento do assalariamento, além de constituir um momento de desgraça para o trabalhador, tem promovido mais desintegração das relações de trabalho camponesa do que a própria integração ao mercado capitalista, dada a sua natureza precária.

Os novos processos de luta política, ao mesmo tempo em que podem ser suficientes para produzir fissuras importantes na esquerda e na representação dos trabalhadores, também podem produzir novas formas de organização da classe trabalhadora, especialmente aquelas em torno do processo de democratização, cujo eixo gravitacional deve girar em torno de um sindicalismo mais democrático e participativo, porém menos burocrático e esvaziado. Os movimentos sociais do campo também precisam articular novos processos de luta, pois, o “diálogo” e as formas de luta organizadas nas últimas décadas foram superadas por um amplo movimento de cooptação.

A necessidade de organização da classe trabalhadora, tanto do campo, quanto da cidade é uma premissa necessária, sobretudo, em uma conjuntura de aprofundamento do processo de reestruturação produtiva e avanço das políticas econômicas que preconizam ainda mais o livre mercado, essencialmente aquelas que privilegiam o capital financeiro. Esse projeto, apesar da desmobilização das lutas, tem

imposto inúmeras derrotas às instituições e, desse modo, à classe trabalhadora. Contraditoriamente tem produzido novas formas de mobilização, porém sem os efeitos desejados e necessários para produzir formas de rupturas. Contudo, a organização da classe operária e camponesa, apesar das determinações históricas diferenciadas, precisa superar o processo de fracionamento e imobilismo causados pelas determinações (política, social, cultural, ideológica, etc.) do atual período histórico. Assim sendo, o partido, a exemplo do sindicato e movimentos sociais do campo precisa se constituir em amplo movimento da classe e não de fração de classes.

Assim sendo, as lutas e a concretização da resistência significa necessariamente reconstruir o sindicalismo de base autônoma e de luta por meio dos partidos em territórios dos trabalhadores e não em espaços de uma casta burocrática encastelada. Esse processo constitui o passo embrionário na luta política e movimento necessário para construção de uma consciência de classe dos trabalhadores rurais e camponeses que, aliás, só foi atingida em momentos históricos específicos e com setores que estiveram totalmente desvinculados das burocracias sindicais, por isso, é necessário romper com a burocracia sindical e criar um movimento de base combativo e autônomo. Portanto, uma vez superada a relação fetichizada que cerca as relações de produção, os trabalhadores devem entender que a construção de uma outra forma de sociabilidade dever ser obra de suas próprias mãos. Embora não seja a única, é imprescindível ter o partido como instituição de classe, por compreender que este representa a síntese das lutas dos trabalhadores e necessária para construir o processo de emancipação humana.

Se a burguesia conseguiu, através de sua ação organizada, mudar o mundo e naturalizar instituições e formas de sociabilidade, por meio do fetichismo, os trabalhadores precisam construir o movimento de antifetichização. Porém, primeiramente precisam se reconhecer como trabalhadores e fundamentalmente como classe. Se a burguesia, por um lado, não pode se dá ao luxo de parar o movimento progressivo de exploração da natureza e da força de trabalho, por outro, a própria burguesia nos deixou de lição como mudar o mundo. Essa mesma classe nos ensinou que, diferente da forma estática, para a mudança radical é preciso está em constante mudança.

A superação da sociedade burguesa perpassa por um processo de superação do Estado burguês, da propriedade privada dos meios de produção e

fundamentalmente no trabalho alienado, pois, apenas uma sociedade de trabalhadores livres é possível desenvolver todas as capacidades do ser humano, pois, este livre é um indivíduo plenamente desenvolvido. Desse modo, é preciso livrar o homem do caráter fetichista, pois, uma de suas funções é justamente naturalizar as relações sociais. Naturalizando-as ou teologizando-as são tidas como se fossem eternas, imutáveis e, desse modo, não podem ser modificadas. Assim, é preciso criar um movimento antifetichista, como princípio de liberdade, onde as pessoas e instituições são as construtoras de suas próprias ações. Esse é o princípio da liberdade.

Desse modo, o grande desafio do movimento operário e camponês é construir o poder não nas suas formas capilares, mas com as maiores forças que a classe trabalhadora dispõe, estabelecendo um projeto comum na luta. Essa luta não pode estar aparelhada em uma estrutura burocrática, mas ter autonomia. Assim também deverá ter uma soberania e ter como horizonte a emancipação humana e não apenas a ilusão da democracia burguesa. Para isso, a organização precisa ser a base da militância e assim do processo revolucionário. Assim sendo, a possibilidade deve vir do proletariado enquanto herdeiro histórico da emancipação humana. Dessa forma, a classe que tem como fundamento ontológico, o trabalho, precisa protagonizar as lutas sociais, pois, apesar de todas as contradições, este ainda representa para a classe-que-vive-do-seu-próprio-trabalho, o elemento necessário da reprodução social. Essa classe representa a síntese dos sofrimentos universais. Neste sentido, se o proletariado é a classe universal, a Filosofia transformadora antifetichista terá que inserir o homem como ser supremo do homem. Estabelecidas as condições objetivas e subjetivas existentes nas relações de produção e entendido o proletariado como sujeito transformador da sociedade, o sono da *ave de minerva* em noites escuras e calmas deverá ser superado pelo canto do *galo gaulês*, em dias ensolarados e noites luminosas, expressão dos setores mais revolucionários da sociedade em conjunto com as mais diversas frações da classe trabalhadora, organizadas pelo *condottiere*.

REFERÊNCIAS

ABC da dívida. Sabe quanto você está pagando? 2. ed. 2014.

ADORNO, T. W. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: escritos filosóficos. [Trad. Guido Antônio de Almeida]. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGUENA, P. (Org.). **O Marxismo e os Sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sandermann, 2008.

AGLIETTA, M. **Règulation et crises du capitalisme**. 3. ed. Paris: Odile Jacob, 1997.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Carajás: A guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994a.

_____. Universalização e Localismo. Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. **Debate**, Ano 4, n. 3, p.23-40, 1994b.

_____. O intransitivo da transição. O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LENA, Philippe & OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

_____. **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense**. Autonomia e Mobilização Política dos camponeses no Maranhão. São Luís: v. 5, 1981.

_____; MOURÃO, L. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. In: **Pesquisa Antropológica**. Brasília, n. 9-10, 1976.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. In: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2008, vol. 11, n. 2, pp. 223-239.

_____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Luckács e o século XXI**: trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório. Londrina: Editora Práxis, 2010.

_____. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2. ed. Londrina/PR: Editora Práxis, 1999.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Rev. Katálises**. Florianópolis v. 12 n. 2, pp. 216-225 jul./dez. 2009.

AMORIM, J. **O pioneirismo do sindicato rural de Itapecuru-Mirim**: experiências, trajetória e lutas – 1947-1964. 2012. Monografia (Curso de História). São Luís, UUFMA, 2012.

ANDERSON, P. **A crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros voos; 27).

_____. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

ANDRADE, M. de P. **Os gaúchos descobrem o Brasil**: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários. São Luís: Cáritas Brasileira, 1984.

_____. CARNEIRO, M.S.; MESQUITA, B. A. A reforma da miséria e a miséria da reforma: notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 2. n. 2, 1996.

ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre a metamorfose e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Construção e desconstrução da legislação social no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. A era da informatização e a época da informalização; riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. Coleção teoria e prática sociais. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

_____. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARAÚJO, E. S. de. **As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo**: uma análise do período de 1990-2007. 2011. Tese (Políticas Públicas). São Luís, 2011.

ARAÚJO, H. de F. A. Movimentos sociais e lutas camponesas no Maranhão. In: CAVALCANTI, C. R.; SILVA, J. de R. S.; ARAÚJO, H. de F. A. **Fundamentos e princípios da Educação do Campo**. Módulo 2. São Luís: EDUFMA, 2016.

_____. NÓBREGA, M. L. C. Empreendimentos agroindustriais, ações coletivas de povos e comunidade tradicionais, conflitos territoriais e ambientais. In: **VI Congresso Iberoamericano de estudos territoriales y ambientales**. São Paulo, 2014.

_____. **Estado/Movimentos sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). Fortaleza, UFC, 2010.

_____. **Memória, mediação e campesinato**: estudo das representações de uma liderança sobre as formas de solidariedade, assumidas por camponeses na chamada Pré-Amazônia Maranhense. 2000. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). São Luís, 2000.

ARAÚJO, S. S. de. **A crise do valor, reificação e fetichismo da mercadoria: os limites da revolução proletária.** 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro, 2013.

ARCANGELI, A. **O mito da terra: uma análise da colonização na Pré-Amazônia Maranhense.** São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

ASSELIN, V. **Grilagem: corrupção e violências em terras do Carajás.** Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.

AZAR, Z. S. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão: o assentamento Califórnia como uma expressão.** 2013. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). São Luís, 2013.

_____. A concentração fundiária como centralidade da questão agrária no Maranhão. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital.** São Luís, 2011.

BALDASI, O. V. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período de 1992 a 2002 e suas diferenças regionais.** 2007. Tese (Doutorado em Economia). Campinas, SP: 2007.

_____. A polarização da qualidade do emprego na agricultura brasileira no período de 1992-2004. **Economia e Sociedade.** Campinas, v. 17, n. 3, p. 495-526, dez. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Anuário Estatístico do Crédito Rural. Brasília: BACEN, 2013.

_____. Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro-DEROP Registro Comum de Operações Rurais – RECOR. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/evolucao.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

BARBOSA, V. de O. **Mulheres do Babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão.** 2013. Tese (Doutorado em História). Niterói/RJ, 2013.

BARBOSA, Z. M. As “vias de renovação” do movimento sindical: reflexões para um balanço crítico. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas.** São Luís, ago. 2009.

_____. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva, em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.** 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC, 2002.

_____. As “temporalidades” da Política no Maranhão. [s.d.]. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_zulene.pdf. Acesso em: 14 jun. 2012.

_____. O global e o regional: a experiência de Desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. In: **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, 2013, v.1, n. 1, pp.113-128.

BARRETO, G. R. **Condomínios de empregadores rurais: mercado de trabalho, contratação e gestão coletiva.** 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia). USP. São Paulo: 2009.

BARROS, R. C. S. **O ser genérico**: pressuposto da crítica da política do jovem Marx. 2006. Dissertação (Mestrado em Filosofia). UNICAMP, Campinas, 2006.

BATISTELLA, M.; VALLADARES, G.S. & BOLFE, E.L. Monitoramento da expansão agropecuária como subsídio à gestão ambiental estratégica na Região Oeste da Bahia, Brasil. In: BATISTELLA, M. & MORAN, E.F., eds. **Geoinformação e monitoramento ambiental na América Latina**. São Paulo: Senac São Paulo, 2008. p.163-195.

BECKER, B. K; EGLER, C. A. G. **Brasil**: uma nova potência regional. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. V.1. Obras escolhidas. [Trad. Sérgio Paulo Tunes]. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERMAN, M. **Aventuras no marxismo**. [Trad. Sônia Moreira]. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar**: as aventuras da modernidade. [Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria I. Ioriatti]. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDO, J. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo? **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, 1997, p.123-139. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/4_Bernardo.pdf. Acesso em: 01 set. 2015.

BERNSTEIN, E. **As premissas do socialismo e as tarefas da socialdemocracia**. [Trad. Balkys Villalobos de Netto]. (Mimeo) [s.d.].

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. _____. (Org.). **Teoria da organização política III**: Escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOITO JR., A. Imperialismo brasileiro? Uma polêmica teórica e política. **Revista Crítica Marxista**. n.36. 2013.

_____; MARCELINO, P. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, Mai/Ago. 2010.

_____. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, J. R. (Orgs.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Hegemonia neoliberal no governo Lula. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Editora Revan, v. 1, n. 17, 2003. pp. 10-36. Disponível em:

http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo98artigo1.pdf. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n. 3. 1996. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo260artigo193_Boito.pdf. Acesso em: 01 set. 2015.

BORON, A. A. A questão do imperialismo. In: BORON, Atílio A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BOTELHO, R. E. P. **O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no período técnico-científico-informacional em Balsas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Natal, 2010.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. São Paulo: Zahar, 2012.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Os sindicatos e o governo Lula. Ano 3. n. 34. mai. 2010. **Le monde diplomatique Brasil**. Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/edicoes_anteriores.php?pagina=6. Acesso em: 21 ago. 2015.

_____. **A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial**. São Paulo: Xamã, 2003.

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Sistema de informações para acompanhamento das negociações coletivas no Brasil. Meta II – Relatórios a jornada de trabalho no Brasil. Convênio SE/MTE N°. 04/2003. DIEESE, 2006. Disponível em: http://www2.mte.gov.br/observatorio/Prod02_2006.pdf. Acesso em: 05 dez. 2015.

_____. Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo. Brasília: OIT, 2003.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2015-2016. Brasília: Mapa/SPA, 2015.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. [Trad. Nathaniel C. Caixeiro]. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRAZ, M. **Partido e revolução: 1848 – 1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CAMPOS, F. A. **A Arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: 2009.

CAMPOS FILHO, R. P. **Araguaia**: depois da guerrilha uma outra guerra: a Luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia da Segurança Nacional (1975-2000). 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Goiânia, 2013.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**: 1930-1970. São Paulo: Ed. Global/Ed. UNICAMP, 1985.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. de. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC. São Paulo: **Revista Estudos Econômicos/USP**. v. 39 n. 3. Ano 2009.

CARCANHOLO, M. D.; MEDEIROS, J. L. Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho. **Revista Outubro**. n. 20. 2012. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/20/out20_08.pdf. Acesso em: 22 set. 2015.

CARCANHOLO, R. A. (Org.). **Capital**: essência e aparência. V. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Capital**: essência e aparência. V. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. A atual crise do capitalismo. **Revista Crítica Marxista**. n. 29. 2009.

CARCHEDI, G. Sobre a consistência teórica da lei tendencial da queda da taxa de lucro de Marx. In: **Revista Outubro**. n. 17, 2008. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/17/Artigo_04.pdf. Acesso em: 01 set. 2015.

CARNEIRO, M. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para legitimação da produção siderúrgica na orientação. **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 53, p. 323-336, maio/ago. 2008.

_____. Trabalhadores em carvoarias na Amazônia Oriental: distante da cidadania, além da mera exclusão. **Sociedade em Debate**. Pelotas, 8(2)153-183, set. 2002.

CASTILLO, R. A. "Dinâmica Regional e Circuitos Espaciais de Produtos Agrícolas no Brasil". In: **Anais** do VI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Fortaleza, 2005.

CASTORIADIS, C. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTRO, A. C. B; SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, CUT. Assalariados rurais fundam confederação com apoio da CUT. Brasília: CUT, 2015. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/assalariados-rurais-fundam-confederacao-com-apoio-da-cut-5ae8/>. Acesso em: 02 dez. 2015.

_____. Centro de Documentação e Memória da Central única dos Trabalhadores. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/fundos-e-colecoes/87>. Acesso em: 6 jan. 2017.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Una, 1999.

CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e risco e custo.** São Paulo: Xamã, 1998.

_____. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO NETTO, E. **História do Sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos.** São Luís: São Vicente, 1979.

COGGIOLA, O. Neoliberalismo, futuro do capitalismo? In: COGGIOLA, O.; CATZ, Claudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

COHEN, G. A. **Karl Marx's Theory of History: a defense.** New York: Expanded Edition, 1978.

COLETTI, C. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Disponível em: <http://mstemdados.org/sites/default/files/2005%20ColettiClaudinei.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015. Campinas, 2005.

_____. Avanços e impasses do MST e da luta pela terra no Brasil nos anos recentes. In: SEOANE, José. **Movimentos sociales y conflictos en América Latina.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Programa OSAL, 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo.** 1989.

_____. **Conflitos no Campo.** 1990.

_____. **Conflitos no Campo.** 1991.

_____. **Conflitos no Campo.** 1992.

_____. **Conflitos no Campo.** 1993.

_____. **Conflitos no Campo.** 1994.

_____. **Conflitos no Campo.** 1995.

_____. **Conflitos no Campo.** 1996.

_____. **Conflitos no Campo.** 1997.

_____. **Conflitos no Campo.** 1998.

_____. **Conflitos no Campo.** 1999.

_____. **Conflitos no Campo.** 2000.

_____. **Conflitos no Campo.** 2001.

_____. **Conflitos no Campo.** 2002.

_____. **Conflitos no Campo.** 2003.

_____. **Conflitos no Campo.** 2004.

_____. **Conflitos no Campo.** 2005.

_____. **Conflitos no Campo.** 2006.

_____. **Conflitos no Campo.** 2007.

_____. **Conflitos no Campo.** 2008.

_____. **Conflitos no Campo.** 2009.

_____. **Conflitos no Campo.** 2010.

_____. **Conflitos no Campo.** 2011.

_____. **Conflitos no Campo.** 2012.

CONCEIÇÃO, M. da. **Essa terra é nossa.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

CORIAT, B. **A revolução dos robôs**: o impacto socioeconômico da automação. São Paulo: Busca Vida, 1988.

_____. **Pensar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Revan, 1994.

CORRÊA, E. G. **A organização sindical dos trabalhadores rurais**: os canavieiros de Cosmópolis/SP. 2012. Dissertação (Ciência Política). Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000857978>. Acesso em: 11 ago. 2015.

COSTA, W. C. da. **Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo"**: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, UFMA, 1997.

COSTA, S. C. M. **A Alcoa no Maranhão e o desenvolvimento socioeconômico regional**. 2003. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), São Luís, 2003.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Hegel e a democracia**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/coutinhohegel.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2016.

CUNHA, P. R. da. **O campesinato, a teoria da organização e a questão agrária**: apontamentos para uma reflexão. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CUNHA, R. C. C. **Gênese e dinâmica da cadeia produtiva da soja no Sul do Maranhão**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis, 2015.

D'ARAÚJO, M. C. A elite dirigente do governo Lula. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/D-Araujo-e-Lameirao-A-elite-dirigente-do-governo-Lula.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2015.

DEDECCA, C. S. **Racionalização econômica, emprego e relações de trabalho no capitalismo avançado**. 1997. Tese (Livre-Docência Universidade de Campinas). Campinas, 1997.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Revista Desenvolvimento em Debate**. v.1, n.2, pp.111-125, jan./abr. e maio./ago. 2010. Disponível em: http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_guilherme.pdf. Acesso em: 09 out. 2015.

_____. **Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira**. 1984. Tese (Doutorado em Economia). Campinas, 1984.

Departamento Intersindical e Estatísticas de Estudos Socioeconômicos, DIEESE. Estudos e Pesquisa. O emprego doméstico no Brasil. n. 68. Ago. 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2015.

Departamento Intersindical e Estatísticas de Estudos Socioeconômicos, DIEESE. Estudo e pesquisas. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. n. 74, out. 2014. Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>.

Acesso em: 29 maio 2015.

_____. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: mercado de trabalho. 3. ed. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A333FE61F013341780DBB382F/mercado.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2015.

DIAS, E. F. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Sandermann, 2006.

D'INCÃO, M. C. **Boia-Fria**: acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes; Presidente Prudente: FFCL, 1975.

DINIZ, C. C. **Dinâmica regional da indústria no Brasil**: início de desconcentração, risco de reconcentração. 1991. Tese (Professor Titular). Belo Horizonte: UFMG, 1991. _____. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.

DUARTE, N. O Bezerro de ouro, o Fetichismo da Mercadoria e o Fetichismo da Individualidade. In: DUARTE, N. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. (Org.). Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

DURANS, C. A. **Limites do sindicalismo e reorganização da luta social**: um estudo das experiências dos ferroviários e metalúrgicos maranhenses. 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social). Recife, 2002.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Programa de Difusão da Cultura da Soja no Nordeste. Brasília: EMBRAPA, 1981.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Editora Global. 1986.

_____. Nota Prévia a "A Guerra dos Camponeses Alemães". 1870. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1870/02/11.htm#tn98>. Acesso em: 21 maio 2014.

_____. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 1876. Neue zelt. 1896. Disponível em:

http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/otrabalhonatransformacaodomacacoe_mhome.html. Acesso em 23 maio 2017.

EUROFOUND. European foundation for the improvement of living and working conditions. Working time developments - 2006. Eurwork, European Observatory of Working Life. Disponível em:

<http://www.eurofound.europa.eu/observatories/eurwork/comparative-information/working-time-developments-2006>. Acesso em: 09 jul. 2015.

EVANGELISTA, J. E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção questões de nossa época. V.7).

FAGNANI, E. Fragmentação da luta política e agenda de desenvolvimento. Fundação Perceus Abramo. Jul. 2014. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-discute-fragmentacao-da-luta-politica.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2016.

FARIAS, F. B. de. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 73). _____; DOMINGUEZ, F.; LIMA, M. C. Configurações imperialista planetárias e reconstruções estatais nacionais e regionais. In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Estado, desenvolvimento e crise do capitalismo. **Anais...** São Luís, ago. 2011.

_____. A crise do capitalismo global. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4. **Anais...** São Luís: UFMA, 2009. v. 1. p. 2-27.

_____. **A globalização e o estado cosmopolita**. São Paulo: Cortez, 2001.

FÁVERO, O. Movimento de educação de base - MEB. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

_____. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB, Movimento de Educação de Base, 1961/1966. Autores Associados, 2006. (Col. Educação Contemporânea).

FEDERAÇÃO DO TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO. **ANAIS... 7 Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão**. FETAEMA 40 anos: Conquistas e desafios. São Luís: FETAEMA, 2012.

_____. Relatório de atividades 2012. [s.l.]. 2012.

FEENBERG, A. Critical Theory of Technology: An Overview. **Tailoring Biotechnologies**. v. 1, Issue 1, Winter 2005, pp: 47-64.

_____. **Questioning Technology**. London and New York: Routledge, 1999.

FEITOSA, R. M. M. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. 1998. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). São Luís, UFMA, 1998.

FERNANDES, B. M. *et al.* **DATALUTA**: Banco de Dados da Luta Pela Terra – Relatório 2012. Presidente Prudente: NERA, 2013.

_____. *et al.* **DATALUTA**: Banco de Dados da Luta Pela Terra – Relatório 2006. Presidente Prudente: NERA, 2008.

_____. **MST**: formação e territorialização. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FERNANDES, F. **Em busca do socialismo**: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FERRANTE, V. L. S. B. O Estatuto do trabalhador rural e o FUNRURAL: ideologia e realidade. **Revista de Ciências Sociais - Perspectivas**. São Paulo. Ano 1. N. 1. V. 1, 1976.

FERREIRA, A. J. de A. **As políticas territoriais e a reorganização do Espaço maranhense**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo, 2007.

FERREIRA, M. da G. R. **A produção de soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas/MA**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

FIGUEIREDO, L. D. **Empates nos Babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. 2005. Dissertação (Mestrado Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental). Belém, 2005.

FILGUEIRAS, L. **História do plano Real**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

FILHO, S. C. **Lei de responsabilidade fiscal: a institucionalização do Estado em defesa do capital financeiro**. 2014. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). São Luís, UFMA. 2014.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde de São Joaquim Venâncio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

_____. O imperialismo: de Lenin aos dias atuais. **Revista Outubro**, n. 17. 2008a. http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/17/Artigo_03.pdf. Acesso em: 21 set. 2015.

_____. Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do capitalismo tardio. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 26, p. 9-31, 2008b.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições graal, 1979.

FRANÇA, F. M. C.; SANTANA, G. M. **Plano de ação para potencializar o desenvolvimento do polo de Balsas**. Fortaleza: BNB, 1997.

FREITAS, C. A. L. L. de. **A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lumpemproletariado**. Tese (Doutorado em Geografia). Goiânia, 2010.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GASPAR, R. B. **O eldorado dos gaúchos: deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste maranhense**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Luís, UFMA, 2010.

GERAS, N. "Essence and Appearance: aspects of Fetishism in Marx's Capital". **New Left Review**. n. 65. pp. 69-85, 1971.

GIANNOTTI, J. A. **As origens da dialética do trabalho: estudos sobre a lógica do jovem Marx**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

GIRARDI, E. P. Et all. Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. **Espaço e Economia**: Revista Brasileira de Geografia Econômica. Ano 2, n. 4, 2014.

GOLDMANN, L. **Origem da dialética**: a comunidade humana e o universo em Kant. [Trad. Haroldo Santiago]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOMES, H. (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GONÇALVES, M. de F. da C. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. [Trad. Ângela Ramalho Vianna; Sérgio Góes de Paula]. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1987.
_____. **As metamorfoses do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2002.

GOULART, D. C. Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p.160-171, jul./dez. 2012.
_____. **O anticapitalismo do movimento dos trabalhadores sem-teto, MTST**. 2011. Tese (Ciências Sociais). Marília/SP, 2011.

GOWAN, P. **A roleta global**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Vol. 3. [Trad. Carlos Nelson Coutinho]. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
_____. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo. 2. ed. [Trad. Carlos Nelson Coutinho]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
_____. **Progresso Técnico e relações de trabalho na agricultura paulista**. 1980. Tese (Doutoramento da Universidade de Campinas). Campinas, 1980. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000051792&fd=y>. Acesso em: 03 jun. 2015.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia**: crítica da Moderna Agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUZMAN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo, 1**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo, 2**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012b.

_____. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2011.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. [Trad. Flávio R. Kothe]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARNECKER, M; URIBE, G. **Monopólios y miseria**. N. 3. Cuadernos de Educación Popular: ¿Qué es el socialismo? España: Akal, 1979.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capital. [Trad. José Alexandre Peschanski]. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 11. ed. [Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves]. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HEGEDÜS, A. A questão agrária. In: HOBBSAWN, E. J. (Org.). **História do Marxismo IV**: o marxismo na época da Segunda Internacional (terceira parte). [Trad. Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sérgio N. Henriques]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (coleção pensamento crítico. V. 56).

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. [Trad. Márcia de Sá Cavalcante]. Parte I. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **Ser e tempo**. [Trad. Márcia de Sá Cavalcante]. Parte II. Petrópolis: Vozes, 1997.

HEGEL, K. G. F. **Fenomenologia do espírito**. 2. ed. [Trad. Paulo Meneses]. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. **Filosofia del Derecho**. [Prólogo de Carlos Marx]. 5. ed. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1968.

_____. **Princípios da Filosofia do Direito**. [Trad. Orlando Vitorino]. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBS, T. **Leviathan**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Col. Os Pensadores).

HOBBSAWN, E. J. **A era do capital**. 1848 a 1875. [Trad. Luciano Costa Neto]. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. 4. ed. [Trad. Waldea Barcellos e Sandra Badran]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. (Coleção Oficinas da História).

_____. **A era dos extemos**: o breve século XX – (1914-1991). [Trad. Marcos Santarrita]. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 17. ed. [Trad. Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STEILE, João Pedro (Org.) **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda: 1960 – 1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

International Labour Office, ILO. Profits and poverty: the economics of forced labour. Geneva: International Labour Office, 2014. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/trabalhoescravointegra_1135.pdf. Acesso em: 09 jul. 2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. Sindicatos: indicadores sociais 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 257p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1416.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.
IBGE. Censo Agropecuário, 2006.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. [Trad. Maria Elisa Cevalco]. São Paulo: Editora Ática, 1996.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular; Perceu Abramo, 2016.

KATZ, C. O enfoque marxista da mudança tecnológica. In: COGGIOLA, O.; KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

_____. O fim da classe operária? In: COGGIOLA, O.; CATZ, Claudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

KAYSER SILVA, C. **Os caminhos da soja até o Maranhão**. Não Me Toque/RS: Gráfica Gapel, 2009.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

KIERNAN, V. G. **Estados Unidos**: o novo imperialismo: da colonização branca à hegemonia mundial. [Trad. Ricardo Doninelli-Mendes]. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2009.

KONDER, L. **Em torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito de alienação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos; 23).

_____. **A derrota da dialética**: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KHRUSHCHEV, N. **Informe Secreto al XX Congreso del PCUS**. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/khrushchev/1956/febrero25.htm>. Acesso em 9 maio 2017.

LAFER, C. "O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)". In: LAFER, B. M. (Org.). **Planejamento no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975, pp. 29-50.

LARA, R. **Contribuições acerca dos desafios do movimento sindical diante da crise do capital**. In: LOURENÇO, E. et al (Orgs.). O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LENIN, V. I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky. In: LENINE, V. I. **Obras escolhidas**. Três tomos. Tomo 3. 2. ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 2004.

_____. Resolução sobre a questão agrária. In: LENINE, V. I. **Obras escolhidas**. Três tomos. Tomo 2. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1998.

_____. Relatório sobre a questão agrária. In: LENINE, V. I. **Obras Escolhidas**. Três Tomos. Tomo 2. São Paulo, 1998.

_____. O oportunismo e a falência da II Internacional. In: LENINE, V. I. **Obras escolhidas**. Três tomos. Tomo 2. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1998.

_____. **A nova Política econômica – NEP: capitalismo de Estado, socialismo e transição**. [Trad. Antônio Roberto Bartelli]. São Paulo: Editora Global, 1987. (Coleção bases, v. 52).

_____. **O partido operário e o campesinato**. In: LENINE, V. I. Obras completas. t. 1. Lisboa: Avante, 1986.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação de um mercado interno para a grande indústria**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Materialismo e empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária**. 5. ed. Lisboa/Moscú: Editorial Avante/Editorial Progresso, 1982.

_____. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. (Coleção Alicerces).

_____. **O que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento**. São Paulo: HUCITEC, 1978. (Coleção Pensamento Socialista).

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LIMA, E. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

LIMA NETO, E. J. de. **O associativismo em áreas de babaçuais: a experiência das organizações de trabalhadores rurais do município de Lago do Junco/MA associadas**

à ASSEMA. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro, 2007.

LINDEN, M. V. Proletariado: conceito e polêmicas. **Revista Outubro**. n. 21. 2013. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/21/out21_02.pdf. Acesso em: 09 set. 2015.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOJKINE, J. **A sociedade informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.
_____. O novo salariado informacional. Nas fronteiras do salariado. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.25, 2007, p.31-46.

LOPES, J. B. A luta de classes como motor constitutivo da solução da questão social. In: **Anais...** 19ª Conferência Mundial de Assistentes Sociais: "O desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual". Salvador, FITS/CFESS, ago. 2008.

LOSURDO, D. **A luta de Classes**: uma histórica política e filosófica. [Trad. Silvia de Bernardinis]. São Paulo: Boitempo, 2015.

LÖWY, M. **A política do desenvolvimento desigual e combinado**: a teoria da revolução permanente. [Tradução Luiz Gustavo Soares]. São Paulo: Editora Sandermann, 2015.

_____. **Ideologias e ciência sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; VARIKAS, E. Novas democracias e velho progresso: a crítica do progresso em Adorno. São Paulo. **Lua Nova**, n. 27, dez. 1992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000300010>. Acesso em: 08 jan. 2016.

LUCKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos Ed; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

LUNA, R. C. **A terra era liberta**: um estudo da luta dos posseiros pela terra no Vale do Pindaré, Maranhão. São Luís, UFMA/SEMA 1984.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** 2. ed. [Trad. Lívio Xavier]. São Paulo: Expressão Popular, 2001

LUZ, R. S. da. **Trabalho alienado em Marx**: a base do capitalismo. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Porto Alegre, PUC, 2008. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3502/1/000408014-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

MACHADO, E. Lutas sociais e movimentos populares na América Latina: notas para um debate. In: **Anais do VI Colóquio Internacional Marx e Engels**. Campinas: UNICAMP, pp. 1-9, 2009.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia:** contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MACPHERSON, C. B. **A teoria política do individualismo possessivo.** De Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAGDOFF, H. **A era do imperialismo:** a economia da política externa americana. São Paulo: Hucitec, 1978. (Coleção Pensamento Socialista).

MALTHUS, T. R. **An Essay on the Principle of Population.** London: J.M. Dent, 1798.

MANDUJANO, R. M. **Disputas territoriais entre o agroextrativismo do pequi e o agronegócio na substituição do cerrado por monocultivos agroindustriais:** estudo da microrregião de Porto Franco/MA e Jalapão/TO. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Campinas, 2013.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência:** uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil:** terra e poder: o problema da terra na crise política. São Paulo: Vozes, 1984.

MARTON, S. Foucault leitor de Nietzsche. In: _____. **Extravagâncias:** ensaios sobre a Filosofia de Nietzsche. São Paulo: Discurso Editorial e Editora Barcarolla, 2009.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil:** interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital e Salário, preço e lucro.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Grundriss:** Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia. [Trad. Mauro Duayer; Nélio Schneider]. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Crítica da Filosofia do direito de Hegel, 1843** [Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus]. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** [Trad. Jesus Ranieri]. 4. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____; ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** [Org. Osvaldo Coggiola; Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings]. São Paulo: Boitempo, 2010c.

_____. **O capital:** crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista. Livro 3. vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente Filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). [Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano]. São Paulo: Boitempo, 2007a.

_____. **Miséria da Filosofia.** São Paulo: Martin Claret, 2007b.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital.** Livro 1. v. 1. 20. ed. [Trad. Reginaldo Sant'Ana]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital.** Livro 1. v. 2. 17. ed. [Trad. Reginaldo Sant'Ana]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann.** 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. MARX, Karl. **O capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Para a Crítica da economia política; Salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **A origem do capital: a acumulação primitiva.** 4. ed. [Trad. Valter S. Maia]. São Paulo: Editora Global, 1981 (coleção bases, vol. 3).

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Classe trabalhadora: abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. **Revista Outubro**, n. 21. 2013. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/21/out21_03.pdf. Acesso em 02 set. 2015.

MESQUITA, B. A. de. Contribuição governamental na ascensão do modelo agroexportador do agronegócio e suas consequências sociais e ambientais. In: **Rev. Pol. Públicas.** São Luís, Número Especial, p. 135-147, nov. 2016.

_____. *et. all.* Expansão do agronegócio e a produção de alimentos na América Latina: a contribuição governamental a centralização do capital e a exclusão social. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Para além da crise global: experiências e antecipações concretas. São Luís, 2015.

_____. Os grandes projetos de investimentos na Amazônia e as transformações agrárias. In: **ESADR 2013 - Alimentar mentalidades, vencer a crise global.** Évora, Portugal, 2013.

_____. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar.** São Luís, EDUFMA, 2011a.

_____. Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. In: **Anais do I Ciclo de debates acadêmicos.** Brasília: IPEA, 2011b.

_____. Conflitos territoriais na Amazônia na era do capital. In: SHIRAISHI NETO, J; et all (Orgs.). **Meio ambiente, território e prática jurídicas: enredos em conflito.** São Luís: EDUFMA, 2011c, v. 1, p. 53-84.

_____. A expansão de monocultivo na Amazônia e as transformações na ocupação da força de trabalho. In: **XV Encuentro de Geografos de America Latina,** Havana, abr. 2015.

_____. Expropriação dos recursos naturais, vulnerabilidade e exclusão social. Na Amazônia brasileira (notas exploratórias). **XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología,** Buenos Aires. 2009.

_____. As Mulheres Agroextrativistas do Babaçu: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. In: **Rev. Políticas Públicas.** São Luís, v. 12, n. 1, p. 53-61, jan./jun. 2008.

MESQUITA, B. A. de. Política de desenvolvimento e desigualdade regional: o caráter seletivo e residual da intervenção governamental no Maranhão. In: **Rev. Pol. Públicas**, v. 11, n. 2, pp. 27–54, jul./dez. 2007

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. [Trad. Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa]. São Paulo: Boitempo, 2011.
_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MEYER, V. O domínio do capital fictício. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/meyer/1998/01/08.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Sistema de informações para acompanhamento das negociações coletivas no Brasil. Meta II – Relatórios a jornada de trabalho no Brasil. Convênio SE/MTE N°. 04/2003. DIEESE, 2006. Disponível em: http://www2.mte.gov.br/observatorio/Prod02_2006.pdf. Acesso em: 05 dez. 2015.

MIRANDA, R. de S. **Ecologia política da soja e processos de territorialização no Sul do Maranhão**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande/PB: UFCG, 2011.

MONAL, I. Mundialización imperialista: Estados nacionales y soberania. In: **Rev. de Pol. Pub.** São Luís: EDUFMA, v. 9. n. 1. p. 7-30. 2005.

MONTAÑO, C. e DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe social e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 5).

MONTEIRO NETO, A. **Desenvolvimento Regional em Crise: Políticas Econômicas Liberais e Restrições à Intervenção Estatal no Brasil dos Anos 90**. 2005. Tese (Doutorado em Economia). Campinas, 2005.

MORAES, M. A. F. **O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital**: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce/MA. 2007. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), São Luís, 2007.

MOREIRA, E. R.; TARGINO, I. Espaço, capital e trabalho no campo paraibano. Disponível em: **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 147-160, out. 2011.
Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fanpege.org.br%2Frevista%2Fojs-2.2.2%2Findex.php%2Fanpege08%2Farticle%2Fdownload%2F154%2FRAE13&ei=jv1xVaC4DI7msASSsIKYDQ&usq=AFQjCNEfR0ili7yN4bbmxt-RBID3Cl_jw&sig2=MGWiX6mLuVDFvSLpXlnwMQ. Acesso em: 05 jun. 2015.

NASCIMENTO, C. A. do. **Pluriatividade, Pobreza rural e políticas públicas**. 2005. Tese (Doutorado em Economia). Campinas, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000359254>. Acesso em: 19 de out. de 2015.

_____; MENDES, S. R. A modernização da agricultura e a tendência de proletarização da agricultura familiar: um estudo de caso em Canápolis/MG, Brasil.

XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.aacademica.com/000-062/355.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2015.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviços social; v. 1).

NIETZSCHE, F. **O anticristo.** [Trad. de Artur Morão]. Lisboa: Edições 70, 1997.

NOVACK, G. **Introdução à lógica marxista.** [Trad. Anderson R. Félix]. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sandermann, 2005.

NOVAES, H. T. **O Fetiche da Tecnologia:** a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. (Org.). **O retorno do caracol à sua concha:** alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. In: **XII Colóquio de Geocrítica.** Bogotá. Maio. 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em 11 out. 2015.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labor Edições, 2007, 184p.

_____. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: Editora Contexto-EDUSP, 1988.

_____. de. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula.** Porto Alegre: Mimeo, 2006.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião.** Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Crítica da razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 1975.

_____. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estud. av.** vol.7 no.18, São Paulo, May/Aug. 1993. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141993000200003>. Acesso em 31 dez. 2014.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PACHECO, C. A. **A questão regional brasileira pós-1980:** desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. 1996. Tese (Doutorado). Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

PETRAS, J. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina.** Xamã: São Paulo, 1999.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PITTA, F. T. **A modernização retardatária e a indústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise.** 2011. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo, 2011.

POCHMANN, M. **O desemprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2001.

POLANYI, K. **A grande transformação.** Rio de Janeiro: Editora Campus / Elviesier, 2000.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução brasileira.** Perspectivas em 1977. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo: a colônia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Introdução à lógica dialética.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRAUN, L. A reestruturação negociada na volkswagen: São Bernardo do Campo. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

QUEIROZ, J. B. P. de. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: ensino médio e educação profissional.** 2006. Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília: UNB, 2006.

RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M. S. (Orgs.). **Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro.** São Luís: EDUFMA, 2015.

_____. CARNEIRO, M. S. Trabalho, sindicatos e contestação a grandes projetos na Amazônia brasileira. In: **Trabajo y Sociedad**, n. 27, 2016.

RAMALHO, M. L. **Especialização produtiva e alienação do território: a moderna produção de algodão no Mato Grosso.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Campinas. [s.n.], 2007.

RANIERI, J. **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir.** São Paulo: Boitempo, 2011.

RAPOSO, M. da C. B. **Movimento de Educação de Base: discurso e prática (1961-1967).** São Luís: Universidade Federal do Maranhão e Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1985.

REZENDE, G. C. de. Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola: uma avaliação crítica. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 047-078, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n1/31182.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

RIBEIRO, D. C. **Estado no sistema sociometabólico do capital: uma relação de complementaridade na base material**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Marília/SP, 2013.

RIBEIRO, J. F. **Althusser, Marx e o problema sobre a questão do Estado**. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Campinas, 2014.

ROCHA, D. de J. P. **Mário Pedrosa e o Estado Bonapartista militarizado no Brasil de 1964**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Londrina/PR, 2004.

RODRIGUES, L. L. M; MITIDIERO JÚNIOR, M. A. Disputas territoriais e judicialização da questão agrária. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. – Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia, out. 2009.

RODRIGUES, S. J. D. Dinâmicas territoriais da expansão fronteira da soja e da organização do trabalho no Sul do Maranhão. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. V. 9. N. 17., p. 86-110. abr. 2014.

ROTHKOPF, D. J. **Superclass: the global power elite and the world they are making**. Farrar, Straus and Giroux. New York, 2008.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social (e outros escritos)**. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Col. Os Pensadores.)

SADER, E. Marxismo, partido e revolução no Brasil atual. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v.1, n.8, 1999, p.125-128.

SANTOS, A. de. O. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SANTOS, M. A. dos; *et. all*. Dinâmica demográfica e uso da terra no cerrado brasileiro: reflexões a partir da experiência do Padap. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, abr./jun. 2012.

_____. **A influência da dinâmica demográfica e domiciliar no processo de ocupação do Cerrado brasileiro: o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, Minas Gerais, Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte, UFMG, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SARMIENTO, L. C. M.; SOARES, L. E. La quimera planetaria del imperialismo estadounidense y la enmascarada lucha de clases mundial tildada de "terrorista". Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticias/2015/11/206073.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2015.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada**: ensaio de Ontologia fenomenológica. 12. ed. [Trad. Paulo Perdigão]. Petrópolis: Vozes, 2003.

SCHAFF, A. **A sociedade informática**: as consequências sociais da segunda revolução industrial. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Editora Brasiliense, 1995.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

SCHWARZ, R. G. **Trabalho Escravo**: a abolição necessária: uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil. São Paulo: LTR, 2008.

SERRA JÚNIOR, G. C. **O fetichismo do software livre e a reestruturação produtiva na atualidade**. 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). São Luís, UFMA, 2015.

SILVA, A. O. da. **História das tendências no Brasil**: origens, cisões e propostas. 2. ed. São Paulo: Dag Gráfica e editorial, [s/d].

SILVA, A. V. L. da. Proletarização e subproletarização do trabalho docente: limites e validade de profissionalização como alternativa. **Revista Educere Et Educare**. v. 7. n. 11. 2012.

SILVA, J. de R. S. Produção de commodities, desmatamento e insegurança alimentar na Amazônia brasileira. **Revista Geográfica de America Central**. v. 2, p. 1-15, 2011. _____ . Algumas consequências da Política Neoliberal para Agricultura Familiar na Amazônia Brasileira: exclusão social e concentração de riqueza. In: **12^a Encontro de Geógrafos de América Latina**, Montevideu, Uruguai, 2009. _____ . **Segurança Alimentar, Produção Agrícola Familiar e Assentamentos de Reforma Agrária no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2008.

SILVA, M. O. da. S. e. Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação?. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br/xmlui/bitstream/handle/1/165/OS%20PROGRAMAS%20DE%20TRANSFERENCIA%20DE%20RENDAS%20E%20A%20POBREZA%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 out. 2015.

SILVA, M. P. C. da. **O sindicalismo rural em Escada**: uma leitura crítica às práticas assistencialistas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Recife, 2014. Disponível em: http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9919/arquivo9104_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 ago. 2015.

SINGER, P. 1981. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Editora Contexto, 1981.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. V. 1 e 2. [Trad. Luís João Baraúnas]. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Os economistas).

SOUSA, B. M. de. **A emergência do MST no RN: 1989 a 1994**. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Natal, 1995.

_____. A política externa brasileira como um dique de contenção às “Revoluções Bolivarianas”. In: SOUSA, B. M. de; ARAÚJO, M. de S. (Orgs). **Afinidades Marxistas**. São Luís: Café e Lápis, 2015.

_____. **Sindicalismo rural**: uma análise da fusão do sindicalismo rural cutista com o contagiano – a filiação da FETARN à CUT/RN. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia). Fortaleza, UFC, 2006.

SOUZA, A. C. de. Agricultura familiar: os caminhos alternativos. **Rev. de Agronegócios da FGV**. Rio de Janeiro, pp. 23-4, 2005.

SOUZA, C. M. de. **Pelas ondas do rádio**: cultura popular, camponeses e o MEB. 2006. Tese (Doutorado em História). São Paulo, 2006.

SOUZA, S. T.; CONCEIÇÃO, A. L. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **Revista Pegada**, vol. 9 n.1. jun. 2008. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/As%20novas%20estrategias%20do%20capital%20para%20o%20campo%20brasileiro%20a%20partir%20do%20discurso%20do%20agronegocio%20-%20Suzane%20Souza,%20Alexandrina%20Conceicao.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015.

SOUZA, J. C. de. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**: o moderno príncipe educativo brasileiro na história do tempo presente. 2008. Tese (Doutorado em História). Niterói, 2008.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção**: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro, 2002.

TAVARES, M. da C. A economia política do Real. In: MERCADANTE, Aloízio. (org.). **O Brasil pós-Real**: a política econômica em debate. Campinas/SP: Instituto de Economia-Unicamp, 1998, p. 124.

TAVEIRA, F. **A Terra se converte em causa**: construção e consolidação do MST no Maranhão (1986-2002). 2002. Monografia (Licenciatura em História). São Luís: UFMA, 2002.

TORREÃO, M. C. **Cooperativismo nos processos de organização política dos trabalhadores na luta contra a expropriação capitalista no campo**: a resistência do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Maranhão. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). São Luís, 2014.

TROTSKY, L. **A revolução permanente**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

_____. **História da Revolução Russa**. Tomo I. [Trad. Diego de Siqueira]. São Paulo: Editora Sandermann, 2007b.

_____. **O imperialismo e a crise da economia mundial**: textos sobre a crise de 1929. [Trad. Roberto Barros]. São Paulo: Editora Sandermann, 2008.

_____. **Em defesa do marxismo**. São Paulo: Editora Sandermann, 2011.

_____. O marxismo e a relação entre a revolução proletária e a revolução camponesa. 1928. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1928/12/camponesa.htm>. Extraído em 05 maio 2014.

_____. Manifesto da IV Internacional Sobre a Guerra Imperialista e a Revolução Proletária Mundial. Disponível in: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/05/manifesto.htm>. Acesso em: 5 maio 2014.

UMBELINO, M. E. **Trabalho escravo contemporâneo**: a exploração do trabalho escravo em Goiás. 2014. Dissertação (Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento). Goiânia, 2014.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. [Trad. Maria Encarnación Moya]. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Coleção Pensamento Social Latino-americano).

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autoras Associados, 2002.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VITALI, S.; GLATTFELDER, J. B.; BATTISTON, S. **The network of global corporate control**. Set. 2011. Disponível em: <http://arxiv.org/pdf/1107.5728.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2016.

WELCH, C. A. **A semente foi plantada**. As raízes do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WOOD, E. M. Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.118-127

Z Aidan Filho, M. **A crise da razão histórica**. Campinas: Papyrus, 1989.